



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -
UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins -
MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-
PMUS
Doutorado em Museologia e Patrimônio**

PATRIMÔNIO E COLONIALIDADE

***A preservação do patrimônio
mineiro numa crítica decolonial***

Luciana Christina Cruz e Souza

UNIRIO / MAST - RJ, março de 2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

PATRIMÔNIO E COLONIALIDADE

A preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor(a) em Museologia e Patrimônio.

Banca de avaliação:

Prof. Dra. _____
Márcia Regina Romeiro Chuva

Prof. Dr. _____
Marcio D'Oliveira Campos

Prof. Dr. _____
Priscila Faulhaber Barbosa

Prof. Dra. _____
Bruno César Brulon Soares

Prof. Dr. _____
Marcus Granato

Rio de Janeiro, março de 2018.

PATRIMÔNIO E COLONIALIDADE

*A preservação do patrimônio mineiro
numa crítica decolonial*

por

Luciana Christina Cruz e Souza

*Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 - Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável.*

Tese de Doutorado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-
Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Granato

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Henrique Morize

S729m Souza, Luciana Christina C.
Patrimônio e Colonialidade - A preservação do patrimônio mineiro
numa crítica decolonial / Luciana Christina Cruz e Souza.- Rio de Janeiro,
2018.
xiv, 238f.: il.

Orientador: Marcus Granato
Referências: f. 215-230

Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins,
Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro,
2018.

1. Patrimônio - Preservação - Minas Gerais. 2. Instituto Estadual
do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. 3.
Colonialidade. I. Granato, Marcus. II. Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins.
IV. Título.

CDU: 719:304.4(815.1)

A todos aqueles que fazem da sua existência cotidiana novas estratégias de
resistência e (re)existência às diferentes formas de colonialidade.
A todos aqueles que resistiram aos Golpes de Estado na América Latina, em
especial ao Golpe de 2016 no Brasil.

AGRADECIMENTOS

A empreitada do doutorado é exaustiva. Não falo somente do tempo, da energia, da concentração ou da resistência física exigida pelas horas de estudo e de escrita cumpridas em mesas de bibliotecas, em quartos isolados ou em gabinetes. Não me refiro apenas à dedicação a grupos de pesquisa e grupos de estudo, em investimentos financeiros para participação em congressos, simpósios e seminários que muitas vezes nos exigem gastos que excedem nosso orçamento mensal. Não digo tão somente da expectativa de absorção no mercado de trabalho e nas disputas pelo reconhecimento dos pares. Falo de uma dedicação apaixonada pelo debate crítico e pela crença na universidade como espaço político que ainda tem potência para alguma justiça social. Trata-se de mobilização do afeto, que resulta em lágrimas, suor, dor, cansaço. Isso tudo precisa valer a pena. E a mim valeu, apesar de todos os percalços. Saio dessa etapa fortalecida, com a clareza do meu desenvolvimento acadêmico e da importância do processo de escrita de uma tese. Mas certamente tudo isso não se realizaria sem o apoio, a parceria e a confiança da família e dos amigos.

Tenho tudo a agradecer aos meus pais, Helena e Justino, por serem meu forte, meu ponto de referência, meu ponto de ajuda, meu ponto de fuga. Minha inspiração. E a quem reservo absoluta admiração.

Aos meus irmãos, Nina e Gabriel, agradeço pelo companheirismo, pelos estímulos infinitos, pela ajuda nas traduções em inglês e pela alegria familiar.

Serei para sempre grata às minhas amigas e amigos que, longe ou perto, me fizeram companhia nesse processo que seria dolorosamente solitário sem eles. Em especial agradeço à Fabiele Costa, Carolina Gomes, Thiago Lopes, Thiago Azeredo, Pedro Boal, Marcela Sanches, Bruno Brulon e Bruno Araujo, amigos que me acudiram, me ouviram, me acalmaram. Sem eles meu percurso acadêmico certamente seria mais difícil. E aos meus amigos e amigas, brasileiros e brasileiras, do doutorado sanduiche em

Portugal, que fizeram da minha experiência no além-mar algo lúdico, afetivo e sul-americano.

Agradeço ao Nilson Moraes pelas conversas e encontros ao longo dos meus anos acadêmicos na Unirio e a quem me junto na militância política. E à Paula Menino Homem, que me acolheu na Universidade do Porto com um carinho maternal.

Minha imensa gratidão ao meu orientador Marcus Granato pelo apoio e pela confiança. Mesmo tão breve, sua orientação foi fundamental e certamente inesquecível.

Agradeço, por fim, ao PPGPMUS, por tornar meu sonho de doutorado uma realidade.

*E eu penso, como você doma
uma língua selvagem, adestra-a para ficar quieta, como você a refreia e põe
sela? Como você faz ela se submeter?*
Glória Anzaldúa - Como domar uma língua selvagem, 2009

RESUMO

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. Patrimônio e Colonialidade - A preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2016. 238p. Orientador: Marcus Granato.

A pesquisa para tese identificou relações institucionais que se constituíram em torno do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), forjando discursos sobre a legitimidade da mão de obra especializada no trato do patrimônio. Essa legitimação, fundamentada num primeiro momento pelo exercício político da intelectualidade brasileira, foi se constituindo em torno de saberes acadêmicos, reforçando parcerias e dinâmicas de herança moderno-colonial. A pesquisa, de natureza exploratória, teórica, bibliográfica e documental, procurou mapear a rede de relações políticas geradoras de referências patrimoniais a partir da autoridade discursiva delegada à figura do especialista, forjando uma análise hipotético-dedutiva. É nessa perspectiva que procurou-se refletir sobre os discursos institucionais que reforçaram a necessidade de trabalhadores especializados para o trato do patrimônio, aparentemente orientados a um fim: o de manutenção de um campo formado por agentes e agências dedicados a auto reprodução, numa ordem operada por uma espécie de “geopolítica do saber” dentro do capitalismo globalizado. Sendo assim, observa-se um padrão de forças que parecem afirmar a existência de uma dimensão de colonialidade nas relações de preservação no Brasil, especificamente em Minas Gerais.

Palavras-chave: Patrimônio; Preservação; Colonialidade; Minas Gerais.

ABSTRACT

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. Heritage and Coloniality - The Minas Gerais heritage preservation in a decolonial criticism. Thesis (Doctorate degree) - Graduate Program in Museology and Heritage. UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2016. 238p. PhD supervisor: Marcus Granato.

The research for this thesis identified institutional relations that were built around the Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), making speeches about the legitimacy of this specialized workforce for the treatment with heritage. This legitimacy, based from the political exercise of the Brazilian intellectuality, was built around the academic knowledges, reinforcing partnerships and modern-colonial heritage dynamics. The research, of exploratory, theoretical, bibliographical and documental nature tried to map network of political relations capable of producing heritage references, by the discursive authority delegated to the figure of the expert, forging a hypothetical-deductive analysis. It is from this perspective that we sought to reflect about the institutional speeches that reinforced the need of specialized workforce in treatment with heritage, apparently aimed to an end: maintenance of a field made up of agents and agencies dedicated to self-reproduction operating on a kind of “geopolitics of the knowledge” in a globalized capitalism. Therefore, there is a pattern of forces that seems to affirm the existence of a dimension of coloniality in relations of preservation in Brazil, specifically in Minas Gerais.

Keywords: Heritage; Preservation; Coloniality; Minas Gerais.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ABRACOR - Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais

APM - Arquivo Público Mineiro

BN - Biblioteca Nacional

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CECOR - Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis

CEIB - Centro de Estudos da Imaginária Brasileira

CEM - Centro de Estudos Mineiros

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais

CFC - Conselho Federal de Cultura

CICI - Comissão Internacional de Cooperação Intelectual

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODEMIG - Companhia de Desenvolvimento Econômico

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPHAN - Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CRNC - Centro Nacional de Referências Culturais

DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EBA - Escola de Belas Artes da UFMG

FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FAFIERJ - Federação das Escolas Federais do Rio de Janeiro

FAOP - Fundação de Arte de Ouro Preto

FNA - Federação Nacional de Arquitetos

FNpM - Fundação Nacional pró-Memória

FUNTEC - Fundo de Desenvolvimento Tecnológico

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IAB-MG - Instituto dos Arquitetos do Brasil, departamento de Minas Gerais

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICOFOM - Comitê Internacional de Museologia

ICOM - Conselho Internacional de Museus

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGBA - Instituto Histórico e Geográfico da Bahia

IHGMG - Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

IICI - Instituto Internacional de Cooperação Intelectual

INCE - Instituto Nacional de Cinema Educativo

INL - Instituto Nacional do Livro

IPAC - Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISEB - Instituto superior de Estudos Brasileiros

MAM/RJ - Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

MAM/SP - Museu de Arte Moderna de São Paulo

MASP - Museu de Arte Assis Chateaubriand de São Paulo

MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins

MEA - Museu da Escola de Arquitetura

MEC - Ministério da Educação

MHN - Museu Histórico Nacional

MOW - Memory of the World Program of UNESCO

OCI - Organização da Cooperação Intelectual

PCH - Programa de Cidades Históricas

SEC-MG - Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais

SPAN - Serviço de Patrimônio Artístico Nacional

SUM - Superintendência de Museus

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de Presidentes do IEPHA e sua respectiva área acadêmica

Quadro 2 - Relação de Diretores Executivos do IEPHA e sua respectiva área acadêmica

Quadro 3 - Relação de empresas que estabeleceram convênios, promoções e parcerias com o IEPHA entre 1986 e 1989.

Quadro 4 - Quadro de vagas do edital IEPHA/MG n° 001/2006 para cargos de provimento efetivo de cargos das carreiras de Técnico de Gestão, Proteção e Restauro e Analista de Gestão, Proteção e Restauro

Quadro 5 - Quadro de vagas do edital IEPHA/MG n° 001/2006 para cargos de provimento efetivo de cargos das carreiras de Técnico de Gestão, Proteção e Restauro e Analista de Gestão, Proteção e Restauro

Quadro 6 - Composição do efetivo da Diretoria de Proteção e Memória de 2006 a 2017

LISTA DE ANEXOS

Anexo I: Organograma do IEPHA entre 1971 a 1979

Anexo II: Organograma do IEPHA entre 1979 a 1984

Anexo III: Organograma do IEPHA entre 1984 a 1986

Anexo IV: Organograma do IEPHA em 1986

Anexo V: Organograma do IEPHA em 1987

Anexo VI: Organograma do IEPHA entre 1988 e 1989

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	01
	
CAP. 1	A COLONIALIDADE E O GIRO DECOLONIAL.....	11
	1.1 - Introdução.....	12
	
	1.2 - Entre Disciplinas: desafios, limites e potencialidades para pensar o patrimônio.....	13
	
	1.3 - Uma Breve Incursão no Debate Modernidade x Pós-modernidade.....	27
	
	1.4 - O Giro Decolonial.....	36
	1.5 - Entendendo a Rede Modernidade/Colonialidade para se operar com o conceito de “Colonialidade”.....	41
	1.6 - A Colonialidade do Poder, Saber e Ser.....	51
	
CAP. 2	E O PATRIMÔNIO?.....	65
	
	2.1 - Introdução.....	66
	
	2.2 - Patrimônio e a Modernidade Disciplinar.....	67
	2.3 - Uma Tradição Ocidental.....	72
	2.4 - Patrimônio e as Configurações Supranacionais.....	85
	2.5 - Patrimônio, Tradução Erudita e Poder Institucional.....	91
	
CAP. 3	A PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL.....	97
	
	3.1 - Introdução.....	98
	
	3.2 - Patrimônio e sua Fundamentação Jurídica no Brasil.....	102
	3.3 - O Papel dos Museus e da	115

Museologia.....	
3.4 - O IPHAN, a Institucionalidade e a Legitimidade da Atuação.....	124
3.5 - O IPHAN em sua Fase “Heroica” e a Constituição de uma Dinâmica de Atuação.....	134
.....	
CAP. 4 O CAMPO DO PATRIMÔNIO EM MINAS GERAIS E O IEPHA.....	146
4.1 - Introdução.....	147
.....	
4.2 - Os Encontros dos Governadores em Brasília e Salvador.....	148
4.3 - Minas Gerais e o Patrimônio.....	159
4.4 - O IEPHA e a Atuação Especializada.....	167
4.5 - O IEPHA e as Relações Disciplinares.....	181
4.6 - A Superintendência de Museus.....	188
4.7 - O IEPHA, o Desenvolvimentismo e o Processo de Municipalização da Preservação.....	196
.....	
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PATRIMÔNIOS POSSÍVEIS	206
REFRÊNCIAS.....	216
.....	
ANEXOS.....	233
.....	

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Encontrar a metodologia para uma pesquisa hipotético-dedutiva, fundamentada na interdisciplinaridade, não foi tarefa fácil. Tratou-se de uma empreitada que não se resumiu em traçar caminhos possíveis e desejáveis para a construção do objeto de análise - o “campo do patrimônio” em Minas Gerais através do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) - mas principalmente numa articulação minuciosa entre autores, ideias e correntes, para a tessitura de um pensamento que pudesse ser capaz de mapear possíveis relações de colonialidade.

O tema em questão foi constituído a partir de uma série de angustias e inquietações individuais processadas ao longo de 15 anos de experiência profissional com o patrimônio: ora como técnica responsável na elaboração de dossiês de tombamento e registro; ora como museóloga a operar com bens culturais preservados em reservas técnicas ou exibidos em exposições; ou mesmo como articuladora de políticas culturais. Durante esse período profissional, observei a expressiva frequência com que técnicos de patrimônio decidiam sobre bens culturais a serem preservados à revelia de populações em comunidades. Ou mesmo disputas entre grupos culturais em conselhos municipais de patrimônio, nas quais coletivos populares, particularmente de setores rurais, populares ou coletivos afro-brasileiros, eram menos favorecidos nas decisões sobre preservação.

No espaço do museu, por sua vez, situações de assédio trabalhista atravessaram uma dura experiência de trabalho na qual a reserva de mercado para determinados profissionais, em especial museólogos do Rio de Janeiro, se fez claramente presente de forma violenta. Essas e outras situações onde imperou o silenciamento da diversidade de opiniões e saberes, ou mesmo a desqualificação de outras disciplinas e profissionais, fundamentado na suposta legitimidade de fala e atuação de determinados especialistas dedicados ao patrimônio, foram aos poucos estimulando um desejo de refletir sobre as estruturas de poder que pareciam sustentar as relações de preservação - dentro ou fora das instituições.

A experiência do mestrado levou-me, ainda, a questionar certas ausências nas discussões sobre esse assunto: por que havia uma carência de reflexões na universidade sobre a relação do patrimônio com o

capitalismo? Por que as bibliografias dos cursos priorizavam europeus e americanos nas discussões sobre a preservação? Aonde estavam os sul-americanos nas bibliografias, ou os intelectuais que formaram o que conhecemos como “pensamento social brasileiro”? O que esses autores aparentemente pouco mencionados poderiam contribuir nas discussões sobre o patrimônio? Seria possível subverter essa predominância europeia nas referências bibliográficas a respeito do tema para pensá-lo, prioritariamente, a partir da América do Sul?

Ao longo da trajetória de 4 anos de doutorado, em diversas situações, os questionamentos que levaram à construção do objeto desta tese foram revistos, repensados, modificados ou mesmo provisoriamente abandonados; etapas de um processo atravessado por questões não apenas de ordem acadêmica, mas principalmente pessoal e política. Vivenciar um contexto de golpe de Estado - narrado midiaticamente como “impeachment” - e de supressão de políticas sociais, sucateamento e censura das universidades e das pesquisas acadêmicas no Brasil, entre tantas outras medidas que nos exigem engajamento político para a resistência cidadã, criaram um clima de incerteza e desesperança na sociedade que certamente afetaram o andamento da presente pesquisa. Por outro lado, experienciar toda essa conjuntura sob a crítica decolonial fez crescer uma vontade cada vez maior de entender os diferentes desdobramentos da colonialidade no Brasil, e então refletir sobre as possibilidades da sua ressonância sobre aquilo que será tratado como “campo do patrimônio” nesta tese. Esse longo e intenso processo doutoral acabou, portanto, por beber nas águas do contexto sul-americano para nutrir daí sua perspectiva crítica sobre o objeto de pesquisa.

Apesar de tudo, o trabalho de escrita se revelou um desafio instigante, ainda que exaustivo. Foram inúmeras as leituras e buscas por autores e ideias que dialogassem com tais angústias e inquietações tratadas aqui como elementos em órbita no campo do patrimônio. Tal processo incluiu ou promoveu o contato com diferentes obras e artigos que pouco ou nada serão mencionados nessa tese, afinal, a natureza da pesquisa científica exige a capacidade de ordenar, hierarquizar e selecionar conteúdos discursivos. Foram pesquisadas fontes primárias ao longo de várias semanas em diferentes arquivos de Minas Gerais, até que se compreendesse que os questionamentos partiriam de uma perspectiva sistêmica, teórica, tendo como ponto central a atuação do IEPHA em suas

relações com agentes e agências públicas ou privadas e o papel de Minas Gerais nas políticas de preservação em nível federal e estadual. Esse caminho pessoal e político foi o pano de fundo para a compreensão sobre políticas de preservação no Brasil, sobre a prática de determinadas instituições que lançaram mão do trabalho do especialista como critério de legitimidade para a atuação sobre o patrimônio.

O receio de conduzir um estudo frágil, que pouco ou nada contribuísse para a Museologia em termos críticos, ou de lançar um olhar superficial sobre o objeto, sem domínio teórico-metodológico, cujos conceitos e categorias mencionados parecessem dissolvidos ou nebulosos em meio ao texto, citados sem conexão ou desarticulados com as tradições de pensamento a qual fizessem referência, sempre se fizeram presentes. Por essa razão, importa (re)afirmar a complexidade do processo de tessitura textual, reconhecendo que a construção reflexiva depende da articulação minuciosa e consciente de autores e suas correntes de pensamento, do tempo de maturação das leituras executadas, e acima de tudo do cuidado e da ciência sobre os riscos que assumimos ao escolher nosso ferramental que guiará todo o processo analítico-reflexivo.

O “tempo”, nesse caminho, pareceu por vezes uma armadilha, uma vez que o sujeito pesquisador se vê envolto de prazos, compromissos e, claro, de outras atividades que garantam sua sobrevivência financeira no limite do pragmatismo. Como articular o tempo acadêmico – ou o tempo ideal ao desenvolvimento de uma consistente atividade acadêmica – com o tempo do mercado, o tempo das atividades profissionais autônomas, o tempo da vida comum? Estamos sempre “sem tempo”, com “pouco tempo” ou “contra o tempo”. Como uma espécie de armadilha, nos resignamos a desempenhar tarefas sem o esforço autocrítico, desempenhamos nossos ofícios no modo popularmente conhecido como “automático”, sem questionar estruturas imanentes à prática, sem “desnaturalizar” o mundo social e seus elementos aparentemente auto evidentes.

Nesse caminho onde procurei compreender, a partir de um esforço teórico, exploratório, bibliográfico e documental, ideias que parecem perpassar práticas “naturalizadas”, é que chego à análise sobre estruturas narrativas – e institucionais – que configuram alguns processos de seleção de bens culturais como patrimônio. Sendo assim, optou-se por um percurso

teórico-metodológica no qual se parte de análises macroestruturais, de caráter teórico e abstrato, para culminar nas experiências e rotinas materiais do Instituto estadual. Essa escolha de partir do “macro para o micro” acabou por levar a abordagem do IEPHA e de outras agências estaduais apenas para o último capítulo, quando, então, são trabalhadas a documentação jurídico-burocrática das mesmas. Trata-se, portanto, do esforço em trabalhar com a noção de “totalidade-histórica”¹ onde a ideia de “matriz de poder colonial” precisava ser dissecada para a posterior interpretação das vivências institucionais em sua capacidade de produzir efeitos nas diferentes dimensões da existência social.

Os subsídios para uma reflexão crítica que abarcasse as especificidades do território brasileiro num contexto de capitalismo global foram buscados em pesquisadores que pudessem falar a partir da América do Sul, considerando problemáticas específicas de um passado colonial e seus desdobramentos no mundo contemporâneo. Esse movimento demandou articulações com quadros teóricos cuja tradição interdisciplinar de pensamento se fundamentavam na noção de *sistema-mundo-colonial*, constituindo, assim, ideias sobre um padrão de forças de longa duração baseadas no eurocentrismo. A noção de *colonialidade* se colocou, portanto, como espinha dorsal dessa reflexão, constituindo-se como a hipótese a ser desenvolvida: o campo do patrimônio, em suas relações entre agentes e agências parece afirmar a existência de uma dimensão de colonialidade operada a partir da dinâmica de especialização da mão-de-obra dedicada à preservação. Partindo dessa hipótese, estaria o patrimônio atravessado pela colonialidade ou seria ele mais uma ferramenta de reprodução da mesma? Haveria possibilidades de (re)apropriação do patrimônio como ferramenta de resistência à colonialidade?

A pesquisa, de natureza exploratória, teórica, bibliográfica e documental, procurou mapear a rede de laços materiais que, sob o aspecto da institucionalização, se constituíram em torno do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), forjando discursos sobre a legitimidade da mão de obra especializada no trato do patrimônio. Essa legitimação, fundamentada num primeiro momento pelo exercício político da intelectualidade brasileira, foi se constituindo em torno de

¹ Conceito trabalhado por Immanuel Wallerstein e abordado no próximo capítulo.

saberes acadêmicos, reforçando parcerias e dinâmicas de herança moderno-colonial.

Sob a perspectiva do patrimônio na dimensão da institucionalidade no Brasil, jurídico-burocrática, procurou-se identificar relações políticas geradoras de referências patrimoniais que diziam respeito a uma identidade brasileira a partir de Minas Gerais, constituindo uma espécie de autoridade discursiva delegada à figura do especialista. É nessa perspectiva que o discurso sobre a necessidade de trabalhadores especializados parece orientado em direção a um fim - interpretado à luz das teorias sobre a colonialidade -, não necessariamente consciente: a de manutenção de um campo formado por agentes e agências dedicados a auto reprodução numa geopolítica do saber operada no capitalismo globalizado. O “tudo o que ocorre como se”, toma como ponto de partida o desafio de se identificar a dimensão da colonialidade nas dinâmicas de forças que aparentemente regem e regulam o campo do patrimônio em Minas Gerais de forma supostamente “naturalizada”.

A ideia de *campo* articulou as concepções bourdieuanas sobre Teoria dos Campos com a perspectiva de sistema-mundo colonial, na tentativa de entender uma possível cadeia de crenças que forjam o lugar do técnico no espaço social, mas que sofrem interferências diretas e indiretas da organização capitalista do mundo a partir do projeto de Modernidade. Sendo assim, a elaboração teórica foi encarada enquanto exercício prático de oposição e intervenção ao que se entende como geopolítica do saber, priorizando autoras e autores sul-americanos, em especial brasileiras e brasileiros dedicados à temática da preservação.

Tais trabalhos fundamentaram a análise da legislação brasileira dedicada ao tema do patrimônio, cruzada com portarias específicas de órgãos mineiros e documentos produzidos por agências daquele estado. O processo da pesquisa culmina, portanto, na atuação do IEPHA entre os anos de 1971 e 1988, tendo como data limite de análise a elaboração da Constituinte de 1988 e os princípios municipalistas que deram início a novas políticas de descentralização das atividades de preservação no Brasil. Portanto, entre os anos abarcados pela tese, vimos uma conformação institucional burocrática e discursiva onde o protagonismo do IEPHA na

temática do patrimônio trazia consigo uma herança metodológica do IPHAN e de suas relações com determinados agentes e agências.

Tal empreitada tomou como referência o discurso elaborado em relatórios de controle interno ou publicações de divulgação externa ao Instituto mineiro, todos disponíveis para consulta pública no arquivo do Instituto. Estes documentos se distinguiram no discurso proferido, haja vista a própria natureza dos mesmos: enquanto as publicações comemorativas, os relatórios públicos e as cartilhas exaltavam o trabalho executado pelo IEPHA e assumiam uma perspectiva de defesa sobre as decisões do Estado referentes ao patrimônio mineiro, a outra parte dos documentos dedicada à circulação e controle interno divergiam no tom discursivo, voltando-se ao esclarecimento das atividades e ao destacamento das carências da agência e das mudanças que seriam necessárias à execução dos trabalhos de preservação. O cruzamento dessas informações nos permitiu mapear a narrativa da especialização em seu engendramento institucional.

Dados internos referentes aos funcionários e às diversas formações do conselho curador foram solicitados ao setor de recursos humanos do Instituto para maior respaldo analítico. Contudo, o IEPHA não forneceu o material solicitado, sob o argumento de que não possuíam registros ou dossiês dos antigos funcionários ou parceiros que passaram pelo Instituto. Assim, os nomes de pessoas referenciadas ao longo da presente pesquisa foram mapeados nos documentos disponibilizados pelo arquivo, ou através de outras fontes, o que fatalmente não cobriu a totalidade do quadro técnico operacionalizado pela agência de preservação ao longo dos 18 anos de existência institucional abarcados pela tese.

Os materiais da memória institucional apresentam-se sob duas formas na presente pesquisa: a primeira como herança do passado, produto do processo de desenvolvimento institucional onde se preservaram alguns documentos conforme a escolha ou a iniciativa de setores ou funcionários específicos, nos levando a considerar a intencionalidade dessa preservação; e a segunda como escolha do pesquisador, que a partir de critérios de interesse e pertinência, seleciona os documentos que aparentemente servirão à análise. Nesse sentido, a leitura de fontes cruzadas considerou esse duplo esforço de seleção para a reflexão sobre a construção da narrativa sobre a legitimidade da ação do especialista.

O trabalho de tessitura teórica e de análise das fontes se desenvolveu em quatro capítulos a partir dos quais se constroem as interpretações sobre as possíveis relações de colonialidade no campo do patrimônio. Não houve a pretensão de se atestar uma “verdade” científica ao problema do sistema-mundo-colonial, mas de se apontar a natureza conjectural da análise acadêmica tomando como referência teorias sul-americanas acerca do projeto moderno implantado a partir do colonialismo. Nesse sentido, a tese apresenta reflexões passíveis de serem feitas para tais problemas num desenvolvimento de quatro eixos: a colonialidade e o giro decolonial; o patrimônio no modo de produção capitalista; a patrimonialização no Brasil; e o campo do patrimônio em Minas Gerais.

O primeiro eixo, ou o primeiro capítulo, dedicou-se à tessitura metodológica. Um mergulho aprofundado em debates que envolveu temáticas comuns às Humanidades em geral, tais como *agência x estrutura*, *modernidade x pós-modernidade*, *abordagem cultural x abordagem econômica*, entre outros. Para tanto, abordou-se também a discussão sobre a interdisciplinaridade e seus desafios num quadro de formação científica no Brasil forjado para a disciplinarização do conhecimento e a separação da esfera política, cultural e econômica enquanto estratégia de fortalecimento de disciplinas no espaço universitário. A crítica a esse movimento, na presente tese, parte, então, das teorias sociais dedicadas à descolonização do pensamento, baseadas na formulação da ideia de *sistema-mundo* e sua extensão para *sistema-mundo-moderno-colonial*. Daqui, o *Giro Decolonial* é contextualizado no processo de descolonização da África e na emergência dos debates elaborados pelo Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos e o Grupo Sul-Americano de Estudos Subalternos. Essa empreitada procurou pontuar os conceitos fundamentais operados na presente tese, fundamentando todo o processo de análise das práticas preservacionistas no Brasil à luz que procuraram se associar às ideias de “civilização”, “projeto civilizatório”, e “marcha civilizatória” naquilo que se percebeu – por meio de fontes bibliográficas e documentais – como uma tentativa de buscar referências ibéricas para traçar o “berço da sociabilidade brasileira” por meio do patrimônio.

O segundo capítulo, por sua vez, é o eixo de reflexão sobre o patrimônio inserido no modo de produção capitalista, sujeito à esfera do consumo e do espetáculo, à divisão internacional do trabalho e à

objetivação das individualidades que, no contexto sul-americano, especificamente brasileiro, insere-se na dinâmica *moderno-colonial*. Considerando as características jurídico-burocráticas da preservação, a partir do quadro teórico mobilizado, recorre-se a autoras e autores dedicados à interpretação do tema sob a crítica ao eurocentrismo. Nessa perspectiva, a patrimonialização parece se conformar como prática social produtiva de tradição ocidental, criadora de valores fundamentados na lógica de legitimação disciplinar.

Esses dois eixos, somados, revelam-se a base reflexiva para o mapeamento e análise de relações institucionais que aparentemente apontam a dimensão da colonialidade nas práticas de preservação no Brasil. Tal esforço – do “macro para o micro” – indica caminhos possíveis para se interpretar o papel fundamental que a especialização do corpo técnico no campo do patrimônio assume no processo de colonialidade.

O terceiro eixo da análise abarca a institucionalização do patrimônio no Brasil, ou seja, o processo de constituição da preservação de bens culturais em sua ordem jurídico-burocrática. Para tanto, mobilizam-se dados e reflexões elaborados por diferentes pesquisadores de variadas disciplinas, tais como Museologia, Antropologia, Sociologia e História. A análise compreende a criação de museus como centros de pesquisa que antecedem as disciplinas dedicadas à temática do patrimônio, abarca a criação do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) como exemplos de agências que também atuavam na preservação de bens culturais antes da criação IPHAN na década de 1930. Mas o capítulo assume como foco a atuação deste Instituto, procurando entender o papel de Rodrigo Melo Franco de Andrade na construção de modelos de ação para a preservação de bens culturais, transformando a agência numa referência a ser seguida pelo IEPHA em Minas Gerais.

Importa destacar que neste capítulo escolheu-se a operacionalização da sigla “IPHAN” para fazer referência aos diferentes momentos da história daquele Instituto. A estratégia serviu para normatizar a referência à agência e facilitar o entendimento do leitor, ao invés de recorrer às suas diferentes nomenclaturas/siglas e prejudicar o andamento da leitura. Importa destacar que não é a intenção desta tese igualar a condição de Departamento, Serviço e Instituto, ignorando as diferenças jurídico-burocráticas entre eles

no exercício das políticas públicas. Todavia, tais diferenças não se revelam objeto da presente pesquisa, portanto optou-se por não abordá-las em suas minúcias normativas. Nesse sentido, entende-se aqui que as três condições jurídico-burocráticas constituem o processo de institucionalização da preservação no Brasil, e dessa forma, o uso do termo IPHAN serve apenas como ferramenta de otimização da leitura.

Por fim, o último eixo da tese se volta à região mineira e a constituição de uma narrativa identitária a partir do patrimônio, sendo o passado colonial a referência dos valores morais e espirituais que aproximavam o Brasil das “nações civilizadas”. O patrimônio materializaria, então, o conjunto de referências geradoras de um sentimento de pertencimento a uma coletividade em “marcha civilizatória”, tendo como referência sua ligação colonial com o “repertório das nações”. O que se percebe nesse caminho são padrões discursivos, padrões burocráticos e padrões políticos que indicam estruturas remanescentes do processo colonial naquilo que os pesquisadores decolonial denominaram como “padrão colonial de poder”.

Nessa parte final da tese foram mapeadas conexões entre o IEPHA e diferentes instituições dedicadas à preservação de bens culturais na região, com destaque para o Arquivo Público Mineiro, o Museu Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), mas também identificadas relações com instituições acadêmicas, apontando para um possível campo na região – formado por universidades, institutos, museus, arquivos, empresas, pesquisadores, associações profissionais, políticos, enfim, agentes e agências numa correlação de forças – a partir do qual os especialistas se articularam na constituição de reservas de mercado estimuladas pelo próprio Instituto e por outras agências, tais como a Superintendência de Museus de Minas Gerais (SUM). Assim parece formar-se um expediente da legitimidade do especialista pela via dos cursos universitários – graduação, pós-graduação e especialização –, dos laboratórios e dos centros de pesquisa.

Nesse processo, observou-se a apropriação da preservação para fins desenvolvimentistas – ora associando ao turismo, ora à modernização da região. Tal quadro, como se discutirá mais à frente, parece relacionar a figura do especialista a novas formas de exploração do território, mantendo-

se, assim, a dupla face da cultura enquanto dispositivo político e econômico contemporâneo. Ao mesmo tempo pontua-se alguns exemplos nos quais o patrimônio se revela como ferramenta de afirmação de grupos sociais a situações de violência perpetradas pelo Estado ou por agentes privados. Nesse sentido a preservação aparece como bandeira para reivindicação de direitos individuais e coletivos relacionados às expressões da memória.

Sendo assim, a dialética da investigação se encontra na contraposição entre a possível dimensão de colonialidade no campo do patrimônio e a possibilidade de apropriação das ferramentas da preservação potencialmente capazes de enfrentar mazelas produzidas pelo próprio projeto de Modernidade. Todo esse movimento de aparente contradição pode ser capaz de produzir novas formas de resistência política e simbólica por parte de grupos sociais tradicionalmente marginalizados nas arenas de decisão sobre o patrimônio. A presente tese não focará na potência desses “patrimônios possíveis”, mas procurará elaborar uma crítica ao sistema de forças que parece operar no sentido de se preservar a colonialidade, considerando, contudo, as (re)apropriações do patrimônio em algumas situações contemporâneas.

Vivemos – tal como Sísifo – condenados ao retorno e a repensar os caminhos e as novas possibilidades de leitura do que pretendemos estudar e de como iremos desenvolver nossos estudos. O pesquisador se assemelha, portanto, a um artesão que seleciona suas ferramentas, cada qual adequada à matéria-prima a ser transformada, e articula minuciosamente seu tempo e as condições do seu espaço à elaboração de um produto final. Neste caso, a produção final, apesar de formalmente concluída, não se conclui, mas sim abre novas e outras possibilidades de abordagens.

CAPÍTULO 1
A COLONIALIDADE E O GIRO
DECOLONIAL

1. A COLONIALIDADE E O GIRO DECOLONIAL

1.1 - Introdução

O desafio de articular pensamentos e discussões sobre o tema do patrimônio aos debates travados por diferentes disciplinas não se constitui algo novo, ainda que permaneça uma tarefa árdua considerando os desafios teóricos e institucionais que nos adequam a determinados procedimentos e correntes de pensamento. São diferentes áreas do conhecimento que se propõem a operar com ideias ou conceitos que em muito contribuem na reflexão sobre patrimônio e preservação, o que implica a tessitura de diálogos ou a incursão a debates teórico-metodológicos muitas vezes divergentes.

Portanto, se faz necessário abraçar tal desafio em toda a sua potência e riscos para pensar possíveis relações sistêmicas que parecem compor, entre outras coisas, a seara da preservação de bens culturais. Esta tese entende ser fundamental o aprofundamento em debates travados em disciplinas que assessoram a Museologia para um mergulho ao pensamento crítico sobre o patrimônio, com o intuito de não incorrer em reflexões superficiais ou equivocadas. Nesse sentido, a escolha por trabalhar o conceito de colonialidade para a análise de relações institucionais sobre bens culturais implica necessariamente considerar seu contexto disciplinar de gestação: a Sociologia em seus debates acerca da Modernidade e da Pós-modernidade - estes atravessados igualmente por reflexões de historiadores, filósofos, linguistas, entre outros.

No intuito de não instrumentalizar autores, ideias e sentenças, este capítulo mergulha, portanto, na discussão que fundamenta a noção de colonialidade, revelando-se como epicentro da crítica à ação e ao pensamento disciplinar sobre as ações preservacionistas protagonizadas pelo Estado brasileiro, em especial o Estado de Minas. Aqui importa destacar que a presente investigação de cunho hipotético-dedutivo acaba por revelar-se ação política: a crítica decolonial que se faz pelo próprio exercício decolonial, materializada desde a escolha teórico-metodológica a partir daquilo que o *giro decolonial* propõe - um movimento que fala a partir da América do Sul e destaca o Brasil como locutor primeiro a dizer sobre si e

suas dinâmicas. Partiremos aqui num exercício de escrita *sulear*², a partir do qual as regras práticas de orientação cartográfica servirão como referência metafórica para a construção de conhecimentos numa perspectiva decolonial.

1.2 - Entre Disciplinas: desafios, limites e potencialidades para pensar o patrimônio

O Patrimônio vem sendo um dos temas de reflexão privilegiados em algumas disciplinas acadêmicas, concentrando esforços nos debates que envolvem as definições conceituais e a operacionalização do termo. São muitas as áreas e os agentes mobilizados nessa expansão extraordinária de sentidos sobre o patrimônio³; expansão essa atravessada por interesses que conduzem e são conduzidos por modos de ser, fazer e ver o mundo: o termo evoca as disputas disciplinares e institucionais, os discursos negociados ou suplantados que reivindicam o poder - ou até mesmo a exclusividade - de definir e atuar sobre bens culturais nomeados como patrimônio de coletividades.

Considerando o tema da preservação do patrimônio como empreendimento essencialmente interdisciplinar cuja complexidade demanda a contribuição de diferentes disciplinas enquanto condição para o desenvolvimento investigativo, a presente tese se apoia na operação da interseção para a construção de uma perspectiva crítica acerca dos discursos que envolvem ou atravessam a preservação do patrimônio por parte do poder público e passam a orientar ações de preservação.

Ainda que a interdisciplinaridade não seja a unidade de análise deste trabalho, importa abordá-la como estratégia investigativa que se faz adequada, em contexto acadêmico, na construção de uma reflexão que se debruça a uma possível rede de poderes sociais, políticos e econômicos. O tema demanda uma abertura a conhecimentos e debates que estiveram convencionalmente sob o domínio de disciplinas como a Sociologia, a História e a Filosofia, e cujo aprofundamento somente seria possível a partir de um cruzamento entre elas numa perspectiva interdisciplinar utilizada

² O sul geográfico tomado como ponto de partida discursiva - nomeado como *sulear* - é uma empreitada intelectual de autoria do pesquisador Márcio Campos num conjunto de trabalhos reunidos na seguinte plataforma virtual: <<http://sulear.com.br/beta3/>> Acesso em 03 de dez. de 2017.

³ José Reginaldo Gonçalves (2007) discute os limites e os riscos dessa expansão semântica observada ao longo do século XXI, e que nos dias de hoje permite compreender quantos patrimônios existem, ainda que incorra ao risco de um “inflacionamento”.

pela Museologia⁴. Esse parece ser um procedimento necessário ao próprio desenvolvimento do assunto, seja para a elaboração de problemas grandes e complexos que comportam número expressivo de variáveis presentes em nossa realidade concreta, seja pelas limitações que as fronteiras da especialização gradualmente constroem e que acabam encontrando barreiras para uma abordagem sobre o patrimônio.

A interseção entre disciplinas não se constitui como fenômeno novo no universo acadêmico brasileiro, remontando às discussões sobre interdisciplinaridade desde os anos de 1960 e 1970 através de figuras como o francês Georges Gurdof e o brasileiro Hilton Japiassu, cujos trabalhos se tornaram referência nesse debate e estenderam-se ao século XXI (POMBO, 2005). Uma das pesquisadoras a tratar sobre esse tema é a brasileira Cecília Minayo (1994) que se debruça sobre os contextos de investimento no confronto à fragmentação do saber e aponta a existência da reflexão sobre a integração do conhecimento em diferentes momentos da história ocidental: desde os gregos, passando pelo século XIX, com o historiador Michelet, aos dias atuais. Segundo a autora, o século XIX teria sido marcado pela expansão do trabalho científico e pela separação entre domínios do saber que instalaram, então, o tempo dos especialistas. Segundo a autora:

O positivismo tornou-se hegemônico como paradigma do saber e as disciplinas passaram a se afirmar no esplêndido isolamento de suas questões e de suas próprias metodologias, fazendo da linguagem das ciências rigorosas uma espécie absoluta. A pulverização do saber em setores cada vez mais limitados lançou os cientistas numa solidão paradoxal na medida em que perderam o sentido de uma causa comum que os reunia, ou seja, o sentido da vida e da verdade do universo como um todo (Idem, p. 46).

Usando como referência as ideias de Georges Gusdorf, Minayo aponta como fator paradigmático desse processo histórico a organização da Universidade Imperial da França, criada por Napoleão em 1808, onde foi separada a faculdade de Letras da faculdade de Ciências, “tornando necessária a escolha entre cultura literária ou cultura científica” (MINAYO, 1994, p. 2). Essa fragmentação teria influenciado o modelo universitário em

⁴ Sobre a interdisciplinaridade no campo da Museologia, ver: RUSSIO, Waldisa. A interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010a. p. 123-126.

outros países, como Alemanha e Inglaterra, com maior ou menor sucesso, e aparentemente se faz presente ainda nos dias de hoje.

Na perspectiva de Gusdorf e Hilton Japiassu, a prática epistemológica, voltada para as especializações desde o século XIX, limitaria a ciência na medida em que desintegraria o objeto, num processo de “patologia do saber” (JAPIASSU, 1976), promotora, então, de uma “esclerose mental” (GUSDORF, 1983). Numa outra perspectiva, Edgard Morin (1977), operando a partir da noção de *complexidade* - que afirma a importância do sujeito na problemática do saber - entendeu a fragmentação do conhecimento como uma “mutilação”, na medida em que seria a própria dissociação indivíduo/sociedade/espécie. Nesse sentido, o autor entenderia como necessário a reversão desse movimento “mutilador”, considerando que as diferentes áreas do conhecimento necessariamente se entrecruzam:

Há mais de meio século que sabemos que nem a observação microfísica nem a observação cosmo-física se podem desligar do observador. Os maiores progressos das ciências contemporâneas efectuaram-se reintegrando o observador na observação. O que é logicamente necessário, dado que todo o conceito remete, não apenas para o objecto concebido, mas também para o sujeito que concebe. Estamos perante a evidência descoberta há dois séculos pelo filósofo--bispo: não existem “corpos não pensados”. Ora, o observador que observa, o espírito que pensa e concebe, são indissociáveis duma cultura, e, portanto, de uma sociedade *hic et nunc*. Todo o conhecimento, mesmo o mais físico, sofre uma determinação sociológica (Idem, p. 15).

Morin prossegue afirmando que na história contemporânea a realidade da fragmentação do conhecimento seria a produtora dos especialistas, das equipes especializadas, dos sujeitos que possuem...

[...] posse exclusiva do puzzle, cuja visão global deve escapar a todos e a cada um. Ei-lo convertido num verdadeiro investigador científico, que trabalha em função desta ideia motriz: o saber produz-se não para ser articulado e pensado, mas para ser capitalizado e utilizado de modo anônimo (Idem, p. 16).

Por esse viés interpretativo, se observa a pulverização do conhecimento que aparentemente alimenta e é alimentada na lógica de operação das universidades ocidentais (MORIN, 1977), estas cuja dinâmica fundamenta-se na divisão em áreas - institucionalizadas nas faculdades - que, por sua vez, se fragmentam em disciplinas. Para contextualizar tais

ideias, importa destacar a conjuntura intelectual da década de 1970, quando tais discussões se articulavam aos debates que questionavam clássicas oposições entre natureza e cultura que, por sua vez, agregavam diversos outros debates, tais como “sujeito versus objeto” e “discurso versus realidade”.

Sobre o tema das disciplinas, a portuguesa Olga Pombo (2005) destaca a semelhança das estruturas acadêmicas europeias com as brasileiras nos dias hoje. Sob o ponto de vista institucional português, a autora remete à comunidade de pares organizados em disciplinas e que fazem valer, a partir delas, sua dinâmica de congressos, publicações, bibliotecas, enfim, configuram territórios institucionais competitivos, que reivindicam legitimidade e que lutam por financiamentos, bolsas e novos equipamentos⁵. Trata-se de um processo de retroalimentação, onde a fragmentação do conhecimento alimenta e é alimentada pelo isolamento, pelos interesses particulares e corporativos. Enfim, uma agenda onde os custos institucionais parecem dialogar diretamente com a lógica da especialização, da disciplina.

Mas interessa, aqui, esclarecer o uso do termo *disciplina* nesta tese a partir da concepção e de algumas discussões do brasileiro Hilton Japiassu (1976). Segundo o autor, a palavra é comumente compreendida e usada como sinônimo a *ciência*, muito embora tenha sido empregada na referência aos processos de ensino científico, ao passo que o termo *ciência* fora mais usado na referência a atividades de pesquisa. Japiassu, então, assume esta mencionada associação entre ambas as palavras, compreendendo que o termo disciplina se refere especificamente à “progressiva exploração científica especializada” (Idem, p. 61), onde existem fronteiras que determinam objetos, métodos, conceitos e teorias. As disciplinas teriam seu domínio de estudo construído a partir de suas próprias contingências históricas.

A exploração científica especializada – como referência à disciplina – seria para Japiassu o corte da realidade a partir de procedimentos próprios de investigação e explicação, fundamentados numa linguagem teórica capaz de exprimir os resultados representados. Mas o autor enfatiza a importância do diálogo entre as disciplinas como exigência interna da

⁵ Sobre a condição fragmentada da ciência e sua relação com a lógica de mercado, ver: POMBO, 2004; 2005.

ciência contra o que seria um saber “fragmentado”, fechado em si mesmo, que seria, para ele, uma “patologia do saber” (JAPIASSU, 1976).

Esse funcionamento, que remonta ao século XIX, aparentemente reverberou ao longo do tempo e permanece sendo a lógica preponderante de atuação científica no que diz respeito às atividades universitárias, conforme Pombo:

O procedimento científico é este. Sempre foi este. É assim que a ciência tem funcionado. [...] Ou seja, sob os nossos olhos, a ciência continua esse movimento em direção a uma cada vez mais profunda especialização. Especialização que tem produzido resultados notáveis, magníficos. Não podemos recusar, nem menosprezar, nem esquecer, que foi este procedimento analítico da ciência moderna que deu origem a todos os conhecimentos e a todo o bem-estar que lhe devemos. Talvez não valha a pena reforçar aqui os seus aspectos positivos. Todos os conhecemos. A nossa vida depende deles a cada instante. Porém, se não podemos esquecer, diminuir, negar os benefícios da ciência moderna, tanto em termos de compreensão do mundo como de melhoria das nossas próprias vidas, isso não pode ser impeditivo do reconhecimento dos *custos* que a especialização trouxe consigo (POMBO, 2005, p. 6)

O trecho acima mencionado trata do tema dos benefícios do empreendimento científico especializado. Esse é igualmente objeto de larga discussão travada por Simon Schwartzman (1988; 1989; 1992; 2015) sobre a ciência moderna e o desenvolvimento das instituições científicas no Brasil em relação ao ensino universitário⁶. Schwartzman oferece outra perspectiva sobre o assunto, não tanto pela via da discussão epistemológica, mas num viés sociológico acerca de uma tradição de trabalho universitário que constituiu duas categorias distintas para o termo *disciplina*: haveria, segundo o autor, uma separação do conhecimento entre *disciplinas científicas* e *disciplinas acadêmicas* estabelecidas por razões históricas e institucionais. As primeiras diriam respeito às *ciências naturais*, enquanto a segunda às *ciências humanas*⁷.

⁶ Importa destacar nessa discussão que o desenvolvimento científico periférico da América Latina tem grande lastro no pensamento sociológico brasileiro – à exemplo de Guerreiro Ramos –, e disputas acirradas entre escolas de pensamento como a escola de São Paulo (Universidade de São Paulo - USP) e a escola de Brasília (Universidade Federal de Brasília - UNB) sobre a Teoria da Dependência e a Teoria do Desenvolvimento, envolvendo nomes, entre os quais, os de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e José Serra (WASSERMAN, 2017)

⁷ Para um aprofundamento do debate incluindo discussões acerca da “ciência pura” versus “ciência aplicada” por ocasião da criação da Sociedade Brasileira de Ciências, ver: FERREIRA, Luiz Otávio. O *ethos* positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. In: DANTES,

Nessa perspectiva, falar em *disciplina* como sinônimo de *ciência* poderia incorrer no risco de neutralização de históricos conflitos e debates entre áreas distintas, em especial aquelas convencionalmente tratadas como *humanas* e *naturais*. Importa evocar novamente Schwartzman (1992) sobre a construção da ideia de *ciências humanas* – que de acordo com ele remete ao contexto universitário francês – como produto desse conflito histórico: à grosso modo, uma tentativa, segundo o autor, de dar às *humanidades* o status intelectual que as ciências naturais gozavam.

A construção das *ciências humanas* no Brasil numa perspectiva universitária passou pela criação da Universidade do Rio de Janeiro (1920) e da Universidade de São Paulo – USP (1934) –, entre outras instituições. Considera-se que ambas tiveram papel importante no investimento à profissionalização da pesquisa científica. Mas foi na USP que esse papel, no âmbito das *humanidades*, através da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, assumiu uma força mais expressiva no debate sobre a função de uma produção brasileira de *rigor científico* em oposição aos trabalhos considerados, então, “ensaísticos”, tais como o Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. A princípio tal espaço contou com a atuação de professores de outros países – franceses, italianos, portugueses e espanhóis – para o projeto de criação de uma elite intelectual aos moldes europeus. Contudo, o mesmo espaço acabou por produzir o que se convencionou chamar de “Escola Paulista de Sociologia”, a partir da qual contextualiza-se a atuação de Florestan Fernandes e de outros intelectuais dedicados a pensar o sistema educacional numa perspectiva crítica ao sistema produtivo e ao regime de classes.

Nesse panorama histórico era possível observar a existência de uma estrutura de ensino voltada à formação de profissionais a ocuparem cargos dentro do corpo burocrático do Estado⁸, ou mesmo a existência de centros de formação – faculdades isoladas ou politécnicas – sem dedicação ao desenvolvimento de pesquisa e, ao mesmo tempo, a disputa orquestrada

Maria Amélia M. (Org.). Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

⁸ No âmbito do patrimônio, tal processo pode ser observado a partir de intelectuais que ocuparam cargos estratégicos em instituições culturais no Brasil no século XX. Aqui é possível citar nomes como Rodrigo de Mello Franco de Andrade e Gustavo Barroso como exemplos de figuras cuja formação em Direito e a experiência como jornalistas estiveram consoantes a esse quadro de formação de profissionais destinados a ocuparem cargos dentro do corpo burocrático do Estado. Tal assunto será abordado com mais profundidade no capítulo 3 da presente tese.

por diferentes grupos de pesquisadores por uma profissionalização da pesquisa científica através da autonomia universitária (SCHWARCZ, 1993; FERNANDES, 1975). Cabe destacar, então, a importância da constituição de uma estrutura financeira capaz de financiar a produção científica no Brasil através da criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) bem como com a criação da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) em 1951. Esse movimento somou-se à criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948.

Tal quadro culminou nas reformas universitárias na década de 1960 quando se estabeleceu a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão (MARTINS, 2009; FÁVERO, 2006). Aqui interessa lembrar que mesmo no bojo de um governo autoritário em 1968, foi possível a execução de uma reforma no ensino superior onde a estrutura disciplinar passou a se associar à produção científica especializada, configurando as condições necessárias para a constituição dos programas de pós-graduação no Brasil (MARTINS, 2009; FÁVERO, 2006). Tais mudanças foram interpretadas de forma diferenciada por pesquisadores que se debruçaram à compreensão das dinâmicas universitárias no país.

Para Florestan Fernandes (1992), as reformas implementadas representaram a adaptação do ensino superior - cujo modelo importado de sociedades europeias já não mais atendia as necessidades sociais brasileiras - às exigências educacionais e culturais de uma sociedade em transformação urbano-industrial. Para o autor, essa demanda pela associação do ensino à pesquisa - emplacada não apenas por professores e pesquisadores, mas fortemente pelo movimento estudantil - conferiu à reforma universitária de 1968⁹ o *status* de *conquistado movimento social* (idem, p. 524). Sobre a constituição de um novo modelo acadêmico que aparentemente rompia com modelos institucionais provenientes de territórios europeus¹⁰, o autor afirma:

⁹ Sobre o processo histórico da Reforma empreendida em 1968 pelos decretos n° 53/66 e 252/67 - acrescidos de outros atos - como desdobramento de ações iniciadas em 1966 por um grupo de trabalho dedicado a estudar medidas de urgência para reestruturar o ensino universitário, ver Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2006). Segundo a autora, entre as principais medidas implementadas a partir da reforma encontram-se: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos, matrículas por disciplina, carreira do magistério e pós-graduação.

¹⁰ Alguns investigadores se opõem a essa tese, apontando que a reforma universitária de 1968 favoreceu a proliferação de faculdades particulares organizadas em estabelecimentos isolados, de cunho profissionalizante e distanciadas da atividade de pesquisa (MARTINS, 2009).

No plano institucional, o movimento de reforma universitária possui duas vinculações exclusivas. Uma, voltada para a destruição de modelos institucionais que são autênticas sobrevivências do "antigo regime"; outra, orientada para a construção da universidade nova. Não nos interessa retomar e aprofundar, aqui, a análise e a crítica do que foram, institucionalmente, as escolas superiores tradicionais e as universidades conglomeradas, a que elas deram origem. O fato é que a "escola superior tradicional" e a "universidade conglomerada" constituíam versões pobres de uma precária assimilação de "modelos arcaicos" de ensino superior. Elas organizavam a vida intelectual como parte de uma "situação colonial" crônica de dependência um tipo de bacharel, apto para desenvolver várias atividades intelectuais, ligadas às profissões liberais, à "cultura desinteressada" ou às atividades práticas, de natureza burocrática ou política, e para preencher os papéis intelectuais correspondentes, envolvia consequências intelectualmente produtivas - sem dinamizá-los, diferenciá-los e convertê-los, contudo, no arcabouço de uma instituição educacional e cultural em crescimento, e no suporte de um desenvolvimento educacional e cultural auto-sustentado (FERNANDES, 1992, p. 526-527).

A partir daí, segundo Fernandes, a universidade passou a ser concebida como um complexo sistema institucional,

[...] dotado de organização estrutural-funcional pluridiferenciada e de dinamismos de autocrescimento duplamente polarizados (para dentro do sistema, as suas unidades, menores ou intermediárias, e a universidade como um todo; e para fora: outras instituições, as comunidades locais, conjuntos regionalmente interdependentes de comunidades locais e a sociedade global) (FERNANDES, 1992, p. 530).

Se por um lado a reforma universitária da década de 1960 favoreceu o aprofundamento e a consolidação de disciplinas no Brasil enquanto estratégia de constituição de uma produção brasileira especializada e autônoma, por outro aparentemente acirrou a dinâmica de segmentação das áreas, e conseqüentemente levou à especialização disciplinar.

Atualmente, as duas grandes agências brasileiras ligadas à pesquisa científica dentro ou fora de espaços universitários - a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao Ministério da Educação, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - compreendem as disciplinas universitárias a partir da divisão do conhecimento nas seguintes áreas: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias,

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes¹¹. Cada uma, em suas divisões e subdivisões internas, parece nutrir os próprios paradigmas analíticos a partir de suas matrizes institucionais, intelectuais e profissionais. Nesse sentido, percebe-se que usar a associação entre *disciplina* e *ciência* proposta por Japiassu (1976) na década de 1970 demandaria agregar discussões acerca das disputas e conflitos travados nas e entre as diferentes áreas em torno da produção do conhecimento no Brasil.

Ainda assim, é possível compreender as **disciplinas** como **segmentos de áreas que se esforçam à adequação do estatuto científico empreendido pelas agências de fomento e de regulação, e apropriadas pelas instituições universitárias**. Sendo assim, o termo *disciplina* será operacionalizado na presente tese com o sentido de *empreendimento especializado de pretensão científica*, considerando o papel fundamental que as relações institucionais assumem na conformação e reprodução de dinâmicas internas aos segmentos de áreas.

Para além da discussão acerca do estatuto científico das disciplinas dedicadas ao social, interessa considerar que a natureza contingente e histórica das disciplinas que compõem *áreas científicas* se articula às realidades profissionais a que estão submetidos os indivíduos que se dedicam a elas (SCHWARTZMAN, 1992). Essa realidade do mundo da prática, fortemente influenciada pela estabilidade ou não de sistemas econômicos, pela condição exploratória ou não das dinâmicas de trabalho, e igualmente atravessada pelas realidades políticas e culturais, acabam por influenciar modos de pensar e de agir, interferindo nos intercâmbios possíveis entre áreas e, conseqüentemente, entre as próprias disciplinas¹². Nessa perspectiva, a relação entre disciplinas e profissão¹³ pode ser percebida como a base motriz das tradições de pesquisa e de formação acadêmica - universitária. Tal premissa será trabalhada a partir do quarto capítulo, quando essa abordagem na seara do patrimônio embarcará os segmentos de trabalho e as construções corporativas na realidade mineira - nas relações de poder econômico e político, nas estratégias de sobrevivência e

¹¹ Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>. Acesso em: 25 de jul. 2017.

¹² Tema a ser explorado mais à frente no que diz respeito aos profissionais dedicados à preservação do patrimônio no Brasil e a formação de nichos de mercado.

¹³ Profissão aqui compreendida como atividade produtiva contextualizada em realidade materiais de trabalho.

autonomia institucional, e marcada pela desigualdade econômico-social e pela carência de políticas públicas continuadas na área da cultura. Trata-se de uma realidade que parece favorecer a constituição de reservas de mercado que podem vir a estimular o surgimento de estratégias de sobrevivência profissional-financeira daqueles que se dedicaram à formação universitária em disciplinas voltadas ao patrimônio – como é o caso da Museologia, da Restauração (em Minas Gerais) ou da Arquitetura, por exemplo.

A interdisciplinaridade se tornou, então, objeto de discussões que tomaram como premissa a condição fragmentada da ciência e a sua instrumentalização pelo mercado (JAPIASSU, 1977). Segundo o autor:

[...] queremos enfatizar o vínculo indissolúvel entre ciência e poder. Não tenhamos ilusão: a ciência hoje possui dois polos: o saber e o poder. O saber pelo poder está na base do desenvolvimento da ciência. Mas hoje em dia a ciência desempenha um papel tão importante no desenvolvimento das forças produtivas, que há uma predominância incontestável do saber para poder. A pesquisa científica e técnica comanda diretamente o desenvolvimento econômico. Distinguir, de um lado, ciência fundamental e desinteressada, do outro, técnica, não tem mais sentido. Não é um modo correto de elucidar a dialética do saber e do poder na ciência atual. De fato, todo o processo científico está vinculado e procede da mesma vontade de poder, desde a pesquisa fundamental ao crescimento econômico, passando pela pesquisa aplicada, pela pesquisa de desenvolvimento que aprimora as descobertas e as inovações técnicas utilizadas pelas empresas. Essa evolução científica e técnica assegura a manifestação das forças produtivas e confere seu fundamento a novas relações sociais em que os cientistas são levados a desempenhar um novo papel, em ligação com o lugar novo da ciência (JAPIASSU, 1977, p. 15).

Por esse viés analítico exposto por Japiassu, é possível, inclusive, questionar as possibilidades de instrumentalização da ciência na manutenção ou reprodução de relações econômicas dentro do sistema capitalista. Importa indagar em que medida o saber pode ser instrumentalizado pelas forças produtivas, o que acabaria por interferir diretamente não apenas no conhecimento produzido, mas na funcionalidade desse conhecimento, ou seja, sua operacionalização em âmbito profissional – o que se reverteria ao tratamento atribuído a bens culturais patrimonializados. Essa pode ser uma provocação que nos leve a questionar a constituição de reservas de mercado e corporativismos na seara do

patrimônio, em especial na realidade latino-americana - lugar de origem da presente tese - onde a formação disciplinar parece ser condição de legitimidade para a atuação profissional sobre bens culturais¹⁴.

Ainda sobre as disciplinas nesse movimento dialético entre ciência e mercado - onde se inserem as dinâmicas de financiamento de pesquisas, publicações, bolsas, congressos e outros elementos constituintes do universo acadêmico - vale destacar as ideias de Schwartzman (1992), quando o autor supõe que a interdisciplinaridade seria algo bem-definido, com potência para “[...] abolir as diferenças e até mesmo os abismos de comunicação que existem entre as diversas tradições de trabalho” (idem, p. 64).

O brasileiro Emmanuel Carneiro Leão (1992), evocando a perspectiva epistêmica da discussão, também acena para as questões do poder e do saber, sob o ponto de vista crítico a respeito da importação de modelos científicos no que ele considera como “países epistemicamente hegemônicos”. Para ele, a disciplinaridade seria um dos elementos da Modernidade, e a interdisciplinaridade apenas mais uma estratégia de reprodução da dinâmica de padronização do conhecimento em torno da ciência ocidental - esta, segundo o autor, fracassada nos resultados dos investimentos na América do Sul.

Tal expediente acerca do suposto fracasso da ciência nas Américas fora igualmente utilizado pelo norte-americano Richard Morse (1988; 1989) que culminou no famoso debate travado entre este autor e Simon Schwartzman através da Revista Novos Estudos. A referida polêmica decorreu da publicação da obra “O espelho do próspero” de Richard Morse (1988), que traduz com clareza a tônica dessa discussão. O trabalho publicado por Morse defendia uma produção sociológica “genuinamente brasileira” que fugisse aos parâmetros do “projeto iluminista ocidental” que,

¹⁴ Aqui importa destacar a discussão desenvolvida por Márcia Kersten e Anamaria Bonin no artigo “Para pensar os museus ou quem deve controlar a representação do significado dos outros?” referente a coleções etnográficas e a relação com a Antropologia na construção de representações sobre o “outro”. Ver: KERSTEN & BONIN, 2007. Outro artigo que interessa mencionar nessa mesma perspectiva é “Escolha seu menu no Museu Canibal”, publicado na revista eletrônica Público. O artigo trata de uma exposição realizada por Jacques Hainard em 2002 no Museu de Etnografia de Neuchâtel, Suíça, cuja expografia organizava-se como um enorme jantar: cada mesa tinha um menu próprio, mas os “pratos” eram máscaras, estatuetas e objetos da reserva do museu. A discussão em torno da referida exposição dizia respeito ao poder de legitimação dos discursos dos museus e suas orientações políticas e teóricas na construção de representações sobre culturas não europeias. Disponível em: <<https://www.publico.pt/temas/jornal/escolha-o-seu-menu--no-museu-canibal-286646>> Acesso em: 20 de maio 2017

segundo ele, havia fracassado em lidar com os problemas sociais e ambientais, mas sim produzido um desencanto, um mal-estar ocidental – crítica que abarcava, portanto, as ciências humanas e suas instituições no Brasil. Daí estabeleceu-se a discussão entre o autor e Simon Schwartzman, através dos textos intitulados “O Espelho de Morse”, “A Miopia de Schwartzman” e o “O Gato de Cortazar”, a partir dos quais Schwartzman assumiu a defesa da produção científica brasileira. Mas interessa destacar aqui que Morse, ainda que crítico das instituições, dos valores e modelos modernos, falava a partir de um lugar acadêmico, disciplinar, especializado, e seu poder de fala, e o conteúdo da mesma, assumia e reafirmava sua legitimidade pelo/através do triunfo do que seria, portanto, essa racionalidade ocidental, esse projeto civilizatório: a Sociologia em sua dinâmica *disciplinar*.

Partindo desse lugar de fala e esse poder de falar sobre a região que chamou de *Ibero-América*, Morse colocou tal território em perspectiva e evocou a ideia de uma suposta “essência cultural ibero-americana” através da qual depositou uma espécie de fé, um tipo de esperança em contraposição ao desencanto ocidental. Esse parece ser um dos pontos nevrálgicos do debate estabelecido com Simon Schwartzman: um arriscado movimento que poderia se tornar discriminatório ao induzir uma interpretação sobre a suposta incapacidade das sociedades colonizadas em constituírem/manterem /desenvolverem as estruturas científicas herdadas desde a colonização dos territórios. E nessa perspectiva de Morse, a cultura parece definir a capacidade [ou não] dessas sociedades de refletir criticamente sobre si mesmas e sobre outras a partir dos mecanismos institucionais herdados por uma racionalidade ocidental: a ciência em sua formação disciplinar.

Ao contrário de Morse, Schwartzman parece ver potência nessa herança moderna, sugerindo que tais mecanismos, voltados ao desenvolvimento científico e técnico e apoiados por sistemas educacionais de massa, não apenas teriam assegurado liberdades e direitos individuais, como também teriam garantido, por exemplo, um processo efetivo de controle de doenças e da fome. Ou seja, não seria possível desprezar as heranças do projeto moderno, mas o esforço crítico deveria se voltar à autonomia e ao fortalecimento dessas ferramentas para o controle e o combate às mazelas produzidas pelo próprio projeto de Modernidade.

Importa destacar que a institucionalização das áreas em formato disciplinar – universitário – no Brasil foi um fenômeno complexo e dialético, com características variadas (SCHWARTZMAN, 2015).

Mas importa situar as ideias de Simon Schwartzman nos debates internos da Sociologia acerca da aplicabilidade da pesquisa científica na história brasileira. E nesse sentido, vale ressaltar o esforço do autor em apontar, numa longa trajetória intelectual dedicada ao assunto, a importância da conquista do status científico nacional – em todo o seu processo de interação com a comunidade científica internacional – na resolução de problemas objetivos da sociedade, como, por exemplo, nas questões relacionadas à saúde pública. Tais considerações disseram respeito, entre outras coisas, ao controle de epidemias de febre amarela e varíola no Brasil, e apontaram o papel do Estado na criação de Institutos de pesquisa na área da saúde, entre os quais o Instituto Soroterápico Federal¹⁵ e o Centro de Bacteriologia de São Paulo¹⁶.

É preciso considerar que o debate entre Schwartzman e Morse se deu a partir das mesmas instituições modernas mencionadas por ambos, através de revistas científicas e universidades. A crítica acerca da ciência promovida no referido debate envolveria, portanto, a própria noção de disciplina e de organização e institucionalização do conhecimento num território ocidentalizado pelo processo de colonização: o Brasil. Trata-se de uma discussão que opera não apenas no exercício do poder que é atribuído por determinados discursos, mas igualmente sobre o poder de discursar.

Numa perspectiva que remete à tônica desta discussão, cabe aqui citar o francês Pierre Bourdieu (2004) e sua investida em destacar a ciência – e toda sua lógica disciplinar, considerando o histórico investigativo do autor sobre os limites e a potência da Sociologia engajada na esfera pública – como um instrumento de poder. Contudo, Bourdieu chama a atenção para o cuidado que as sociedades contemporâneas precisariam ter para não conduzirem a crítica à ciência a um *anticientificismo* romântico e

¹⁵ O Instituto foi criado em 1900 na Fazenda de Manguinhos – no atual município do Rio de Janeiro – e deu origem posteriormente, em 1920, ao Departamento Nacional de Saúde Pública. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/historia>>. Consultado em: 18 de agosto de 2018.

¹⁶ Criado em 1892, o Centro foi inspirado no Instituto Pasteur de Paris enquanto laboratório de saúde pública. Em 1925 foi incorporado ao Instituto Butantã, se tornando Instituto Adolfo Lutz na década de 1940. Disponível em: <<http://www.ial.sp.gov.br/ial/centros-tecnicos/centro-de-bacteriologia/historia>>. Consultado em 18 de agosto de 2018.

regressivo, mas investirem na produção de condições de um novo espírito científico e político, libertador porque liberto das censuras (BOURDIEU, 2004, p. 11)¹⁷. Esse mesmo tom é assumido por Japiassu (2000) acerca dos riscos que o relativismo excessivo oferece à elaboração de uma crítica necessária sobre o poder exercido pela racionalidade científica:

[...] o relativista extremado considera arbitrária a distinção entre ciência e não-ciência. Nega a existência de uma categoria única, 'a ciência', capaz de impor uma superioridade intrínseca, de direito e de fato, às outras formas de saber, embora não ignore o fato de indivíduos e comunidades conferirem um valor elevado ao conhecimento científico. Para compreendermos a razão pela qual 'a ciência' goza de uma altíssima estima em nossa sociedade, precisaríamos analisar nossa sociedade, não a natureza da própria ciência (JAPIASSU, 2000, p. 30).

Não se trata, aqui, de colocar em questão a recusa da ciência ou do estatuto científico, naquilo que diz respeito às disciplinas e à interdisciplinaridade. Se trata de pensar a compartimentalização da ciência em disciplinas e em seu conhecimento especializado e a predominância dessa ordem sobre outras formas de conhecimento como um exercício de poder: o poder de discursar e o poder pelo discurso.

Sem abandonar o êxito do conhecimento científico moderno, movimentos teóricos sul-americanos procuram compreender o papel do conhecimento científico na configuração de um fenômeno histórico/político denominado *Modernidade*, identificando diferentes relações de poder a partir da experiência da colonização. Partindo de conceitos como *sistema-mundo-moderno-colonial* e *colonialidade*¹⁸, formulou-se uma reflexão sobre uma “geopolítica do conhecimento”, a partir da qual procuraram compreender a formação de uma relação de superioridade da racionalidade científica sobre as demais formas de saber compartilhadas em outros territórios¹⁹.

¹⁷ Cabe destacar que essas ideias se inserem num contexto de debates ontológicos sobre a validade da produção científica em caráter objetivo e a constituição de múltiplas realidades a partir da inseparabilidade sujeito-objeto. Isso não significa que Bourdieu defenda uma unidade e objetividade na ciência: ao contrário, o autor reconhece como um progresso em direção à cientificidade quando há conflitos, divergências científicas, isto é, confrontos regrados.

¹⁸ Tais conceitos dizem respeito à relação de dominação colonial da América do Sul e à interpretação teórica sobre o papel protagônico deste continente na constituição do fenômeno da Modernidade. Tais ideias serão abordadas com maior detalhamento logo à frente.

¹⁹ A ideia de *território* é trabalhada na presente tese numa perspectiva conceitual que confronta a ideia de unidade federativa – projetada na organização do Estado Nacional

Para essa rede de autores sul-americanos, os pressupostos fundacionais do ambiente intelectual das disciplinas relacionadas às *humanidades* na América do Sul dizem respeito à relação entre ciência e Modernidade, cuja expressão se observa no formato das universidades e na segmentação do conhecimento em disciplinas.

Para pensar essa relação entre ciência e Modernidade mencionada acima, é preciso estabelecer o que chamamos aqui de *Modernidade*. Recorremos, então, ao estadunidense Immanuel Wallerstein (1991; 1999), que criou a categoria *sistema-mundo* (Idem, 1991) – a qual é aplicada na presente tese e especificada mais à frente – se baseou, entre outras coisas, em discussões acerca da constituição de disciplinas nas sociedades ocidentais. Focando-se nas ciências humanas, o autor aponta que o conhecimento compartimentalizado atribui lógicas separadas a dimensões da ação humana coletiva – econômica, política e sociocultural – que de forma alguma são arenas autônomas do mundo social. Esse é um dos pontos nevrálgicos desta investigação, cuja hipótese sobre a colonialidade presente nos processos de preservação implica na reflexão crítica sobre a compartimentalização do conhecimento e sua relação com a constituição de profissões especializadas para a ação sobre bens culturais.

Wallerstein (1999), recorrendo a definições enciclopédicas, destaca a associação que se faz do termo *disciplina* à *instrução*, esta dedicada à reprodução do conhecimento. Contudo, sua perspectiva é a de que *disciplina*, que se define pela prática, deveria ser encarada como produção de conhecimento. De acordo com esse autor, as “descrições” da realidade se fundamentariam em premissas, mas ao mesmo tempo seriam capazes de orientar/transformar as percepções sobre a realidade. Nesse sentido, a produção de conhecimento na lógica da compartimentalização – das dimensões da ação humana coletiva que não seriam autônomas – tem muito a ver com as redes organizacionais que buscam validações intelectuais para a estrutura e funcionamento das instituições:

Sabemos que existem múltiplas disciplinas, já que existem múltiplos departamentos acadêmicos nas universidades de todo o mundo, graduações nessas disciplinas e associações

Brasileiro nas suas constituições republicanas – com a ideia de pluralidade simbólica e material – onde os aspectos natural, econômico, político e cultural se inter-relacionam. Nesse sentido, o território como uma totalidade dialética a partir da perspectiva de Milton Santos sobre a materialização das múltiplas formas de existência (SILVA, 2015).

nacionais e internacionais de estudiosos dessas disciplinas. Ou seja, sabemos politicamente que existem diferentes disciplinas. Elas têm organizações com fronteiras, estruturas e corpos de funcionários para defender seus interesses coletivos e assegurar a sua reprodução coletiva (WALLERSTEIN, 1999, p. 450).

Sendo assim, continua Wallerstein, o trabalho interdisciplinar não se configuraria como uma crítica à compartimentalização do conhecimento, na medida em que não afetaria as estruturas institucionais existentes, mas de certa forma, as reforçaria:

Na verdade, o contrário pode ser verdade: o que acentuou a reivindicação de cada disciplina de representar separadamente um nível coerente de análise ligado as metodologias apropriadas e a constante asserção pelos profissionais de várias disciplinas de que cada uma delas tem a aprender com a outra algo que poderia não vir a saber se permanecesse em seu próprio nível de análise, com suas metodologias específicas, e de que esse "outro" conhecimento é pertinente e significativo para a resolução dos problemas intelectuais sobre os quais cada qual está trabalhando (WALLERSTEIN, 1999, p. 450).

Por esse viés, Wallerstein sustenta o argumento do sistema-mundo como modelo ampliado de entendimento sobre sistemas históricos. Daí que o método investigativo reivindicado pelo autor consistiria analisar em conjunto as dimensões social, política e econômica como um sistema inteiro, orgânico. Para ele, a empreitada somente seria possível partindo do abstrato em direção ao concreto, como esforço hipotético-dedutivo de entendimento da maneira como os sistemas históricos seguiriam uma via particular (WALLERSTEIN, 1999). Por este viés, a lógica de construção da presente tese assume esse mesmo formato hipotético-dedutivo: forjando reflexões ampliadas, de cunho abstrato, em direção a materializações no mundo concreto, aplicável, do patrimônio.

E é sobre essa perspectiva sistêmica, ampliada, que a tese fundamentará a argumentação sobre o patrimônio e a patrimonialização no Brasil: num olhar para relações de poder forjadas em nível macro, em dimensões que aparentemente não se dissociam – a cultura, a política e a economia – e que reverberam numa lógica disciplinar a qual aparentemente fundamenta as ações preservacionistas. Trata-se de uma opção teórico-metodológica que implica escolhas específicas de autores por seus

posicionamentos epistêmicos. Perspectivas que incluem o sujeito cognoscente na realidade social – esse mesmo sujeito produtor de conhecimentos – mas que escolhe como foco as determinações sistêmicas sobre os indivíduos. E para não incorrer em argumentações superficiais é preciso se aprofundar no terreno onde tais ideias são gestadas, compreender a lógica de pensamento a partir de correntes de investigação que se debruçaram por essas ideias.

1.3 - Uma Breve Incursão no Debate Modernidade x Pós-Modernidade

Antes de dissecarmos o conceito de *colonialidade* é preciso ter atenção para o contexto de debates que contextualizam a criação e uso desse termo dentro das ciências humanas, o que nos remete a discussões acerca do papel das instituições, dos valores e dos códigos presentes na construção de um *projeto de Modernidade*. Ou seja, é preciso localizar esses autores que percebem criticamente o mundo em sua experiência moderna – ainda voltado para o investimento na organização racional da sociedade que lança mão do conhecimento científico do mundo para controlá-lo e explorá-lo, o que inclui, entre outras coisas, o controle e exploração da natureza e a elaboração de leis – a partir das dinâmicas de suas próprias disciplinas.

Numa perspectiva historiográfica, o brasileiro Ciro Flamarion Cardoso (1997) percebe movimentos intelectuais que remontam os séculos XVIII e XIX – e reverberaram no século XX – que forjam, segundo o autor, dois grandes paradigmas polares: o “iluminista” e o “pós-moderno”. O primeiro, de tendências filosóficas que remontam os séculos XVIII e XIX, refere-se ao surgimento da História enquanto disciplina, movida a partir de modelos macro-históricos e teorizantes que se articulavam, em contexto, com vertentes estruturalistas, com aspectos centrais de racionalidade e cientificidade. Esse paradigma, ligado à ideia de progresso e modernização causou a desilusão em muitos teóricos europeus que passaram a vê-lo pela lente da massificação, desumanização, e destruição do meio ambiente ao longo do século XX. Segundo o autor, essa desilusão radical por ideias que não levaram à libertação e felicidade das sociedades – e aqui Cardoso cita as guerras mundiais, os genocídios e as tecnologias modernas que

causaram a destruição ambiental – constituíram um terreno favorável ao rompimento desse paradigma e a adesão ao paradigma *pós-moderno*.

O historiador inglês Peter Burke (2012), por sua vez, discorre sobre a constituição de correntes de pensamento remetendo às escolas francesas e alemãs em oposição às escolas inglesas. Segundo ele, a construção histórica do pensamento social remete à formação de duas correntes de pensamento que poderiam ser denominadas como *individualistas metodológicos* e *holistas*. A primeira, particularmente forte nas escolas de tradição inglesa, conduz suas análises do social reduzindo o foco ao indivíduo. A segunda, por sua vez, é comumente abraçada por historiadores, sociólogos e antropólogos franceses e alemães, os quais voltaram-se à análise das ações individuais como integrantes de um sistema de práticas sociais. Dessa última, Burke ressalta o papel desempenhado por Durkheim, Weber, Levi-Strauss, François Hartog, Marx, March Bloch, Lucien Febvre, Braudel, Sausurre, Althusser, entre outros. Por essa corrente destacam-se reflexões que ao longo da história do pensamento foram subdivididas em outras correntes chamadas de “funcionalistas”, “estruturalistas” e “marxistas”.

A corrente estruturalista, voltada para as estruturas ou sistemas de pensamento ou de cultura (BURKE, 2012) se constituiu com forte influência de linguistas e sua percepção sobre a estrutura da linguagem: as regras que constituem o código e que afetam o significado da mensagem. Nessa perspectiva, “[...] o modelo ou metáfora fundamental subjacente ao estruturalismo é o da sociedade ou da cultura como linguagem” (BURKE, 2012, p. 200). Essa abordagem acabou por privilegiar a *estrutura* sobre a *agência*, e conseqüentemente sobre o conflito, na medida em que se voltou a lógicas sistêmicas a partir de padrões observados no mundo social.

Vale destacar que tais divisões empregadas pelos respectivos historiadores – Cardoso e Burke – longe de tentarem criar enquadramentos rígidos e estanques servem como estratégia para elucidar os caminhos teórico-metodológicos observados na história do que se convencionou chamar *ciências humanas* ou *humanidades*. O processo orgânico de construção de ideias faz com que autores transitem entre correntes, adotem determinados pensamentos que não necessariamente se aplicam a “caixinhas”. Contudo, é possível observar tendências hegemônicas em

trabalhos e pesquisas, o que acaba por lhes conferir o enquadramento a uma determinada corrente de pensamento.

A partir da perspectiva referente à relação de força que a sociedade exerce sobre o indivíduo por meio de instituições, de costumes e da própria linguagem, uma expressiva gama de críticas foram formuladas, tendo como foco a ideia de *controle social* suscitada pelas análises estruturalistas. Tais críticas apontavam a existência de um caráter determinista dessas análises, recorrendo a questionamentos sobre o consenso e o equilíbrio que, segundo as críticas, acabavam fazendo parecer que a sociedade seria estável e equilibrada. “O conceito carrega consigo as tentações de negligenciar a mudança social, o conflito social e os motivos de natureza individual” (BURKE, 2012, p. 199).

Mas como é possível lidar com o mal-estar teórico e metodológico e a dificuldade de explicação das mudanças radicais vivenciadas pela sociedade em suas constantes oscilações proporcionadas por mudanças tecnológicas e comunicacionais drásticas, as quais interferem direta e indiretamente nas relações humanas, individuais e coletivas? “Como teorizar, nestas condições, sobre as sociedades vistas holisticamente, se elas estão em pleno devir para se tornarem “outras”, se bem que no quadro, ainda, do capitalismo?” (CARDOSO, 1997, p. 37). A perspectiva que assumimos aqui nos é oferecida pela rede de pesquisadores sul-americanos denominada Modernidade/Colonialidade²⁰, composta principalmente por sociólogos, educadores e filósofos. Entre eles o peruano Aníbal Quijano, cuja reflexão fundamenta-se na relação de dominação colonial europeia sobre as Américas e suas implicações decisivas na elaboração de um paradigma europeu de racionalidade e nas relações dos agentes entre si com o mundo em torno (QUIJANO, 1988; 1992). Para Quijano, a relação *saber e poder* está direta e indiretamente articulada à recepção plena do modo de produzir, dos estilos de consumir, da cultura e dos sistemas de organização social e política dos países capitalistas. Essas condições materiais, potencializadas globalmente a partir da colonização e de seus desdobramentos nas relações

²⁰ A Rede é composta por diferentes pesquisadores sul-americanos que possuem, em comum, a interpretação sobre o papel protagônico do continente na constituição do fenômeno da Modernidade. Uma descrição pormenorizada sobre o grupo será feita ainda neste mesmo capítulo, mais à frente.

entre indivíduos e povos²¹ revela-se, para o autor, como uma *totalidade-histórica* que produz a Modernidade: um fenômeno econômico, político e social – três instâncias indissociáveis. A partir de Quijano outros investigadores da rede investiram suas reflexões no entendimento desse fenômeno, como é o caso do filósofo argentino Enrique Dussel (2005), que o definiu por duas perspectivas:

1) A Modernidade pode ser encarada como uma etapa evolutiva, a partir de uma concepção linear de tempo que tem como referência a Europa. Essa visão, eurocêntrica, toma como ponto de partida fenômenos intra-europeus, e encara a Modernidade como uma etapa de desenvolvimento humano. Acontecimentos históricos como a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa são parte constituintes dessa perspectiva. “Para muitos, Galileu (condenado em 1616), Bacon (*Novum Organum*, 1620) ou Descartes (*O Discurso do Método*, 1636) seriam os iniciadores do processo moderno no século XVII” (Idem, p.27).

2) A outra leitura é proposta por autores decoloniais, e põe em questão a colocação central da Europa e da Modernidade na História Mundial. Por essa perspectiva, a Modernidade é compreendida como um fenômeno econômico, político e social datado da expansão marítima ao Atlântico e do mercantilismo mundial a partir do século XV. Dussel toma como referência a ideia de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein para compreender a universalização da história a partir de 1492. Segundo o autor, antes dessa data os impérios e sistemas culturais coexistiam entre si²², mas com a expansão portuguesa e espanhola passa-se a construir uma espécie de unidade: o planeta enquanto um lugar de uma só história mundial, tendo como referência a Europa. “Esta Europa Moderna, desde 1492, ‘centro’ da História Mundial, passa a olhar todas as outras culturas como sua ‘periferia’” (Idem, p. 27).

²¹ Sobre a colonização e a construção de estruturas e instituições que produzem o racismo e reproduzem o sexismo, ver: GROSFUGUEL, 2016.

²² Sobre essa discussão, outro autor, Ramon Grosfoguel (2016), discorre sobre a ideia de “convivência” - trabalhada por Enrique Dussel e Nelson Maldonado Torres – no período que antecede a colonização. Segundo o autor, a expansão marítima inaugura outras formas da Europa se relacionar com culturas distintas: configura-se um sistema de poder no qual a hegemonia do imaginário europeu cria uma hierarquia racial que atribui graus de humanidade diferenciados através de identidades fixadas. A distinção entre povos com costumes diferentes, até então encarados como povos com “costumes errados”, dá lugar ao conceito de “povos sem alma”. Nesse sentido, afirma Grosfoguel, o “índio” teria se constituído como a primeira identidade moderna.

Essa segunda perspectiva aponta o olhar crítico que a rede Modernidade/Colonialidade lança sobre o fenômeno da Modernidade. Dussel (2005), com base em Quijano e Wallerstein, interpreta que a primeira etapa da Modernidade teria ocorrido, então, com o Mercantilismo comercial e com o acúmulo de riquezas oriundas dos territórios ocupados, os quais forneceram todas as condições materiais e ainda legitimou os elementos ideológicos para a constituição do eurocentrismo. De acordo com ele, o Atlântico suplantou o Mediterrâneo, deslocando essa centralidade da Europa para a América do Sul. A segunda etapa da Modernidade seria, para o autor, a Revolução Industrial do século XVIII e a Ilustração, os quais ampliaram e consolidaram o processo iniciado no século XV. Sendo assim, a superioridade europeia, de acordo com Dussel, acabou sendo fruto da acumulação de riquezas e das experiências acumuladas desde a conquista da América. “A Modernidade, como novo ‘paradigma’ de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico” (DUSSEL, 2005, p. 28).

Por esse viés interpretativo, a Modernidade não surgiu da Europa e depois se expandiu pelo mundo, “como se houvesse na geografia mundial um *continuum* de diferentes tempos, como no seu evolucionismo unilinear” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3). A Europa só se coloca como centro do mundo a partir da expansão para a América, pois até então o Oriente, com suas grandes sociedades, integrava o centro dinâmico comercial e dividia espaço e poder com gregos e romanos, por exemplo. Nesse sentido, o papel da América é preponderante na formação da Modernidade, ainda que seja subalternizado pela narrativa eurocêntrica:

A América teve um papel protagônico, subalternizado é certo, sem o qual a Europa não teria acumulado toda a riqueza e poder que concentrou. Sublinhemos que a teoria da moderno-colonialidade ao ressaltar o papel protagônico subalternizado indica não um lugar menor da América e maior da Europa, como se poderia pensar nos marcos dicotomizantes do pensamento hegemônico. Ao contrário, assinala que há uma ordem geopolítica mundial que é conformada por uma clivagem estruturante moderno-colonial e que só pode ser compreendida a partir dessa tensão que a habita (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3-4).

A rede de pesquisadores sul-americanos compreende que a perspectiva eurocêntrica sobre a Modernidade – que a encara como uma etapa evolutiva, a partir de uma concepção linear de tempo que tem como

referência a Europa - se revela como a versão hegemônica trabalhada largamente por universidades e centros de pesquisa em todo o globo²³. Esta versão se projeta em elaborações intelectuais de domínio europeu estabelecidas com o resto do mundo desde o final do século XV, a partir da qual se apresenta como uma única forma legítima de historicidade: um passado onipresente que atribui legitimidade a toda explicação que lhe é traçada a partir do presente e de critérios temporais europeus, e a instalação de um futuro como lugar de esperança (QUIJANO, 1988). Para Quijano, esse seria o sentido básico das utopias modernas que se produzem na Europa e que podem ser reconhecidas como um primeiro momento de construção de um *pensamento moderno*.

Quijano e outros pensadores sul-americanos veem nessa Modernidade, portanto, um padrão de poder cujas estruturas se fazem presentes ainda nos dias de hoje: vivemos, por exemplo, numa sociedade organizada como Estado-nação, que implica na sustentação de instituições modernas de cidadania e democracia política (QUIJANO, 2010). Nessa perspectiva, importa, aqui, esclarecer a escolha da condução teórico-metodológica desta tese por uma percepção do mundo social sobre a experiência moderna. Tal afirmação coloca-se como necessária considerando a expressividade de alguns analistas da sociedade contemporânea que procuram preconizar o colapso das ideias de estrutura - seja social, econômica, política ou cultural²⁴. De acordo com Peter Burke (2012), essa parece ser uma tendência analítica que vem ganhando força a partir de conceitos como *rede*, *fluxo* e *transformação*, associada à visão da sociedade enquanto soma das ações dos indivíduos, como uma espécie de “revivescência do individualismo metodológico” (BURKE, 2012, p. 257). Nesse sentido, o autor chama a atenção para essa disposição contemporânea em levar as estruturas menos a sério, num movimento que, em resposta à aceleração de processos sociais, acabou construindo uma espécie de contraposição ao *Moderno* em referência a uma descrição de

²³ A presente tese parte dessa perspectiva na investigação sobre o patrimônio, considerando que aparentemente as agências dedicadas à preservação - o que inclui institutos de patrimônio e museus - compartilham dessa visão linear eurocêntrica na medida em que parecem assumir as dinâmicas, os códigos e valores disciplinares como condições de legitimidade para o trato de bens culturais.

²⁴ Interessa destacar a reflexão de Quijano (1992) sobre a constituição da relação sujeito-objeto na tradição do pensamento ocidental. Segundo o autor, essa relação revela-se marcada pela separação do sujeito-objeto em relação à natureza, mas revela-se de caráter individual e individualista na medida em que nega a intersubjetividade na totalidade social - o que incluiria a natureza - como a própria condição de produção do conhecimento.

uma época nova, *Pós-moderna*. Para isso, a teoria social foi configurando o movimento intelectual denominado *Pós-modernismo* (BURKE, 2012), cuja compreensão é de fato uma tarefa complexa.

O Pós-modernismo - ou paradigma Pós-moderno, segundo Ciro Flamarion (1997) - não pode ser tratado como uma “manifestação teórica” ou um “movimento coeso”, com ideias e conceitos gerais ou consensuais. Muitos são os autores que tentaram explicar e datar um suposto fim da Modernidade e o início da Pós-modernidade a partir de diferentes disciplinas, a partir de seus paradigmas analíticos, de suas matrizes institucionais, intelectuais e profissionais. Nomes como Nietzsche, Lyotard, Derrida, Deleuze, Baudrillard, Foucault entre outros, são comumente citados como expressão de uma tendência intelectual que colocava sistemas filosóficos sob incredulidade, botando em cheque as “verdades”, as “certezas”, as metanarrativas (leis históricas que anunciariam grandes utopias). Percebe-se uma espécie de crise das análises ontológicas e um movimento intelectual de embate e (no limite) de desqualificação de referenciais teóricos que operassem com ideias relacionadas a estruturas de longa-duração, associadas, então ao *pensamento moderno* ou *razão moderna*. “Os conceitos e a teorização filosófica e social variam conforme os autores, mas todos querem expressar que se adentrou numa nova era - daí os termos pós-moderna, hiper-moderna, modernidade líquida” (LOMBARDI, 2010, p. 27).

Como observou Perry Anderson, em *As Origens da Pós-Modernidade* (1999), a noção de ‘pós-modernismo’ surgiu, pela primeira vez, no mundo hispânico, na década de 1930, com uma geração de antecedência de seu aparecimento na Inglaterra ou nos EUA. Conta Anderson que Frederico de Onís, um amigo de Unamuno e Ortega, usou o termo pela primeira vez, para descrever um refluxo conservador dentro do próprio modernismo. Entretanto, é praticamente unânime considerar-se que o uso contemporâneo do conceito de pós-modernidade foi introduzido por Jean-François Lyotard, em seu livro *A Condição Pós-moderna*, originalmente publicado em 1979. Nessa obra o autor utiliza o conceito de ‘jogos de linguagem’, desenvolvido por Ludwig Wittgenstein, como característica da experiência pós-moderna, assim como a fragmentação e multiplicação de centros, e a complexidade das relações sociais dos sujeitos (LOMBARDI, 2010, p. 27).

Para Jean-François Lyotard, em seu livro *A Condição Pós Moderna* (1987) - considerado por muitos como um marco na história de configuração dessa tendência - tal ruptura caracterizou-se pelo fim dos

grandes esquemas explicativos. Destaca-se ainda o discurso sobre fim das “grandes narrativas” não mais havendo garantias até mesmo da ciência que já não poderia ser considerada como a fonte da verdade. Diferentes matrizes teóricas formularam, então, o que ficou conhecido como *pensamento(s) pós-moderno(s)* partindo de análises epistemológicas que entendiam a falência de paradigmas sistêmicos.

Para Flamarion Cardoso (1997), tal movimento procurou afirmar o colapso das explicações pretensamente universais. Nesse processo parece inevitável o surgimento de uma multiplicidade de interpretações para cada objeto, o que impõe uma nova forma de enxergar o papel do sujeito como ator e como observador, colocando em cheque a dualidade natureza/cultura. Tal perspectiva, segundo o autor, retoma uma discussão iniciada nos idos do século XX sobre a impossibilidade de se estudar o comportamento humano em suas subjetividades a partir de fenômenos estudados pelas ciências naturais²⁵. No âmbito da História, por exemplo, a questão da *Nova História* vai se desenvolvendo como uma “hermenêutica da interpretação”: impera-se a subjetividade do autor e do leitor. Constata-se, portanto, a inexistência da cientificidade do fazer historiográfico, a inexistência do conhecimento objetivo, racional. Nesse caminho, segundo Cardoso, tornou-se prudente o abandono da reflexão estrutural, da macroanálise, em favor das interações individuais, da micro-história.

Contudo, este autor vê nos pós-modernos que se firmaram ao longo do século XX intelectuais que não souberam desenvolver a crítica radical à Modernidade e às problemáticas do pós-modernismo colocadas pelos pensadores pioneiros dessa vertente. Questões como devastação da natureza, armamentismo, guerras, genocídios, enfim, foram naturalizados ou desprovidos de críticas e resistências porque relegados a uma espécie de “limbo de fenômenos” ou igualmente silenciados/retirados de foco ao se eliminarem os contextos sociais globais. Por essa razão Cardoso percebe que o anti-racionalismo que vai se exacerbando nessa corrente, ao longo do século XX, é acompanhado, segundo ele, de um certo desleixo teórico e metodológico.

Outro historiador brasileiro, Ronaldo Vainfas (1997), no entanto, observa duas abordagens que, para ele, não são necessariamente

²⁵ Para outras assertivas acerca do positivismo nas ciências sociais e no uso de analogias derivadas das ciências naturais, importadas da física ou biologia, ver: FALCON, 1997.

excludentes apesar de originárias de pontos de vistas opostos: uma história-síntese - voltada às preocupações estruturais, de perspectiva globalizante - e uma micro-história - voltada às questões particulares, aos estudos dos pequenos grupos. Para o autor há sensíveis diferenças entre o enfoque hipotético-dedutivo e uma abordagem indiciária que dizem respeito ao posicionamento do sujeito/observador em relação às diferentes escalas de seu objeto. Mas segundo ele, é possível que ambas as abordagens sejam combinadas em processos investigativos, ainda que a empreitada não seja fácil. O autor defende a possibilidade de relacionar as perspectivas investigativas do macro e micro-histórico, promovendo diálogos que podem ser profícuos ao conjugar a postura explicativa com a descrição do detalhe cultural. Segundo ele, ambos os paradigmas apresentam lacunas em suas interpretações, ainda que contemplem grandes obras historiográficas. Vainfas considera possível encontrar grandes trabalhos que prezem por macro-explicações consistentes, que executam uma abordagem do sujeito coletivo com maestria, mas que silenciam personagens, corpos, crenças, aflições, que apresentam sujeitos sem rosto e sem nome. Por outro lado, ele aponta a existência de grandes trabalhos investigativos sobre microcosmos que envolvem práticas, costumes comportamentos relevantes à compreensão de um dado segmento social, étnico, religioso ou profissional, mas que ao se reduzirem a uma pequena comunidade ou grupo no tempo acabam incapazes de tecer reflexões gerais consistentes e se limitam às descrições de realidades investigadas (VAINFAS, 1997). Segundo Vainfas:

Penso que macro-história e micro-história — para usar metáforas alusivas àqueles paradigmas — são apenas modos distintos de conceber a história e de fazer história. Não vejo com nitidez qualquer vantagem ou superioridade a priori de um sobre outro em termos epistemológicos, mas sim, fundamentalmente, diferentes escalas ou pontos de observação (VAINFAS, 1997, p. 631).

Recorrendo ao campo da Sociologia, essa perspectiva relacional pode ser percebida em Pierre Bourdieu, autor cuja articulação de ideias, pensamentos e leituras oriundos dessas duas vertentes de pensamento resultou em trabalhos voltados para a ação individual - o agente - dentro de um espaço social - o campo (1980; 1987; 2004). O trabalho metodológico bourdieuano procurou tratar o indivíduo e a sociedade em relação, permitindo repelir a ideia do isolamento individual e também questionar a

universalidade de categorias utilizadas na formulação de pensamento (CHARTIER, 2015), criando, com isso, os conceitos de *habitus*, campo e *doxa*. O autor oferece ferramentas analíticas para se articular premissas estruturais com a própria ideia de conflito e de tensão entre agentes e seus espaços sociais. Bourdieu não opera com o consenso ou com o equilíbrio, mas considera as estruturas que atuam sobre os indivíduos fazendo parecer a existência de um consenso entre eles.

Numa outra perspectiva, para alguns pesquisadores brasileiros, em especial os marxistas, como José Paulo Netto (1995; 2009) e José Claudinei Lombardi (2010), a corrente pós-moderna revela-se, contudo, como estágio próprio da ordem burguesa em consonância com o capitalismo. De acordo com eles, essa corrente, partindo de uma dicotomização entre a ideia de novo (pós) e de velho, coloca em descrédito paradigmas filosóficos e científicos tratando-os como falaciosos ou ineptos - no limite acusam o fim da história e a vitória do capitalismo²⁶. Segundo esses autores, trata-se de elaborações que, impregnadas pelo irracionalismo, pelo subjetivismo, obscurecem paradoxos numa espécie de apatia aos grandes e graves problemas sociais e humanos ligados ao sistema capitalista em sua faceta monopolista. De acordo com eles, os adeptos ao pós-modernismo dedicam-se ao particular, ao cotidiano, ao efêmero, na cultura e na memória, tomando a aparência dos fenômenos contemporâneos como expressão última da sua estrutura. Limitam-se a observar seu objeto de análise, a epiderme, tomando aparência e essência sem distinção.

Ainda nessa perspectiva dos autores, pensa-se nos limites colocados ao pesquisador que se restringe à análise e reflexão de partes de uma realidade, sem condições de pensar globalmente o sistema em que se insere seu objeto e no qual ele próprio se vê inserido. A fixação pelas análises localizadas pode levar a explicações por meio de comparações com outras análises igualmente locais, produzindo um aprisionamento analítico que em si mesmo é produto dos paradoxos de um mundo globalizado e capitalista de ordem neoliberal, mundo esse “desproblematizado” pela pesquisa.

Para Lombardi, esse posicionamento é sintoma da própria reestruturação do capital, expressão de uma cultura da globalização em seu

²⁶ Ideias defendidas pelo filósofo nipo-estadunidense Francis Fukuyama em “O fim da história e o último homem” (1992).

viés neoliberal. Netto, por sua vez, sintetiza a crítica dos modernos aos pós-modernos no que seria o esforço destes últimos em reconstruir, através de representações sociais, a epiderme do mundo contemporâneo. O que ambos os autores defendem é que a construção ideológica pós-moderna não reconhece seus determinantes estruturais e, por isso, acaba por constituir uma cumplicidade com a ordem burguesa liberal em sua lógica de mercado.

A pós-modernidade, sendo expressão ideológica da base material capitalista, acaba se constituindo numa perspectiva com profunda cumplicidade com a lógica de mercado e, politicamente, com a direita; por isso é que Sanfelice explicita que se trata de um fenômeno e este expressa uma cultura da globalização e da sua ideologia neoliberal (LOMBARDI, 2010, p. 29).

Igualmente em oposição aos pós-modernos, o estadunidense Marshall Berman (1987) discorre sobre a disposição do homem moderno que se define a partir de uma existência estruturada pela ordem econômica. Para o autor – que recorre a Weber e Marx, entre outros – essa existência parece condicionada a uma ordem capitalista, legalista e burocrática que parece determinar a vida dos indivíduos que nasceram dentro desses mecanismos. Recorrendo a perspectivas de autores modernos, Berman se remete a Weber e sua percepção da sociedade como um cárcere no qual as pessoas que ali vivem moldam-se por suas barras. Segundo ele, os pós-modernos não forneceriam as ferramentas para a crítica dessa estrutura opressora, mas ao contrário: “Ironicamente, os críticos desse ‘cárcere de ferro’, no século XX, adotam a perspectiva do carcereiro” (BERMAN, 1987, p. 27).

1.4 - O Giro Decolonial

Nessa seara de perspectivas modernas e pós-modernas, a rede de pesquisadores sul-americanos conhecida como Modernidade/Colonialidade se posiciona politicamente na reflexão e denúncia de que ambas as tendências revelariam em comum uma linhagem eurocêntrica, a qual precisaria ter sua predominância e centralidade questionada. Segundo o brasileiro Porto-Gonçalves (2005), essa geopolítica epistêmica produziu uma inclinação a tratar o conhecimento produzido fora dos centros hegemônicos e escrito em outras línguas não-hegemônicas como saberes locais ou regionais. Para o autor, essa dinâmica legitimou uma única forma de

operação: aquela que historicamente separou e reduziu, entre outras coisas, espaço e tempo, natureza e sociedade, etc.

Mas ao contrário de outros investigadores caracterizados como pós-coloniais, a rede Modernidade/Colonialidade construiu diálogos com autores modernos, ou melhor, autores de perspectivas sistêmicas, que se voltaram às críticas sobre a economia capitalista e o modo de vida liberal como de caráter colonial/imperial (LANDER, 2005). Isso significou, para esta rede, repensar as relações entre o todo – macroestruturas de longa duração – e as partes sem negar as ideias apresentadas por autores europeus, mas encarando as mesmas de forma diferente do que postula o eurocentrismo. Segundo Quijano:

(...) na existência societal as relações entre o todo e as partes são reais, mas necessariamente muito diferentes das que postula o eurocentrismo. Uma totalidade histórico-social é um campo de relações sociais estruturado pela articulação heterogênea e descontínua de diversos meios de existência social, cada um deles por sua vez estruturado com elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo, conflituosos. Isso quer dizer que as partes num campo de relações de poder societal não são só partes. São-no em relação ao conjunto do campo, da totalidade que este constitui. Consequentemente, movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria configuração porque tem igualmente uma constituição historicamente heterogênea. Cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade e, eventualmente até, uma singularidade. Todos eles se movem dentro da tendência geral do conjunto, mas têm ou podem ter uma autonomia relativa e que pode ser, ou chega a ser, eventualmente, conflituosa com a do conjunto. Nisso reside também a noção da mudança histórico-social (QUIJANO, 2010, p. 85-86).

Essa relação contemplaria a *diferença colonial* (MIGNOLO, 2008), significaria compreender as especificidades – as políticas e sensibilidades – dos territórios marcados pela experiência colonial, introduzidos pela violência no sistema-mundo capitalista tornando-o moderno-colonial. Nesse sentido, lança outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir de experiências da América do Sul (GROSFÓGUEL, 2008; 2016), sem abandonar subsídios de alguns pensadores, mas apontando suas limitações eurocêntricas (MIGNOLO, 2008). Uma via de pensamento que fala sobre e a partir da América do Sul, que se baseia direta ou indiretamente em autores

como o cubano José Martí, o peruano José Carlos Mariátegui, e os(as) brasileiros(as) Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Conceição Evaristo, entre outros.

Esse é, então, o **Giro Decolonial**, a virada distintiva dessa rede de pesquisadores em relação aos investigadores convencionalmente tratados como pós-coloniais. O termo foi cunhado por Nelson Maldonado-Torres na ocasião de um encontro na Universidade de Berkeley chamado *Mapping Decolonial Turn*, no ano de 2005, entre a rede Modernidade/Colonialidade, filósofos caribenhos e filólogas latinas (BALLESTRIN, 2013). A *virada decolonial*, portanto, não rompe o diálogo com o conhecimento ocidental moderno-colonial, mas considera que essa episteme, ainda hegemônica, não dá conta da complexidade das distintas formações sociais em cada lugar e região do mundo. Ou seja: propõem uma análise do todo sobre e a partir das partes. Segundo Porto-Gonçalves,

[...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico não quer dizer que tenham inventado o *pensamento* (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

Mas ao falar da experiência da América no mundo capitalista, Quijano (2005; 2010) faz críticas contundentes às interpretações elaboradas pelas correntes modernas. Segundo ele, o estruturalismo, o funcionalismo e o estrutural-funcionalismo possuem em comum a ideia de que a sociedade se organiza em torno de um limitado conjunto de padrões historicamente invariantes. Trata-se, para o autor, de percepções sobre as conjunturas que consideram elementos historicamente homogêneos, lineares e unidirecionais, no tempo e espaço: uma opção preferencial do eurocentrismo na produção do conhecimento histórico. Para esse autor:

(...) Os indivíduos estão submetidos *ab initio* ao império de certos padrões de conduta historicamente invariantes, uma espécie de totalidade histórica específica e determinada. A perspectiva, em qualquer das suas variantes, implica pois um postulado historicamente impossível: que as relações entre os elementos de um padrão histórico de poder têm já determinadas as suas relações antes de toda a história. Ou seja, como se fossem relações definidas previamente num reino ôntico, ahistórico ou transhistórico (QUIJANO, 2010, p. 78).

Essa abordagem refere-se a um paradigma de totalidade histórico-social moderna, o qual produziu implicações no conhecimento da experiência histórico-social ao deixar de fora - ou acolher de forma distorcida - variadas outras experiências histórico-sociais. Segundo ele, a crise da racionalidade moderna no século XX colocou em cheque a visão atomística da experiência histórico-social e fez notar renovações no debate filosófico gestando, então, o pós-modernismo filosófico-social. Esse movimento se deu não apenas na concepção de que a totalidade não seria mais necessária, como também a própria ideia de totalidade passou a ser encarada como uma distorção epistemológica. “A ideia que remete para a existência de estruturas duradouras de relações sociais cede lugar à ideia de fluências instáveis e cambiantes, que não chegam a solidificar nas estruturas” (QUIJANO, 2010, p. 84).

Por outro lado, para operar o conceito de colonialidade, Quijano realiza sua crítica aos pós-modernos. Na perspectiva do autor, esse movimento, complexo e contraditório produziu a própria negação do poder societal, prejudicando a crítica a este poder como a mais persistente forma de articulação estrutural. Para Quijano, portanto, o movimento das correntes pós-modernas igualmente não complexifica o campo das relações sociais, o que, em última instância, relativiza a própria ideia de sociedade. Nesse sentido, as experiências contingentes parecem tomar a agenda, e a descrição como a representação toma a ordem do dia, fazendo parecer desnecessária a explicação aos fenômenos sociais: “A mudança histórica seria estritamente um assunto individual, ainda que fossem vários os indivíduos comprometidos em micro relações sociais” (QUIJANO, 2010, p. 85)

Nesse mesmo viés, Mignolo (2005) compreende que as narrativas enquadradas convencionalmente como pós-modernas e pós-estruturalistas ocultariam os padrões de poder coloniais ao manter a lógica universalista da Europa para fora:

A pós-modernidade, autoconcebida na linha unilateral da história do mundo moderno, continua ocultando a colonialidade, e mantém a lógica universal e monotópica - da esquerda e da direita - da Europa (ou do Atlântico Norte) para fora. A diferença colonial (imaginada no pagão, no bárbaro, no subdesenvolvido) é um lugar passivo nos discursos pós-modernos. O que não significa que seja um lugar passivo na modernidade e no capitalismo (MIGNOLO, 2005, p. 34).

Sobre outro ponto de vista, Santiago Castro-Gomez (2005) entende que a filosofia pós-moderna impulsionou a crítica à ocidentalização do mundo, colocando em questão a repressão das diferenças pelo fenômeno da Modernidade. Contudo, prossegue:

[...] gostaria de defender a tese de que esta crise não conduz à debilitação da *estrutura mundial* no interior da qual operava tal dispositivo. O que aqui denominarei o fim da modernidade é apenas a crise de *uma configuração histórica do poder* no contexto do sistema-mundo capitalista, que no entanto assumiu outras formas em tempos de globalização, sem que isso implique no desaparecimento desse mesmo sistema-mundo. Argumentarei que a atual reorganização global da economia capitalista se apoia na produção das diferenças e que, portanto, a afirmação celebratória destas, longe de subverter o sistema, poderia contribuir para consolidá-lo. Defenderei a tese de que o desafio atual para uma *teoria crítica da sociedade* é, precisamente, mostrar em que consiste a crise do projeto moderno [...] (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 80).

Esse trecho de Castro-Gomez se revela importante para o percurso investigativo, no sentido de sensibilizar o olhar para possíveis afirmações celebratórias da diversidade – no campo do patrimônio – que, conforme afirma o autor, longe de subverter as relações de colonialidade, acabam por contribuir para consolidá-las.

Aqui é preciso destacar que a expressão “campo do patrimônio” será amplamente utilizada ao longo da tese para fazer menção a um agrupamento abstrato²⁷, mas que se refere a agentes e agências reais, cujas atividades e as representações apresentam (co)relações de força e hierarquias que se transformam conforme as conjunturas sociais, políticas e econômicas. A categoria “campo”, nesse caso, se inspira em Bourdieu (1987) para considerar a possibilidade de existência de uma cadeia de elementos estruturais, de um conjunto de regularidades objetivas que se impõe a diferentes agentes e agências no trato do patrimônio: leis, regras e crenças que regem comportamentos e que, apesar de não estarem reunidas num código de conduta, impõem-se a todos e estariam igualmente suscetíveis a forças econômicas e políticas numa geografia global – na qual, por uma

²⁷ Aqui é preciso destacar que o termo “abstração” se refere às escolhas do pesquisador que vê confluências de forças entre os elementos pesquisados. Isso não significa que o campo em si seja abstrato, pois se refere à materialidade de agentes e agências. Mas o agrupamento destes parte de uma interpretação sobre a existência de determinada correlação de forças. Nessa perspectiva, é possível pensar a existência de diferentes campos – em variados recortes interpretativos – no exercício de reflexão sobre a realidade: campo da arte, campo da moda, campo da cultura, campo científico, etc.

contribuição decolonial, seria possível interpretar que a América do Sul apresenta suas singularidades históricas. Seria um agrupamento abstrato, produto das decisões intelectuais do pesquisador, mas que se referem a grupos reais constituídos como tais na realidade, cujas práticas e as representações, organizadas e compartilhadas, possibilitam a configuração de uma estratégia analítica para a reflexão crítica sobre o trato com o patrimônio em suas possíveis relações de colonialidade.

Para viabilizar metodologicamente essa reflexão, a investigação teórica se situa, portanto, na noção de *mundo moderno*, reconhecendo a importância e a atualidade de instituições, valores e dinâmicas da Modernidade, ainda existentes no nosso cotidiano brasileiro: vivemos num sistema capitalista, organizados em Estado-nação, sob um regime de Democracia, a partir de organizações técnico-burocráticas cuja produção de conhecimento se afina à ordem disciplinar. Por essa perspectiva, considera-se que o patrimônio igualmente se refere a esses elementos e tem se constituído em conformidade a eles.

Toma-se como ponto de partida, portanto, as correntes de pensamento, autores e redes que afirmam, ainda que de forma crítica, instituições, valores e códigos: organizações que detêm o poder de controlar, orientar, criar ou eliminar valores, forças, vidas, forjando contradições e paradoxos que impregnam a experiência de tempo e espaço compartilhada por homens e mulheres nas mais diversas áreas da prática profissional e da produção de conhecimento. Entende-se que é reconhecendo a Modernidade que é possível mobilizar o esforço para desnaturalizá-la e desuniversalizá-la, o que implica em considerá-la como um fenômeno histórico específico: cultural, político e econômico. Somente assim se compreende possível fazer aparecer o colonialismo como dimensão constitutiva da experiência histórica, a partir da qual subordinou-se territórios, recursos e saberes (LANDER, 2005).

Esse giro decolonial proposto por alguns investigadores parte do princípio que a experiência latino-americana produziu formas alternativas de conhecer e saber questionadoras do caráter moderno-colonial do mundo social, colocando em questão a Modernidade como modelo civilizatório universal. Essas perspectivas *outras*, fundamentaram-se em outros paradigmas referentes a concepções de comunidade e coletivo - em

oposição ao indivíduo liberal –, com uma multiplicidade de vozes e mundos produtora de uma pluralidade epistêmica (LANDER, 2005).

Partindo desse quadro, a perspectiva decolonial de alguns dos investigadores, como os argentinos Zulma Palermo e Enrique Dussel, por exemplo, procurou superar o eurocentrismo na razão ilustrada pela via da transcendência da razão moderna (não como a negação da razão, mas sua superação), na qual a Modernidade e sua alteridade negada (os povos e territórios não hegemônicos) coexistissem. Seria, então a *Transmodernidade*, a partir da qual a Modernidade e sua alteridade “[...] se co-realizariam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno seria uma co-realização do impossível para a Modernidade; ou seja, é co-realização de solidariedade (...) não por pura negação, mas por *incorporação* partindo da alteridade” (DUSSEL, 2005, p. 29).

1.5 - Entendendo a Rede Modernidade/Colonialidade para se operar com o conceito de “Colonialidade”

Para iniciarmos essa discussão é preciso remeter ao *pós-colonialismo* enquanto expressão teórica que agrega diferentes estudos sobre o processo de descolonização formal de países africanos e asiáticos a partir da Segunda Guerra. A palavra “descolonização” se contextualiza nos anos da Guerra Fria, ligada especialmente à libertação de ex-colônias inglesas e francesas e às disputas entre projetos dos eixos capitalista e comunista – ambos de tradição cristã e secular (MIGNOLO & PABLO GOMEZ, 2012). Tal produção antecede a própria publicização do termo “pós-colonial” como “corrente” ou “escola de pensamento”, e já na primeira metade do século XX desponta como provocação à teoria social através dos trabalhos dos franceses da Martinica, Franz Fanon e Aimé Césaire, e do tunisiano Albert Memmi. Não há um consenso naquilo como se entende enquanto “literatura de referência” entre os pós-coloniais, mas existem entendimentos compartilhados que apontam estes e outros nomes cuja produção contribuiu para a transformação, ou provocação, de diferentes disciplinas (Idem, 2012).

Na década de 1970, formou-se o Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos, voltado principalmente à crítica e revisão de uma historiografia feita por ocidentais europeus. Nomes indianos como Ranajit Guha e Gayatri Spivak tornaram-se referências no assunto, construindo debates que

reforçaram o pós-colonialismo como movimento epistêmico. Na década de 1980, o debate difundiu-se com mais vigor a partir da Inglaterra e dos Estados Unidos, por meio de diálogos com a crítica literária e os estudos culturais, com destaque para o indiano Homi Bhabba e o jamaicano Stuart Hall.

Recorrendo à síntese elaborada por Luciana Ballestrin (2013) a respeito do que seria o pós-colonialismo, evocam-se duas ideias acerca da produção que lhe é associada: a primeira relaciona-se ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, ou seja, à independência, libertação, emancipação, principalmente, de sociedades asiáticas e africanas; e a segunda referente a um conjunto de contribuições teóricas que ganharam forte expressão nos estudos literários e culturais nos anos de 1980, a partir de universidades inglesas e norte-americanas (BALLESTRIN, 2013, 2014), o que fez despontar o inglês como idioma referenciado no tema (GROSFOGUEL & BERNARDINO-COSTA, 2016). Segundo Ballestrin, o sufixo “pós” aparece nesse contexto como uma espécie de moda acadêmica, uma vez que várias escolas se apresentavam com essa orientação, sendo o pós-colonialismo uma proposta epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. Estaria associada, portanto, à emergência dos estudos pós-estruturais e pós-modernos, com influências de autores como Foucault, Deleuze, Derrida, Lyotard, entre outros.

Num primeiro momento, a literatura pós-colonial voltou-se às discussões relacionadas, principalmente à descolonização e autodeterminação dos povos, mas sua virada epistemológica ficou de fato marcada pelo avanço da problematização do sujeito europeu, do sexo masculino, branco, ocidental (GROSFOGUEL & BERNARDINO-COSTA, 2016), num movimento que, ainda que em parte influenciado por escritos marxianos e marxistas, acabou caracterizado como pós-estruturalista (BALLESTRIN, 2014). Mas Luciana Ballestrin (2014) chama atenção para a relativização dessa categorização. Segundo a autora, há uma heterogeneidade de influências na produção de diferentes autores pós-coloniais, tais como Fanon, Said, Spivak, Guha e Bhabba, cujas contribuições teóricas marcaram aberturas críticas a uma geografia periférica:

Uma genealogia atenta da produção pós-colonial não permite tal ênfase de afastamento com a crítica marxista. Franz Fanon e Ranajit Guha, principais expoentes respectivamente das tríades “francesa” e “sagrada” do pós-colonialismo, tiveram forte inspiração dos escritos marxianos e marxistas. A inspiração em Gramsci pode ser vista em Edward Said, Gayatri Spivak e Stuart Hall (BALLESTRIN, 2014, p. 195).

Ballestrin ainda destaca que o próprio termo “subalterno”, utilizado na nomenclatura do Grupo Sul-Asiático e referenciado por Spivak – autora fortemente marcada pela filiação pós-estruturalista e desconstrucionista de Deleuze e Derrida – no seu exponente trabalho “Pode o subalterno falar?”, toma de empréstimo o entendimento gramsciano de “[...] classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes” (BALLESTRIN, 2013, p. 93).

Para fins de entendimento sobre a perspectiva decolonial, interessa recorrer à produção de um dos autores que compõem esta corrente: o porto-riquenho Ramón Grosfóguel, o qual oferece subsídios para se compreender algumas chaves analíticas operadas por autores tratados como pós-coloniais em relação às correntes que rompem com esta linha interpretativa. Segundo esse autor, a linha conhecida como pós-colonial em grande medida prioriza a interpretação cultural sobre os fenômenos, o que significa dizer que interpretam a cultura como fator constitutivo que determina relações econômicas e políticas no capitalismo global (GROSFÓGUEL, 2007; 2008). Fazendo referência ao palestino Edward Said, um dos cânones da literatura pós-colonial, Grosfóguel chama a atenção para a importância secundária que os processos político-econômicos assumem, uma vez que são tratados como epifenômenos dos sistemas culturais – o que o autor denomina como “abordagem culturalista”. Em última instância, afirma Grosfóguel, o sistema capitalista torna-se, para essa corrente, um sistema cultural, o que acaba por lhe associar à crítica pós-moderna (Idem, 2008).

Apesar da imensa e expressiva empreitada colonial na América do Sul, não havia por parte dos estudos pós-coloniais – com destaque aos nomes de Said, Spivak e Bhabba – referências ao continente americano (GROSFÓGUEL & BERNARDINO-COSTA, 2016). Nesse sentido, uma dissidência dessa linha interpretativa se deu com o Grupo Sul-Americano de Estudos Subalternos,

fundado na década de 1990 nos Estados Unidos por intelectuais sul-americanos e americanistas filiados a universidades americanas, com destaque para a produção do peruano Aníbal Quijano, considerada uma referência nos trabalhos do grupo. O Manifesto inaugural do grupo foi publicado em 1993 na revista “Boundary 2”, da Duke University Press, sendo reeditado em 1998 dessa vez em espanhol. Naquele mesmo ano, ocorreu um Congresso na Universidade de Duke entre o Grupo Sul-Asiático e o Grupo Sul-Americano, marcando a última reunião deste último antes de sua desagregação (BALLESTRIN, 2013).

Nas palavras de Grosfóguel (2008), que então se revelava componente do grupo à época, houve um descontentamento por parte dos intelectuais integrantes do coletivo, na medida em que se revelou uma preferência ao uso de pensadores eurocêntricos²⁸ – como Foucault, Derrida e Gramsci – em detrimento das perspectivas étnico-raciais oriundas da própria América-Latina: uma perspectiva subalterna a partir da subalternidade. Ou seja, a teoria permanecia sediada ou focada em países economicamente dominantes, em especial na Europa, enquanto os sujeitos a serem estudados se encontravam nos países outrora colonizados. Esta prática de construção do conhecimento foi determinante para o descontentamento de alguns pesquisadores com o Grupo Sul-americano de Estudos Subalternos. Segundo Grosfóguel:

Sendo eu um latino a viver nos Estados Unidos, fiquei descontente com as consequências epistêmicas do conhecimento produzido por esse grupo latino-americanista. Os seus membros subestimaram, na sua obra, as perspectivas étnico-raciais oriundas da região, dando preferência, sobretudo, a pensadores ocidentais. [...] Ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico, traíram o seu objectivo de produzir estudos subalternos (GROSFÓGUEL, 2008, p. 116).

Nessa perspectiva, as posições de poder epistêmicas não pareciam abaladas, na medida em que os termos da conversação não acomodavam as experiências históricas locais da própria América do Sul. Essa ausência de referências ao continente por parte desses estudos despontou como incômodo e como mote para a configuração de uma rede própria de pesquisadores voltados à realidade e às experiências latino-americanas: a

²⁸ Nesse caso, Grosfóguel denomina de “eurocêntricos” os trabalhos de autores que não consideraram em sua análise a diferença colonial como variável significativa para a realidade de outros continentes para além da Europa.

rede Modernidade/Colonialidade, a qual se mobilizou na constituição de conceitos e categorias interpretativas inspirados na Filosofia da Libertação desenvolvida pelo argentino Enrique Dussel, na Teoria da Dependência explorada pelo peruano Aníbal Quijano, na análise do sistema-mundo trabalhada pelo estadunidense Immanuel Wallerstein, na teoria feminista chicana, na filosofia africana e nos estudos subalternos (GROSGUÉL, 2008).

Essa rede de intelectuais - um conjunto heterogêneo de autoras e autores, tais como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Edgardo Lander, Zulma Palermo, Catherine Walsh, María Lugones, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel, entre outros - destacou a importância de uma produção latino-americana voltada à particularidade da experiência colonial da América, **considerando a elaboração teórica enquanto exercício prático de oposição e intervenção ao que entenderam como projetos epistemológicos dominantes** (GROSGUÉL, 2008). Nesse sentido, colocaram em prática a ideia de que o “pensamento descolonial significa também o fazer descolonial” (MIGNOLO, 2008, p. 290-291).

De maneira geral, a perspectiva do coletivo era de que as dilatações das fronteiras do imaginário europeu a partir da conquista das Américas produziram as condições necessárias de formação de uma relação de dominação estabelecida com o resto do mundo, desde o final do século XV. Essa relação seria o conjunto de trocas com outros territórios, tendo a Europa como eixo central, o que corresponderia à sua centralidade numa totalidade histórica. A Modernidade se constituía, portanto, nessa totalidade onde se incorporava aquilo que se tornou a América do Sul no mundo dominado pela Europa (QUIJANO, 1988).

Nessa perspectiva, a Modernidade seria um fenômeno econômico, político e sociocultural resultante de uma relação de domínio europeu estabelecida com o resto do mundo desde a expansão marítima do século XV. Essa relação seria o conjunto de “encontros”²⁹ com outros territórios tendo a Europa como referência, o que corresponde à sua centralidade numa totalidade histórica a seu domínio. A Modernidade se incorpora,

²⁹ Aqui interessa destacar o questionamento que Francisco Iglesias (1992) realiza acerca da expressão “encontro”. Para o historiador, a conquista da América, tratada equivocadamente como “descobrimto”, é caracterizada como encontro entre culturas distintas. Contudo, o que seria para ele esse “encontro” de culturas muito diversas só poderia resultar em choque e dizimação. Nesse sentido, Iglesias utiliza o termo “choque de culturas”.

portanto, nessa totalidade a partir desse choque de culturas e da exploração do território que se tornou a América. Ou seja, a produção da Modernidade teria relação direta e intrínseca com a conquista da América na medida em que reproduz a base da acumulação originária de capital - a exploração de matéria-prima - e faz emergir o capitalismo na sua lógica mundial - fundamento material da produção da Modernidade europeia.

O que se percebe nas interpretações do grupo de pesquisadores é que, em geral, encaram esse processo de expansão global - considerado por muitos pesquisadores europeus como “descobrimientos”³⁰ - enquanto uma mundialização dos modos de produzir, dos estilos de consumir, dos instrumentos de conhecimento, da exploração da natureza e dos sistemas de organização social e política dos países europeus, considerados como paradigmas de uma exitosa “modernização” (QUIJANO, 1988).

A partir dessa base de reflexão, Quijano formula a ideia de *colonialidade do poder* no final da década de 1980, tomando como ponto de partida o conceito de *sistema-mundo* proposto pelo estadunidense Immanuel Wallerstein (1991), profundamente marcado por influências estruturalistas e inspirado nos trabalhos que haviam sido desenvolvidos por brasileiros a respeito da Teoria da Dependência na sua perspectiva sobre relações econômicas entre países do “centro” e da “periferia”³¹. A premissa

³⁰ Importa mencionar que o termo “descobrimento” ainda é utilizado largamente por instituições de ensino e equipamentos culturais portugueses, por exemplo. Algumas pesquisadoras da Universidade de Coimbra têm se dedicado ao tema e relacionado a postura historiográfica portuguesa - largamente reproduzida por museus e institutos de patrimônio - à constituição de um imaginário português sobre uma colonização “boa” e “benevolente” que, segundo elas, (re)produz narrativas despolitizadas de processos cruciais na história sul-americana (como a escravatura e a cristianização). Marta Araújo e Sílvia Rodriguez Maeso possuem artigos escritos em conjunto e trabalhos autônomos sobre o tema (ARAÚJO & MAESO, 2010; MAESO, 2016). Ambas as autoras investigam uma série de iniciativas que apontam para um “culto dos descobrimentos”, germinado a partir de uma retórica identitária em torno da europeidade. A conquista, a escravização, as chacinas e a expropriação material, na narrativa dos “descobrimientos”, são neutralizados pela ideia de um expansionismo que “deu novos mundo ao Mundo”, largamente divulgada em museus tradicionais e museus tratados como “parques temáticos” (MAESO, 2016). Essa neutralização presente desde os manuais escolares até o patrimônio - através de museus e monumentos dedicados a navegadores - revela lastro em trabalhos desenvolvidos por Gilberto Freyre na década de 1930, cujo discurso *lusotropicalista* sobre a aptidão nata do português à convivialidade e tolerância recebeu apoio e subsídio do regime de Salazar em Portugal (ARAÚJO; MAESO, 2010).

³¹ “Foi dos cursos de ciências humanas e sociais da UnB [Universidade de Brasília] que partiram as primeiras teorias brasileiras ligadas ao ‘sistema-mundo-capitalista’” (WASSERMAN, 2017, p. 60). A fórmula “desenvolvimento do subdesenvolvimento” trouxe à tona debates acerca da “Teoria da Dependência” em variadas perspectivas sobre o nacional-desenvolvimentismo, reunindo autores como Celso Furtado, Caio Parado Junior, Nelson Werneck Sodré, Vania Bambirra, Theotônio do Santos, Ruy Mauro Marini, entre outros desde o princípio do século XX. Nessa perspectiva, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não estariam vinculados a fases econômicas do capitalismo, mas em relações de dependência

deste conceito é a ideia de que, a partir da expansão marítima do século XVI, fundou-se a maior unidade política e econômica até então definida, baseada na divisão mundial do trabalho em centro e periferia, europeus e não-europeus, e em aparelhos burocráticos de Estado. Tratar-se-ia, portanto, de um sistema mundial com uma coerência própria: estruturas, grupos e regras de legitimação que tenderiam ao equilíbrio. Nesse sistema-mundo, o capitalismo revela-se desde então o modo de produção dominante, e a periferia encontra-se em situação subordinada (WALLERSTEIN, 1991). Sobre os esquemas de funcionamento dessa estrutura pensada por Wallerstein, Arruda (1983) observa influências marxianas e braudelianas que partem de histórias e análises globalizantes e de longa-duração para a elaboração de uma interpretação sistêmica, na qual se rearticulam elementos que dizem respeito à organização do capitalismo:

Nos Estados centrais do sistema, a criação de um forte aparato de Estado, unido a uma cultura nacional, fenômeno freqüentemente chamado de integração, serve como mecanismo para proteger as disparidades surgidas em meio ao sistema mundial e como máscara ideológica justificadora da manutenção de tais disparidades. As economias-mundo estão divididas, pois, em Estados do centro e áreas periféricas. Existem também semiperiferias, que estão entre o centro e a periferia em variadas condições, tais como a complexidade das atividades econômicas, a força do aparato do Estado, a integração cultural. O processo em marcha de uma economia-mundo tende a aumentar as distâncias econômicas e sociais entre suas áreas distintas. Neste caso, regiões particulares do mundo podem mudar seu papel (ARRUDA, 1983, p. 172).

A partir daí Quijano formula a ideia de *mundo moderno-colonial*, a qual, somada ao sistema-mundo, produz a noção de um *sistema-mundo-moderno-colonial* (PORTO-GONÇALVES, 2005). A colonialidade do poder, então, seria uma espécie de desvio do sistema-mundo pensado por Wallerstein no sentido de **introduzir o elemento da colonização** como o “outro lado da Modernidade”, considerando a emergência do circuito comercial do Atlântico Norte no século XVI e o impacto que esse momento teve na formação do *ocidente* e na história do capitalismo. Ainda assim, a ideia do sistema-mundo se tornou a referência para o desenvolvimento do conceito de *colonialidade do poder* desenvolvido por Quijano e posteriormente para a própria perspectiva geopolítica da linha decolonial.

econômica e humanitária estabelecidas entre países da “periferia” e os países do “centro” – o que seriam, respectivamente, os países do Sul global e os países do Norte global.

Já a interpretação do argentino Walter Mignolo (2005) é de que a metáfora do sistema-mundo de Wallerstein não traz à tona a colonialidade do poder. Nesse sentido, o autor vê uma grande contribuição de Quijano para o conceito elaborado por Wallerstein, no sentido de denunciar as distintas posições de poder decorrentes do mundo moderno-colonial – este enquanto fenômeno europeu do qual o mundo é partícipe. Sendo assim, o conceito de colonialidade, para Mignolo, representa o giro teórico no debate sobre a Modernidade enquanto estratégia para a auto definição da Europa, indissociada do capitalismo desde o século XVI (MIGNOLO, 2005, p.34). A ideia de sistema-mundo de Wallerstein serviu, portanto, de referência para a formulação do conceito de “colonialidade” de Quijano que lhe expande como padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado (BALLESTRIN, 2013), onde se entrelaçam processos culturais, políticos e econômicos.

É considerando essa abordagem do sistema-mundo que Grosfóguel (2008), por sua vez, acaba por perceber oposições binárias³² em relação aos pós-coloniais, marcadas pela divisão economia *versus* cultura e estrutura *versus* agência:

A crítica pós-colonial caracteriza o sistema capitalista enquanto sistema cultural. Estes teóricos acreditam que a cultura é o factor constitutivo que determina as relações económicas e políticas no capitalismo global (SAID, 1979). Por outro lado, a maioria dos académicos do sistema-mundo salienta a importância das relações económicas à escala mundial como factor constitutivo do sistema-mundo capitalista. As relações culturais e políticas são conceptualizadas quer como instrumento, quer como epifenómeno, dos processos de acumulação capitalista. O facto é que os teóricos do sistema-mundo sentem dificuldades em teorizar a cultura, enquanto os teóricos pós-coloniais têm dificuldade em conceptualizar os processos político-económicos. Paradoxal é que muitos académicos do sistema-mundo reconheçam a importância da cultura, mas não saibam o que fazer com ela ou como a expressar de uma forma não redutora; por seu lado, muitos académicos pós-coloniais reconhecem a importância da economia política, mas não sabem como a integrar na análise cultural sem reproduzir um reducionismo de tipo “culturalista”. Assim, a bibliografia produzida de uma e outra banda oscila entre o perigo do reducionismo económico e o perigo do culturalismo (GROSFÓGUEL, 2008, p. 129-130).

³²A crítica do autor sobre tal binarismo é atribuída ao que ele e Wallerstein (1991) entenderiam como legado do liberalismo do século XIX na ciência social em sua divisão em três áreas, três lógicas, três níveis: económico, político e sociocultural.

Retomando a discussão sobre a expansão do conceito de sistema-mundo por Quijano e a formulação da noção de colonialidade como um elemento distintivo das análises produzidas pela linha pós-colonial, importa destacar que a interpretação deste autor sobre o padrão de poder na experiência colonial compreendia, também, um padrão cognitivo, onde se via uma “[...] perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo” (QUIJANO, 2005, p.116). Considerando que a conquista ibérica acabou por despojar muitos povos de suas identidades históricas e de seu lugar na produção cultural da humanidade, ao trata-los como raças inferiores suas culturas foram igualmente inferiorizadas, tomadas como primitivas. Segundo o autor:

Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduzem-se a uma única identidade: *índios*. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de *negros*. (...) Implicava também sua relocalização no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser *o passado* (QUIJANO, 2005, p. 116).

Na passagem acima, o autor anuncia sua interpretação sobre o eurocentrismo como produto da expansão ibérica no século XVI, a partir da qual é traçada a diferença entre conquistadores e conquistados com base num imaginário dominante que permitiu legitimar as ideias de raça e racismo enquanto princípios organizadores das relações de poder em escala mundial (QUIJANO, 2010; GROSFUGUEL, 2016).

Sendo assim, a colonialidade seria um dos elementos constitutivos do padrão mundial de poder, diferente de - ainda que vinculado a - colonialismo: a colonialidade, segundo Quijano (2010), teria sido engendrada dentro do colonialismo, imposta na intersubjetividade do mundo de forma enraizada e prolongada, envolvendo o controle do trabalho, do Estado e de suas instituições, **bem como a produção de conhecimento**. Tal reflexão tornou-se uma contraposição às narrativas que

atribuíam à Reforma, à Ilustração e à Revolução Industrial o projeto de Modernidade (GROSFOGUEL & BERNARDINO-COSTA, 2016).

Ainda sobre as ideias do autor peruano, interessa destacar que, nesta perspectiva, a Modernidade teria se processado na Europa concomitantemente com a América do Sul, não somente nas relações intersubjetivas (QUIJANO, 1988), mas nas relações sociais materiais, se convertendo num modo de vida cotidiano das sociedades organizadas, então, enquanto Estados-nação - o que implicaria a manutenção de instituições modernas de cidadania e democracia política (QUIJANO 2005). Essa perspectiva servirá como base para pensarmos a construção da ideia de patrimônio e da institucionalização da preservação no Brasil, moldados nas experiências e organizações europeias - e seus sistemas de valoração e esquemas de institucionalidade - em relação aos bens culturais.

O paradoxo denunciado por Quijano (1988) em relação ao padrão mundial de poder colonial/moderno, capitalista e eurocentrado, reside no fato de que se impõe um modo de existir a territórios conquistados ao mesmo tempo em que não se reconhece nesses territórios a legitimidade desse modo de existir da forma como ali ele se materializa. De acordo com o autor, na Europa a Modernidade se consolida como experiência cotidiana, como prática social, como ideologia legítima a ser reproduzida nos demais territórios. Contudo, a reprodução é concomitante à repressão, no além-mar, das práticas sociais modernas, na medida em que estas últimas não seriam dignas de legitimidade exatamente por não serem europeias³³. Segundo Quijano, o fosso entre a ideologia da Modernidade e sua materialização na América do Sul - produto de um sistema-mundo capitalista que reservou aos países não-europeus a condição de exploração barata da mão-de-obra e da natureza - parece ser também a condição do não reconhecimento da experiência latino-americana como moderna, ao mesmo tempo em que se perseguiram as subjetividades latinas que se viram obrigadas a se refugiar em zonas minoritárias (QUIJANO, 2010).

Quijano compreende a perspectiva eurocêntrica, no que diz respeito à experiência histórica latino-americana, como um espelho que distorce o que

³³ Aqui importa fazer referência ao debate mencionado anteriormente neste capítulo entre o brasileiro Richard Morse e o sociólogo brasileiro Simon Schwartzman através da Revista *Novos Estudos* no ano de 1989, no qual a narrativa sobre o fracasso das instituições modernas nas Américas, emplacado por Morse, é contundentemente rechaçado por Schwartzman.

reflete: ainda que a América do Sul tenha muitos traços europeus [importantes], ela é, todavia, profundamente distinta. Nesse sentido, não se identificam as particularidades reais dos problemas desse território, dificultando a construção de soluções particulares a ele. Segundo o autor:

Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida (QUIJANO, 2005, p. 118).

Na tentativa de captar uma lógica relacional, Quijano acaba por elaborar uma reflexão que denuncia a continuidade das formas coloniais de dominação pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno-colonial, cuja verificação empírica não é facilmente observada, captada ou quantificável (BALLESTRIN, 2013). Mas Grosfóguel (2008) destaca que essa continuidade não envolveria possessões territoriais, mas se faz presente ainda nos dias de hoje, a partir das adaptações do sistema-mundo capitalista em um eixo Norte-Sul, no qual os países do Norte concentram e acumulam maiores riquezas geradas pelo trabalho e exploração de recursos naturais de territórios periféricos. Ou seja, Quijano desenvolve uma operação analítica que parte de um todo histórico-estrutural heterogêneo cuja “matriz de poder” estaria identificada com a “matriz colonial”, a qual afetaria todas as dimensões da existência social, tais como a sexualidade, a autoridade, a subjetividade e o trabalho (GROSFÓGUEL, 2008). Essa relação, baseada na “acumulação por espoliação”, assumiu nos últimos anos as feições da dinâmica de uma economia neoliberal, sob supervisão e intervenção direta do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Nesse sentido, sua reprodução seria garantida por meio de estruturas que lhe permitem tal funcionamento, como a Democracia e o Estado-nação (GROSFÓGUEL, 2008, 2016; GROSFÓGUEL & BERNARDINO-COSTA, 2016).

Nessa perspectiva, a presente tese entende que é possível pensar o patrimônio como um elemento produto e produtor da colonialidade, considerando sua relação intrínseca com o Estado-nação e sua instrumentalização para o funcionamento de dinâmicas materiais e simbólicas que não contemplam a diversidade de povos e de saberes nas

variadas formas de existência. Aqui, é preciso destacar a perspectiva de patrimônio a ser operacionalizada nesta tese: entende-se o mesmo enquanto produto de relações institucionais marcadas por questões [indissociáveis] político-estatais, econômicas e culturais. Tal ideia será trabalhada nos capítulos à frente, e tomará como base e referência as discussões e reflexões mencionadas neste primeiro capítulo a respeito das ideias de Modernidade e colonialidade.

1.6 - A Colonialidade do Poder, Saber e Ser

Com base nas reflexões e debates expostos neste capítulo, compreende-se, portanto, que a colonialidade afetaria diretamente a maneira como se organizaria o Estado nos países periféricos, tal qual o próprio exercício da cidadania, atravessados por relações de poder que se articulam direta e indiretamente às condições de negociação sobre a existência/resistência de comunidades e territórios (QUIJANO, 2002).

Para Quijano, o marco institucional dessas relações de poder seria, então, o moderno Estado-nação - modelo eurocêntrico engendrado numa estrutura de autoridade indissociada do padrão mundial de colonialidade (idem, 2002). Tal crítica é posterior a de Wallerstein que já anunciava anos antes a impossibilidade de o modelo de Estado-nação romper com as desigualdades do sistema-mundo capitalista e de alterar as condições de países periféricos dentro de uma divisão internacional do trabalho. Na perspectiva decolonial, Grosfóguel (2008) igualmente reafirma a questão quando diz que:

[...] um problema global não pode ter uma solução nacional. Não se trata de negar a importância das intervenções políticas ao nível do Estado-nação. [...] Embora continue a ser uma importante instituição do Capitalismo Histórico, o Estado-nação é um espaço limitado para transformações políticas e sociais radicais. Para serem capazes de intervir eficazmente no sistema-mundo capitalista, as agências colectivas da periferia precisam de ter um âmbito global (GROSFÓGUEL, 2008, p. 133).

Na perspectiva do autor, Estado-nação seria um elemento da tradição europeia associada à democracia liberal ocidental que desconsidera outras formas de institucionalidade democrática atribuindo-lhes a etiqueta de “autoritárias” (GOSFÓGUEL, 2007). Para ele, movimentos indígenas - como os zapatistas no México e os Aymara na Bolívia, além das práticas estabelecidas em comunidades afro-americanas ligadas às cosmogonias/epistemologias yorùbá, bantú, etc. - são exemplos de projetos abertos, democráticos, que se desviam da institucionalidade hegemônica europeia integrando brancos e mestiços. Dito de outra maneira, esses autores veem o modelo institucional do Estado-nação como uma das ferramentas de manutenção-reprodução do sistema-mundo capitalista

moderno-colonial, cujas intervenções políticas, ainda que significativas em sua instância nacional de atuação, não interferem num sistema-mundo articulado à colonialidade.

Mas esse conceito de colonialidade do poder, desenvolvido a princípio por Quijano, acabou sendo estendido pelo argentino Walter D. Mignolo para uma dimensão tríplice: poder, saber e ser. Partindo de reflexões sobre os atravessamentos da colonialidade sobre sensibilidades, pensamentos, práticas e conhecimentos, Mignolo acabou por ampliar a reflexão decolonial em âmbito epistemológico, colocando em questão a hegemonia da razão moderna em seus esquemas de pensamento, legitimando diferenças e reproduzindo as hierarquias globais. O pensamento desenvolvido a partir da noção de *colonialidade do poder, saber e ser* destacou, então, outras facetas do fenômeno Modernidade, denunciando a universalização de um conhecimento situado historicamente e geopoliticamente.

Nesse processo, a ideia de colonialidade – compreendendo a dimensão epistêmica nessa análise sobre o eurocentrismo e o colonialismo – serviu como referência para reflexões em torno da noção de racismo epistêmico desenvolvida pelo Nelson Maldonado-Torres e a respeito da ideia de negação da alteridade epistêmica trabalhada pelo colombiano Santiago Castro-Gómez (BALLESTRIN, 2013).

Inspirados na noção de violência epistêmica elaborada por Michel Foucault, estes decoloniais não se propuseram a deslegitimar as críticas europeias ou as ideias pós-coloniais, mas sim procuraram “[...] ultrapassar os limites do marxismo, os limites do freudismo e lacanismo, os limites do foucauldianismo, ou os limites da Escola de Frankfurt, incluindo um pensador fundamental na história dos judeus e da língua alemã tão esplêndido quanto Walter Benjamin” (MIGNOLO, 2008, p. 288), limites esses que não capturaram em sua denúncia o eurocentrismo e o colonialismo, como “[...] as duas faces da mesma moeda. O eurocentrismo é uma lógica fundamental para a reprodução da colonialidade do saber” (BALLESTRIN, 2013, p. 103).

Na perspectiva de Walter D. Mignolo (2003), existem contribuições importantes em muitos desses autores europeus para o entendimento sobre o padrão mundial de poder moderno/colonial, como é o caso de Marx que, apesar de ser fonte e fundamento da crítica interna ao capitalismo, não introduziu em suas análises a *diferença colonial*, elemento indicativo da

especificidade das relações de forças que atuavam [e ainda atuam] sobre a América do Sul. Segundo Mignolo, os desencontros entre Marx e o marxismo na questão ameríndia, por exemplo, foram temas de reflexões do peruano José Carlos Mariátegui e do argentino José Aricó – em momentos históricos diferentes. O autor se pergunta, então, se seria necessário vivenciar a experiência colonial como condição para sua inteligibilidade. É daí que discorre sobre a relação entre a produção do saber e os “locais geoistóricos”: lugar geográfico específico, com sua história particular, considerando, como exemplo, que a realidade de La Paz não se assemelha à realidade de Wisconsin (MIGNOLO, 2003). Para o autor, o próprio idioma é, inclusive, elemento fundamental para a compreensão tanto das histórias coloniais como das histórias nacionais: a produção do conhecimento seria, para ele, inseparável das sensibilidades do local geoistórico. “[...] Nesse sentido, a reflexão não viaja, mas atua na interseção de memórias e informação, de decisões passadas, acontecimentos atuais e esperanças utópicas” (MIGNOLO, 2003, p. 256). Uma perspectiva epistêmica proveniente do lado subalterno da “diferença colonial” traria, portanto, um grande contributo à teoria social (GROSFÓGUEL, 2008)

Sendo assim, a rede Modernidade/Colonialidade assume a postura teórica como ação política de descolonização epistêmica, no sentido de questionar a pretensão de universalidade de teorias e métodos elaborados a partir de realidades ocidentais modernas/coloniais. Tomou força a reflexão sobre a geopolítica do conhecimento a partir da qual procuraram compreender a formação de uma relação de superioridade dos conhecimentos da sociedade ocidental moderna (a racionalidade científica) sobre os demais conhecimentos produzidos em outros territórios como face oculta dessa Modernidade, camuflada em práticas e instituições seculares. Para esses autores sul-americanos, a formação do ambiente intelectual das disciplinas relacionadas à teoria social na América do Sul destaca que seus pressupostos fundacionais edificaram os conhecimentos sociais modernos forjando uma epistemologia eurocêntrica que predomina nas universidades e centros de pesquisa – um padrão ocidental de pensamento onde se estuda o “outro” como objeto e não como sujeito produtor de conhecimento e cuja produção é falaciosamente tratada em critério de igualdade (GROSFÓGUEL, 2007, 2016).

Aqui é pertinente remetermos à autora australiana Raewyn Connell (2010) que, apesar de não compor a rede de pesquisadores decoloniais, tem se dedicado a uma reflexão crítica sobre as condições sociais de produção do conhecimento numa perspectiva geopolítica. Sua reflexão em muito pode contribuir para os debates sobre colonialidade no que diz respeito à pretensão de universalidade da herança colonial. A autora chama a atenção para o expressivo desequilíbrio na produção das Ciências Sociais no mundo inteiro: as ideias que fundamentam os trabalhos, os argumentos de autoridade, os conceitos fundamentais, as leituras consideradas imprescindíveis para a realização de pesquisas referem-se a um Norte-global. Os programas de curso, segundo ela, têm uma bibliografia europeia e norte-americana, o que indica uma necessidade de reorganização intelectual. Segundo ela, seria urgente uma Sociologia crítica “pós-colonial” que diga respeito a uma sociologia das Ciências Sociais para que todo mundo possa falar com autoridade epistêmica de qualquer lugar global (HAMLIM & VANDENBERGHE, 2013).

Operando com a noção de Sul-global³⁴ em oposição a um Norte-global³⁵, Connell se coloca em análise enquanto pesquisadora que fala a partir desse Sul: sendo australiana, ela compreende que passa pelos mesmos processos de divisão social do trabalho intelectual. Sua proposta é a de realizar uma sociologia do conhecimento pensando a estrutura geopolítica da teoria social a partir da qual ela identifica que os autores utilizados comumente como referências teóricas nos trabalhos das Ciências Sociais, e citados reiteradas vezes – como Foucault, Bourdieu, Giddens, Habermas, etc. –, não conhecem e não falam sobre a realidade das sociedades do Sul-global. Segundo ela, esses autores constroem conceitos e métodos para falarem das sociedades deles – como se suas questões e problemas fossem universais – o que não se aplicaria a outras sociedades providas de outras determinações, sujeitas a vetores de poder – material e simbólico – marcados pelo desenvolvimento capitalista desde a colonização.

³⁴ O Sul global refere-se a regiões periféricas e semiperiféricas no sistema-mundo capitalista moderno/colonial marcadas pela desigualdade nas relações sociais (SANTOS & MENESES, 2010).

³⁵ Importa destacar que tais países enquadrados no que se entende como “Norte global” são aqueles que compõem regiões hegemônicas no capitalismo moderno/colonial, geolocalizadas no hemisfério Norte. Tratam-se, em especial, de países da Europa e os Estados Unidos, onde se concentram os recursos intelectuais e científicos (SANTOS & MENESES, 2010).

Connell considera que esse processo possui consequências intelectuais profundas, ainda que não discutidas: a autora destaca que, para um cientista social, isso significa descrever uma sociedade a partir de critérios e códigos que lhes são externos – criados para se analisar e descrever outras sociedades, com especificidades históricas próprias.

Isso implica dizer que suas metodologias teóricas excluem o colonialismo. Eles não escrevem a partir da experiência social de quem foi colonizado, ou se envolveu na colonização, ou ainda está imerso numa situação neocolonial. E, na verdade, suas imaginações teóricas não incorporam o colonialismo como um processo social significativo. (...) A abundante literatura sociológica feita no Norte frequentemente projeta características da modernidade ou pós-modernidade da metrópole para outros espaços. Para muitos teóricos, isso é tudo o que “globalização” significa. Ao refletirem sobre neoliberalismo, escritores do Norte quase nunca citam pensadores do Sul que pudessem corrigir seus pressupostos (CONNELL, 2012, p. 10).

Outra autora que igualmente não se configura como componente da rede de pesquisadores decoloniais, mas que suscita debates e oferece contribuições acerca da produção acadêmica em sua centralidade ocidental é Francesca Gargallo, italiana erradicada no México e dedicada à crítica feminista latino-americana pela via da História das Ideias. Gargallo (2014), todavia, elabora uma reflexão crítica sobre a racionalidade colonial como sendo patriarcal, a qual funciona na reprodução e manutenção do mundo capitalista. Segundo a autora, esse saber ocidental que colonizou e ainda coloniza o espaço do pensamento das outras culturas, elaborou instrumentos intelectuais – herdados do patriarcado – que identificam o masculino como universal. E nesse sentido, refletir sobre o pensamento sul-americano significaria pensar nas realidades excludentes que, por força das economias periféricas, buscam financiamentos europeus para sustentar projetos e ações – o que implica em se comprometer a teorizar/apresentar uma América do Sul dentro dos esquemas da racionalidade ocidental e patriarcal – a partir da lógica sistêmica dominante. Discorrendo sobre a ausência de mulheres na construção do pensamento em universidades, Gargallo destaca a anulação, em especial, das sul-americanas, fazendo referência a uma conversa informal com a socióloga panamenha Urania Atenea Ungo. Gargallo remete às reflexões que esta autora vem desenvolvendo sobre violência institucional contra mulheres:

A los pocos meses de haber leído sus palabras, en Panamá, frente a una copa de vino, la filósofa Urania Ungo me dijo: “Estoy cada día más convencida de que citar es un hecho político. Las feministas latinoamericanas en nuestros escritos no nos citamos a nosotras, recurrimos a la autoridad exterior para justificar nuestro pensamiento. Pero la autoridad es siempre política (GARGALLO, 2014, p. 9).

Maria Lugones (2014), por sua vez, trabalha com a ideia de *colonialidade de gênero* a partir da noção de colonialidade do ser, saber e poder, e relaciona ao processo de desumanização que fundamentaria o racismo - este tratado enquanto princípio organizador do projeto civilizatório moderno. Lugones afirma que a produção de conhecimento não levaria em conta a marginalização social das mulheres e igualmente o acesso brutal aos seus corpos através da “[...] exploração, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático” (idem, p. 938). Para a autora, o choque entre o sistema de poder global e o mundo encontrado nas Américas afetou os seres culturais e sua relação com outros entes, sua expressividade erótica, estética, linguística, em seres que precisavam ser transformados, adequados a modelos europeus. Segundo Lugones, tal interferência atravessou, portanto, questões relacionadas à ecologia, economia, governo, espiritualidade e conhecimento “[...] bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habituam a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (idem, p. 935). Para a autora: “[...] A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica” (idem, p. 938).

É possível articular essa discussão traçada por Connell, Gargallo e Lugones com reflexões da rede decolonial desenvolvidas por Grosfoguel (2016) sobre o corpo político do conhecimento que, segundo as autoras e o autor, seria branco, masculino e europeu. Para o pesquisador, falamos a partir de lugares situados nas estruturas de poder, ligados a hierarquias de classe, de gênero, sexuais, raciais, espirituais, linguísticas e geográficas.

Tomando como referência o legado cartesiano e a filosofia kantiana como fundamentos que validam e legitimam a epistemologia fundante das universidades ocidentalizadas, Grosfoguel (2016) vê a produção de uma teoria social baseada e concentrada em homens de cinco países: França,

Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália. Em seu texto sobre a lógica de produção do conhecimento nas universidades ocidentalizadas, o pesquisador discorre sobre as estruturas do conhecimento a partir de ensaios produzidos por Enrique Dussel. Segundo Grosfoguel, a filosofia cartesiana, ao secularizar o sujeito do conhecimento de “Deus” para o “Eu”, produziu a ideia de um conhecimento “imparcial”, “objetivo”, por ser produto de um monólogo interior, sem laços sociais. Nessa perspectiva, o conhecimento seria “universal”, por se despir de qualquer interferência do lugar de fala. Esse movimento, denominado pelo autor de “universalismo idolátrico” se tornaria o critério de validação do conhecimento das disciplinas nas universidades ocidentalizadas (GROSFOGUEL, 2016). Grosfóguel recorre, então, a Enrique Dussel para discorrer sobre o contexto de produção da máxima cartesiana “Penso, logo existo”, a qual é precedida em 150 anos pela conquista da América. Sendo assim, conclui:

‘Conquisto, logo existo’. O *Ego conquiro* é a condição de existência do *Ego cogito* de Descartes. Segundo Dussel, a arrogante e idólatra pretensão de divindade da filosofia cartesiana vem da perspectiva de alguém que se pensa como centro do mundo porque já conquistou o mundo. [...] O ‘eu conquisto’, que começou com a expansão colonial em 1492, é a fundação e a condição de possibilidade do ‘eu penso’ idolátrico que seculariza todos os atributos do Deus cristão e substitui Deus como fundamento do conhecimento. Uma vez que os europeus conquistaram o mundo, assim o Deus do cristianismo se fez desejável como fundamento do conhecimento. Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades “divinas” que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais (GROSFOGUEL, 2016, p. 30-31).

Segundo ele, o legado cartesiano tornou-se critério para diferenciar a “ciência” da “não ciência”, (re)produzido nas universidades ocidentais e ocidentalizadas nos dias de hoje. Mas para Grosfoguel é em Kant – considerado um dos pilares da filosofia moderna – que os contornos da divisão geopolítica do conhecimento assumiram suas formas atuais de concentração em alguns países do Norte global. Conforme o autor, foi no século XVIII que se disseminou a tese kantiana de que a razão estaria encarnada no homem branco do Norte, posicionando os Pirineus³⁶ como linha divisória que separaria a irracionalidade da racionalidade. A partir daí o privilégio epistêmico, em conjunto com o poder epistêmico, migrou da

³⁶ Os Pirineus se referem a uma cadeia de montanhas que se interpõe entre a Península Ibérica e a França.

Península Ibérica para o norte da Europa. Por essa razão, os portugueses e os espanhóis ficaram de fora do cânone das universidades ocidentais, mesmo tendo protagonizado a construção do sistema-mundo moderno/colonial (GORSFOGUEL, 2016). Desde o fim do século XVIII, portanto, o conhecimento produzido e divulgado entre as universidades ocidentalizadas passa a ter como referência a França, Alemanha, Inglaterra e Itália e, posteriormente, os Estados Unidos:

A pretensão é que o conhecimento produzido por homens desses cinco países tenha o mágico efeito de apresentar uma capacidade universal: suas teorias são supostamente suficientes para explicar as realidades sócio-históricas do restante do mundo. Como resultado, nosso trabalho na universidade ocidentalizada é basicamente reduzido a aprender essas teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo, com suas dimensões espaciais/temporais muito particulares e “aplicá-las” em outras localizações geográficas, mesmo que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes daquelas citadas anteriormente (GROSFÓGUEL, 2016, p. 27).

Operando com a ideia de racismo/sexismo epistêmico, Grosfóguel (2007) destaca, contudo, que a hegemonia da tradição ocidental de pensamento pode ser observada desde a tradição greco-romana, passando pela cosmologia cristã de (re)nomeação do mundo – em Europa, África, Ásia e, posteriormente, América –, pelo Renascimento e finalmente pelo Iluminismo e o discurso cientificista da “objetividade” e “neutralidade”. Segundo ele, esse processo se reflete nas estruturas universitárias ocidentais e ocidentalizadas como produto do genocídio/epistemicídio³⁷ produzido contra povos muçulmanos e judeus, contra nativos na conquista das Américas, contra povos africanos escravizados na conquista da África e contra mulheres queimadas pela Igreja Cristã (GROSFÓGUEL, 2016). Segundo o autor, os conhecimentos não-ocidentais foram ao longo do tempo considerados inferiores, em oposição ao pensamento dos homens ocidentais (que excluía igualmente o pensamento de mulheres ocidentais como estratégia de consolidação do patriarcado) tratados como legítimos ao acesso à “universalidade” e à “verdade”.

O racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais. Se

³⁷ Grosfóguel toma de empréstimo o termo “epistemicídio” utilizado por Boaventura de Sousa Santos (2010).

observarmos o conjunto de pensadores que se valem das disciplinas acadêmicas, vemos que todas as disciplinas, sem exceção, privilegiam os pensadores e teorias ocidentais, sobretudo aquelas dos homens europeus e/ou euro-norte-americanos. [...] O mito que entretanto subjaz à academia é o discurso cientificista da “objetividade” e “neutralidade” que esconde o “*locus* de enunciação”, ou seja, quem fala e a partir de qual corpo e espaço epistêmico nas relações de poder se fala (GROSFÓGUEL, 2007, p. 32).

Este autor conclui, então, a existência de um monopólio epistêmico no sistema-mundo moderno/colonial que não considera a diversidade de epistemes, forjando um quadro de culturas subalternizadas ou silenciadas nas relações de poder sexuais, raciais, espirituais, linguísticas, de gênero e de classe. Sendo assim, sobre a dimensão da colonialidade do saber e ser, o “saber” constituiria uma política de identidade, desdobrando-se no “ser” (GROSFÓGUEL, 2007, 2008, 2016).

Importa também comentar os desdobramentos decoloniais pensados por Walter D. Mignolo e Pedro Pablo Kuczynski (2012), no âmbito da arte e da estética. Para os autores, a subjetividade, ou a libertação da subjetividade latino-americana, seria possível a partir de uma crítica decolonial a afetar os sentidos, as emoções e o intelecto, “[...] trabalhando no plano da descolonização do conhecer, sentir, pensar e ser”³⁸ (MIGNOLO & PABLO GOMEZ, 2012, p. 6). Segundo os autores, a arte e a estética foram instrumentos de colonização das subjetividades contribuindo na expansão da matriz colonial da Modernidade em seus modos de representação, em seus corpos discursivos, em suas instituições, em seus modos de distinguir e produzir sujeitos e subjetividades (idem, p. 15). Por essa perspectiva, será possível, mais à frente, pensar os efeitos da colonialidade sobre os modelos de instituições ligadas ao patrimônio cultural no Brasil, considerando a relação das mesmas com as Escolas de Belas Artes, por exemplo - estas analisadas enquanto norteadoras das políticas de preservação de bens culturais durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Por sua vez, Edgardo Lander (2005), discorrendo igualmente sobre o contexto histórico-cultural de formação do ambiente intelectual das disciplinas relacionadas à teoria social numa perspectiva decolonial, destaca a afirmação da superioridade da sociedade ocidental moderna (em sua

³⁸ “trabajando em el plano de la descolonización del conocer, del sentir, del pensar y del ser”.

racionalidade pretensamente “objetiva”, “imparcial” - características associadas ao conhecimento científico) em relação aos demais saberes produzidos em outros territórios. As categorias, conceitos e perspectivas ocidentais se converteram em universais para a análise da realidade: uma construção eurocêntrica que passou a organizar a noção de tempo e espaço tomando a si mesma como régua de análise. Recorrendo às Ciências Políticas, Lander chama de “cosmovisão liberal” esse dispositivo de conhecimento colonial que acabou por submeter aos seus prismas as demais formas de ser, conhecer e se organizar, conceituando-as como arcaicas, primitivas, tradicionais, etc. (LANDER, 2005).

Segundo o autor, no universalismo excludente da filosofia e da história ocidental não participam todos os povos, como se vê, por exemplo, em Hegel e Locke: o primeiro pela concepção de espírito universal, e o segundo pela ideia de direito dos povos por meio da razão. Segundo Lander, na perspectiva hegeliana a “História move-se do Oriente ao Ocidente, sendo a Europa o Ocidente absoluto, lugar no qual o espírito alcança sua máxima expressão ao unir-se consigo mesmo” (LANDER, 2005, p.12). Sobre Locke, Lander destaca a concepção do liberalismo clássico na construção do princípio universalista não-universal, o qual nega outras formas de direito sem ser aquelas relacionadas à matriz do direito de propriedade, especificamente a propriedade privada. Aqui se vê claramente a sobreposição do direito individual sobre o coletivo na constituição da ordem social, a partir da qual se formula a ordem de direitos. Sendo assim, aqueles territórios que não apresentam essa ordem, essa disposição jurídica, podem ser considerados “vazios”, “vagos”, disponíveis para a ocupação e colonização da civilização ocidental, outorgada pela razão universal hegeliana.

Estas são as condições históricas da naturalização da sociedade liberal de mercado. A “superioridade evidente” desse modelo de organização social - e de seus países, cultura, história e raça - fica demonstrada tanto pela conquista e submissão dos demais povos do mundo, como pela “superação” histórica das formas anteriores de organização social, uma vez que se logrou impor na Europa a plena hegemonia da organização liberal da vida sobre as múltiplas formas de resistência com as quais se enfrentou (LANDER, 2005, p. 13).

Para Lander, a confiança na possibilidade de um conhecimento certo, objetivo, com base empírica, fez desenvolver a cultura do conhecimento dos especialistas treinados na tradição ocidental, relegando o conhecimento dos “outros” à categoria subjetiva de “conhecimento tradicional” – termo de caráter pejorativo, sugerindo uma base imprecisa, altamente suscetível a equívocos da ordem do “irracional”, segundo o autor.

Percebe-se nos estudos decoloniais que os autores operam com noções de “estrutura” e “longa-duração”, caras a determinados debates travados em disciplinas que compõem a grade das Ciências Humanas. Há influências igualmente em reflexões pós-coloniais articuladas por europeus, como Boaventura Sousa Santos, cujas discussões acerca das estruturas de conhecimento hegemônicas excludentes inspiram debates acerca de novas possibilidades pela via das Epistemologias do Sul (SANTOS & MENESES, 2010). Para Boaventura, existiria uma “linha abissal” – distinções visíveis³⁹ e invisíveis que dividem a realidade social entre existente e inexistente. É nessa linha que se organizariam o domínio da ciência, da política e do direito, por exemplo, onde o lado invisível não teria sua realidade reconhecida. Ainda que essa divisória seja móvel, num lado da linha estaria ainda hoje a zona que anteriormente fora colonizada: num primeiro momento fora considerada o marco zero, o estado de natureza, a partir do qual foram construídas modernas concepções de conhecimento, mas que ainda permanecem submetidas a uma lógica ordenadora definida pelo outro lado da linha (SANTOS, 2010). Para o autor, essa dinâmica representa um modelo de exclusão que persiste nos dias de hoje no pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como aconteceu durante a colonização (idem, 2010).

Boaventura destaca a crença na ciência como um dos elementos mais expressivos da lógica abissal. Segundo o autor, vemos ganhar fôlego a ideia da diversidade sociocultural do mundo ao mesmo tempo em que se

³⁹ Interessa mencionar que um dos exemplos de divisórias visíveis sugeridos por Boaventura (2010) se refere às fronteiras dos Estados nacionais. Tratam-se, segundo ele, de linhas literais que servem como vedações e campos de morte, dividindo cidades, criando zonas de prisões ou detenções, territórios ou áreas de brutalidade pela violação de direitos. A partir dessa perspectiva do autor, é possível pensar que o Estado nacional, como herança moderno/colonial, exerce seu poder de força constituindo até mesmo muros que materializam o controle sobre a vida de populações e sobre a terra. Nesse sentido, as fronteiras podem ser encaradas como elementos que reafirmam o sentido de Nação enquanto uma comunidade socialmente construída (ANDERSON, 2008).

toma como premissa cultural do nosso tempo a crença na ciência como única forma de conhecimento válido. Ainda por esse autor:

O que é característico do nosso tempo é o fato de a ciência moderna pertencer simultaneamente ao campo das ideias e ao campo das crenças. A crença na ciência excede em muito o que as ideias científicas nos permitem realizar. Assim, a relativa perda de confiança epistemológica na ciência, que percorreu toda a segunda metade do século XX, ocorreu de par com a crescente crença popular na ciência. A relação entre crenças e ideias deixa de ser uma relação entre duas entidades distintas para passar a ser uma relação entre duas formas de experienciar socialmente a ciência (SANTOS, 2010, p. 47).

Isso não significa que a superação do abissal deveria se dar através do descrédito do conhecimento científico, mas através de sua utilização contra-hegemônica:

Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre saberes científicos e outros saberes, não-científicos (SANTOS, 2010, p.49).

Importa destacar que as análises de Boaventura (2010) acerca das universidades ocidentais e ocidentalizadas servem de inspiração e referência para o trabalho reflexivo desenvolvido por Grosfóguel (2016) no que ele compreende como uma relação de privilégio epistêmico que monopoliza a autoridade do conhecimento no mundo, em especial no que hoje se trata como teoria social, histórica, filosófica, econômica ou crítica. Boaventura sugere que se reflita e debata as ausências na produção do conhecimento a partir dessa linha abissal que separa negros, mulheres, indígenas e demais grupos historicamente marginalizados dos ambientes de produção de conhecimento. Essa separação, associada ao padrão de poder que igualmente se manifesta no papel protagônico das universidades do Norte global - ou mesmo a exclusividade do conhecimento válido - traduzem as relações de colonialidade que atravessam o aparato institucional sul-americano: universidades, centros de investigação, sistema de peritos, pareceres técnicos, agências de financiamento, etc. (SANTOS, 2010).

Na perspectiva de Grosfóguel (2016), em pleno século XXI percebe-se ainda que as universidades ocidentais se ancoram na experiência sócio-

histórica e na visão de mundo de alguns países como se as mesmas fossem universais, suficientes para explicar a diversidade de experiências do resto do mundo. Essa seria para o autor, então, a base teórica das Ciências Humanas que reduz a produção sul-americana – e de determinadas outras partes do mundo – a aprender essas bases, aplicá-las e reproduzi-las como verdades que independem das experiências espaciais/temporais, sob o preço da deslegitimação ou inferiorização epistêmica, sob o risco da desqualificação e marginalização: “Se os povos do Sul não seguem as definições hegemônicas ocidentais, eles são imediatamente denunciados e marginalizados da comunidade global [...]” (GROSFÓGUEL, 2016, p. 44).

Numa perspectiva próxima, Francesca Gargallo (2014) igualmente chama a atenção para essa pretensão de universalidade ao que seria considerado universal na Teoria Social. Para a autora, é necessário que se considere a ausência das mulheres na elaboração da ideia de universal, sob pena de reprodução e cumplicidade acadêmica de uma ordem epistêmica que segmenta e silencia. Francesca levanta uma questão necessária ao debate sobre a produção do pensamento crítico feminista enquanto contraposição à mundialização neoliberal, no que diz respeito às dificuldades de financiamento de pesquisas e temas de investigação contrários aos critérios dessa mundialização ou questionadores dos instrumentos intelectuais [“ocidentalizantes”] do patriarcado. Sob sua perspectiva, tais dificuldades acabam por afetar o impulso anti-sistêmico do feminismo sul-americano que, por sua vez, não parece se interessar em reproduzir leituras sobre um território à imagem e semelhança do lugar matriz das agências financiadoras. Segundo ela, trata-se de mecanismos intelectuais ocidentalizantes, os quais se reproduzem e se naturalizam a partir de uma razão supostamente neutra, supostamente descorporalizada, mas que postula que “ser humano” dir-se-ia “homem” e “universal” se identifica com o “masculino”, todos sob a régua ocidental (GARGALLO, 2014).

A partir dos autores supracitados e das ideias selecionadas dentro de um vasto arcabouço teórico decolonial - que possui variadas tendências reflexivas - é possível, no entanto, perceber pressupostos teóricos convergentes, os quais se voltam para funcionamentos sistêmicos que atribuem à América do Sul uma condição diferenciada em relação a países do Norte-global. Essa incursão em autores da rede de pesquisadores

decoloniais permite relações e interações com autoras feministas para a complexificação da problemática do patrimônio pela via da análise macrossocial. Trata-se de autores que parecem não priorizar as construções culturais como determinantes das relações e interações, mas sim articuladas a determinações econômico-sociais que orientam a cartografia política global e acabam por interferir, entre outras coisas, nas relações subjetivas. Nessa perspectiva, a “subjetividade” e a ordem do “simbólico” e das “representações” são interpretadas como elementos incorporados a questões macrossociais que podem – ou são capazes de – (re)produzir relações de dominação da ordem do *saber*.

Tratando-se dos autores decoloniais, percebe-se que a base comum de operação se encontra na noção de colonialidade trabalhada a partir de Aníbal Quijano, expandida por alguns autores como Walter Dignolo e operacionalizada para o feminismo e o racismo por Ramón Grosfoguel. Essa noção, embasada na construção reflexiva do sistema-mundo de Wallerstein, se volta, portanto, para as condições socioculturais, econômicas e políticas como elementos indissociáveis de uma estrutura orgânica e complexa em que se consideram múltiplas e heterogêneas reações e relações dos sujeitos subalternizados à colonialidade.

No debate em torno da razão moderna [modernismo] X razão pós-moderna [pós-modernismo], os decoloniais parecem priorizar modelos sistêmicos que em muito dialogam – direta ou indiretamente – com ideias marxianas e correntes marxistas de pensamento, mesmo com múltiplos pontos de enfrentamento e discordância. Ainda que tais autores revelem, entre si, diferentes perspectivas e muitos pontos de divergência⁴⁰, se mobilizam igualmente em torno da crítica ao sistema capitalista moderno-colonial e sua influência sobre a geopolítica do conhecimento, focando suas reflexões num padrão mundial de poder que se manifesta nas organizações institucionais, na episteme e nas subjetividades. Mas também ocorrem incursões da rede nos estudos subalternos e nos trabalhos pós-estruturalistas, ainda que denunciem o contexto laboral dessas produções: o *locus* de enunciação e as limitações analíticas para os problemas que

⁴⁰ Entre os autores priorizados nesta tese, importa mencionar, por exemplo, que Grosfoguel intensifica seu diálogo com a Filosofia da Libertação de Enrique Dussel, priorizando, aparentemente, a racionalidade cartesiana como ponto paradigmático no pensamento ocidental. Walter Dignolo, todavia, parece recorrer ao cristianismo como elemento chave no entendimento da América Latina.

envolvem o capitalismo global quando são tratadas sob a lógica de produção e reprodução do sistema-mundo mesmo em termos acadêmicos. É na perspectiva de que na construção de conhecimento crítico revela-se um impulso de mudança, que a rede Modernidade/Colonialidade aparentemente assume a produção teórica como ação política. Nesse viés, Grosfóguel (2008) lança o desafio de pensar/criar uma política anticapitalista radical que vá além da política identitária.

Mas é preciso destacar que a produção da rede decolonial não tem a ver com a rejeição das criações realizadas pelo Norte global em oposição ao que seria considerado “genuinamente” criado pelo Sul. A decolonização refere-se a um contraponto à histórica tendência global de divisão dos trabalhos no âmbito das Ciências Humanas, a partir das quais o Sul forneceria as experiências e o Norte as teoriza, num esquema de reificação do padrão mundial de poder num aparente universalismo teórico e metodológico. Com isso, o grupo reconhece, inclusive, a sua própria condição de existência dentro de projeto moderno/colonial: muitos deles falam a partir de universidades do Norte. Mas não deixam de pontuar as limitações dos debates centrados no Norte para uma aplicabilidade sul-americana, radicalizando a crítica sobre a ausência da diferença colonial em teorias tratadas como base, ou como referenciais, para as pesquisas, debates e reflexões nas ciências humanas.

Aqui importa novamente retomar o trabalho analítico de Luciana Ballestrin (2013, 2014) sobre a produção teórica da rede. A pesquisadora aponta para os desafios das pesquisas decoloniais em romper com a lógica da colonialidade sem abandonar as contribuições do pensamento ocidental/europeu/iluminista, uma vez que o êxito da proposta dependeria de sua própria condição subalterna e periférica. Segundo ela, trata-se de contradições que suscitam os seguintes questionamentos:

Como lidar com a paternidade europeia das nossas instituições e pensamentos políticos? Como verificar empiricamente hoje o sujeito colonizado? Os movimentos sociais atuais, em seus discursos e práticas, identificam a colonialidade e reivindicam a decolonização? (BALLESTRIN, 2013, p. 112).

Nesse sentido, a autora, ao trabalhar com o binômio *colonialidade na democracia e democracia na colonialidade*, destaca o risco de negar a

paternidade europeia de conceitos e instituições comprometidos com a emancipação e libertação humanas sob o contexto capitalista (BALLESTRIN, 2014).

Ainda que a proposta decolonial inove na possibilidade de olhar para América do Sul em seu lugar protagônico no desenvolvimento do sistema-mundo capitalista, para Ballestrin existe uma espécie de predominância da análise da América hispânica que se traduziu, durante muitos anos, na ausência de uma discussão sobre e com o Brasil dentro do grupo. Nesse sentido, lhe chama a atenção a não existência de pesquisadores brasileiros referenciados na rede de pesquisadores. Para ela, esse é um ponto problemático, uma vez que a colonização portuguesa foi a mais duradoura empreitada colonial europeia e tem igualmente suas especificidades em relação aos demais territórios da América do Sul.

E é pensando nessas questões que na presente tese refletimos sobre dinâmicas de preservação no Brasil à luz dos desafios decoloniais: a partir de reflexões propostas principalmente por Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo e Ramón Grosfóguel, a análise se pauta na crítica sobre o *locus* de enunciação do patrimônio a partir de diálogos com autores brasileiros. Se as instituições de patrimônio no Brasil parecem estar fortemente articuladas com as universidades e centros de pesquisa - relações que se estreitam através da demanda crescente, ao longo do tempo, da “mão-de-obra especializada”, formada em determinadas disciplinas - as relações de colonialidade aparentemente se fazem presentes pela reprodução da predominância das ciências ocidentais na avaliação sobre os bens culturais de comunidades brasileiras.

A institucionalização do patrimônio, estaria, nessa perspectiva, articulada ao *locus* epistêmico que se considera neutro, objetivo e régua universal: o Norte global. Recorrendo a Grosfóguel (2008), parece necessário discutir o patrimônio pela chave analítica que considera que o “[...] êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes” (idem, p.119).

Nesse sentido, nesta tese assumimos como desafio decolonial a possibilidade de refletir e tratar o patrimônio para além de possíveis

afirmações celebratórias da diversidade - suspeitas de reproduzirem os esquemas de colonialidade que, conforme Castro-Gomez (2005), longe de subverter as relações de poder, acabam por contribuir para consolidá-las. A provocação que se faz é sobre a possibilidade de olhar para o patrimônio sob ferramentas analíticas que reflitam sua potência e suas limitações para uma política crítica ao capitalismo, ao eurocentrismo, ao sistema-mundo-moderno-colonial.

CAPÍTULO 2

E O PATRIMÔNIO?

2. E O PATRIMÔNIO?

2.1 - Introdução

A conexão entre preservação e as reflexões traçadas no capítulo anterior nos impõe alguns desafios no que se refere aos caminhos teóricos possíveis para o que se entende como patrimônio nessa tese. Antes de introduzirmos a questão das instituições dedicadas ao patrimônio no Brasil e seus marcos jurídicos, nos importa esclarecer as escolhas interpretativas para esse tema. Consideramos aqui a relação intrínseca entre patrimônio e norma jurídica – esta que tem como função mediar as relações entre o Estado e a sociedade, oficializando sistemas de representações ativados por agentes legitimados. Nessa perspectiva, a patrimonialização seria o ato de vontade desses agentes, a partir da estrutura jurídico-burocrática estatal, em atribuir o estatuto de patrimônio a bens culturais. E a preservação, por sua vez, enquanto conjunto de ferramentas que compreenderiam ações diretas e indiretas sobre esses bens, definindo direitos e deveres e fazendo valer determinada organização complexificada e modelada dentro de uma concepção de civilidade/civilização.

Isso porque a hipótese que conduz a presente pesquisa nos aproxima ou nos afasta de determinados autores e determinadas linhas de pensamento. O desafio maior, portanto, é articular ideias e concepções teóricas decoloniais com as pesquisas desenvolvidas no Brasil que se propõem a compreender o patrimônio dentro das nossas particularidades territoriais.

Partindo da ideia de sistema-mundo-moderno-colonial, nos interessa refletir os possíveis atravessamentos do colonialismo nas experiências de institucionalização do patrimônio, considerando que este, na especificidade sul-americana, em especial no Brasil – de onde parte o presente objeto de estudo –, pode se revelar instrumento de reprodução das relações de colonialidade e, ao mesmo tempo, se apresentar como ferramenta de resistência política e identitária às diferentes movimentações do capitalismo globalizado. A provocação que nos move refere-se ao entendimento do patrimônio numa perspectiva interdisciplinar, considerando que a complexidade de elementos que envolvem a preservação configura situações muitas vezes contraditórias ou paradoxais no campo e revelam

movimentações de afirmação de nichos disciplinares enquanto estratégia de reserva de mercado.

As relações entre patrimônio e a formação ou consolidação de disciplinas não é recente. No Brasil, diferentes vertentes teóricas se propuseram, ao longo do século XX, institucionalizar o debate acerca desse tema, seja no espaço universitário ou a partir de equipamentos culturais específicos, marcando a formação da Antropologia, da História, da Museologia, entre outras. O leque de autoras e autores é imensurável, o que indica a expansão exponencial de uma seara complexa, composta por diferentes disciplinas.

São muitos os nomes traçados como referências para se estudar o tema do patrimônio no Brasil. É possível citar uma lista considerável de pesquisadores comumente mencionados, com propostas divergentes ou convergentes. Ainda assim deixaríamos de fora uma quantidade expressiva de sujeitos amplamente mencionados em trabalhos acadêmicos ou em atividades técnicas. Tratam-se de contribuições diretas e indiretas oriundas de diferentes países ou áreas do conhecimento, tais como Márcia Chuva, Maria Cecília Londres Fonseca, François Choay, Dominique Poulot, Pierre Nora, Llorenç Pratts, Alice Semedo, José Reginaldo Gonçalves, Mário Chagas, Regina Abreu, Márcia Chuva, Maria Cecília Londres Fonseca, Bruno Brulon, José Murilo de Carvalho, Gilberto Freyre, Marisa Velloso M. Santos, George Yúdice entre muitos outros. Sendo assim, os nomes citados no decorrer da tese não concluem de forma alguma as abordagens do assunto, mas anunciam escolhas, caminhos possíveis dentro de uma gama variável de trabalhos.

Dentre os autores abordados na presente tese, nos interessa observar apontamentos sobre as relações moderno-coloniais que envolvem as ações de preservação. Portanto, importa elencar das obras selecionadas reflexões acerca das estruturas externas e internas ao país – instituições e dinâmicas de referência – que parecem ter influenciado instituições brasileiras, o que pode contribuir para o entendimento do processo de configuração das relações de colonialidade possivelmente (re)produzidas no campo do patrimônio no Brasil.

2.2 - Patrimônio e a Modernidade Disciplinar

Ainda que as discussões sobre as instituições de preservação do patrimônio no Brasil remetam principalmente aos séculos XIX e XX, sua abordagem disciplinar pela via do tema da “cultura” contou com um desenvolvimento tardio por meio do sistema universitário, muito provavelmente pela relação da temática com a abordagem cultural em âmbito acadêmico. Para o brasileiro Renato Ortiz (2002), no processo de institucionalização das ciências no Brasil, a temática da cultura ficou de fora, muitas vezes pela disputa do “rigor” científico ou por uma tentativa de alcance de legitimidade pelo trabalho considerado enquanto “ciência”. Para fins de contextualização, interessa retomar os trabalhos de Schwartzman (1992, 2001) e Fernandes (1975, 1992) comentados no capítulo anterior acerca da institucionalização das áreas das ciências em formato disciplinar. Os autores destacam que na primeira metade do século XX existia uma estrutura educacional voltada à formação de profissionais a ocuparem cargos dentro do corpo burocrático do Estado, constituindo-se como centros de formação – faculdades isoladas – que se voltavam à prática do trabalho profissional sem dedicação ao desenvolvimento de pesquisa. Tal realidade se seguiu até o período da reforma universitária no final da década de 1960⁴¹, e pode ser interpretada como o pano de fundo da formação de institutos de patrimônio pelo país e da constituição de um campo profissional da preservação diretamente ligado ao Estado.

Márcia Chuva (2008), ao abordar essa problemática, recorda que os anos de 1930 - período de criação do IPHAN - significou a constituição de grupos diferentes dedicados ao tema do patrimônio, com interesses muitas vezes distintos, enredados na malha estatal. O gerenciamento do patrimônio e da cultura nacional, na primeira metade do século XX, constituíam a estratégia de inserção do Brasil no mundo ocidental civilizado, era o projeto de “criação da nação”. Essa dinâmica, segundo a autora, produziu uma série de consequências nas abordagens e discursos produzidos acerca do tema. Chuva destaca o papel do arquiteto, do historiador, do museólogo e do antropólogo enquanto profissionais que se formavam dentro dos limites do campo do patrimônio, nessa conjuntura que

⁴¹ A reforma ocorreu logo após o AI5, em 1968 sob a Lei nº 5.540 e tratou de alguns assuntos novos ou mencionados em decretos anteriores, tais como: junção ensino e pesquisa, colegiados de gestão e atividades de extensão. A perspectiva de modernização das instituições universitárias de forma a controlar as forças oposicionistas ao Regime Militar é traçada por: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

misturava disciplinas em formação incipiente e a prática profissional num momento de recrudescimento da ação do Estado por parte da figura de Getúlio Vargas⁴².

Por outro lado, Rubino (1993) e Abreu (2007) destacam o desempenho diferenciado dos museus como “locais de ciência” nesse referido contexto de educação voltada para a composição burocrática do Estado. Tais instituições desenvolviam inúmeras pesquisas no bojo dos debates sobre o papel desempenhado pelo Brasil no processo civilizatório. Aqui podemos citar, como exemplo, os trabalhos realizados por Edgard Roquette-Pinto⁴³ no Museu Nacional. Segundo as pesquisas de Nísia Trindade Lima, Roquette-Pinto teria sido

[...] um dos mais importantes críticos das ideias bastante difundidas desde o último quartel do século XIX sobre a inferioridade racial da população que constituía o país. Formado em Medicina, em 1905, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ingressou nesse mesmo ano no Museu Nacional, instituição que desempenhou um papel de relevo na abordagem da questão racial no Brasil, desde o século XIX (LIMA, 2010, p. 257).

Como antropólogo e fundador do setor educativo do Museu, ele se tornou uma referência na divulgação da ciência enquanto estratégia para superar obstáculos ao processo civilizatório, trabalhando as questões raciais na contramão das correntes eugenistas de sua época. Outro caso a ser comentado refere-se ao antropólogo brasileiro Charles Wagley

⁴² Importa destacar que nesta época o investimento em políticas culturais se pautou em um projeto de intervenção estatal sistemática nas diferentes áreas da cultura. Até então, segundo Albino Rubim (2007), houve ações políticas pontuais no setor a partir, principalmente, do eixo do patrimônio. Mas foi entre 1930 e 1945, durante o período que ficou conhecido como Estado Novo, que segundo Rubim ocorreram as primeiras intervenções na área da cultura, articulando ações de opressão, repressão e censura com formulações, práticas, legislações e organizações estruturais para o setor (idem, p. 104). Nessa conjuntura foram criados o Ministério da Educação e Saúde – sob gestão de Gustavo Capanema (1934) –, a Superintendência de Educação Musical e Artística (1936), o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936), o Serviço de Radiofusão Educativo (1936), o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – SPHAN (1937) –, o Serviço Nacional do Teatro (1937), o Instituto Nacional do Livro (1937) e o Conselho Nacional de Cultura (1938). Segundo o autor, o Estado interviu na cultura, portanto, a partir de políticas constituídas dentro do regime varguista que naquela ocasião tinha como objetivo a promoção do nacionalismo e da unidade identitária por meio da noção de “brasilidade”.

⁴³ Praticada no Museu Nacional nas primeiras décadas do século XX, a Antropologia brasileira sofre expressiva influência da figura de Roquette-Pinto que destoava das posições hegemônicas da época sobre a inferioridade racial. Inspirado nas suas experiências junto às incursões ao centro-oeste lideradas pelo Marechal Rondon, e às leituras de Euclides da Cunha a respeito dos sertanejos, Roquette-Pinto ofereceu outras perspectivas sobre a formação nacional (LIMA, 2010)

considerado por alguns pesquisadores⁴⁴ como um importante personagem na história da consolidação da Antropologia como disciplina no Brasil. Wegley veio ao país pela primeira vez a convite do Museu Nacional, em 1939, e se dedicou aos estudos de populações não-indígenas na Amazônia.

De maneira geral, os modelos universitários de então funcionavam como centros que organizavam a vida intelectual na lógica da dependência, ou seja, aquilo que Fernandes (1992) descrevia como uma continuidade da “situação colonial”, na medida em que o desenvolvimento educacional não era auto-sustentado, mas voltava-se para o desempenho de ofícios estatais e profissões liberais, para a formação de bacharéis dedicados a preencher papéis intelectuais de natureza burocrática. Se por um lado havia a continuidade de uma lógica de dependência em relação a outros países do eixo Norte global – denunciada por Florestan Fernandes –, a reforma universitária da década de 1960 aprofundou a consolidação das disciplinas no Brasil e favoreceu a dinâmica da especialização, voltada a empreendimentos especializados de cunho científico. Mas a natureza contingente e histórica das disciplinas acabou atravessada pela estabilidade ou instabilidade de sistemas econômicos, pelas realidades políticas e culturais, interferindo nas dinâmicas de trabalho e nas construções corporativas.

Aqui nos interessa tentar compreender a especificidade brasileira, numa realidade sul-americana, no que se refere ao ofício especializado sobre as práticas patrimoniais. Ao inserir essa problemática numa discussão sobre o modo de produção capitalista e as relações de trabalho, Sônia Aparecida Nogueira (2012, 2013) oferece subsídios para pensar determinações socio-históricas que consagram o conceito e o estatuto do patrimônio cultural no movimento das próprias contradições imanentes à sociedade capitalista.

O trabalho dessa autora se insere no debate – ou o que se denomina – da “crise de paradigmas da pós-modernidade” (NOGUEIRA, 2013, p. 113). Segundo ela, há a conformação de um pensamento hegemônico que se configura na segunda metade do século XX, no qual a dimensão econômica do capitalismo em sua fase de globalização passa a

⁴⁴ Os trabalhos de Charles Wegley e o papel do Museu Nacional foram tema do ciclo de palestras “Encontros com a História” organizado pela Coordenação de História da Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) em 27 de setembro de 2017.

ser encarada como fenômeno cultural. Nesse sentido, a autora afirma que o campo de discussões e recomendações nacionais e internacionais sobre o patrimônio acabou se apropriando dessa perspectiva, tornando secundários ou mesmo ignorando debates e estratégias que evocassem lutas de classe, dinâmicas políticas e jurídicas, por se ocuparem majoritariamente à promoção de eventos de conscientização e mobilização pela perspectiva cultural. Por essa razão, Nogueira compreende que esse ponto de vista não oferecerá soluções efetivas para as pilhagens, para a poluição, as catástrofes ambientais, as destruições ocasionadas pelo turismo e, principalmente ou pelos desdobramentos da indústria da guerra nos moldes imperialistas atuais. E aqui, importa acrescentar outras problemáticas que atravessam o campo do patrimônio, mas que são pouco exploradas nas pesquisas e debates acerca da preservação: a precarização do trabalho, luta por terras, luta por moradia, demarcação de territórios, desastres socioambientais, mercado de trabalho, exploração de recursos naturais, entre outras⁴⁵.

Sendo assim, Nogueira se volta ao pensamento das políticas e ações de preservação inserido no modo de produção capitalista, sujeito à esfera do consumo e do espetáculo, à divisão internacional do trabalho e à objetivação das individualidades. Para ela, portanto, esses elementos definem a própria existência do patrimônio, o que permite identificá-lo como uma invenção moderna (NOGUEIRA, 2013).

Nessa relação entre patrimônio, profissões, disciplinas e Modernidade, a presente tese não foca a atenção para o produto do processo de patrimonialização, ou seja, não concentra a atenção nos bens patrimonializados ao longo do tempo por instituições dedicadas à preservação, mas sim no processo de construção desse patrimônio como resultado de práticas institucionais – mais ou menos democráticas – que se veem legitimadas, ou que buscam legitimação, através da mão-de-obra especializada – sendo esta legitimada pelas disciplinas dedicadas ao tema. Isso não inclui a análise do cotidiano técnico, das atividades rotineiras e burocráticas, por mais que estejam conectadas aos discursos oficiais que

⁴⁵ Algumas destas problemáticas serão brevemente exemplificadas ao longo desta tese, mas aqui cabe mencionar, à título de exemplificação, que as mesmas se desdobram em mobilizações da sociedade civil em torno de demarcação de terras indígenas e quilombolas, na organização de militâncias como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, ou no Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros.

publicizam tais práticas e ajudam a constituir uma ideia, ou uma narrativa, de coerência e de “ação institucional especializada”. Nessa perspectiva, propomos reflexões sobre o trabalho das instituições de patrimônio enquanto prática social produtiva, criadora de esquemas de representação.

Nessa perspectiva, importa destacar que no Brasil dos anos de 1970 – período em que são criados diferentes institutos estaduais de patrimônio num processo de descentralização das responsabilidades do IPHAN – o discurso da preservação era associado às estratégias sustentáveis de desenvolvimento econômico, e começava a apontar para uma relação entre patrimônio e mercado turístico. Desta articulação observa-se gradualmente, por exemplo, o surgimento e a manutenção progressiva de uma extensa rede de companhias de transporte e de seguros, construtoras, hotéis, restaurantes, circuitos turísticos, lojas de *souvenirs*, editoras de revistas e livros, entre outros. Percebe-se as relações de legitimação de discursos e práticas especializadas com a mobilização crescente da comercialização do patrimônio como produto turístico. Apontando esse vasto leque de elementos, Gonçalves (2007) chama a atenção para a necessidade de os pesquisadores dirigirem o olhar “[...] na direção dessa complexa rede de agentes e de instituições mediadores do patrimônio e que usualmente é excluída de nosso campo visual, como se ela fosse apenas o seu suporte supostamente neutro” (Idem, p.233).

O patrimônio, portanto, não parece se dissociar das relações confluentes entre ciência e mercado, entre poder e saber, que dizem respeito à importação de modelos acadêmicos e epistemológicos. Aparentemente diz respeito a uma geopolítica do conhecimento que atravessa as relações de mercado e acaba por reverberar na configuração de agências e redes organizacionais dedicadas à preservação. Nessa perspectiva, interessa fazer referência à Maria Cecília Londres Fonseca (2009) que se contrapõe às análises sobre o patrimônio descoladas de reflexões sobre a prática social amplificada, estrutural. A autora considera a importância de estratégias que tentam lidar com a tensão entre o universal e o particular:

[...] parto do pressuposto de que uma política de preservação é uma prática bem mais ampla que um conjunto de atividades visando à proteção material de determinados bens. [...] procuro, sim, adotar uma posição de crítica ao modo como esse objeto tem sido construído e ideologicamente

elaborado por determinados sujeitos sociais, que têm detido, no Brasil, o monopólio dessa construção (FONSECA, 2009, p. 28).

Para a autora, as abordagens dedicadas aos particularismos do patrimônio podem levar, em última instância, à naturalização do valor cultural atribuído, como algo intrínseco ao bem, possivelmente acessível apenas ao olhar especializado. Aparentemente, segundo ela, as políticas voltadas ao patrimônio foram conduzidas por agentes ligados a determinadas disciplinas, e operaram com valores culturais atribuídos em função de critérios sociais, econômicos e políticos de determinados segmentos da população⁴⁶. Esse quadro revelaria, portanto, uma relação social mediada por bens, relação essa que forja a existência de consensos - fundamentados na ordem disciplinar - quanto a valores atribuídos.

2.3 - Uma Tradição Ocidental

Recorrendo a alguns autores europeus comumente referenciados nas disciplinas que tratam do tema do patrimônio, é possível identificar nos trabalhos de François Choay (2006) apontamentos sobre a ligação entre a palavra *patrimônio* e as estruturas familiares, econômicas e jurídicas presentes em sociedades que a autora denomina como “estáveis”. Para ela, a acepção do termo patrimônio articulou-se à ideia de herança, mas sofreu expressivas alterações ao longo do tempo, exibindo trajetórias suscetíveis às influências de Estados, museus, mídias, entre outros. A autora recorre às mudanças culturais europeias a partir do século XV para discutir o interesse de artistas, eruditos ou antiquários por vestígios de épocas passadas, com destaque para estes últimos cujo ofício do inventário e da catalogação “[...] anteciparam o trabalho dos historiadores, dos arqueólogos, dos

⁴⁶ Importa mencionar outras possibilidades analíticas que levem em conta, por exemplo, as perspectivas de Arjun Appadurai (2008) e Pomian (1984). Appadurai se volta ao fenômeno do consumo que, segundo o autor, fundamentaria a formação do gosto, da distinção, da formação do indivíduo e das estratégias de reprodução de grupos e de identidades sociais no mundo moderno. O consumo produziria vínculos sociais e geraria formas particulares de solidariedade, confiança e sociabilidade fundamentais para a vida social. Nesse sentido, o objeto não possuiria um valor absoluto como resultado da demanda, mas seria a demanda pelo o objeto que, como base de uma troca real ou imaginária, conferiria valor a ele. Numa outra perspectiva, Pomian percebe a produção de significado e a valoração como algo associado à utilidade do objeto. Por esse ponto de vista, o objeto patrimonializado, no contexto do museu, teria o significado e a valoração atribuída à não circulação.

historiadores da arte e dos primeiros etnógrafos do século XIX” (CHOAY, 2011, p. 24).

Na perspectiva sobre a construção semântica do termo patrimônio nas sociedades ocidentais, Dominique Poulot (2009) oferece uma análise sobre a evocação e o poder dessa palavra num tempo que ele próprio chama de “nossa atual Modernidade” (POULOT, 2009, p. 9). O autor se refere à relação entre acúmulo de vestígios e o fluxo de produção contemporânea de artefatos, processo no qual se destacam aqueles objetos ou práticas que parecem sancionar a passagem acelerada do tempo. Sobre esse movimento, Poulot identifica esforços públicos e privados que se articulam a desafios ideológicos, econômicos e sociais pelo reconhecimento ou apropriação do que se procura entender como patrimônio. É daí que ele afirma que “[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (POULOT, 2009, p. 12). E aqui é possível pensar em falas e práticas – de preservação – as quais, articuladas, ajudaram e ainda ajudam a construir/reconstruir sentidos e apropriações para determinados bens culturais sob códigos hegemônicos.

A respeito do que se entende como “tradição ocidental” a respeito do patrimônio, importa retomar as reflexões de Sônia Nogueira em parceria com Ronaldo R. Reis (2012), os quais identificam, a partir de uma leitura marxiana, a necessidade ontológica de registro e transmissão de práticas e memórias entre gerações através de artefatos revestidos do atributo de testemunho e identidade ao longo do tempo e em diferentes espaços. Segundo os autores,

Uma das dimensões da realidade concreta e das relações entre o tempo e o espaço construído pela sociedade humana diz respeito ao *mundo das coisas*, produto da objetivação humana, fruto da interação cognitiva, transformação e apropriação da natureza pelo *Homo sapiens*, e na posterior luta pela sobrevivência do *Homo faber*. Potencial humano resultante do desenvolvimento do cérebro, da formação dos cinco sentidos, e das formas de articulação e anatomia das mãos, como conexão originária de todas as formas de artefatos, assim como a linguagem articulada (NOGUEIRA & REIS, 2012, p. 2).

Numa outra perspectiva, Gonçalves (2007) aponta o patrimônio como categoria de pensamento. Segundo o autor, a categoria estaria presente em toda e qualquer comunidade humana, ou seja, seria uma categoria universal,

mas se distinguiria pelas representações construídas nos contextos históricos e culturais da Modernidade e pelos elementos que a caracteriza, como a vida nas grandes metrópoles, a divisão social do trabalho, a especialização e a economia monetária. Segundo Gonçalves, a definição de patrimônio enquanto categoria universal não exime de qualificá-lo em termos culturais e históricos, uma vez que o acesso às categorias só seria possível por meio das suas atualizações sociais. Sendo assim, referendá-lo enquanto “categoria” seria reificar a tradição ocidental que o cria, que faz o termo (e seu conjunto de sentidos) existir. Portanto, parece necessário voltar a atenção para o caráter “construído”, “inventado”, da própria palavra “patrimônio” pelos discursos modernos⁴⁷ em toda a historicidade ocidental de sua carga semântica.

Llorenç Pratts (2005), por sua vez, reflete sobre o patrimônio como sistema de representação que obedece a construções sociais, ativado principalmente pela via do discurso. Para o autor, esse sistema aparece com o desenvolvimento do capitalismo na Revolução Industrial e se difunde progressivamente até os recônditos das sociedades ocidentais e em suas zonas de influência, apoiado na crescente separação do homem com a natureza e num regime único de historicidade que separa passado, presente e futuro. Pratts percebe, portanto, que esse sistema de representação seria ativado a partir de atores políticos que detêm o poder de discursar sobre o patrimônio e assim definir as regras de atuação sobre ele. Trata-se de agentes de interpretação que legitimam identidades. Esse seria um poder político que contaria com notável apoio do poder econômico e com os poderes que envolveriam interesses acadêmicos e a habilidade dos técnicos, segundo o autor:

Os poderes, se assim podem ser chamados, ou interesses, acadêmicos competem entre si para certificar o rigor científico das ativações, obter reconhecimento social, recursos econômicos, status. A ciência e seus correspondentes conhecimentos disciplinares deveriam marcar claramente os limites da legitimidade de certos discursos, mas a necessidade é grande e, muitas vezes, se

⁴⁷ Em seus trabalhos anteriores, o autor evocava a importância de uma reflexão sobre as comunidades discursivas do campo do patrimônio e o caráter ambíguo da ação e do discurso de preservação através da “perda”: esta que antecederia e justificaria a ação ou se revelaria como algo a ser evitado, ocupava, portanto, lugares ambíguos, apesar de centrais, na configuração das ações preservacionistas (GONÇALVES, 2003). Ao longo do tempo Gonçalves volta-se ao trabalho de eliminação dessas referidas ambiguidades no processo de construção das instituições situadas entre a memória e a história, tais como os museus, os institutos de patrimônio, os arquivos, etc. (GONÇALVES, 2007).

recorre, voluntariamente ou não, à ficção de legitimar os elementos, os componentes, antes do discurso, que é simplesmente ignorado, exceto em alguns casos de flagrante inconsistência. A necessidade é ainda maior no campo dos técnicos (museógrafos, gerentes de patrimônio em geral), que dependem para sua sobrevivência ou bem-estar, conforme o caso, do nível de satisfação de seus clientes e que são, em última análise, os responsáveis por conceber e executar a linguagem formal que, se for bem resolvida, pode exercer um efeito quase narcotizante de prestidigitação. Tudo isso nos permite considerar exposições, museus, ecomuseus, parques de todos os tipos, como aparentemente neutros, sem qualquer conteúdo ideológico, embora, na realidade, em nenhum caso, isso seja assim (PRATTS, 2005, p. 19-20)⁴⁸.

Sendo assim, Pratts conclui que o patrimônio, enquanto sistema ocidental de representação ativado pelo discurso - mais que pelo valor -, possui claras fronteiras ideológicas, políticas e econômicas.

Também no âmbito discursivo, Ulpiano Bezerra de Menezes (1998) percebe a ativação patrimonial a partir da seleção e mobilização social em operações de produção, circulação e consumo. O autor, ao pensar a construção de discursos históricos a partir de documentos numa relação de preservação da memória escrita, foca sua reflexão para a inexistência de significados imanentes aos artefatos - uma vez que os atributos intrínsecos aos bens se limitariam às propriedades de natureza físico-química, tais como forma geométrica, peso, cor, etc.. O autor identifica nas sociedades contemporâneas um movimento de deslocamento de sentidos sobre esses objetos, que fazem parecer naturais ou imanentes aquilo que seria uma construção social de significados. Isso, para ele, seria um movimento de fetichização que se observa, por exemplo, no patrimônio. O lugar do especialista nesse processo, portanto, seria para Menezes o da construção da retórica que produz ou não o efeito [ilusório] de um artefato neutro, asséptico, puro e purificado. O produto dessa assepsia seria a própria ideia

⁴⁸“Los poderes, si así puede llamárseles, o intereses, académicos compiten entre sí por certificar el rigor científico de las activaciones, por obtener reconocimiento social, recursos económicos, estatus. La ciencia y sus correspondientes conocimientos disciplinarios deberían marcar claramente los límites de legitimación de determinados discursos, pero la necesidad es grande y, con frecuencia, se recurre, voluntariamente o no, a la ficción de legitimar los elementos, los componentes, antes que el discurso, que simplemente se ignora, excepto en algunos casos de chapucería flagrante. La necesidad aún es mayor en el campo de los técnicos (museógrafos, gestores del patrimonio en general), que dependen para su supervivencia o bienestar, según los casos, del nivel de satisfacción de sus clientes y que son, en última instancia, los encargados de concebir y ejecutar el lenguaje formal que, si está bien resuelto, puede ejercer un efecto casi narcotizante, de prestidigitación. Todo ello permite que nos enfrentemos a exposiciones, museos, ecomuseos, parques de todo tipo, como aparentemente neutros, sin contenido ideológico alguno, aunque, en realidad, en ningún caso esto sea así”.

de significados imanentes aos objetos. O autor remete ao contexto de mediação patrimonial institucionalizada – como os museus – para pensar na construção discursiva das camadas de sentidos que se cristalizam em torno de objetos a partir das classificações, dos sistemas de seleção e coleta, dos arranjos documentais, das disposições museográficas e todo o conjunto de referenciais que compõem o contexto de preservação.

Numa outra perspectiva os pesquisadores Luiz Carlos Borges e Márcio Campos (2012) refletem a aplicação do termo patrimônio em diferentes organizações sócio-políticas nas quais subsiste a noção de propriedade herdada. Nesse sentido, evocam a semântica: *coisa investida de valor*. Recorrendo a referenciais marxianos, os autores priorizam a noção de valor – ao invés do discurso – e a associam ao trabalho humano, cuja materialidade é da ordem histórica. Isso significa para Borges e Campos que o patrimônio, enquanto produção humana, revela-se investido de valor – valor de uso e valor de troca – a partir do trabalho, considerando que o valor é intrínseco e inalienável da coisa enquanto produto cultural: “[...] o que quer que seja produto do trabalho humano já tem em si mesmo valor, desde o momento em que é pensado/desejado, até o seu uso e desuso” (BORGES & CAMPOS, 2012, p.115). Daí ambos os pesquisadores partem para a discussão sobre o patrimônio no contexto da política patrimonial (governamental ou transgovernamental) e sobre o processo pelo qual um determinado bem – produto do trabalho humano – é apontado como patrimônio a partir de um ato de vontade de especialistas ou representantes comunitários.

Partindo de possíveis confluências nas considerações de Nogueira (2012, 2013), Fonseca (2009), Pratts (2005), Meneses (1998), Borges e Campos (2012) e outros é possível formular uma ideia interdisciplinar sobre o patrimônio que o articule às relações de trabalho e de produção de valor nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, às formulações discursivas e à ativação de sistemas de representação. O patrimônio pode ser pensado como algo inserido nas relações de produção – sendo a preservação uma prática social produtiva – a partir de atividades institucionais criadoras de valores e de sistemas de representação. Nesse quadro, a preservação aparece como processo de intermediação do Estado – uma vez que a legislação brasileira compete exclusivamente aos agentes e agências estatais o poder de patrimonializar – executado por agentes autorizados,

ligados a determinadas disciplinas de pretensão científica. Essa ativação, constituída historicamente a partir do ato de vontade de especialistas, mostra-se sujeita a demandas econômicas, culturais e políticas no sistema capitalista globalizado.

Daí é possível pensar na formação de nichos de atuação profissional⁴⁹ voltados à preservação, o que inclui a atuação de instituições de pesquisa, universidades, museus e agências estatais a partir de um conjunto de agentes e agências que se entendem autorizados a falar sobre o patrimônio e que por vezes reivindicam, pra si, a exclusividade do discurso.

Interessa recorrer à Bourdieu (1980) e sua reflexão acerca do *habitus* linguístico para pensar uma microeconomia discursiva que nunca é autônoma em relação às leis macroeconômicas. Todas as interações linguísticas seriam, para ele, espécies de micromercados que permanecem dominados por estruturas globais. Nesse sentido, coloca-se em questão a relação objetiva entre as competências dos locutores: o conjunto da sua competência social e o direito a falar - que depende de algumas variáveis, como o gênero, a idade, a religião, a classe econômica, entre outros. Essa relação estrutura um mercado. O mercado, nesse processo, pode ser interpretado como mecanismo que condiciona a existência e valoração do patrimônio (GONÇALVES, 2007), numa dinâmica que parece sobreviver e se reproduzir a partir da existência dos nichos de atuação em consonância com as disciplinas acadêmicas.

Nessa perspectiva, a especialização da mão-de-obra sobre o patrimônio pode ser ao mesmo tempo condição e efeito do mercado: condição para a existência de um nicho de profissionais e, ao mesmo tempo, efeito desse nicho - na medida em que a demanda de um trabalho especializado reverbera na configuração de cursos e disciplinas a formarem especialistas. O especialista do patrimônio, nesse sentido, encontra-se numa situação de autoridade na medida em que dominaria as palavras socialmente admissíveis na construção de discursos que ativam sistemas de representação, seja no contexto do laboratório, do museu, de um instituto

⁴⁹ Falamos aqui de diferentes perfis profissionais que ao longo do século XX foram se formando em torno das atividades de preservação e passaram a concentrar atividades no campo, tais como arquitetos, museólogos, historiadores, conservadores, antropólogos, entre outros. Tais profissionais ocuparam e ainda ocupam funções em empresas, autarquias ou órgãos públicos - institutos, arquivos, secretarias, museus, empresas privadas, etc. - dedicadas ao patrimônio tangível e intangível.

ou outros. Provido de uma linguagem legitimada, esse agente dispõe de recursos para se firmar no mercado, como também parece dotado de autoridade na disputa de discursos.

Mas importa reconhecer que, por outro lado, é exatamente essa autoridade que pode oferecer alguma resistência a movimentos predatórios do capitalismo no Sul-global. No caso do Brasil, é preciso destacar a importância que os laudos técnicos assumem em licenciamentos ambientais de grandes empreendimentos de mineração, de construção de barragens, ou na configuração de parques eólicos, por exemplo. Nessas situações, o técnico especialista é requisitado para avaliar impactos socioculturais e patrimoniais, elaborando laudos que “obrigam” - em tese - as empreendedoras privadas ou estatais a se adaptar ou forjar novas estratégias de redução desses referidos impactos. Ainda que as questões políticas sejam, geralmente, a última instância decisória dos processos de licenciamento ambiental, a obrigatoriedade dos laudos coloca o técnico especialista numa dupla posição: ele é o agente que pode oferecer alguma resistência a esses empreendimentos, mas igualmente se estabelece como ferramenta de legitimação dos mesmos, uma vez que o laudo é condição obrigatória para a execução das obras.

Reconhece-se também a possibilidade de instrumentalização do patrimônio pela via de isenções fiscais das grandes empresas voltadas à exploração de recursos naturais através do fomento, por exemplo, de atividades de preservação. Nesses casos, o técnico acabaria por legitimar a execução das atividades industriais, referendando uma fachada de “contrapartida cultural” para ações altamente nocivas ao meio-ambiente e às comunidades. Essa discussão evoca reflexões travadas em torno da expressão “zonas de sacrifício” comumente utilizada por movimentos sociais em disputas que articulam direitos ambientais a direitos civis: expressão que se refere a localidades onde se concentram práticas de alta agressão ambiental a atingir principalmente populações de baixa renda. Nesses territórios a desregulação ou a flexibilização das leis de proteção ambiental, juntamente com as isenções tributárias, favorecem os interesses econômicos predatórios (ACSELRAD, 2004).

Um contraponto à necessidade da figura do especialista no uso da memória como estratégia de resistência pode ser percebido através da

discussão desenvolvida por Jerônimo Silva e Edma Moreira (2017) a respeito das dinâmicas sociais e culturais nas chamadas “zonas de fronteira”: locais onde o poder estatal ou privado escancara seus interesses e seu poder econômico, se desnuda na exploração de recursos a partir de grandes investimentos que dependem da espoliação de camponeses, da remoção de famílias e até mesmo do massacre de povos indígenas e de comunidades quilombolas ou ribeirinhas. Para os autores, as históricas desigualdades sociais e as contingências do trabalho escravo e da violência no campo marcam a singularidade desses territórios que, por sua vez, estabelecem relações de memória ligadas à “luta”⁵⁰: ações diretas e indiretas de enfrentamento e de reivindicação de direitos, de resistências e (re)existências que vão desde a formação de sindicatos, associações, cooperativas e enfrentamento armado até a criação de centros de memória não reconhecidos pelo Estado. Partindo dessa perspectiva, é possível pensar que nos referidos territórios de tensão, onde o pensamento se estruturaria a partir da violência, a “patrimonialização da luta” – mencionada por Silva – não permitiria o esquecimento de histórias individuais e coletivas, assumindo como centralidade simbólica a ideia de resistência.

Continuando nessa perspectiva sobre os usos políticos do patrimônio⁵¹, cabe pensar também em experiências como o Museu da Beira da Linha do Coque, em Recife, e o Museu das Remoções, na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de exemplos de construção comunitária de memórias em territórios urbanos de baixa renda, vítimas do descaso ou de ações violentas por parte do poder público. Nesses casos, a exclusão social sobre as decisões políticas relacionadas àqueles territórios incidiu diretamente na vida de moradoras e moradores, interferindo em condições estruturais básicas de moradia – e no limite na remoção de inúmeras famílias. O caso

⁵⁰ Em novembro de 2017 Jerônimo da Silva e Silva - docente na Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO) e no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PDTSA/UNIFESSPA) – compôs a Mesa “Museus, Museologia e Patrimônio: questões Pós e Decoloniais” do 3º Seminário Brasileiro de Museologia, realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA). Em sua fala, Jerônimo elencou exemplos de “casas de memória” no interior do estado paraense, nas quais grupos de trabalhadores do campo reúnem fragmentos de memória daqueles que foram assassinados em situações de reivindicação por direitos. Para o autor, tais espaços se constituem como locais informais – não reconhecidos pelo Estado – de “patrimonialização da luta” ou de “tombamento da luta”, onde não se permitiria esquecer a trajetória de resistência à violência na região do Pará.

⁵¹ No âmbito da memória, para Andreas Huyssen (2000) seu variado uso político vai desde a mobilização de passados míticos para apoiar o que ele chama de “políticas chauvinistas e fundamentalistas” até o debate cultural em torno dos direitos humanos, justiça e responsabilidade coletiva no contexto sul-americano.

de Recife, abordado por Gleyce Kelly Heitor (2017), oferece subsídios teóricos para se refletir igualmente sobre o exemplo carioca, nos permitindo pensar em ações de resistência ao silenciamento e a reivindicação ao direito à memória não modulada pelo especialista:

A principal aspiração deste museu é mobilizar um patrimônio contra a lógica silenciadora da violência e dos estigmas presentes nas demarcações que conformam a cidade. Neste sentido, a musealização operada por seus agentes, não se resume ao gesto nostálgico, tal como criticado por Huyssen. A motivação desses sujeitos pela produção de memórias não necessariamente ligadas ao passado distante é uma estratégia que, ao mobilizar a forma “museu” busca fazer funcionar o presente. Neste sentido, [...] antes de disputar identidades ou passados comuns, buscam afirmar sua permanência no bairro e na cidade, através da reescrita da história do lugar e de seus cotidianos pela eliminação de portavozes ou intermediários (HEITOR, 2017, p. 11).

Tomando esses exemplos como referência, é possível pensar na patrimonialização informal, ou seja, aquela em que não há necessariamente o reconhecimento jurídico sobre determinado bem cultural. Podem ser pensadas como estratégias de enunciação de histórias sem intermediários especializados ou agentes estatais, como “iniciativas narrativas de si” que procuram no estatuto do patrimônio a possibilidade de reversão de processos de invisibilidade social, fazendo valer o protagonismo narrativo sobre a memória.

Numa outra perspectiva, o patrimônio também pode ser percebido como ferramenta de reivindicação de políticas públicas no âmbito da cultura, considerando que a possibilidade de reconhecimento do Estado – da sua chancela patrimonial – viabilizaria, em tese, repasse de recursos públicos, renúncia fiscal ou mesmo acesso a políticas de fomento. Isso significa dizer que manifestações culturais chanceladas pelo Estado, chancelada pelo especialista, poderiam concorrer a editais públicos, por exemplo, tendo acesso a recursos que contribuiriam na manutenção de sedes, na organização de eventos, na pesquisa de linguagens e execução de atividades fundamentais. Grupos de teatro, coletivos de dança, artistas de cordel, escolas de palhaçaria, grupos de fanfarra, escolas de música, museus comunitários, ecomuseus, festejos populares, ofícios tradicionais – como o das parteiras e das erveiras –, expressões religiosas, e tantas outras inúmeras manifestações culturais cujo reconhecimento patrimonial – mesmo

que limitado ao inventário de referências culturais⁵² - pode lhes possibilitar alguma ajuda por parte do Estado, garantiria, hipoteticamente, formas de resistência material e política à imanência de fechamentos, falências ou desagregações ocasionados por crises econômicas e pelo avanço do capitalismo neoliberal.

Aqui é importante lembrar o papel das políticas culturais no contexto da década de 1990, por exemplo, quando se observava uma tendência nacional de encolhimento da atuação do Estado (em suas três instâncias federativas: municipal, estadual e federal) nos assuntos deste referido setor (MORAES, 2009). Para a pasta da Cultura, em nível federal, instituíram-se dinâmicas sustentadas pela iniciativa privada e legitimadas pelas leis de incentivo, o que acabou priorizando alianças privadas a partir de um modelo de cultura associado ao espetáculo, desprestigiando as atividades tradicionais, de pesquisa ou de experimentação que não estivessem conformadas à lógica do entretenimento ou que apresentassem baixo potencial de rentabilidade. Os recursos orçamentários, naquele momento, articulavam-se a “[...] compromissos no mercado, obedecendo à lógica empresarial, fundamentalmente de *marketing*, que visava garantir o retorno financeiro e uma imagem positiva para a empresa ou instituição [...]” (Idem, p. 58) financiadora de projetos culturais.

Num contexto de redução do papel do Estado (nas três esferas) as políticas dependentes da iniciativa privada acabavam sujeitas à pressão e influência do mercado, a um monopólio de demandas e interesses que se voltam à lógica do *marketing* e do retorno financeiro. No campo do patrimônio, tal constatação pode ser observada nos exemplos abordados por Scheiner (1993) que enfatiza o descaso político com o patrimônio na dinâmica de financiamento das produções culturais baseada na lucratividade. A autora discorre sobre a situação precária dos museus nesses casos ao comentar o quadro desfavorável dessas “instituições sem

⁵² O IPHAN possui uma metodologia de pesquisa para produzir conhecimento sobre marcos e referências de identidade de grupos sociais em diferentes escalas, desde o território de uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, uma região geográfica ou a um conjunto de segmentos territoriais. O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) “[...] contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística”.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>>. Acesso em: 02 de dez. 2017.

fins lucrativos” em conjunturas em que os financiamentos culturais privados se voltam à “rentabilidade”.

Considerando a trajetória do Estado brasileiro nas políticas públicas para o setor da Cultura, a responsabilidade estatal sobre a execução de políticas de preservação⁵³, em muitos casos, se mostrou fundamental para a reconfiguração de realidades nas quais a contenção financeira refletia a precariedade da institucionalização do setor nas esferas federal, estadual e municipal (SOUZA, 2013). Tal precariedade ainda pode ser observada nos dias de hoje em grande parte do território nacional através dos desenhos institucionais onde predominam a gestão da cultura associada com outras áreas de políticas públicas (BIONDINI & SOUZA & STARLING, 2010)⁵⁴, o que nos permite concluir a importância de políticas de preservação que muitas vezes se colocam como substitutivas de políticas públicas para a Cultura (SOUZA, 2013).

Numa perspectiva decolonial, portanto, tentamos refletir sobre a existência de esquemas de poder que envolvem a preservação – no que diz respeito ao trabalho especializado – e permitem pensar em situações contraditórias e por vezes paradoxais quando aplicadas em territórios atravessados pela experiência da colonização. Nesse sentido, pensamos que o caráter exploratório do capitalismo no Sul-global possibilita que o patrimônio seja instrumentalizado para a fonte de renda comunitária ou

⁵³ Interessa mencionar que Dominique Poulot (2009, p. 201) chama a atenção para um movimento político internacional – desde a década de 1950 – no qual as ações em favor do patrimônio se revelam a vanguarda de uma democratização cultural.

⁵⁴ Lia Calabre (2011) destaca como desafio contemporâneo a institucionalização da cultura quando se observa um constante movimento – nacional – de criação e extinção do ministério, de secretarias ou de projetos nos três níveis de gestão. Ainda é recorrente no Brasil a fusão de pastas relacionadas à Cultura, Educação, Turismo e Esporte em momentos de crise econômica, ou mesmo a proposta de eliminação da pasta da Cultura como estratégia de contenção de despesas do Estado. Interessa lembrar o caso emblemático da proposta de eliminação do Ministério da Cultura por parte da gestão de Michel Temer em 2016, proposta essa que produziu intensa crítica por parte da classe artística e de várias categorias de trabalhadores ligados a atividades culturais. A reação à proposta se transformou em ocupações de manifestantes em várias repartições públicas no país ligadas ao Ministério da Cultura. Uma das maiores ocupações ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no Palácio Gustavo Capanema, tombado em nível federal e atual sede do IPHAN. O local foi tomado por dezenas de manifestantes que durante 60 dias geriram três espaços do prédio: pilotis, mezanino e auditório. Ali realizaram aulas acadêmicas públicas, cursos abertos nas diferentes linguagens artísticas, ensaios de peças teatrais e centenas de apresentações de grupos culturais numa agenda diária de atividades. O movimento ficou conhecido como “Ocupa MinC” e passou a contar com apoio expressivo do midiativismo do coletivo “Mídia Ninja” que se dedicou ao trabalho de comunicação entre a ocupação e a população da cidade. Durante o período de permanência dos manifestantes no Palácio Gustavo Capanema, milhares de pessoas circularam pelos jardins da edificação, e uma parte significativa delas manifestou o desconhecimento sobre a existência daquele edifício. Esse quadro acabou por escancarar as dissonâncias possíveis entre o estatuto do patrimônio e a apropriação social do bem cultural patrimonializado por especialistas.

como exploração turística empresarial, como instrumento que “justifique” a requalificação urbana e a especulação imobiliária, ou como instrumento de fomento às diversas manifestações culturais, de resistência e de (re)existência⁵⁵.

Nesse sentido, importa perguntar se o estatuto do patrimônio, da forma como se constituiu no Brasil, estatuto jurídico-burocrático, comportaria uma diversidade epistêmica, abarcaria a pluralidade da vida e as diferentes cosmovisões, além de outros regimes de historicidade que não colocam os saberes modernos disciplinares como régua de análise e critério discursivo dos dispositivos jurídicos. Ou seja, vale refletir sobre a (im)possibilidade das políticas de preservação compreenderem vozes dissonantes aos valores e episteme ocidental, eurocêntrica, moderna.

O patrimônio, institucionalizado, comportaria desvios ao pensamento pretensamente objetivo, universal e neutralizador que ao longo do tempo orientou as relações de preservação através de documentos internacionais e instituições legitimadas? Ou seria mais um instrumento normatizador, produto e produtor de colonialidade? Até que ponto ele estaria relacionado com a estruturação colonial da sociedade brasileira orientando a construção de sistemas de representação que concorrem à construção de uma realidade comum a um tecido social (JODELET, 2001)?

Aqui pode-se fazer relação com alguns autores decoloniais que procuram identificar, no plano das ideias, possíveis articulações entre saberes modernos e organizações de poder que fazem uso de conhecimentos disciplinares para a neutralização da organização colonial do mundo - nas linguagens, na memória, no imaginário, entre outros (LANDER, 2005). Nesse sentido, é possível interpretar o patrimônio - institucionalizado dentro da lógica jurídico-burocrática do Estado-nação e sistematizado na ordem da racionalidade ocidental - como parte de uma engrenagem da totalidade moderno-colonial (QUIJANO, 2005), na qual povos e territórios são inseridos numa grande narrativa universal civilizatória que impregna o contexto de formação das disciplinas no mundo ocidental e ocidentalizado e

⁵⁵ Do Museu Vivo de São Bento (Duque de Caxias, RJ) ao Museu do Amanhã (Rio de Janeiro, RJ); do Mercado Ver o Peso (Belém, PA) ao Mercado Central de São Paulo (São Paulo, SP); da produção do Queijo do Serro (Serro, MG) ao ofício comercial do Mate da praia (Rio de Janeiro, RJ); do território do Valongo (Rio de Janeiro, RJ) ao núcleo histórico de Ouro Preto (Ouro Preto, MG); enfim, são incontáveis os exemplos em que é possível discutir a instrumentalização do patrimônio para interesses contraditórios e, por vezes, paradoxais, envolvendo articulações entre empresas, poder público e sociedade civil.

acaba por atravessar a seleção e preservação de bens culturais. Da constituição histórica das disciplinas, Lander assim descreve a formação do ambiente intelectual que assume a cosmovisão europeia como seu eixo central:

No corpo disciplinar básico das ciências sociais, no interior das quais continuamos hoje habitando, estabeleceu-se em primeiro lugar uma separação entre passado e presente: a disciplina *história* estuda o passado, enquanto se definem outras especialidades que correspondem ao estudo do presente. Para o estudo deste último delimitam-se âmbitos diferenciados correspondentes ao *social*, ao *político* e ao *econômico*, concebidos propriamente como regiões ontológicas da realidade histórico social. A cada um destes âmbitos separados da realidade histórico-social corresponde uma disciplina das ciências sociais, suas tradições intelectuais, seus departamentos universitários: a sociologia, a ciência política e a economia. A antropologia e os estudos clássicos definem-se como o campo para o estudo dos *outros* (LANDER, 2005, p. 13).

A crítica decolonial pode ser inserida na reflexão sobre o patrimônio também através da denúncia sobre a “ausência” do mundo “periférico” e de seus recursos na constituição do capitalismo global. Estariam ausentes nas discussões as relações de subordinação de territórios, recursos e populações do espaço não-europeu, e a universalização do tempo linear, irreversível que acabaria por neutralizar a abstração da natureza, dos recursos, do espaço e dos territórios como dimensão constitutiva da experiência histórica.

É nesse processo em que aparentemente foram gestadas as relações de preservação. Num recorte de tradição ocidentalizada, Nogueira (2013) trata a Revolução Industrial como um dos marcos referenciais dessa história, momento em que, segundo a autora, observa-se a complexificação de mecanismos de proteção a acervos e monumentos frente às mudanças urbanísticas, econômicas e sociais. Segundo ela, a preservação se revelou ali como estratégia de enfrentamento da sociabilidade burguesa perante o passado e a memória social, dessa vez munida de argumentos e valores do âmbito das ciências e das artes dentro de um projeto civilizatório. Por essa perspectiva, suas ideias igualmente nos oferecem subsídios para interpretar a história da preservação do patrimônio no ocidente como parte também da luta de classes, considerando as dinâmicas de trabalho e de produção de

valor na apropriação e expropriação de práticas e objetos materiais a partir das dinâmicas econômicas.

Considerar que o patrimônio - produto de uma ativação que se dá nas relações de produção de uma sociedade - sofre determinações sócio-históricas e epistemológicas dentro do capitalismo internacional, nos distingue, portanto, de outras vertentes de interpretação. Entende-se aqui, que tal perspectiva nos oferece elementos para a análise e compreensão do lugar que a mão-de-obra especializada assume nas políticas e ações preservacionistas, sob o ponto de vista da centralidade do trabalho e dos conhecimentos requeridos ao seu exercício, os quais interferem nos processos de escolha de um bem cultural e na atribuição de valor sobre o mesmo. Nesse sentido, conseguimos identificar indícios que articulam o patrimônio à formação do ambiente intelectual das disciplinas no Brasil, especificamente em Minas Gerais, refletindo sobre seus pressupostos fundacionais forjados numa epistemologia eurocêntrica que predomina nas universidades e centros de pesquisa - considerando aqui a seara acadêmica como produto de uma empreitada nacional no mercado de produção científica global, a partir da perspectiva de Schwartzman (1992; 2015) e Fernandes (1975; 1992).

Pressupõe-se, portanto, a existência de um padrão [ocidental] de pensamento/ação onde se estuda o “outro” - aquele que não compartilha dos códigos científicos - como objeto e não como sujeito produtor de conhecimento e interlocutor, interessa fazer referência à perspectiva pós-colonial sobre a produção desse “outro” na narrativa colonizadora e sua inserção na reflexão sobre a divisão internacional do trabalho. Recorrendo à Gayatri Spivak (2010) e aos Estudos Subalternos, entende-se que o modo de produção capitalista se processa geograficamente de maneira desigual - ou nas palavras da autora, “descontínua”. Há, segundo ela, uma divisão entre os países na posição de investimento capital e os países que ofertam mão de obra “mal protegida” e “mutável”. Esse quadro é assegurado, segundo Spivak, por ausências de leis de trabalho (ou sua má aplicação) e por Estados autoritários muitas vezes vinculados à bandeira do desenvolvimento e da modernização. Nesse sentido, não é possível pensar o “outro” - este sujeito forjado a partir do “eu” europeu - sem levar em conta algum nível de exploração que marca o capitalismo internacional. É daí que Spivak recorre à ideia gramsciana de “subalterno” para refletir a

(im)possibilidade do sujeito “outro” falar, considerando o protagonismo narrativo colonial.

Se desdobrarmos essa discussão levantada por Spivak - somando-a aos debates decoloniais de Quijano, Grosfóguel e Mignolo, no que diz respeito à especificidade da América do Sul e sua colonização como fundamento para a emergência do capitalismo na sua lógica mundial - é possível levantar a reflexão sobre a mão de obra dedicada ao trato do patrimônio em sua especialização marcada ao mesmo tempo por uma geopolítica do saber e pela fragilidade trabalhista⁵⁶. Esse movimento de cunho hipotético-dedutivo anuncia possibilidades de debates sobre os elementos que estruturam ações de preservação: para além dos critérios evocados nas decisões sobre tombamentos, registros, inventários, ou sobre intervenções diretas de conservação e restauração, é preciso considerar a cadeia de processos políticos, econômicos e culturais que interferem direta e indiretamente no funcionamento das instituições que atuam sobre bens culturais.

A aparente impossibilidade de separar o produto da ação preservacionista com valores e significados compartilhados em dinâmicas de trabalho, nos conduz à conclusão de que a preservação não se separa das relações de poder político, econômico e cultural. Nesse sentido, o gosto e o juízo parece ter mais a ver com o conjunto de capitais disponíveis (capital econômico, capital social, capital cultural, capital simbólico), ou seja, à existência de um mercado, a partir do qual se observam situações de ganhos e perdas, de acúmulo e escassez, de troca e de valoração, cujas articulações (re)produzem estruturas, situações e relações assimétricas entre agentes e agências (BOURDIEU, 1980).

Não é objeto de interesse da presente tese a realização de uma cartografia de valores e referências teóricas sobre o tema do patrimônio. Mas considerando as autoras e autores já abordados no capítulo anterior, o tema suscita diferentes frentes de debate e reconhece as contradições imanentes à condição moderna sul-americana. Ao mesmo tempo em que se suspeita a colonialidade nos conhecimentos disciplinares no Brasil, evoca-se as reflexões traçadas por autores como Schwartzman e Fernandes a

⁵⁶ Conforme será abordado no capítulo 4, no que diz respeito à oscilação do número de funcionários do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e da Superintendência de Museus (SUM), aos desvios de função e às greves motivadas por aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho.

respeito das reformas universitárias e da importância de uma autonomia brasileira na produção e circulação de conhecimentos acadêmicos dentro de um mercado de códigos que fundamentam as pesquisas científicas em termos globais. Nesse caso, a discussão a respeito das instituições, valores e modelos modernos, numa realidade sul-americana, especificamente brasileira, passa também pela interpretação desses autores sobre o fortalecimento de ferramentas para o controle e o combate às mazelas produzidas pelo próprio projeto de Modernidade. Entende-se, portanto, que o pensamento sobre o patrimônio não deve ser descolado desses debates e reflexões, considerando-o inserido numa lógica de sistema-mundo-moderno-colonial onde as esferas política, econômica e cultural são indissociáveis.

2.4 - Patrimônio e as Configurações Supranacionais

Pensando sobre a pretensa universalidade do sistema ocidental de pensamentos e códigos no que diz respeito às disciplinas tradicionalmente ligadas ao patrimônio no Brasil – como História, Antropologia, Arquitetura, Museologia, entre outras –, é possível observar a relação do tema com o projeto filosófico e político do Iluminismo no que tange aos conceitos, aos critérios, aos códigos de conduta, aos parâmetros técnicos, etc. (CHOAY, 2006). É interessante pensar, por exemplo, no amplo esforço de algumas arenas supranacionais – como a UNESCO, o ICOM, ICOMOS e o ICOFOM⁵⁷ – que operam com o tema no sentido de estabelecer uma padronização terminológica ou de orientar ações de preservação. No caso dos museus, observa-se o complexo trabalho de debate e construção de termos e conceitos por parte de comitês internacionais multidisciplinares, os quais dedicam-se à reflexão exaustiva do campo museal. Como exemplo desse esforço, podemos citar o trabalho executado por André Devallées e François

⁵⁷ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 1946 em acordo de cooperação de diferentes países na ocasião da Segunda Guerra Mundial. O Conselho Internacional de Museus (ICOM), organização internacional sem fins lucrativos, foi fundado naquele mesmo ano por profissionais de museus oriundos de diversos países, estabelecendo relações formais com a UNESCO em atividades de discussão, produção e divulgação de conhecimento sobre museus e Museologia. O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), foi fundado em 1965 como uma associação civil não-governamental, ligada à Unesco. O Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM), por sua vez, foi criado em 1976 e desde a sua fundação foi formado por membros de todos os continentes que se encarregam de pesquisar e estudar as bases teóricas da Museologia enquanto disciplina científica independente. Sobre essa interação das agências, interessa questionar a relação de países que as compõe, a presença de agentes do Sul global e o poder decisório/consultivo de cada um deles frente a situações variadas, principalmente aquelas que digam respeito ao trato de patrimônios de países vítimas de processos de colonização.

Mairesse (2013) na elaboração de uma espécie de “dicionário da Museologia”, a partir do qual mobilizam esforços na elaboração de “denominadores comuns” para o uso de termos e conceitos na referida disciplina. O trabalho, de perspectiva predominantemente francófona, se coloca como panorama de referência para a ação e pesquisa em Museologia. A ideia seria de que uma padronização da linguagem⁵⁸ possibilitaria trocas e produções conjuntas, num movimento de desenvolvimento da Museologia em termos globais. Esse exemplo nos oferece elementos para a reflexão acerca da universalização de normas a partir de referenciais geolocalizados: trata-se de um esforço de normatização de sentidos a partir de uma régua considerada universal, no qual se processam diferentes etapas de escolha - desde os termos a serem conceituados até o idioma de publicação - a partir das quais se ofuscam relações de assimetria nas referências da produção global.

É também preciso considerar a predominância de determinados idiomas nos trabalhos e debates supranacionais - como o francês e o inglês, no caso do campo do patrimônio -, o que interfere no resultado dos trabalhos executados, considerando que as especificidades culturais que se materializam na língua desdobram-se na estruturação do pensamento. Assim, é importante problematizar a ideia evocada pela expressão “denominador comum”, cujo sentido acaba por associar a complexidade das relações sociais a dinâmicas matemáticas. Nessa perspectiva, interessa pensar nas palavras como instrumentos de disputa nos processos de distinção e na luta pelo monopólio da nomenclatura legítima, definida pelo

⁵⁸Sob o risco de realizar uma comparação leviana, talvez seja interessante, como exercício reflexivo, remeter à exposição Dja Guatá Porã montada no Museu de Arte do Rio, na cidade do Rio de Janeiro, aberta ao público entre os meses de maio de 2017 e fevereiro de 2018. Concebida com a colaboração de diferentes etnias indígenas atualmente existentes no estado do Rio de Janeiro - os Guaranis, os Puris, os Pataxós e os indígenas que moram em contexto urbano, como na Aldeia Maracanã -, a exposição aborda temáticas relacionadas à existência e a cosmogonia desses grupos, incluindo ainda narrativas relacionadas à violência e extermínio colonial. Em determinado ponto do trajeto expográfico há uma abordagem acerca das estratégias portuguesas para o trato com a pluralidade de idiomas entre os nativos escravizados. Segundo o discurso expositivo, a catequização se revelou a estratégia mais eficiente de dominação/policiamento cultural no uso da força de trabalho indígena. Para tanto, foi necessária a elaboração de gramáticas e glossários comuns a serem aplicados aos nativos - a partir dos quais foram traduzidas orações, hinos, etc. A tentativa de padronização e compartilhamento de um idioma a ser utilizado pelos diferentes grupos étnicos se revelou, portanto, uma estratégia de controle eficiente ao projeto de “exploração civilizatória”. Nesse sentido, operou-se igualmente a dinâmica do “denominador comum”, viabilizando o entendimento dos colonizadores para fins de execução do projeto moderno-colonial. Mais informações sobre a exposição em:

<<http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/exposicoes/atuais?exp=4653>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

permanente jogo de referências que traduzem assimetrias sociais e evocam reverências. O processo de codificação parece, portanto, intimamente ligado à disciplina e à normatização das práticas, numa operação de ordenação simbólica que possibilita um consenso controlado sobre o sentido (BOURDIEU, 1987).

Ademais, a operacionalização dos conceitos formulados por essas arenas supranacionais demanda conhecimento e acesso a linguagens especializadas, o que acaba por limitar os agentes envolvidos nas ações voltadas à preservação do patrimônio, em especial quando se trata de iniciativas populares. Aqui interessa fazer referência ao trabalho de Sílvia Cusicanqui (2010) em sua crítica à engenharia cultural e estatal produzidas pela colonização e engendradas nas universidades e nos laboratórios “[...] de onde emergem as ideias dominantes, os “think tanks” (tanques do pensamento, metáfora sugestiva da guerra) das potências imperiais” (CUSICANQUI, 2010, p. 63, tradução da autora)⁵⁹. Para Cusicanqui, a estrutura do colonialismo possui correntes disciplinares e modas acadêmicas do Norte com seus equivalentes no Sul. Pensando no colonialismo interno movido pela cultura letrada – produtora de distinções e silenciamentos – do especialista acadêmico, Cusicanqui passa a operar com o potencial epistemológico da História Oral nas Ciências Sociais andinas⁶⁰.

Tomando de empréstimo essa reflexão sobre a autoridade discursiva que também é travada por Djamila Ribeiro (2017), Lélia Gonzalez (2017) e Linda Alcoff (2016), pensamos o papel dos especialistas que, por meio do poder de falar e ser ouvido, distinguem-se de outros agentes que não pertencem ao campo, que não utilizam as mesmas palavras, os mesmos instrumentos, a mesma linguagem especializada. Essa realidade, aparentemente, produz e reproduz as relações de colonialidade⁶¹.

⁵⁹No original: “de onde salen las ideas dominantes, los ‘think thanks’ (tanques de pensamiento, sugerente metáfora bélica) de los poderes imperiales” (CUSICANQUI, 2010, p. 63).

⁶⁰Cusicanqui, ao se referir à capacidade dos grupos indígenas – que configuram a maior parte da população da Bolívia – assumir o Estado, se posiciona no sentido de pensar estratégias de operação dentro da condição moderna imposta pela colonização.

⁶¹ Sobre as relações entre Estado moderno, políticas públicas e democracia cultural, ver: BOTELO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador, Bahia-Brasil. E ver ainda: CALABRE, L. (org.). Políticas culturais: diálogo indispensável. RJ: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

Tal discussão remete a pesquisas e debates relacionados às cooperações internacionais para o desenvolvimento científico. Letícia P. Alves de Souza (2011) e José A. Z. de Resende (2013) apontam para a importância da política internacional ocidental - a partir da Primeira Guerra Mundial - no avanço de programas que promoveram a cooperação entre países na difusão do conhecimento científico considerado, então, universal. Segundo a pesquisadora, a crença na missão do intelectual sobre uma ciência capaz de contribuir para o desenvolvimento das sociedades - numa perspectiva civilizatória - se fez presente em importantes estâncias supranacionais e foi largamente compartilhada no Brasil. A Conferência de Paz, realizada em 1919 em Paris, representou para Souza um marco na organização internacional para negociações pacíficas entre as nações respaldadas no conhecimento científico, na medida em que criava a Liga das Nações - primeiro organismo internacional formado majoritariamente por potências europeias fundamentado na igualdade jurídica entre os Estados para a promoção da paz⁶².

Resende (2013) igualmente menciona a Liga e a criação, a partir desta estrutura, da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI) a partir de 1922, da faziam parte eminentes personalidades de diferentes campos do conhecimento, como o caso do brasileiro Aloísio de Castro, médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Letras⁶³. A CICI, juntamente com seu braço executivo, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) constituíram o núcleo do que viria a ser oficialmente chamado, a partir de 1931, a Organização da Cooperação Intelectual (OCI) no período entre as duas guerras mundiais, antecessora direta, em vários aspectos, da

⁶² Instalada a partir do Tratado de Versalhes, com sede em Genebra, a Liga das Nações funcionou até 1946. Originalmente foi composta por cerca de 45 países, sendo que seu Conselho foi então formado por quatro membros permanentes - Inglaterra, França, Itália e Japão - e outros membros não permanentes alterados ao longo do tempo. Os conselheiros eram intelectuais que representavam diferentes campos de atividade intelectual de diferentes culturas e supostamente não deveriam representar os governos de seus países de origem, nem se sujeitar a suas diretrizes, de modo a assegurar universalidade e credibilidade à Comissão Internacional de Cooperação Internacional (RESENDE, 2013). Para informações sobre a Liga e atuação do Brasil neste organismo, ver: GARCIA, Eugênio Vargas. O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926). Brasília: FUNAG, 2000.

⁶³ A menção a Aloisio de Castro serve apenas para exemplificar a relação engendrada entre agentes e agências em âmbito nacional e internacional.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, criada em 1946 (RESENDE, 2013)⁶⁴.

Tanto para Souza quanto para Resende, essa organização internacional se sustenta num *ethos* universalista sob a bandeira da “cooperação”. A CICI demonstra a importância que assume, no plano das relações internacionais, o compartilhamento - ou difusão - de ideias e de valores num sistema de “aliança de civilizações”. Uma espécie de ideal a ser atingido e disseminado ao mundo a partir de Genebra, onde o humanismo universal era encenado e executado (RESENDE, 2013). Portanto, o desenvolvimento da ciência deveria ultrapassar fronteiras nacionais, o que exigiria uma colaboração internacional. Segundo Resende, os trabalhos voltaram-se, entre outras coisas, para a cooperação entre bibliotecas, arquivos e museus, no sentido de realizar um guia internacional de documentação e também a colaboração intelectual no campo das ciências humanas para a promoção e proteção dos patrimônios históricos e artísticos - o que incluía a revisão de manuais escolares de História e Geografia.

Sobre o alcance dessas influências da CICI nas políticas de preservação, a título de exemplo, Letícia Julião (2008) menciona que no Brasil o IPHAN reuniu várias publicações da Comissão, editadas pelo “Institut International de Coopération Intellectuelle/Office International des Musées/Sociedade das Nações”. Segundo a autora, esses títulos certamente serviram de orientação conceitual e metodológica à equipe do Instituto, assegurando uma atuação que convergisse política e ideologicamente com os cânones consagrados internacionalmente.

É possível recorrer novamente a Choay (2006) para pensar a relação entre o pensamento científico nessa gestação de “cooperação universalista” e as ações de preservação difundidas ao mundo numa perspectiva ocidental. A autora destaca, por exemplo, a Assembleia Geral da Unesco, realizada em 1972 em Paris, em que ficou definido que o critério para a patrimonialização mundial dos bens seria o valor excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência. Segundo Choay, “[...] estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamentos e valores quanto a este tema” (CHOAY, 2006, p. 208). Tratava-se, na conjuntura, da construção

⁶⁴ Cabe destacar que dois anos depois, em 1948, foi publicizada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, marco da internacionalização dos direitos culturais considerados indispensáveis à dignidade humana e ao livre desenvolvimento da personalidade.

de uma espécie de identidade genérica - a chamada “Humanidade” que nomeia, portanto, o “Patrimônio da Humanidade” - cujos fundamentos seriam identificáveis por critérios especializados, todos calcados nos fundamentos das ciências herdadas das Luzes: “[...] inscreve-se no grande projeto filosófico e político do Iluminismo: vontade dominante de ‘democratizar’ o saber, de torná-lo acessível a todos [...]” (CHOAY, 2006, p. 89).

Sendo assim, percebe-se um caminho de gestação da ideia de universalização da ciência e, portanto, de difusão de códigos e valores pela via da cooperação internacional envolvendo equipamentos culturais, o patrimônio e manuais escolares. Esse processo antecede a criação da Unesco que, posteriormente, passa a dar o tom sobre a universalidade do patrimônio, reafirmando o discurso europeu da competência: “[...] uma diligência particular, própria da cultura europeia, é elevada a universal cultural” (CHOAY, 2011, p. 44).

Ao analisar os primeiros grandes encontros supranacionais que trataram o tema da patrimonialização, Choay (2011) destaca que nas Conferências de Atenas, em 1931, e de Veneza, em 1964, os países signatários eram na maior parte europeus - exceto pelo encontro de Veneza, que contou com a participação do Peru e México. Segundo a autora, tais arenas foram marcadas pela massiva presença de arqueólogos, historiadores da arte, arquitetos etc., constituindo a tradição da presença/discurso de especialistas na elaboração dos documentos supranacionais. Tais eventos-arenas formalizaram Cartas seladas pelo discurso técnico que tratou como universal os critérios, modelos e as categorias definidos pelos europeus para o campo do patrimônio (CHOAY, 2011). Uma espécie de colonialismo técnico que aparentemente passou a conduzir o campo do patrimônio e a definir as práticas de preservação.

Importa ressaltar as condições de publicização das cartas patrimoniais tratadas pela literatura especializada como documentos orientadores das práticas de preservação ao redor do mundo. Tais cartas são compreendidas como documentos elaborados por especialistas e/ou organismos nacionais e supranacionais, voltadas a diretrizes ou conceituações referentes a documentação, comunicação e preservação de

bens culturais⁶⁵. Muitas delas revelam-se disponíveis e indicadas em sítios na internet de diversos institutos de patrimônio brasileiros – tais como a página do IPHAN – e na página da UNESCO, os quais se revelam como referências virtuais do campo do patrimônio no Brasil e em outros lugares do mundo no trato e na divulgação de bens culturais preservados.

Se tomarmos como exemplo o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o site da Unesco, não há contextualização dos documentos e, portanto, a leitura dos mesmos parece descolada da conjuntura histórica que lhes produziu. Não há informações detalhadas sobre a elaboração das Cartas, sobre as disputas políticas e disputas de sentidos na narrativa oficializada, sobre os agentes formuladores dos discursos registrados ou sobre os países signatários – e, conseqüentemente, os países que não assinaram tais cartas, ou seja, aqueles que possivelmente não tenham aderido por discordância ao texto ou por não se fazerem presentes nas reuniões.

Sobre as condições sociais de possibilidade de leitura, percebe-se um possível caráter atemporal atribuído a esses documentos, o que pode levar à neutralização do discurso sobre o patrimônio capaz de produzir o que Bourdieu (1987) chama de brechas para formas de interpretação etnocêntrica. O autor chama a atenção para a ilusão sobre a convicção de que a realidade constituída pela palavra no passado seria a mesma de outros momentos históricos (seria a mesma realidade, por exemplo, de hoje em dia).

A cultura e a língua mudam porque sobrevivem num mundo que muda: o sentido de um verso, de uma máxima ou de uma obra muda pelo simples fato de se achar mudado o universo das máximas, versos ou obras simultaneamente propostos àqueles que o aprendem, o que se pode chamar de espaço dos compossíveis. O anacronismo destemporaliza a obra, arranca-a do tempo (como também o fará a leitura universitária), ao mesmo tempo em que a temporaliza ao 'atualizá-la' continuamente pela permanente reinterpretação (BOURDIEU, 1987, p. 146).

Sendo assim, os usos e interesses linguísticos diferem-se no tempo e no espaço; portanto, não se perguntar sobre o uso das palavras e sua interpretação produz descompassos, forjados por uma falsa neutralização

⁶⁵ No conjunto de documentos referenciados internacionalmente há ainda Declarações, Recomendações e Convenções Internacionais.

acadêmica (Idem, 1987) naquilo que seria considerado como “referência” para as práticas de preservação.

2.5 - Patrimônio, Tradução Erudita e Poder Institucional

A partir do exposto acima a respeito da relação entre preservação e construção disciplinar, é possível pensar que a tradição erudita contribuiu na formação de monopólios de atuação profissional considerada legítima, sustentados por instituições de pesquisa, universidades, museus e agências estatais. Poulot (2009) propõe uma discussão sobre o campo do patrimônio a partir da figura do especialista e do mercado que legitima a existência e a atuação deste profissional:

Ao exigir uma redefinição científica e, ao mesmo tempo, um novo estatuto para os objetos visados, cada reivindicação de um novo registro no patrimônio suscita também mercados especializados - o da restauração e o do tratamento. A ideia de um reservatório de empregos e de habilidades amplamente disponíveis em torno da temática do patrimônio, e, se for o caso, exportáveis na área de influência de cada nação, esteve assim particularmente presente na Europa nos últimos anos (POULOT, 2009, p. 32-33).

O autor traça uma análise da dinâmica contemporânea europeia segundo a qual a preservação do patrimônio serve-se dos “[...] saberes eruditos, especializados, suscetíveis de legitimar tal intervenção, tal restauração, tal inventário, ou de combatê-los - capazes também de acompanhar uma mobilização cívica ou ideológica” (POULOT, 2009, p. 24).

Poulot (2009) discorre sobre a história da proteção do patrimônio em seu esforço de enaltecer o labor da ciência e os avanços da instrução pública, articulando-se às profissões de fé e aos usos comemorativos dos bens culturais. Segundo ele, a canonização do objeto cultural patrimonializado dependeria da aceitação desse objeto pelo grupo de especialistas capacitados para conferir-lhe legitimidade, e com efeito coincidem amplamente com a tradição erudita. Nesse sentido, os séculos XVIII e XIX, para o autor, foram momentos estratégicos para a elaboração de cânones, repertórios e catálogos, e, especificamente, à instalação de museus. Daí ele aponta a gênese da leitura erudita do patrimônio empenhada em compreender as antiguidades nacionais enquanto desafio intelectual e político.

As ideias de Poulot, ainda que centradas em autores e referências eurocentralizadas, oferecem elementos que nos permitem articular a ideia de “colonialismo técnico” no campo do patrimônio com a formação moderno-colonial dos territórios ocidentalizados. Tal relação parece ter como eixo articulador central a Modernidade que, por sua vez, se constituiu historicamente pela afirmação da superioridade dos conhecimentos da sociedade ocidental moderna (a ciência) em relação ao demais conhecimentos produzidos em outros territórios (LANDER, 2005). De maneira geral, essa perspectiva sobre a colonialidade consideraria o conjunto de trocas com outros territórios tendo o conhecimento científico como eixo central, o que corresponderia à centralidade europeia numa totalidade histórica. Esses seriam alguns elementos indicativos das dilatações das fronteiras do imaginário europeu a partir da conquista das Américas, o que teria contribuído para produzir as condições necessárias de formação de uma relação de dominação epistêmica estabelecida com o resto do mundo desde o final do século XV.

No século XVIII, segundo Poulot, a erudição era sinal de pertencimento a uma comunidade moral - reivindicação da verdade e da autoridade - sendo as convenções e categorias de análise capazes de estabelecer regras de fiabilidade e critérios de crença - atestando saberes apropriados para validar o depósito de indícios do passado (POULOT, 2009). Nessa perspectiva, o autor faz provocativas considerações acerca dos museus e sua ligação com o eurocentrismo, numa genealogia do desenvolvimento da instituição Museu e sua relação com o território, tratando de desafios, paradoxos e dialéticas (Idem, 2013). Para ele, a pesquisa erudita é a finalidade das aquisições, das exposições e de toda a atividade documental. Desde o século XIX o termo “museu” designa uma realidade institucional *strictu sensu* que ilustra perspectivas de um saber especializado que se pretende universal, guiado por uma missão de instrução pública. A autoridade do museu, segundo o autor, dependia [e de certa forma ainda depende, se pensarmos nas práticas de conservação executadas em reservas técnicas] de “[...] seu domínio de um saber positivo, do qual se serve eventualmente para tomar a dianteira em relação a colecionadores particulares ou a museus de outros países” (POULOT, 2013, p. 63).

No caso da conservação e restauração, por exemplo, a figura do técnico-especialista reforça a exclusividade da ação sobre o bem e da sua interpretação/valoração. Se pensarmos nas atividades desses profissionais que fazem uso de laboratórios institucionais e seus equipamentos especializados, visualizamos um quadro em que as análises instrumentais demandam não apenas o conhecimento específico da tecnologia operada e sua calibração, mas uma específica articulação entre as perguntas traçadas pelo analista e o equipamento utilizado. No âmbito da restauração, autores como Cesari Brandi (2000) e Chris Caple (2003) acabam por reforçar a importância da atuação do profissional especializado e o caráter científico do campo do patrimônio, contribuindo para uma lógica hierárquica de relações e princípios que envolvem o conhecimento acadêmico e a atuação profissional reconhecida (legitimada) por pares. Nesse sentido, vale destacar que a confiabilidade dos laboratórios dedicados às ações de restauração e conservação depende das metodologias que ele utiliza e dos resultados que ele produz. Daí a importância atribuída à relação entre o analista e o equipamento que ele opera, uma vez que os resultados são produto das leituras estabelecidas dessa relação: trata-se de respostas oferecidas pelo maquinário que precisam ser interpretadas à luz da linguagem técnica. As informações obtidas dessa análise contribuem para o conhecimento do objeto analisado, agregando dados quantitativos e qualitativos que servem como referência para as intervenções a serem realizadas nos bens. Ademais, tal maquinário demanda a leitura de seus manuais de operação, e os mesmos encontram-se disponíveis em idiomas específicos, em especial o inglês⁶⁶.

Numa outra perspectiva, Salvador Muñoz Viñas (2005) propõe uma Teoria Contemporânea da Restauração a partir de uma ética de atuação mais democrática, baseada na negociação, priorizando os sujeitos envolvidos com o objeto. Segundo o autor, durante muito tempo prevaleceu o discurso do especialista como aquele capaz de “ler” o objeto e julgar a intervenção necessária para a sua legibilidade. A presunção de que sobre o patrimônio somente deveriam decidir os especialistas, para Muñoz Viñas seria uma forma de domínio tecnocrático, fundamentado na lógica

⁶⁶ Sobre esse tema, interessa mencionar a discussão de Ortiz (2004) e Maia (2011) a respeito das relações linguísticas e seus efeitos cognitivos e epistemológicos produzidos pelas línguas hegemônicas em disciplinas dedicadas à teoria social. Para eles, essa hegemonia refere-se ao poder de pautar debates e organizar a agenda intelectual em função de problemas geolocalizados em países europeus ou da América do Norte.

excludente da especialidade do discurso em que as valorações seriam produto de seleções forjadas por sujeitos que se entenderiam e se afirmariam como únicos capazes de selecionar. Nesse sentido, para ele seria preciso refletir sobre a noção de Arte, História e Ciência como conjunto estruturado de ideias gestadas no mundo ocidental, ideias essas que passaram a ser a referência para a criação de um suposto valor universal, comum a todas as culturas.

Numa outra abordagem, Mário Chagas (2005) afirma a existência de uma relação intrínseca entre patrimônio e poder a partir da histórica relação de propriedade material, espiritual, econômica ou simbólica e a sua vinculação à ideia de preservação ao longo do tempo, no âmbito dos Museus e da Museologia (CHAGAS, 2005). Nessa seara, a preservação, segundo ele, se revelaria como uma prática social utilizada na construção de narrativas universais mascaradas por discursos pretensamente positivos, científicos e objetivos. Segundo o autor:

[...] suas diferentes qualificações, assim como a moderna noção de museu (casa de memória e poder) e suas diferentes tipologias, não têm mais de duzentos e cinquenta anos. Filhas do Iluminismo, nascidas no século XVIII, no bojo da formação dos Estados-Nação, elas consolidaram-se no século seguinte e atingiram com pujança o século XX, provocando ainda hoje inúmeros debates em torno das suas universalidades e das suas singularidades, das suas classificações como instituições ou mentalidades de interesse global, nacional, regional ou local (CHAGAS, 2005, p. 209).

Essa gênese iluminista para o trato do patrimônio é igualmente apontada por Cristina Bruno (2009) ao destacar que os parâmetros da ação museológica e do sistema teórico da Museologia revelam-se como produto de esforços despendidos ao longo dos séculos, no que diz respeito à identificação de coleções, organização de acervos, tratamento curatorial e registros do patrimônio intangível. Para ela, os museus seriam, portanto, o resultado do Humanismo, do Renascimento, do Iluminismo do século XVIII e da Democracia do sec. XIX (BRUNO, 2009).

No que diz respeito ao Brasil, a literatura conhecida comumente reconhece o embrião das políticas públicas de preservação nos séculos XIX e XX, tendo a construção de uma noção de patrimônio ligada à Modernidade em termos globais e locais (Brasil). Tal discussão servirá como base para pensarmos a institucionalidade do patrimônio em sua relação com a

estrutura do Estado-nação pela chave da manutenção-reprodução do sistema-mundo-capitalista-moderno-colonial.

Considerando a condição jurídica da patrimonialização e as diferentes atividades articuladas entre o Estado e a sociedade - que esbarram nas questões do direito de propriedade e na mobilização de recursos privados e/ou públicos para a preservação - importa considerar a própria condição de existência do patrimônio através da regulação, ou seja, da criação de leis referentes ao tema, como atributo exclusivo do Estado. Sendo assim, o estatuto de patrimônio atribuído a um bem com significações da ordem da cultura, referentes a uma identidade coletiva de uma comunidade política específica, se efetiva a partir de práticas jurídicas executadas por agentes especializados: uma dinâmica característica da Modernidade. Ou seja, o *estatuto de patrimônio* é fundamental para a presente análise na medida em que estudamos uma sociedade [ocidentalizada nos moldes moderno-colonial] que toma esse estatuto como referência de qualificação de bens culturais⁶⁷.

Ao se debruçar sobre o processo jurídico de nomeação do bem cultural como “bem patrimonial” Fonseca (2009) destaca a herança romana do sistema jurídico brasileiro no que diz respeito ao direito de propriedade sobre bens patrimoniais que, por interesse geral, acabam tutelados pela administração pública:

O próprio direito à propriedade - enquanto direito do indivíduo, consagrado pelo Direito romano, fonte para o Direito brasileiro - é, no Código Civil Brasileiro, limitado pelo que seria a função social da propriedade, regulamentada pela legislação. Nesse sentido, o exercício do direito de propriedade sobre as coisas não se pode contrapor a outros valores, não-econômicos, de interesse geral, e, por isso, o exercício desse direito é tutelado pela administração pública. [...] Sobre o mesmo bem, enquanto bem tombado, incidem, assim, duas modalidades de propriedade: a propriedade da coisa, alienável, determinada por seu valor econômico, e a propriedade dos valores culturais nela identificados que, por meio do tombamento, passa a ser alheia ao proprietário da coisa: é propriedade da nação, ou seja, da sociedade sob tutela do Estado (FONSECA, 2009, p. 39-40).

⁶⁷ Recorremos à interdisciplinaridade como estratégia para demarcar o *estatuto do patrimônio*. Há diferentes possibilidades de se traçar esse caminho a partir de diálogos, por exemplo, com as Ciências Políticas, a Sociologia, as Ciências Jurídicas, etc., na perspectiva das relações institucionais. Todavia, outra possível interlocução pode ser estabelecida com a Antropologia a partir de autores como Alfred Gell (1998) que, se valendo de uma *Teoria da Arte* discorre sobre o *estatuto artístico*: a construção social da arte que se dá pela interação dos agentes, entre os quais, num contexto ocidental, se enquadram o conjunto de especialistas que projetam uma determinada compreensão do que é artístico.

Importa elencar que o Direito brasileiro toma como fonte o Direito romano no que diz respeito ao direito à propriedade enquanto direito individual. Fazendo uma associação entre herança e patrimônio, Nogueira (2012, 2013) e Nogueira e Reis (2012) acabam por evocar o direito de propriedade e sua ligação com uma dinâmica aristocrática desde os tempos romanos:

Palavra de origem latina - *patrimonium* - desde os romanos significava tudo o que pertence ao pai - *pater familias*. Entendendo que *família*, sob o domínio do senhor, compreendia tudo que estava: mulher, filhos, escravos, bens móveis e imóveis, e os animais. Nesse momento a noção de patrimônio estava intimamente ligada aos valores aristocráticos e privados referentes à transmissão de bens na esfera da elite patriarcal romana. A partir da difusão do Cristianismo e, especialmente na Idade Média, a esse caráter aristocrático do patrimônio somou-se o religioso - o simbólico e coletivo (NOGUEIRA; REIS, 2012, p. 5).

A partir dessas ideias, interessa considerar essa possível origem aristocrática para a história semântica do patrimônio, considerando que, enquanto sistema de representações, produto de relações de trabalho, sua carga de sentidos remete, a priori, à exclusão de sujeitos que não possuiriam os bens ou os códigos necessários ao usufruto da memória material de outras gerações. Sobre o caráter de propriedade atribuído ao patrimônio que fez com que o mesmo transitasse [e ainda transite] entre a alienabilidade e a inalienabilidade nas diversas modalidades de relação mercantil, Gonçalves (2007) assim caracteriza:

[...] das mais formais e públicas (aquisições realizadas pelo Estado, pelos grandes museus), às mais informais, privadas e não controladas ou clandestinas (como é o caso do tráfico de relíquias, de objetos de arte, de objetos etnográficos, etc.). Os objetos são deslocados de seus contextos originais de produção e de uso e passam, por meio de diversos mediadores, por meio de diversos agentes individuais e institucionais, a integrar coleções privadas e públicas, museus e patrimônios. Curiosamente, na exibição, destino final dos patrimônios, esses mediadores e formas de mediação (que envolvem necessariamente o mercado) são cuidadosamente ocultados, de tal forma que os patrimônios vêm a aparecer como realidades diretas, imediatas, não construídas, desprovidas de mediações (Idem, p. 242).

Essas formas de controle social e institucional de herança ocidental, acabam por assumir contornos que neutralizam assimetrias sociais, diferenças e conflitos, fazendo parecer consensuais ou mesmo objetivos aquilo que seria

fruto de escolhas traçadas em arenas políticas onde a pluralidade pode ou não se fazer presente, favorecendo ou não a hegemonia de grupos que detêm mais recursos, competências e condições de associação e mobilização de interesses.

Considera-se aqui, portanto, que o patrimônio – em sua nomeação através de instrumentos jurídicos e burocráticos – se enquadra numa ordem capitalista e nesses termos, “não escapa às contradições da lógica do valor de troca inerente à sociedade produtora de mercadorias, do processo histórico de expansão do modo de produção capitalista” (NOGUEIRA & REIS, 2012, p. 9), ainda que paradoxalmente tenha um potencial subversivo de barrar ou limitar a própria dinâmica exploratória/destrutiva do capitalismo. Trata-se de um campo de interesses diversos, de conflitos entre público e privado, protagonizado pelo Estado – que nomeia –, por movimentos sociais, por agentes econômicos, por organizações de trabalhadores, entre outros.

CAPÍTULO 3

A PATRIMONIALIZAÇÃO NO

BRASIL

3. A PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL

3.1 - Introdução

Pensar a questão da decisão e do julgamento sobre o que “pode” ser considerado como patrimônio por parte do Estado⁶⁸ nos convida a atentar para as condições históricas que parecem estruturar, ou conduzir, as escolhas sobre a atribuição do estatuto de patrimônio a um bem cultural. Tratamos o Estado nesta tese como organização política da sociedade moderna⁶⁹, considerando que a maior parte das sociedades ocidentais, atualmente, apresenta-se organizada sob a forma de Estados, definindo-se por três principais elementos: povo, território e poder político soberano (AITH, 2006). Na perspectiva das Ciências Políticas há algumas formas de se analisar o Estado, entre elas duas tradicionais: a abordagem “pluralista”, em que o Estado é produzido pela sociedade, e nesse sentido as políticas são produto das pressões exercidas por diferentes grupos sociais que atravessam ou não o corpo do Estado; e a abordagem “estatal”, que a partir de uma orientação sociológica de influência em Marx, Weber e Durkheim trabalha com a ideia de que a sociedade moderna não existe sem o Estado, e, portanto, seria produzida por ele (GONÇALVES, 2006).

Esta última perspectiva melhor se adequa ao caminho reflexivo traçado nesta tese. Aqui se considera que a organização brasileira e seus instrumentos de regulação das sociabilidades passam por um Estado Constitucional que se pauta em regras e é dotado de estruturas definidas por uma Carta Magna (AITH, 2006; GONÇALVES, 2006). Dizem respeito a um Estado moderno, configurado juridicamente sob a forma de uma República Federativa, numa união indissolúvel de Estados, Municípios e Distrito Federal e composto por três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário⁷⁰. Daí interessa pensar que, ainda que se coloque sob crítica, o “sentimento de nacionalidade” a partir de uma noção de “comunidades imaginadas”⁷¹, o controle jurídico das relações sociais e a materialidade das fronteiras

⁶⁸

⁶⁹Na perspectiva de Norberto Bobbio (1993), as atividades desempenhadas pelo Estado foram associadas à política na Modernidade, esta compreendida, portanto, como *Ciência do Estado*.

⁷⁰O art. 18 da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

⁷¹Sobre rearranjos culturais que marcam territórios e a crítica ao nacionalismo numa perspectiva cultural, ver Anderson (2008).

geográficas - no que se refere às relações econômicas e às migrações, para citar dois exemplos - interferem na construção das intersubjetividades.

Aqui interessa lembrar a reflexão proposta por autores decoloniais acerca do papel do Estado na produção e manutenção das relações de colonialidade. Na perspectiva de Quijano (1988, 2002, 2005, 2010), as relações sociais se formaram entre estruturas burocráticas organizadas pelas premissas da Modernidade, o que implicou a constituição de instituições modernas de cidadania e democracia política. Essa dinâmica, engendrada dentro do colonialismo, interferiu na intersubjetividade do mundo de forma enraizada e prolongada. Sendo assim, o Estado representaria o próprio marco institucional das relações de poder coloniais, um modelo organizacional eurocêntrico engendrado numa estrutura de autoridade indissociada da colonialidade.

Esta abordagem instiga a refletir sobre processos de formação de instituições que ocuparam - ou ainda ocupam - lugares-chave no que entendemos, nessa tese, como campo do patrimônio no Brasil. A reflexão se desenvolve sob a(s) ótica(s) de uma vasta literatura brasileira que se debruça sobre o tema; literatura essa cuja extensão, fazendo referência a José Reginaldo Gonçalves (2007), não sinaliza qualquer interrupção de expansão. Há de se perguntar, como desafia este autor: o que pensarão os historiadores do futuro quando se voltarem à análise da “obsessão” por parte de sociedades ocidentais e ocidentalizadas dos séculos XX e XXI por atitudes preservacionistas e sua intensa sensibilização pelas questões relacionadas à “memória” e ao “patrimônio” (GONÇALVES, 2007)? A resposta a esta pergunta é, sem dúvida, um exercício de imaginação.

Para contextualizar a formação de instituições que ocupam o campo do patrimônio e o arcabouço jurídico que lhes servirá de sustentáculo serão mencionados trabalhos considerados de referência, utilizados em diferentes disciplinas que se propõem a pesquisar o assunto. José Reginaldo Gonçalves em seu livro *A Retórica da perda* (1996), Silvana Rubino e *As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968* (1993), Maria Cecília Londres Fonseca e o *Patrimônio em Processo* (2009) e Márcia Chuva com *Os arquitetos da memória* (2009) são alguns exemplos de estudos abordados em pesquisas referentes a agentes institucionais dedicados à preservação.

Na presente tese, optou-se por dar maior destaque a três desses trabalhos referendados sobre a patrimonialização no Brasil: Rubino (1993), Fonseca (2009) e Chuva (2009), por se tratarem de perspectivas que priorizam ações políticas no processo de institucionalização do patrimônio, como o papel do Estado na nomeação e na produção de valores. Diferentemente de outros autores, como Gonçalves (1996).

As autoras mencionadas apresentam trabalhos de cunho historiográfico, com vasta fundamentação documental e reflexões que perpassam a Sociologia, as Artes, a História, a Museologia, entre outras áreas. Nesse sentido em muito contribuem para uma contextualização do cenário estatal no Brasil no que se refere à configuração da principal agência dedicada especificamente à preservação em território nacional: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tratam-se de obras utilizadas como referência em textos e pesquisas desenvolvidos no Brasil sobre o tema, e que aqui oferecerão os subsídios necessários para um recorte historiográfico, com foco nos padrões de atuação institucional que nortearam as demais práticas de preservação desenvolvidas por outras agências no país.

Silvana Rubino em muito contribui para uma reflexão crítica acerca da legitimidade do IPHAN na construção do que se entenderia como patrimônio e das narrativas sobre si próprio, convidando a (re)pensar a ideia de consenso que perpassa a memória institucional. Maria Cecília Londres Fonseca lança um olhar ao processo de institucionalização do patrimônio em sua articulação com as relações de produção de valor; e Márcia Chuva, por sua vez, desenvolve uma reflexão sobre *habitus* e *doxa* em diferentes contextos de atuação institucional.

Tais trabalhos nos oferecem perspectivas próprias sobre o processo de construção do patrimônio no Brasil enquanto resultado de práticas institucionais, fundamentadas em instrumentos de força jurídica, reguladas por leis e sujeitas a procedimentos burocráticos específicos. Por essa estrutura, a norma jurídica parece ter o poder de inscrever no espaço social “[...] determinados ícones, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar” (FONSECA, 2009, p. 37) a fim de conservar e reproduzir formas específicas de organização social.

No caso do campo do patrimônio no Brasil, os instrumentos que regeram ou orientaram o trato dos bens culturais assumiram, ao longo da história, a forma de textos legais, ou seja, uma materialidade jurídica - na esfera das dinâmicas institucionais. Portanto, a nomeação dos bens como patrimônio pelo Estado se deu através do reconhecimento jurídico pela via de instrumentos específicos - tombamento⁷² e registro⁷³ - ou pela aquisição de propriedade⁷⁴. E aqui percebe-se, portanto, a relação direta entre o reconhecimento do Estado e a jurisprudência.

Interessa pensar, então, a força da Lei - o que inclui as normativas em geral que regem as ações estatais na construção ou na leitura sobre a realidade - que faz valer discursos que assumem pretensões de verdade, típica dos instrumentos legais. Márcia Chuva (2009), recorrendo a uma perspectiva *bourdieuana* da *doxa*, traça o perfil jurídico-institucional das ações de preservação implementadas pelo Estado brasileiro, e desenvolve uma reflexão sobre o discurso normativo enquanto ato produtor de sentido, que faz parecer que ideias e concepções são evidentes, ou seja, naturais (CHUVA, 2009). A autora percebe, portanto, uma condição *dóxica* que se evidencia pela própria estrutura de produção da escrita legal: sua construção aparenta formas atemporais, “[...] o texto, como tantos outros de caráter normativo, deve ser lido como verdade universal, sem autoria subjetivada” (CHUVA, 2009, p. 166).

Outra perspectiva sobre o assunto é trabalhada por José Reginaldo Gonçalves (2005; 2007) que se volta para o surgimento de novos atores sociais engajados na preservação do patrimônio para além da atuação do Estado. Segundo o autor, a exclusividade estatal não seria mais, nos dias de hoje, um quadro hegemônico na medida em que compartilha espaço com iniciativas de organizações não-governamentais, movimentos sociais, empresas, entre outros. Sendo assim, ele percebe uma reconfiguração institucional que reverbera no plano discursivo sobre o patrimônio. Contudo, cabe questionar o âmbito legal das ações mencionadas por Gonçalves.

⁷² O instituto do tombamento foi criado pelo Decreto-lei nº 25 de 1937 (BRASIL, 1937).

⁷³ O instrumento registro foi criado pelo Decreto nº 3.551 de 2000 (BRASIL, 2000).

⁷⁴ Aqui é feita referência às aquisições de bens culturais realizadas por museus. A intenção é mencionar que tais aquisições passam igualmente por processos legais - são seladas por documentos que registram a entrada dos objetos no ambiente institucional, tornando-os propriedade ou referendando a condição de tutela - que garantem o poder de atuação sobre esses bens ou o controle de seus significados. Sobre a (res)significação de objetos em contextos institucionais, numa perspectiva sobre a grade de significados entre “pessoal” e “público”, ver: MENESES, 1998.

“Reivindicação”, “contestação” ou “apoio” – termos utilizados pelo autor na demonstração de exemplos – não interferem na ordem legal dos processos de propriedade por não efetivarem transferência de propriedade – restringem-se à potência. Tais ações, para serem efetivas, precisam atuar dentro de enquadramentos legais ou, então, reivindicar novos enquadramentos. Sendo assim, aparentemente o Estado permanece ainda nos dias hoje como mediador jurídico, ocupando o centro das ações.

Considerando que as ações sociais, emanadas de legalidade, revelam-se sempre mediadas pelo Estado através de seus poderes, importa refletir sobre o campo do patrimônio em sua relação com normas e leis, com discursos que criam sentidos e orientam ações num movimento de construção *dóxic*a. Aqui recorre-se Bourdieu (1987) em seu apontamento sobre a ilusão de uma realidade constituída pela palavra no passado que se conservaria apesar da passagem do tempo. Segundo ele, os usos e interesses linguísticos diferem-se no tempo e no espaço; sendo assim, não se perguntar sobre o uso das palavras e sua interpretação favorece interpretações anacrônicas e etnocêntricas quando falamos de normativas, acordos ou recomendações internacionais.

É nessa mesma linha de pensamento que é possível compreender as palavras enquanto materializações de visões de mundo – perspectivas construídas a partir de uma posição no espaço social que também contribuem para a construção desse mundo. Uma análise sobre normas e leis que dizem respeito ao patrimônio e à preservação pode apreender o espaço social não apenas como “meio”, “contexto” ou “pano de fundo”, mas considerar o espaço dos produtores desses documentos e das instituições em suas diferentes posições no campo de produção, numa espécie de cartografia do poder sobre o discurso. Tal empreitada pode vir a apontar as relações de dominação que se configuram num dado território e que interferem diretamente num universo de construção de sentidos sobre bens culturais e suas respectivas comunidades.

Considerando a possibilidade de transpor a reflexão decolonial para o universo do patrimônio, interessa perguntar: se falamos de textos – normas e leis – que se propõem a orientar práticas de preservação de maneira aparentemente anacrônica – em termos discursivos –, quais as ideias que eles procuram representar? Em que medida tais instrumentos são capazes

de contribuir para a construção de narrativas universalizantes, possivelmente atravessadas pela colonialidade de saberes e práticas, em diferentes instâncias e territórios que experienciaram a colonização?

3.2 - Patrimônio e sua Fundamentação Jurídica no Brasil

A intenção de remeter à criação de instrumentos jurídicos de preservação enquanto estratégias do Estado para atuar sobre o patrimônio articula-se à necessidade de se operacionalizar o conceito de preservação na presente tese. Sendo a patrimonialização um dispositivo de ação estatal que definiria direitos e obrigações sobre bens culturais a partir do ato de nomeação de algo como patrimônio – garantindo-lhe uma condição jurídica que o difere dos demais, ou seja, garantindo-lhe um *estatuto de patrimônio* – a preservação seria o conjunto de ações diretas e indiretas que mobiliza setores públicos e/ou privados e que se seguem a esse processo de nomeação estatal. Essa nomeação demanda atividades articuladas entre o Estado e a sociedade: seja por esbarrar nas questões do direito de propriedade, seja por requerer atividades técnicas relacionadas à preservação do bem cultural, dispondo de recursos privados e/ou públicos para conservação ou restauração.

É preciso considerar o papel desempenhado por grupos de interesse no processo de definição dos bens a serem preservados, tais como organizações não governamentais e outras entidades da sociedade civil envolvidas em arenas de consulta ou deliberação sobre a patrimonialização. Mas considera-se aqui a regulação, ou seja, a criação de leis referentes ao tema, como atributo exclusivo do Estado, capaz de legitimar sistemas de representação. Sendo assim, a ação estatal deve ser objeto de atenção, articulada, portanto, aos múltiplos contatos que seu corpo burocrático mantém com o ambiente social por meio de suas instituições.

Do ponto de vista jurídico, Mário Pragmácio Telles (2010a, 2010b) oferece subsídios para se pensar os instrumentos de preservação sob a perspectiva do papel do Estado em sua competência de legislar. O autor chama a atenção para a necessidade de o Estado definir, minimamente, um conceito para se estabelecer uma negociação com a comunidade e, assim, se chegar a um acordo sobre a atuação, intervenção ou tutela do Poder

Público. Isso significa que precisa haver um entendimento comum⁷⁵ sobre o termo *patrimônio* para que as agências voltadas à preservação possam executar ações com alguma coerência burocrática.

Ainda no mesmo ponto de vista, Telles (2010a; 2010b) destaca, portanto, que o patrimônio contém a ideia de “bem cultural”. Este último, para o autor, advém do sentido de *coisa* a partir do Direito Civil, que se desenvolve para a noção de *bem* dotado de valor cultural. Ou seja, o sentido de “bem cultural” resgata a ideia de *coisa* regida pelo Direito Civil, que remete à propriedade. Daí Telles compreende que um bem, com o estatuto de patrimônio cultural, revelaria a valoração jurídica de “patrimônio” e de “cultural” - estas atribuídas em processos oficiais onde se elencariam critérios científicos/técnicos articulados aos campos da Museologia, História, Antropologia, Sociologia, entre outros. Sendo assim, o Estado “[...] reconhece ou atribui valor cultural a um bem, a partir de critérios técnico-científicos emanados por autoridade competente, [...] alçando-o à categoria de patrimônio cultural brasileiro” (ibid., p. 51). O autor destaca o uso do conceito “patrimônio cultural” enquanto resultado de uma expansão semântica observada ao longo do século XX⁷⁶, e que nos dias de hoje permite compreender quantos patrimônios existem, ainda que incorra ao risco de um “inflacionamento” preconizado pela literatura consagrada nos estudos sobre esse tema⁷⁷.

Numa outra perspectiva, Fonseca (2009) discute a heterogeneidade, a luta de poder e o conflito de interesses que envolvem a proteção do patrimônio para se chegar a uma análise sobre a dimensão política dos processos de institucionalização de bens culturais como patrimônios de coletividades. Para a autora, o conjunto de atividades voltadas à proteção do patrimônio configura-se como políticas de preservação, cuja análise demanda investigações sobre o processo de nomeação do patrimônio enquanto tal: a seleção do patrimônio, os objetivos que legitimam este trabalho e o grau de envolvimento da sociedade. Segundo Fonseca (2009),

⁷⁵ Sobre a ideia de “entendimento comum” é possível evocar as discussões travadas por Jurgen Habermas (1989) acerca da noção de “consenso” construída a partir da ação comunicativa: o reconhecimento sobre a pretensão de validade do ato de fala, a produção do discurso e o “melhor argumento” são colocados pelo autor como elementos que podem compor decisões políticas ou solucionar conflitos.

⁷⁶ Expansão essa que abarcou, e ainda abarca, as noções de “patrimônio histórico”, “patrimônio artístico”, “patrimônio paisagístico”, “patrimônio natural”, “patrimônio científico”, “patrimônio tecnológico”, “patrimônio material”, “patrimônio imaterial”, entre outros.

⁷⁷ A título de exemplificação, interessa destacar as discussões realizadas por José Reginaldo Gonçalves (2007) acerca dos limites e dos riscos dessa expansão semântica do patrimônio.

trata-se da dimensão menos visível das políticas de preservação, mas dotada de grande importância para fins analíticos.

A autora igualmente difere os valores “cultural” e “patrimonial” a partir da ação de patrimonialização. O valor “patrimonial”, segundo ela, passa por um processo de intermediação do Estado através de práticas juridicamente regulamentadas e executadas por agentes autorizados. Este bem, para além do seu valor utilitário e econômico (quando for o caso - enquanto habitação, local de culto, propriedade comercial, etc.), ganha o valor simbólico “em referência a significações da ordem da cultura” (FONSECA, 2009, p. 42), em geral referentes a uma identidade coletiva em relação a uma unidade política - uma nação, um coletivo artístico, um município, uma comunidade religiosa, entre outros. É interessante destacar na análise de ambos os autores que, a partir do ponto de vista jurídico ou institucional, o conceito de patrimônio cultural contém, portanto, o de bem cultural, ou seja, todo patrimônio seria um bem cultural reconhecido pelo Estado, ativado principalmente pela via do discurso proferidos por agentes políticos autorizados. E essa ideia permeará toda a reflexão desenvolvida na presente dissertação.

Tal análise traz à tona uma questão que se revela fundamental à reflexão das políticas de preservação: o **sentido** de patrimônio cultural sobre um bem somente se dá por processos oficiais ou independe de uma nomeação de força jurídica? Ou seja, a nomeação, social, de um bem como patrimônio se basta numa relação simbólica ou precisa, necessariamente, resultar em um processo oficial do Estado? O termo *patrimônio* se trataria invariavelmente de um estatuto (representante autorizado pelas vias formais a portar determinados valores)?⁷⁸. Não há respostas definitivas ou interpretações unívocas para tais perguntas. Contudo, a presente pesquisa compreende que a institucionalidade, ou o estatuto do patrimônio, aparentemente predomina sobre as atribuições de sentido “informais”⁷⁹. Ou seja, a nomeação social de um bem como patrimônio não se legitimaria sem que houvesse uma formalização, uma legitimação de instâncias jurídico-

⁷⁸ Para pensar o assunto em outra perspectiva, associada à leitura pluralista do Estado, é possível recorrer à ideia de ressonância trabalhada por José Reginaldo Gonçalves (2005) ou à **aderência**, operada por Luiz Carlos Borges e Márcio Campos (2012).

⁷⁹ O termo “informal”, aqui, é mencionado em oposição ao “formal” - aquilo que estaria em conformidade com a norma, formalizado, legalizado, institucionalizado pelas vias jurídico-burocráticas do Estado. “Informal” seria, portanto, as ações que ocupariam o âmbito das vivências sociais não-institucionalizadas.

burocráticas que atestassem, legalmente, esta atribuição de sentido de patrimônio cultural.

Nessa perspectiva, importa considerar a conferência de *status* de interesse público e as restrições ao direito de propriedade na nomeação de um bem como patrimônio. O tombamento ou o registro aparecem, portanto, como iniciativas de proteção, emanadas por ato administrativo do Poder Executivo que passa a demandar ações voltadas à manutenção do bem; manutenção essa que se afirmaria como causa e consequência do próprio estatuto de patrimônio conferido a esse bem cultural. Mas se considerarmos que esse estatuto jurídico é raramente contestado, é possível supor que o mesmo acaba por alcançar eficácia simbólica, na medida em que ele próprio constrói um universo objeto mesmo da ação política: o sistema de representações ativado pelo discurso legítimo - jurídico ou técnico. Esse referido universo resultaria de uma seleção de determinados bens e da sua atribuição de valores por parte de agentes ligados direta ou indiretamente com a intelectualidade, os quais atuam, portanto, como mediadores simbólicos no sentido de fazerem ver “[...] como universais, em termos estéticos, e nacionais, em termos políticos, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva e de um lugar no espaço social” (FONSECA, 2009, p. 22).

Os dispositivos legais ou mesmo as normas institucionais ligadas às agências estatais dedicadas ao trato patrimonial aparentemente indicam o caráter orientador dessas ferramentas jurídicas. Nessa perspectiva, os mesmos sugerem a legitimação por efeito de consagração numa perspectiva bourdieuana: “a publicação oficial, a enunciação da linguagem *formal*, oficial, conforme às formas impostas, que convêm às ocasiões formais, tem por si só um efeito de consagração e licitação” (BOURDIEU, 1987, p. 106). O interesse aqui não é recorrer ao contexto de produção das leis e das normas institucionais - considerando que seu conteúdo é a materialização das disputas e negociações travadas pelos agentes Estado dentro e fora do campo do patrimônio - mas sim o que entendemos como pretensão de consenso controlado dos sentidos que parece se manifestar no conteúdo de documentos de institutos de patrimônio e que parece convergir com a própria história do patrimônio ocidental/moderno.

A atuação do Estado brasileiro sobre os bens culturais considerados como patrimônio aparentemente teve como referência a prática francesa e sua perspectiva das responsabilidades estatais sobre os bens de interesse público. Márcia Chuva (2009) destaca a legislação da França como inspiradora de projetos de lei brasileiros que antecederam o Decreto-lei nº25, os quais tiveram como referência o Estado enquanto figura responsável pela tutela do patrimônio cultural nacional⁸⁰. Nessa linha de raciocínio, entende-se possível pensar que é o assentamento jurídico do patrimônio, a forma como o mesmo se define e é tratado nas normas e nos dispositivos, que orienta sua circulação no mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 1982).

O patrimônio não parece se dissociar das relações de produção mediadas pela figura do Estado legislador, cumprindo diferentes funções na vida econômica e social, mas ao mesmo tempo mantendo uma dinâmica de reprodução de um campo de forças políticas e simbólicas agenciado por instituições, organismos nacionais ou supranacionais, entre outros. Aqui, cabe mencionar a discussão travada por José Reginaldo Gonçalves (2007) sobre o patrimônio enquanto categoria de pensamento que não se dissocia das relações de mercado - e aqui o autor se refere especialmente ao mercado turístico. Gonçalves questiona com incredulidade a possibilidade de uma distinção ontológica entre patrimônio cultural e mercado nas sociedades modernas, uma vez que o patrimônio, para ele, se revelaria como condição e efeito do mercado. Ele argumenta, então, que os princípios e regras gerais que caracterizam o mercado poderiam ser observados na dinâmica patrimonial, estando em consonância com os processos de expropriação, classificação e exibição de bens culturais - ações que recaem sob a condição legal da propriedade.

Recorrendo às pesquisas de Fonseca (2009) e Chuva (2009), cabe mencionar que o patrimônio, no Brasil, foi comumente tratado na seara da propriedade - de natureza pública ou privada - por mediação estatal. Uma breve retrospectiva dos dispositivos constitucionais do Brasil remete, entre outras coisas, à questão da propriedade da nação, ainda que os bens patrimonializados fossem passíveis de apropriação individual. Tais

⁸⁰ A partir dessa consideração, importa ressaltar a contraposição que François Choay (2006) faz da prática francesa com a prática inglesa: a primeira com foco nas responsabilidades do Estado e a segunda articulada às responsabilidades e iniciativas individuais e privadas.

instrumentos viabilizaram, ao longo do tempo, a gestão de bens em nome da sociedade e do que se convencionou chamar de “interesse público”. Segundo Fonseca (2009), a ideia de “interesse público” ligada à preservação se referia, portanto, à dimensão universal - e, portanto, consensual - dos valores culturais que se pretendia preservar, invocada para legitimar o ônus da preservação de bens para o Estado e os cidadãos. Uma das consequências desse processo possivelmente foi - e ainda é - a naturalização do valor cultural: mesmo sendo atribuído, assume aparência de ser algo intrínseco ao bem, acessível ao olhar especializado. Trata-se, portanto, de uma relação social que pressupõe um certo grau de consenso quanto ao valor atribuído (FONSECA, 2009), configurando assim uma condição *dóxica* (CHUVA, 2009).

A temática do patrimônio, expressa como uma preocupação em preservar monumentos e objetos de valor cultural - a princípio focado nos valores histórico e artístico, conforme veremos adiante -, somente passou a envolver a figura do Estado legislador por volta da década de 1920. Apesar de já funcionarem o Arquivo Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e alguns grandes museus nacionais, não havia instrumentos legais que garantissem a proteção dos bens não contemplados por acervos e coleções. Algumas iniciativas outras decorreram em âmbito federal e também regional, mas não chegaram a se efetivar. Silvana Rubino (1993) destaca, por exemplo, a iniciativa de Bruno Lobo, então presidente da Sociedade Brasileira de Belas-Artes, que em 1920 designou Alberto Childi - que na ocasião atuava como conservador da seção de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional - para a elaboração de um projeto de lei em defesa do patrimônio nacional. Segundo a autora, a função desempenhada por Childi e sua formação em arqueologia acabaram influenciando o tom do texto elaborado: foram priorizados os monumentos arqueológicos e demais bens móveis, sendo pouco ou nada mencionados os valores histórico e artístico. Aqui interessa citar a descrição de Rubino sobre tal documento, quando, segundo ela, é mencionada a relação do Estado e do especialista enquanto figuras de legitimidade para decidirem sobre os trabalhos de preservação do patrimônio:

Ao governo, no caso o Ministério da Instrução Pública, caberia autorizar e fiscalizar qualquer trabalho de escavação científica, histórica, arqueológica ou outra. A comissão de fiscalização seria constituída pelos ministros e por

professores de geologia e paleontologia do Museu da Escola Politécnica (RUBINO, 1991, p. 34).

Entretanto, a possibilidade de interferência na propriedade privada por parte do Estado inviabilizou a proposta, de acordo com Rubino.

O pesquisador José Ricardo Oriá Fernandes (2010), por sua vez, destaca uma iniciativa anterior, protagonizada por Wanderley Pinho a partir do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGBA), quem construiu uma proposta de proteção de bens culturais em 1917, a partir de uma comissão de 11 membros, num plano de ação para catalogação do que seria o patrimônio histórico da Bahia. O projeto, segundo o autor, não teria produzido resultados significativos.

Em seguida, o projeto apresentado ao Congresso Nacional foi o do representante de Pernambuco Luís Cedro Carneiro. Datada de 1923, a referida proposta concebia a criação de uma Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil dedicada a conservar imóveis públicos e particulares de interesse nacional. Mais uma vez o especialista era evocado para o exercício da atividade de preservação, sendo, nesse caso, a figura do arquiteto encarregada em avaliar os bens imóveis de valor histórico ou artístico. De acordo com Rubino (1993), a defesa de Luís Cedro ao seu projeto estabelecia comparações com a realidade de países europeus e suas legislações sobre o assunto, evidenciando um sentido de desenvolvimento às iniciativas preservacionistas. Tal como o projeto de seu antecessor, este esbarrou igualmente na questão da propriedade privada e, por essa razão, não prosperou.

Em 1924, registrou-se nova tentativa de legislar sobre o assunto por parte do deputado mineiro Augusto de Lima. A proposta, segundo Rubino, complementava a de seu aliado pernambucano Luís Cedro de criar uma legislação que proibisse a saída do país de obras de arte brasileiras. Márcio Rangel (2010) destaca o posterior posicionamento do jurista Jair Lins, em 1925, a respeito deste mesmo tema, e Rubino (1993), por sua vez, ressalta o conteúdo erudito deste último texto produzido em relação aos demais projetos até então apresentados, “[...] repleto de citações em francês e italiano, principia comentando o atraso brasileiro neste aspecto e colocando a arte como inerente a qualquer povo, anterior inclusive a outros sinais de civilização” (RUBINO, 1993, p. 43). O patrimônio aparece em diferentes

momentos, em variadas tentativas de elaboração de uma legislação sobre o assunto, indicando um modelo civilizatório a ser seguido.

Entre as iniciativas enumeradas por Rangel (2010), cabe ressaltar a menção à ação do presidente de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna, em 1925, de organizar “[...] uma comissão que elaborasse um projeto para impedir a dilapidação do patrimônio das velhas cidades mineiras” (RANGEL, 2010, p. 121). Essa comissão, segundo Silvana Rubino (1993), era formada por arcebispos, historiadores, escritores, engenheiros, juristas e políticos⁸¹. Percebe-se, desde já, a disposição em associar as tarefas do patrimônio a figuras de intelectuais – o que Chuva (2009) e Fonseca (2009) denominam como “intelectuais ilustrados”. Retomando o trabalho de Márcio Rangel (2010), é preciso destacar que o autor não relaciona a iniciativa de Mello Viana à criação da Inspetoria Estadual de Minas Gerais em 1926. Mas desde já é possível perceber um movimento regional de preocupação com a preservação dos bens culturais, o que parece ter culminado na criação desta primeira agência estatal dedicada ao tema, antecipando a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais em 1934.

Em 1927 foi a vez da Bahia tomar a iniciativa de institucionalizar a preservação daquilo que então considerava acervo histórico, com destaque para os bens com referência ao período colonial baiano. O então presidente do estado, Francisco Gois Calmon, criou um regulamento estadual que fundava a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, anexa à Diretoria do Arquivo Público e Museu Nacional. Contudo, a iniciativa revelou-se quase inoperante, uma vez que muitas de suas disposições eram inconstitucionais (RUBINO, 1993).

O esforço em instituir práticas preservacionistas seguiu em 1928, quando o estado de Pernambuco também criou sua Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais (FONSECA, 2009). Mas assim como outras iniciativas, esta igualmente teve sua eficácia limitada, na medida em que se sujeitava à Constituição Federal de 1891, ao código Civil e ao Código Penal, os quais não previam sanções à destruição do patrimônio. Por fim, em 1930, o

⁸¹Importa destacar outro acontecimento datado de 1926 que foi a divulgação de um documento público chamado “Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o Patrimônio Artístico”. De acordo com a publicação do IEPHA de 1991, “Suplemento Especial: IEPHA 20 anos”, tal documento teria sido produzido por membros eclesiais de Minas Gerais exortando os jovens intelectuais e os políticos à “conscientização” da população para com o patrimônio artístico “que interessa nossos brãos de nação civilizada pelo Cristianismo” (MINAS GERAIS, 1991^a, p.6).

representante da Bahia José Wanderley de Araújo Pinho - deputado e historiador - apresentou ao parlamento nacional o último projeto de lei que previa formas de proteção de determinados bens culturais nacionais. Naquele mesmo ano deflagrou-se a Revolução de 1930, ocorreu a dissolução do Congresso e foi suspensa a Constituição Federal vigente, impedindo o prosseguimento da referida iniciativa.

Os casos supracitados, originados em Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, conflitavam com os princípios liberais presentes na Constituição de 1891⁸² relacionados ao direito de propriedade e a não interferência estatal - tema que aparentemente ofereceu forte resistência à construção de políticas públicas de patrimônio até a ascensão de Gustavo Capanema ao Ministério da Educação e Saúde. Capanema, respaldado por novas normas jurídicas que passaram a tratar o assunto - as Constituições de 1934 e de 1937 - mobilizou nomes e forças para que o Estado adentrasse à seara do patrimônio através de um órgão especificamente voltado à preservação de bens móveis e imóveis e atuante em todo o território nacional.

Cabe destacar que a questão do patrimônio no Brasil foi regida por normas dispostas em diferentes constituições. As Cartas Magnas datam de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988, e uma breve pesquisa sobre elas aponta a menção ao patrimônio nas seis últimas, entre as quais é possível notar a recorrente associação da ideia de patrimônio a valores “artístico” e “histórico”; enquanto os “valores culturais”, por sua vez, são mencionados em apenas duas.

A Carta Magna de 1934 (BRASIL, 1934) se refere ao patrimônio através do seu art.148, onde o define como “patrimônio artístico”. Mesmo com essa atribuição, tal instrumento mencionava o caráter “histórico” dos bens e determinava que a proteção dos objetos “de interesse histórico e artístico” seria incumbência dos *entes federativos* - União, Estados e Municípios. Cabe destacar que esta carta já previa a responsabilidade supletiva entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) em “[...] proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País”⁸³, mas a partir de 1937 as práticas iriam se mostrar centralizadas no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que também

⁸² Os exemplos apontados referem-se ao período republicano. Rubino (1996), contudo, menciona um caso anterior: o de Maria I que em 1790 teria expedido uma ordem régia solicitando que fossem registrados monumentos arquitetônicos relacionados ao ciclo do ouro.

⁸³Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934.

estabelecia os critérios de conservação e restauração e definia os bens suscetíveis à tutela da União.

Já o texto de 1937 (BRASIL, 1937) – outorgada num contexto de dissolução do Legislativo e implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas – não faz menção ao termo patrimônio, mas indiretamente refere-se a ele no art.134 ao tratar dos monumentos⁸⁴ históricos, artísticos e naturais e as paisagens naturais, todos sob proteção da *nação*. Aqui interessa destacar a diferença estabelecida em relação à constituição anterior, que delegava aos entes federativos a função de proteger o patrimônio. É possível que a Constituição de 1934 tenha se constituído como um período de transição entre a autonomia dos estados da Primeira República e a centralização do governo de 1937, processo esse que passa a reverberar nas políticas culturais. A responsabilidade central sobre o legado cultural da nação aparece, portanto, no contexto de fortalecimento do Poder Executivo central (nacional) e da construção ideológica sobre a identidade nacional centralizada na brasilidade.

No ano de 1946, a Constituição promulgada expandiu a ideia de patrimônio ainda sem mencionar o termo, acrescentando em seu art.175 as obras e documentos de valor histórico e artístico, incluindo monumentos naturais, as paisagens e locais considerados de beleza singular (BRASIL, 1946). Nesse documento, toda a tarefa de proteção foi conferida ao *poder público*, sendo reiterada essa função no texto constitucional de 1967 (BRASIL, 1967). Este último acrescentou para a custódia estatal os locais de valor histórico e artístico, além das jazidas arqueológicas. Tal redação foi mantida na Carta Magna de 1969 (BRASIL, 1969) e só veio sofrer modificação na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a qual se dedicou com mais afinco ao tema, explorando novas possibilidades à definição de patrimônio e à sua proteção no art. 5º, art. 23, art. 24, art. 30, art. 215 e art. 216.

Até então os textos anteriores consideravam legítima a tutela estatal dos bens associados à materialidade, produto de ações humanas ou da

⁸⁴ Aqui interessa mencionar outras interpretações possíveis para o patrimônio, como aquelas trabalhadas por François Choay (2006; 2011), cujo entendimento envolve a construção da noção de monumento ao longo do tempo e a questão da intencionalidade. A autora discorre, portanto, sobre a diferenciação entre monumentos e monumentos históricos: o primeiro como coisa construída com intenção de manutenção de valores e/ou referências para a posteridade; e o segundo como coisa que se tem agregado o valor de memória ao longo do tempo.

natureza. Ainda que a menção ao termo patrimônio⁸⁵ tenha se dado apenas no texto de 1934 e de 1988, os demais textos se referiram a bens materiais encarados como excepcionais a partir de critérios variáveis. Sobre a definição de patrimônio, a Constituição de 1988, por sua vez, acrescentou “valor cultural” àqueles já mencionados nas constituintes anteriores - valor histórico, valor artístico, arqueológico e etc. Nesse sentido, o texto se refere ao termo patrimônio em situações em que o define como “patrimônio cultural”, “patrimônio cultural brasileiro”, “patrimônio histórico-cultural”, “patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico” e “patrimônio histórico e cultural”. Observa-se, portanto, a existência dos valores “cultural”, “histórico”, “artístico”, “turístico” e “paisagístico” ainda que haja uma expansão do sentido atribuído.

Sobre os valores supracitados, importa usar como referência para uma reflexão decolonial a discussão elencada por Bruno Brulon (2017) sobre a construção da noção de paisagem e de patrimônio como produto de um contexto Europeu. Brulon reflete sobre os limites e a potência desses termos ao se considerar a geopolítica na qual são gestados esses valores/categorias. Se usarmos como referência reflexiva o valor paisagístico mencionado na Constituição de 1988, é possível pensá-lo a partir das ideias levantadas por Brulon acerca dos modelos europeus utilizados como referências universais para a neutralização de ideologias. No que se refere ao valor artístico e histórico também é possível considerar a vasta discussão traçada nas Artes Visuais sobre o estatuto da arte e da estética (GELL, 1998). A despeito das diferenças marcantes entre povos, como indígenas e não-indígenas, por exemplo, tais valores marcam a produção material ocidental e interferem diretamente no significado que a arte e a estética assumem e que se atribui às produções de outros povos (LAGROU, 2009) no circuito de legitimação material e simbólica de bens patrimonializados.

Ainda sobre a atribuição de valores a bens culturais, cabe também lembrar a discussão travada por Maria Lugones (2014) a respeito da colonização da América e o choque entre o sistema de poder global e o

⁸⁵ A referência ao termo “patrimônio”, aqui, diz respeito ao valor atribuído para os bens associados às questões da memória e da identidade, ao legado cultural. A referência citada não diz respeito ao termo “patrimônio” no sentido de renda e posses do Estado ou de servidores, o qual foi comumente utilizado nas Cartas Magnas mencionadas pela presente tese.

atravessamento da expressividade erótica, estética e linguística dos povos colonizados, num processo de transformação e adequação a modelos europeus enquanto “modelos civilizados”. Mignolo e Gomez (2012) igualmente discutem a colonialidade na construção da subjetividade latino-americana na arte e na estética, direcionada para um regime de historicidade ocidental que afetou e ainda afeta sentidos, emoções e intelecto, interferindo nos modos de representação, nos corpos discursivos e em suas instituições.

Retomando a análise da Constituição do Brasil de 1988, merece destaque o art. 216 que ressalta os elementos tangíveis e intangíveis que permeiam a existência humana, considerando como patrimônio os bens “[...] de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”⁸⁶. Tal definição ampliou expressivamente o alcance das ações preservacionistas, ainda que estas necessitassem de regulamentação específica. O texto reconhece, ainda, a importância da colaboração da comunidade na promoção e proteção do patrimônio através de iniciativas enumeradas como inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, criando prerrogativa para outras formas de preservação não previstas no instrumento legal.

A redação constitucional esclareceu a necessidade de se estabelecer a integração das ações do Poder Público sobre a defesa e valorização do patrimônio. Nesse sentido, o texto incumbiu à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o tema da proteção; ou seja, esses referidos entes puderam, desde então, legislar sobre o tema do patrimônio respeitando a hierarquia das normas, na qual a lei federal prevalece sobre a estadual e a do Distrito Federal. Mas o ponto de destaque na Constituição de 1988 é a competência atribuída aos municípios de promover a proteção, o que acabou por gerar um descompasso entre as demandas e as efetivas possibilidades de atuação local sobre a preservação patrimonial.

Nesse quadro em que se presume a existência de leis concorrentes sobre o tema do patrimônio cultural, pode-se pensar que as ações estatais voltadas para a preservação e configuradas em qualquer um dos níveis

⁸⁶Constituição de 1988, Seção II, Artigo 216.

federativos (municipal, estadual ou nacional) tiveram como referência a Constituição Federal, uma vez que no sistema jurídico brasileiro esta norma prevalece sobre todas as outras. Por essa perspectiva, o que se observa, portanto, é que a organização estatal, em nível federal, a partir de seus instrumentos legais, acabou servindo como referência para a criação e funcionamento de agências e agentes estaduais dedicados ao trato com o patrimônio cultural, entre eles o IEPHA. Este referido Instituto, embasado em instrumentos de proteção previstos em leis estaduais - por sua vez orientadas por leis e decretos federais -, atuou em consonância com a trajetória nacional, construindo percursos que incentivaram, por sua vez, a configuração de políticas municipais de preservação em Minas Gerais e fundamentaram as práticas de patrimonialização de bens culturais na região.

Nesse sentido, interessa pensar que as políticas de preservação em Minas Gerais tiveram como pano de fundo as definições legais de patrimônio em âmbito nacional, definições essas que estabeleceram critérios e padrões de comportamento a partir do que se entendia necessário preservar para a posteridade. Sendo assim, é possível pensar que o trabalho desempenhado pelo IEPHA ao longo do tempo procurou entrar em consonância com as definições e os limites estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela Constituição do Estado de Minas Gerais, datada de 1989, e por demais instrumentos jurídicos que regulamentaram as formas de proteção/salvaguarda do patrimônio cultural.

Importa destacar que a Constituição mineira, ao tratar sobre o patrimônio, parece se basear na constituinte nacional, com redações semelhantes e elementos que reiteram as responsabilidades entre os entes. Desse modo, o texto reafirmou a função estadual de legislar sobre a proteção do patrimônio por ele definido como “histórico, cultural, artístico e paisagístico” e reiterou a função municipal de proteger o patrimônio entendido como “cultural e histórico”. A norma estadual remeteu também às figuras do **Ministério Público** e da **Polícia Militar**, no que diz respeito à defesa do patrimônio e prevenção de crimes contra esses bens culturais, afirmando em seu art. 207 a função do Poder Público de adotar “medidas adequadas para a identificação, proteção, conservação, revalorização e recuperação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico do Estado”.

O referido texto constitucional orientou a dinâmica de preservação do patrimônio aos municípios e às agências estatais, definindo o *patrimônio cultural mineiro* a partir de critérios tangíveis e intangíveis, históricos, artísticos, paisagísticos e científicos, como explicitado no artigo 208, apresentado a seguir:

Art. 208 - Constituem patrimônio cultural mineiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira, entre os quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, tecnológicas e artísticas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Percebe-se que a carta estadual reforçou as determinações da Constituição Federal de 1988, servindo, portanto, como referência para a atuação do IEPHA e para as demais agências dedicadas à preservação de bens culturais - como o Arquivo Público Mineiro, as universidades e os museus públicos e privados, entre outros - as quais parecem compor o esquema de relações objetivas num possível campo do patrimônio em Minas Gerais.

Cabe destacar nesse quadro referente à legislação sobre o patrimônio, que a União e os Estados demoraram mais alguns anos para tratar juridicamente o assunto do patrimônio intangível: desde a promulgação da Constituição Federal passaram-se 12 anos até que se legisse sobre a proteção dos bens de natureza imaterial através do Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000. Minas Gerais, nesse contexto, instituiu o registro como forma de salvaguarda estadual em 2002, com o Decreto nº42.505 de 15 de abril, o qual assumiu os mesmos moldes da legislação federal, incluindo em seu texto o período de reavaliação e as condições de revalidação do bem cultural registrado.

Telles (2010b), contudo, remonta à aprovação da Constituição de 1988 como marco fundamental na oficialização da importância dos aspectos intangíveis da cultura no Brasil. O autor também menciona instrumentos internacionais como marcos legais para a criação do registro enquanto

instrumento de salvaguarda, e ainda remete à 25ª Conferência Geral da UNESCO realizada em Paris em 1993 e ao seminário comemorativo dos sessenta anos do IPHAN, realizado em Fortaleza em 1997 – que resultou na “Carta de Fortaleza”. Os exemplos citados por Telles referem-se à recomendação de profissionais e acadêmicos dedicados ao campo do patrimônio na criação de formas de salvaguarda dos bens de natureza imaterial que até então não eram objeto de políticas públicas de preservação. Destaca-se no texto do referido Decreto a tarefa do Poder Público em nível federal, estadual e municipal em garantir condições para a manutenção da manifestação cultural ao longo do tempo, sendo o instrumento do registro uma ferramenta de valoração desse bem cultural. Contudo, ele estabeleceu a necessidade de reavaliação dos bens culturais a cada dez anos por parte do IPHAN, e criou, nesse sentido, dinâmicas de revalidações periódicas do título de patrimônio imaterial.

A partir do quadro configurado em nível nacional sobre alguns dos instrumentos legais de proteção ao patrimônio, é possível compreender que tanto o tombamento quanto o registro criaram novas situações jurídicas para os bens selecionados como patrimônio, situações essas em que o Estado assumiu a função de atuar sobre uns bens em detrimento de outros não patrimonializados. Para tanto, tais instrumentos definiram direitos e obrigações que possibilitaram a proteção/salvaguarda, a conservação ou a restauração de patrimônios, configurando-se, assim, a regulação da preservação.

3.3 - O Papel dos Museus e da Museologia

A partir do século XX, a agência que representou a política oficial sobre o patrimônio da nação – o IPHAN – enfatizou suas ações a princípio sobre a preservação de bens arquitetônicos, valorados como históricos ou artísticos, em especial aqueles produzidos no período colonial. Nesse sentido, dedicou menor atenção ao universo das coleções. Partindo desse quadro, a história dos museus no Brasil não revela uma linearidade ou uma homogeneidade. Os museus dependentes do Estado, dependentes de recursos financeiros públicos para o desenvolvimento da sua competência técnica, tecnológica e material, conforme a sua identidade e contexto, acabaram se desenvolvendo de forma desigual e descontínua.

Nessa perspectiva, interessa voltar a atenção para a importância dos museus no processo de institucionalização do patrimônio. Retomando os estudos de Márcia Chuva (2009), é preciso considerar o papel dessas agências no que se convencionou chamar de “mundo ocidental”: instituições que ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX abrigaram objetos e monumentos compreendidos por especialistas enquanto referências materiais para as ideias de cultura, natureza, passado e presente. Os museus contribuíram para a ressignificação desses bens no sentido de torná-los uma espécie de “propriedade pertencente à coletividade” (id., 2009, p. 182).

Aqui interessa recorrer à pesquisa de Priscila Coelho (2015) e seu levantamento sobre as primeiras práticas museológicas no território brasileiro. Segundo a autora, a primeira instituição museológica foi criada no Rio de Janeiro em 1794, denominada Casa dos Pássaros. Semelhante a alguns museus portugueses, tal instituição foi extinta com a chegada da Família Real ao Brasil, mas em seguida foi criado o Museu Real em 1818⁸⁷, que seguia o modelo das instituições europeias, “particularmente o Museu de História Natural de Paris, com características enciclopédicas e universais para divulgação do progresso e das civilizações” (COELHO, 2015, p. 109). O Museu Real tornou-se posteriormente Museu Imperial e, tempos depois, se tornou Museu Nacional - vinculado atualmente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Considerando esse percurso histórico, Coelho menciona a valorização do pesquisador no âmbito destas instituições, como ressalta o trecho a seguir:

[...] considerado o cientista/naturalista, e o surgimento do profissional responsável pelo acervo denominado conservador de museu, inicialmente, autodidata e sem formação especializada. [...] Podemos dizer que a partir desse desdobramento surgem duas categorias profissionais distintas: os pesquisadores considerados cientistas e os conservadores de museus como técnicos. Tal dicotomia demarcou a diferenciação e caracterização do exercício profissional desses dois profissionais, o que gerou embates posteriores em virtude da demanda pelo reconhecimento dos

⁸⁷Importa fazer referência à pesquisa de Julião (2008) que destaca o papel do colecionismo tardio de Portugal a partir das viagens científicas aos territórios ultramarinos no século XVIII, destinadas ao reconhecimento dos territórios colonizados para propósitos científicos, administrativos e econômicos. No Brasil, essa coleta propiciou o surgimento de instituições como o Museu Real que conformava um modelo de práticas museais europeias, sendo “[...] um desdobramento da cultura científica incentivada no âmbito do Estado Português, a partir da administração do Marquês de Pombal. Figurava, portanto, como herdeiro de práticas científicas desenvolvidas no Brasil, ainda que incipientes” (JULIÃO, 2008, p. 44)

conservadores e sua prática científica (COELHO, 2015, p. 109-110).

Dessa passagem é possível relembrar as reflexões traçadas por Schwartzman (1992; 2015) sobre a constituição da produção científica no Brasil - a distinção entre ciências humanas e naturais - e a formação de quadros profissionais a ocuparem cargos dentro do corpo burocrático do Estado. A dicotomia apontada pela autora se refere, portanto, ao perfil da formação superior no Brasil na primeira metade do século XX. Márcio Rangel (2010) e Regina Abreu (2007), contudo, ressaltam a contribuição das instituições museológicas para a formação de algumas disciplinas que se voltaram à pesquisa sobre o patrimônio. Nessa perspectiva, destacam, no Brasil, a atuação do Museu Nacional (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (criado em 1871) e o Museu Paulista (inaugurado em 1895).

O século XIX contou com a formação de importantes exemplares de museus em território brasileiro, mas foi o século seguinte que marcou o desenvolvimento dessas instituições “[...] na esteira da modernização e do fortalecimento do Estado, que passou, então, a interferir diretamente na vida social, nas relações de trabalho e nos campos de educação, de saúde e de cultura” (RANGEL, 2011, p. 303). No início do referido século o país, de perfil agroexportador que buscava afirmar uma incipiente economia industrial de cunho moderno, possuía cerca de 10 museus e a posterior proliferação - chegando a 2.400 ao longo de 100 anos - se deu principalmente a partir da década de 1930, com o surgimento de instituições privadas, públicas, mistas, com temas diversificados, voltadas para um público amplo (RANGEL, 2011).

Nas primeiras décadas do século XX já se observavam manifestações sobre a criação do primeiro museu histórico do país: o Museu Histórico Nacional, fundado em 1922 por iniciativa do historiador cearense Gustavo Barroso⁸⁸, mas idealizado desde 1911 (SANTOS, 2006). Sua instalação se deu no conjunto arquitetônico formado pelo Forte de Santiago e a Casa do Trem, inserido no Pavilhão das Grandes Indústrias da “Exposição

⁸⁸Sobre a biografia desta personalidade no campo do patrimônio, em especial entre especialistas de museus e da Museologia, importa destacar que Barroso exerceu atividades na Academia Brasileira de Letras, desenvolveu estudos sobre folclore brasileiro e exerceu diversas atividades que influenciaram a pesquisa e prática museológica no país. Articulado ao Partido Integralista, Barroso oferecia uma perspectiva de oposição aos modernistas mineiros que conduziram a política de preservação do patrimônio nacional a partir da criação do IPHAN (CHUVA, 2009).

Internacional de 1922”⁸⁹, organizada para a Semana de Comemoração da Independência no Rio de Janeiro.

A criação do Museu Histórico Nacional (MHN) em 1922 inseriu-se numa curiosa conjuntura em que intelectuais do país (re)pensavam a condição do homem brasileiro em relação a outras sociedades consideradas “civilizadas”, e pelo caminho da brasilidade atribuíam a si mesmos a tarefa de reformular as estruturas políticas da federação (SCHEINER, 1993). Numa espécie de jogo de forças, e legitimação, os modernistas⁹⁰ paulistas e mineiros confrontavam-se com figuras renomadas da capital republicana. A disputa se apresentou sobre a definição de projetos voltados à preservação do patrimônio cultural a partir de noções sobre uma identidade nacional, e é nessa conjuntura que o Decreto-lei nº15.596 criou o MHN, sob direção de Gustavo Barroso:

Tal instituição foi criada no âmbito das comemorações do Centenário da Independência do Brasil e em consonância com a política das oligarquias que predominou na República Velha, cujos privilégios foram ameaçados com a Revolução de 1930 e com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência (SIQUEIRA, 2008, p. 146-147).

Myrian Sepúlveda dos Santos (2006) destaca as contradições de Gustavo Barroso em sua atuação no primeiro museu histórico do país: a memória nacional que ele propunha “resgatar” não se identificava com os ideais *modernos* dos projetos sobre a brasilidade; ao contrário, sua atuação seguiu uma linha militarista - ligada ao Partido Integralista - e nacionalista, voltada à romantização de uma história política, formada por heróis e batalhas. É nessa perspectiva que o primeiro Curso de Museus⁹¹ do país foi fundado nas dependências do MHN, desenvolvendo suas turmas até o fim da gestão de Gustavo Barroso - que se deu com o falecimento do mesmo em 1959, curso que posteriormente deu origem à Museologia enquanto disciplina acadêmica. Por essa razão, Márcio Rangel (2010) chama a

⁸⁹ Informações disponíveis em: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/>

⁹⁰O fenômeno da Modernidade, ligada à ideia de progresso e modernização, no Brasil do início do século XX ganhou expressões diversas, dentre as quais se observa tentativas de articulações com o que se acreditava como “popular” e como “tradição autenticamente brasileira”, num esforço de construção de uma identidade nacional que passava pela expressão de várias linguagens (FONSECA, 2009). Esse movimento teve como marco a Semana de Arte Moderna de 1922, e seus principais agentes protagonistas, entre intelectuais e artistas, foram tratados pela literatura posterior - dedicada à pesquisa sobre esse tema - como “modernistas”.

⁹¹ A criação do Curso de Museus se deu no contexto político do governo de Getúlio Vargas, quando o Estado empreendia a institucionalização das atividades culturais e ampliava o poder de ação e atuação no âmbito da cultura.

atenção para a importância do Museu Histórico Nacional na institucionalização da Museologia no Brasil, mas não estende sua reflexão para os possíveis desdobramentos político-ideológicos de uma disciplina que nascia sob as ideias integralistas, voltada à manutenção simbólica de uma ordem oligárquica e excludente.

O MHN se tornou o primeiro museu a gerir um curso voltado para as especificidades da prática museológica, tornando-se um foco irradiador de conhecimentos voltados aos museus. Dali se seguiu uma trajetória de profissionalização da Museologia no Brasil:

[...] a criação do Curso Técnico, pelo Decreto 15.596, de 2 de agosto de 1922, que, além de criar o Museu Histórico Nacional, previa a formação de um curso de formação de profissionais para a referida instituição e outras instituições congêneres, como Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional (COELHO, 2015, p. 44).

Alguns alunos e professores do curso ganharam expressão internacional, desempenhando papéis expressivos na história do ICOM e o ICOFOM, com destaque para o próprio Gustavo Barroso. O MHN, através deste curso, se tornou responsável pela formação de profissionais que viriam a atuar em organismos internacionais e nos principais museus públicos brasileiros. Nesse sentido, as correntes de pensamento e as práticas museológicas desenvolvidas no país estiveram combinadas, principalmente, às reflexões construídas nesse âmbito internacional.

O ICOM, em sua fundação na década de 1940, contou com a representação brasileira de Oswaldo Teixeira, à época diretor do Museu Nacional de Belas Artes, que foi escolhido para representar o país no Conselho Consultivo daquele organismo. Sua nomeação deu início à formação do Comitê Brasileiro naquela instância: convidou figuras expoentes do circuito de museus brasileiros tais como Gustavo Barroso (diretor do Museu Histórico Nacional), Heloísa Alberto Torres (diretora do Museu Nacional), Alcindo Sodré (diretor do Museu Imperial), Américo Jacobina Lacombe (diretor da Casa de Rui Barbosa), Regina Monteiro Real (conservadora do Museu Nacional de Belas Artes), Lygia Martins Costa (conservadora do Museu Nacional de Belas Artes), José Valadares (diretor do Museu do Estado - Salvador, Bahia), Sérgio Buarque de Holanda (diretor do Museu Paulista do Ipiranga - São Paulo), Inocêncio Machado Coelho (diretor

do Museu Goeldi - Pará), Dante de Layano (diretor do Museu Júlio de Castilhos - Rio Grande do Sul), Cônego Trindade (diretor do Museu da Inconfidência - Ouro Preto, Minas Gerais), João Geraldo Kuman (diretor do Jardim Botânico - Rio de Janeiro), Geralda Ferreira Armond (diretor do Museu Mariano Procópio - Juiz de Fora, Minas Gerais) e Simoens da Silva (diretor do Museu Simoens Silva - Rio de Janeiro) (CRUZ, 2008). A iniciativa deu início à participação nacional na organização, marcando a presença do país nas discussões referentes ao patrimônio mundial e à educação em museus (SCHEINER, 1993).

Nas décadas de 1940 e 1950, o universo dos museus brasileiros vivenciou significativas transformações, atingindo o que Rangel (2011) denominou como “anos dourados”. No governo Vargas (em ambos os mandatos), registrou-se o esforço pela profissionalização da área por meio de diversas ações relacionadas ao patrimônio cultural, em especial à agência dedicada à patrimonialização - o IPHAN. Mas no quesito políticas culturais, Calabre (2007) oferece outra perspectiva, na qual o Estado não teria promovido ações de grande vulto, focando-se principalmente no crescimento e consolidação da comunicação de massa - em especial o rádio, a televisão e o cinema. A autora menciona a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e o Instituto Nacional do Livro (INL), mas destaca como expressiva a iniciativa federal de criação Conselho Nacional de Cultura em 1938, encarregado de coordenar as questões de âmbito cultural do Ministério da Educação.

Sobre o intervalo que excede os dois governos de Vargas, entre as décadas de 1940 e meados da década de 1960, importa destacar que o desenvolvimento da área cultural se deu principalmente no âmbito da iniciativa privada. Nesse período observa-se, por exemplo, a criação de alguns museus voltados à Arte Moderna tais como o Museu de Arte Assis Chateaubriand de São Paulo (MASP) em 1948; o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP) em 1947; e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ) em 1948, criados ou mantidos por iniciativas particulares ou por organizações sem fins lucrativos. Tais museus, e as demais instituições museológicas privadas, não sofreram com a referida “ausência” estatal, e acabaram por apresentar as principais inovações estéticas e comportamentais do universo museológico nacional (SCHEINER, 1993). Mas

no âmbito da gestão pública, a referida conjuntura marcou uma relativa escassez de políticas voltadas aos museus e aos profissionais da área.

Nesse momento, “[...] a Museologia brasileira coloca-se no país como *disciplina* prática, e não teórica” (SCHEINER, 1993, p. 18). Sendo assim, o Curso de Museus consolidava seu espaço formando profissionais e servidores para atuarem, principalmente, em museus de História e Belas Artes, mas ainda não se constituía como *locus* de produção teórica - ou de pretensão científica - a respeito da preservação. A referida formação produziu desconforto no mercado museológico no que concernia à qualificação de museólogos habilitados a atuar em outras tipologias de museus. Scheiner (1993) descreve as divergências mercadológicas manifestadas na época, dividindo as mesmas em dois polos: um de atuação dos museólogos formados no Curso de Museus do MHN, qualificados ao trabalho em museus de História, Belas Artes e Arte Religiosa, mantidos pela Igreja ou pelo Poder Público; e outro polo relacionado à prática em museus de Ciências - vinculados às universidades -, aos museus de Arte Moderna e Contemporânea - mantidos por particulares - e em museus etnográficos - que priorizavam profissionais de outras áreas. O Museu do Índio, por exemplo, criado em 1955, inseriu em seu quadro especialistas em disciplinas das Ciências Humanas - como a Antropologia. Alguns museus de Arte Moderna e Contemporânea, tais como MASP, MAM/RJ, MAM/SP, criados ou mantidos por iniciativas particulares, imprimiram novas visões sobre a estética em suas exposições, articulando influências diversas e atualizadas. Tais instituições não absorveram os conservadores de museus formados por Gustavo Barroso, mas deram preferência a arquitetos e críticos de arte (SCHEINER, 1993).

Na ocasião, muitos museus encontravam-se subordinados ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN - como o IPHAN era então denominado), então dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade; mas algumas instituições e coleções científicas ficavam sob controle do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O IPHAN representava a política oficial sobre o patrimônio da nação, e na ocasião enfatizava suas ações sobre a preservação de monumentos arquitetônicos, históricos e religiosos, dedicando especial atenção aos bens produzidos no período colonial. O CNPq, por sua vez, centralizava as políticas federais referentes à ciência e tecnologia.

As transformações do campo suscitadas pelos acontecimentos nacionais e internacionais influenciaram diretamente o Curso de Museus, que ao longo dos anos realizou uma série de mudanças - na forma de ingresso, na grade curricular, na duração e nas habilitações. As alterações culminaram na sua incorporação à Federação das Escolas Federais do Rio de Janeiro (FAFIERJ), no ano de 1977, e sua posterior desvinculação do MHN no ano de 1979, quando ocorreu a transferência do curso para as dependências da recém-criada UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) (SIQUEIRA, 2008). Esse movimento pode ser percebido como um reconhecimento - por parte do Estado - da produção museológica como “produção científica”⁹², elaborada no âmbito do Ensino Superior. Segundo Rangel (2010), a criação de cursos de Graduação e Pós-Graduação⁹³ no país revelaram-se fundamentais para o fortalecimento da Museologia brasileira, pois possibilitaram a formação de pesquisadores e docentes em nível acadêmico - e aqui é possível estabelecer uma relação com as ideias de Florestan Fernandes e Simon Schwartzman mencionadas no primeiro capítulo, tendo como perspectiva os desdobramentos da produção disciplinar numa perspectiva científica enquanto possível estratégia de controle dos problemas socioeconômicos produzidos pelo próprio projeto de Modernidade.

Ainda que não seja o foco da análise desta presente tese, importa mencionar os desdobramentos da formação dos museus e da Museologia no Brasil, no sentido de contribuir para o entendimento sobre o campo do patrimônio onde diferentes agências trabalham o tema e reivindicam a dedicação dos “especialistas” para o trato dos bens patrimonializados. Trata-se de dados de significativa importância na compreensão das dinâmicas do campo, dados esses que indicam as relações de força e as posições dos seus agentes e agências.

Ao pensar o papel do especialista no campo é preciso se atentar para as especificidades de cada disciplina, as demandas sociais que

⁹² Uma contraposição a essa interpretação sobre a Museologia e seus status científico é vista em Jesus (2012), que discorre sobre o desejo de ciência que impele a estrutura disciplinar a afirmar seu estado atual como científico, ainda que tornar-se ciência seja apenas uma das possibilidades entre outras. Para o autor, portanto, a consistência da Museologia não seria reconhecida por sua produção científica, mas por sua vocação política.

⁹³ O desenvolvimento dos cursos universitários no campo da Museologia aponta para a multiplicação de pesquisas e expansão da produção teórica. Destaca-se a criação em 2006 do primeiro Programa de Mestrado em Museologia na América do Sul: o programa em Museologia e Patrimônio da UNIRIO em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Em 2011, o mesmo programa passou a comportar o curso de Doutorado.

atravessaram e ainda atravessam o desempenho das suas respectivas atividades técnicas. Consideram-se as múltiplas realidades de cada uma delas, com suas normas, valores, códigos e demandas que apontam para a complexidade de elementos na composição dos seus mecanismos de funcionamento, de existência e resistência. Até aqui observa-se uma teia de relações entre instituições variadas, mas todas com o propósito semelhante: a preservação de bens culturais valorados como patrimônio. Universidades, museus, organizações internacionais, conselhos nacionais ou supranacionais e conselhos profissionais são alguns dos elementos que parecem organizar uma dinâmica de forças onde há orientações, normativas, códigos, etc., compartilhados.

Diferentes agentes e agências disputaram projetos e articularam forças para legitimar e orientar ações e concepções nesse universo dos museus e da Museologia no Brasil. Para delinear uma reflexão nesses termos, recorreu-se, portanto, a dados e considerações formulados e processados em pesquisas desenvolvidas sobre a institucionalização da Museologia, com destaque para a pesquisa tese de Priscilla Coelho (2015), cuja investigação sobre a memória da prática museológica no Brasil constrói um detalhado cenário acerca do movimento associativo e da regulamentação da profissão articulado à expectativa de consolidação da Museologia enquanto disciplina. O estudo oferece informações relacionadas a constituição de uma rede de profissionais especializados dedicados ao trato de bens culturais, apontando a dinâmica dos agentes da área e os movimentos para a formação e ampliação do campo de atuação.

Parece a Coelho que a identidade institucional da Museologia brasileira se encontra associada à configuração do perfil profissional da área, ou seja, das demandas históricas pela qualificação ou pela formação técnica do especialista. Sendo assim, a autora destaca que o olhar voltado à institucionalização da Museologia não se refere apenas à história das instituições, mas diz respeito ao conjunto de normas, valores, significados, práticas e validações que orientaram a prática social. Nesse quadro, Coelho destaca o papel das associações na constituição de uma base de reconhecimento social. Para ela, a investida desses conjuntos de agentes na regulamentação da profissão, no reconhecimento oficial do especialista - o museólogo -, contribuiu expressivamente para a construção de uma retórica de defesa da própria área. E esta, por sua vez, parece ter recorrido à

valorização do especialista como estratégia de diferenciação - em relação a outras disciplinas de pretensão científica - e para a reivindicação de reservas de mercado.

A presente análise pode estabelecer um paralelo com a reflexão desenvolvida por Bourdieu (2007) a respeito da arte e seus agentes na obra *A Distinção*, quando o mesmo se refere às estratégias de perpetuação de grupos sociais e a construção de mecanismos que garantam sua distinção em relação a outros grupos. Segundo Bourdieu, não há uma barreira, um universo separado, que defina o gosto e o consumo cultural - elementos que habitam a esfera do juízo, interferindo nas escolhas e seleções feitas por um determinado agente dentro de um campo de atuação. Sendo assim, a esfera do juízo - do que é bom ou ruim, certo ou errado, feio ou bonito, etc. - são marcados pelo capital cultural. E as diferenças de capital cultural apontam para as diferenças entre as classes sociais. Para o autor haveria relações inteligíveis nesse processo. Sendo assim, o “olhar” seria um produto da educação, de modo que o que se impõe como percepção legítima, tem a ver com disposições em relação ao mundo que permitem (re)afirmar traços distintivos. Segundo o autor:

[...] como acontece com o pintor chamado "naif" que, estando fora do campo e de suas tradições específicas, permanece exterior à história própria da arte considerada, assim também o acesso do espectador "naif" a uma percepção específica de obras de arte sem sentido só pode ocorrer por referência à história específica de uma tradição artística (BOURDIEU, 2007, p. 11).

Essa apropriação da arte, a despeito de críticas ou de elogios, refere-se a um sistema de normas. Bourdieu se refere à arte moderna para falar que a mesma não seria para todos, uma vez que proporcionaria um “curioso efeito sociológico” de dividir o público em duas “castas antagonistas”: aqueles que a compreendem e aqueles que não a compreendem. O mundo hierarquizado parece, portanto, hierarquizar as práticas culturais, e essa relação encontra-se associada a um conjunto de diferenças cuja origem encontra-se no modo de aquisição do capital cultural. Por outro lado, esse capital cultural, numa perspectiva decolonial, já estaria ele mesmo viciado pelas relações de colonialidade, uma vez que o sistema de referências a priori tomaria como base os códigos, símbolos e signos gestados na lógica moderno-colonial da racionalidade científica disciplinar.

Baseando-se numa configuração acadêmico-profissional, Coelho sugere que a valorização do especialista museólogo foi se articulando a uma tentativa de reafirmar a área de conhecimento como uma área científica. Esse processo histórico parece atravessado pelas relações de afirmação de autoridade “[...] no que se refere ao desempenho e execução do exercício profissional efetivamente marcado pelo comportamento e performance dos museólogos” (COELHO, 2015, p. 206) e depois pela reafirmação da área de conhecimento que reivindica o *status* de ciência/pensamento. Ainda recorrendo à perspectiva da autora, existiria uma demanda da área pelo [monopólio do] campo patrimonial.

Certos autores apresentam o campo patrimonial com matéria-prima da Museologia. Nesse sentido, a pesquisa é compreendida como suporte para o desenvolvimento da Museologia, que por intermédio da construção do conhecimento sustenta a musealização em suas fases de seleção, preservação e comunicação, tendo como base referencial o patrimônio cultural (COELHO, 2015, p. 27).

A partir desse trecho é possível perceber que existe um tipo de reivindicação pela exclusividade de falar e tratar sobre patrimônio e patrimonialização pela via da especialidade, arcabouço, então, da disciplina Museologia. Para a autora, o processo de regulamentação da profissão - juntamente com o desenvolvimento acadêmico da Museologia - tem relação igualmente direta com a afirmação da profissão do museólogo enquanto especialista da área. Sendo assim, depreende-se desse processo histórico de formação dos museus e da Museologia no Brasil a importância na constituição das dinâmicas do campo. E é assumindo a ideia de um campo do patrimônio para fins analíticos, recorre-se novamente à Bourdieu (2004) para pensá-lo em seu jogo de lutas a respeito da verdade e pelo monopólio da legitimidade.

3.4 - O IPHAN, a Institucionalidade e a Legitimidade da Atuação

Há controvérsias quanto ao processo da institucionalização da preservação no Brasil no que diz respeito ao pioneirismo do IPHAN enquanto agência federal encarregada em construir uma narrativa nacional e

sustentada numa legislação própria ao tema⁹⁴. Há pesquisadores que apontam para iniciativas anteriores, que remontam o século XIX e a criação de instituições fundamentais no desenvolvimento do campo do patrimônio, entre elas⁹⁵ o Arquivo Nacional e o IHGB - ambos datados de 1838. Esse é o caso da pesquisa desenvolvida por José Ricardo Oriá Fernandes (2010) que compreende o Arquivo Nacional e o IHGB como precursores da política de preservação do país, os quais teriam dado a tônica da narrativa historiográfica para a construção do Estado-Nação brasileiro e da ideologia da unidade territorial. Tais agências concentraram os documentos sobre o que se considerava a “história do Brasil”, com destaque para o IHGB que, segundo Fernandes, assumiu os “[...] moldes de uma academia, semelhante às do iluminismo europeu, tendo como projeto traçar a gênese da nacionalidade brasileira” (FERNANDES, 2010, p. 5).

Lilia Schwarcz (2012) igualmente empreende uma análise sobre o IHGB e seu papel na formulação de uma narrativa oficial sobre a nação, e destaca a integração da elite econômica com a elite literária do país nessa empreitada de construção de um passado comum. Segundo a autora, a agência de pesquisa teve como modelo o *Institut Historique de Paris* e foi composta inicialmente, em sua maior parte, por membros da corte, literatos e intelectuais selecionados, os quais investiram na memória de um passado glorificado, cheio de inspirações europeias que traduziam o desconhecimento dos povos locais (SCHWARCZ, 2012).

⁹⁴ É possível perceber a existência de uma disputa de narrativas acerca do pioneirismo de agências ou disciplinas dedicadas à preservação do patrimônio. O investimento realizado pelo IPHAN ao longo do tempo na afirmação deste pioneirismo revela-se presente não apenas nas suas publicações internas (CHUVA, 2009) mas igualmente em um número expressivo de trabalhos acadêmicos. Tal narrativa pode ser verificada na recente exposição *A Construção do Patrimônio*, no Rio de Janeiro, aberta ao público entre os meses de novembro e dezembro de 2017 na Caixa Cultural, município do Rio de Janeiro. A tônica discursiva aponta um papel preponderante do grupo de artistas e intelectuais modernistas na política de preservação no Brasil. Ainda que o título da mostra seja genérico, a abordagem curatorial toma a centralidade do IPHAN como mote expográfico, contribuindo na construção [ou reforço] de um imaginário no qual se observa o papel protagônico do Instituto em termos de políticas públicas para o patrimônio no Brasil.

⁹⁵ Ainda que não seja o intuito desta tese discorrer sobre todas as instituições dedicadas à preservação de bens culturais, cabe mencionar o papel da Biblioteca Nacional (BN), criada oficialmente em 1810 cujo acervo era composto inicialmente por livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas, medalhas, impressos, pranchas em cobre, desenhos, códices, entre outros bens. Fundada principalmente para acomodar as 60 mil peças trazidas com a comitiva real de D. João VI, naquele mesmo ano a instituição foi aberta para acesso e pesquisa de estudiosos. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>>. Acesso em: 30 de dez. de 2017.

Ainda sobre a BN, Julião (2008) menciona a exposição realizada em 1881 sobre a História do Brasil, a partir da qual se originou um “[...] extenso catálogo concebido como verdadeiro monumento à memória da nação” (Idem, p. 52). A exposição, segundo a autora, teve entre 5.000 e 7.000 visitantes,

O Instituto empreendeu pesquisas em arquivos e bibliotecas de países europeus – a partir de pesquisadores estrangeiros – no sentido de coletar informações e documentos que pudessem construir tal narrativa, o que acabou por lhe conferir a mesma função atribuída ao Arquivo Nacional: a de reunir e preservar fontes para a história da nação. Mas é interessante considerar que, conforme destacado nos capítulos anteriores, o século XIX compreendeu a criação de instituições educacionais e científicas no país, agências estas que tinham como objetivo a constituição de uma elite intelectual capacitada a ocupar os quadros do Estado e forjar o que se entenderia como uma centralidade burocrática nacional. Schwarcz (1993), menciona algumas dessas instituições – como as faculdades de direito, os museus, as faculdades de medicina, entre outras – enquanto centros de produção de ideias e teorias que operavam com referência na eurocentralidade do conhecimento e na ideia de evolução racial. Seu trabalho oferece, portanto, subsídios para se pensar as recorrências a certas concepções que embasaram a formação de instituições a partir de modelos de atuação, mas também para chamar a atenção para o racismo enquanto princípio organizador das relações de poder (QUIJANO, 2010; GROSFUGUEL, 2016). Outros pesquisadores, entre eles Florestan Fernandes (1975; 1992), igualmente se dedicaram ao tema da relação entre a formação universitária e a constituição dos profissionais especialistas – oriundos de classes sociais de poder aquisitivo alto ou médio -, numa espécie de funcionalidade do ensino superior inspirada na dinâmica europeia que, aplicada ao contexto colonial, reproduzia distorções sociais.

Nessa perspectiva, a institucionalidade brasileira parece ser marcada pela formação de uma racionalidade que não apenas se consolida e se legitima pela intelectualidade, como se articula, em diferentes frentes, à produção e difusão do conhecimento científico. Estaria aí a gênese da constituição de uma *doxa* ligada às instituições de preservação e a retórica sobre a prática especializada? A reprodução do campo do patrimônio dependeria, entre outras coisas, dos costumes sucessórios, aquilo que se encarnou de forma duradoura e naturalizada, forjando estruturas que regem os agentes e garantem a continuidade no tempo? Trata-se da seara que proporciona as condições ao recebimento de estímulos convencionais e condicionais. São as referências consensuais, o conjunto de ‘crenças’ naturalizadas que são condição para o funcionamento do campo e são

produto desse funcionamento – estruturados e estruturantes. Trata-se de esquemas geradores de estratégias, encarados por Bourdieu como *doxa*: “Ela contempla tudo aquilo que é admitido como ‘sendo assim mesmo’: os sistemas de classificação, o que é interessante ou não, o que é demandado ou não” (BOURDIEU, 1996, p. 82).

Sendo a *doxa* o conjunto do que é admitido como óbvio, o que há de impensável, o que sequer se discute, pois toda a gente estaria de acordo a ponto de não se falar sobre isso, poderíamos pensar que a ligação dos intelectuais com as instituições e a construção da legitimidade da atuação institucional no Brasil, embasada nas disciplinas que vão se tornando acadêmicas – em sua ligação com a produção científica –, seria a gênese da prática preservacionista? E essa prática teria perdurado ao longo do tempo, constituindo uma tradição de “intelectualidade” no trato do patrimônio através da mão-de-obra especializada?

Aqui interessa recorrer à reflexão de Maria Cecília Londres Fonseca (2009) sobre a importância de se considerar, no contexto brasileiro, o papel historicamente atribuído e desempenhado por agentes denominados pela autora como “homens de cultura” – intelectuais que atuaram como porta-vozes das “massas” historicamente excluídas dos processos decisórios e das políticas culturais em geral; “massas” que, segundo ela, estiveram desprovidas de recursos para se articularem politicamente. O papel político desses agentes que atuaram dentro do Estado no sentido de agregar supostas demandas culturais e defender interesses, presumíveis, de grupos marginalizados, merece uma leitura complexificada. Esse papel, visto em sua ambiguidade, precisa considerar que a atuação desses intelectuais junto a governos autoritários igualmente permite leituras sobre a instrumentalização de suas ações para a busca de algum tipo de legitimação de um falso consenso social sobre o Estado-nação. Em que medida as políticas patrimoniais, conduzidas pelo Estado através desses intelectuais, não serviu como mais um recurso para legitimar um projeto nacional e autoritário, ou para inserir o país no “concerto das nações civilizadas” (FONSECA, 2009)?

Segundo Fonseca (2009), a virada do século XIX ao XX é marcada por uma intensa discussão sobre a viabilidade da construção da nação a partir das condições de mestiçagem nos trópicos, o que definiria o lugar do Brasil

no conjunto das “nações modernas civilizadas”. Esse pano de fundo acabou por influenciar as atividades do IHGB e do Arquivo Nacional, dando a tônica do que Fernandes (2010) consideraria como o início da institucionalização de políticas de preservação da memória nacional. Segundo o autor,

Nessas instituições, a grande discussão norteadora a ocupar o centro das atenções dos intelectuais e da própria elite política deu-se a partir do seguinte questionamento: **“É possível tornar uma Nação Mestiça em uma Civilização nos Trópicos?”** Tratava-se, pois, de forjar uma identidade nacional para o recém-formado estado brasileiro e, ao mesmo tempo, discutir a viabilidade ou não da nação. Esse debate teve como um de seus fóruns privilegiados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e que, por sua atuação na construção de um modelo historiográfico, será um dos órgãos precursores da política de preservação do patrimônio histórico nacional (Idem, p. 4)

De acordo com o autor, a história que nasceu dessas duas agências - IHGB e o Arquivo Nacional - teria norteado ou embasado as atividades desempenhadas pelos institutos de preservação que vieram a ser fundados sob a égide do movimento modernista a partir da década de 1930.

Podemos considerar a importância destas agências dedicadas à preservação na construção de uma historiografia brasileira que, conforme Scwcharcz (2012), enquanto estabelecimentos de poder e prestígio, eram capazes de transformar datas em eventos, passagens em marcos fundadores nacionais. Nesse sentido, a escrita da história e as narrativas sobre a memória nacional se inter cruzaram na constituição de um discurso sobre o passado e, muitas vezes, serviram reciprocamente como referência para a construção da ideia de patrimônio.

Aqui, interessa lembrar outro organismo de preservação, implementado no Museu Histórico Nacional por iniciativa de Gustavo Barroso que figurava como um dos principais agentes de disputa com os intelectuais modernistas sobre a concepção e o discurso a respeito do patrimônio: a Inspetoria de Monumentos Nacionais, instalada pelo Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934, a qual se revelou a primeira agência do Estado, em nível federal, a tratar das questões relacionadas ao patrimônio. Rangel (2010) ressalta a importância de se considerar que as atividades desempenhadas pela inspetoria se deram a partir de uma instituição museológica, sendo esta agência

[...] um dos principais antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. Deve-se ainda ressaltar que a Inspetoria realizou um trabalho pioneiro de inventário, identificação, conservação e restauração de bens tangíveis na cidade de Ouro Preto. A intenção explícita desse reconhecimento é destacar que o primeiro organismo federal institucionalizado de proteção do patrimônio monumental brasileiro foi criado, coordenado e colocado em movimento a partir de um museu (RANGEL, 2010, p. 120).

Ainda de acordo com Rangel, a Inspetoria teve como principal objetivo impedir que fossem expatriados objetos históricos a partir do comércio de antiguidades, além de proteger edificações monumentais suscetíveis às reformas urbanas executadas num contexto de modernização das cidades.

No entanto, interessa destacar a relação intrínseca estabelecida entre a Inspetoria e o Museu: uma análise atenta do Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934 – que tratou sobre a regulamentação das atividades do MHN – aponta para a distribuição de tarefas entre os funcionários do museu para a realização das atividades da agência, com destaque para a função do diretor do MHN que exerceria igualmente a direção daquele organismo⁹⁶. Efetivamente a inspetoria constou com apenas um arquiteto, Epaminondas Vieira de Macedo, o qual teria realizado poucas obras de conservação na cidade de Ouro Preto – então declarada Monumento Nacional através do Decreto nº 22.928 de 1933, promulgado por Getúlio Vargas.

Nessa perspectiva, os museus também parecem ter assumido papel significativo no processo de institucionalização do patrimônio no Brasil. Para Scheiner (1993), o Estado, através de suas instituições museológicas, procurava “gerenciar” o patrimônio, e, por isso, cabia a ele recrutar, selecionar, treinar e promover os indivíduos portadores de conhecimento especializado que constituiriam as fileiras da intelectualidade nacional (id., 1993, p. 16). Nesse sentido, interessa retomar a perspectiva de Rubino (1993) sobre a articulação dessas instituições com a produção científica:

Diferentes dos Institutos, os Museus eram e se pensavam como locais de ciência, enquanto que os primeiros eram claramente oficiais, criados para inventar a história do Brasil e construir uma memória – e os institutos utilizavam esse termo – nacional. Porém, os museus mantêm uma semelhança com os institutos na medida em que coletam uma certa história do país, seja através das culturas

⁹⁶ Ver Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934.

materiais que abrigam, seja através da ciência que, ainda que de forma restrita, propagam (RUBINO, 1993, p. 30).

Muitos trabalhos publicados a respeito das agências brasileiras dedicadas à preservação do patrimônio no Brasil se concentraram na figura do IPHAN e no seu papel na configuração de uma narrativa sobre o passado nacional. Nesse sentido, é interessante pensar nas disputas discursivas travadas entre agentes do campo – disputas que remontam a figura de Gustavo Barroso e Rodrigo Melo Franco de Andrade – e entre diferentes disciplinas sobre a gênese desse processo. A seu favor, o IPHAN reuniu material significativo relacionado à proteção de bens culturais no Brasil e relacionado às suas próprias atividades, o que contribuiu para o fortalecimento das pesquisas e interpretações focadas no desempenho do Instituto a partir da própria visão institucional, assim como esclarece Rubino:

[...] quem quer contar a história do PHAN [IPHAN] passa pelo crivo daquilo que a instituição permite. O próprio PHAN se conta e reconta em discursos orais e em suas publicações que contém suas cartas, artigos, códigos, leis e interpretações. Excelente inventor de tradições, começou a inventar a sua já ao se fundar, e desde então há um processo contínuo de reiteração [...] (RUBINO, 1993, p. 12).

A centralidade da agência nas narrativas sobre o patrimônio aparentemente já era tratada no anteprojeto de lei de Mário de Andrade, o qual projetava a criação de um Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) para concentrar a responsabilidade estatal sobre o tema. Solicitado pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema – que na ocasião ocupava o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935 – 1938) –, o documento construiria as bases para a regulação do patrimônio no Brasil, e tinha a pretensão de tratá-lo abarcando toda a pluralidade de costumes e formas de expressão no que dizia respeito à cultura (CHUVA, 2009). O foco do anteprojeto era definir o conceito de patrimônio numa perspectiva nacional, atribuindo à agência designada pelo ministério a função central de organizar, conservar, defender e divulgar esse patrimônio.

Essa instituição pensada no anteprojeto concentraria as atividades referentes ao setor, dispondo de profissionais que, segundo Chuva (2009), teriam competência técnico-profissional para assumir posicionamentos objetivos em relação à escolha dos bens a serem patrimonializados e

protegidos pelo Estado. Importa destacar a preocupação do documento em definir os especialistas considerados necessários para assessorar as decisões do corpo diretivo do que seria o SPAN. Segundo Chuva seriam eles: um arqueólogo, um etnólogo, um historiador e um professor de história da arte. Tais categorias de profissionais deveriam, portanto, se repetir em cada um dos estados da União, o que indicava uma padronização das ações a partir de critérios que envolviam a intelectualidade - e nesse caso, associada ao conhecimento disciplinar. Sendo assim, a agência manteria uma dinâmica de funcionamento baseada em decisões de profissionais ligados a museus e a disciplinas como História, Etnografia, Arquitetura e Arqueologia, conforme destaca Chuva:

Esses profissionais deveriam propor a inscrição de obras de arte nos respectivos estados, ficando a decisão final a cargo da direção central do Span. Quanto ao Conselho Consultivo proposto por Mário de Andrade, suas atribuições não ficaram discriminadas, mas foram definidos sua composição e os critérios para sua renovação. Este Conselho deveria constituir-se de cinco membros fixos (diretor do Span e quatro diretores dos museus) e mais vinte membros móveis: dois historiadores, dois etnógrafos, dois pintores, dois escultores, dois arquitetos, dois arqueólogos, dois gravadores, dois artesãos e dois escritores críticos de arte (CHUVA, 2009, p. 164).

Sobre o anteprojeto, Rangel (2010) ressalta a proposta de criação de quatro livros de tombo - Arqueológico e Etnográfico, Histórico, Belas Artes, Artes Aplicadas e Tecnologia Industrial - que estariam, cada um deles, relacionados a quatro grandes museus nacionais: Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes e Museu de Artes Aplicadas e Tecnologia Industrial. A proposta parecia confirmar a importância daquelas instituições para o projeto patrimonial que se construía em nível nacional, mas as submetia ao patrimônio, conforme recorda Chuva (2009), o que produziu intensa insurgência por parte dos diretores dos museus nacionais.

Mário de Andrade havia projetado em seu documento os ensejos por equipamentos organizados a partir de ordenamentos disciplinares, apoiados pelos referidos livros de tombo. Dali projetou-se a criação de museus regionais e municipais, no sentido de desconcentrar narrativas e estabelecer um diálogo mais aproximado com populações locais, conforme destaca Fonseca:

Enquanto os museus nacionais e os das grandes cidades tenderiam à especialização, os museus municipais seriam ecléticos, seus acervos heterogêneos, e os critérios de seleção das peças ditados pelo valor que apresentam para a comunidade local, que participaria ativamente da coleta de bens (FONSECA, 2009, p. 101).

Para alguns autores, esta perspectiva revelou-se demasiadamente progressista para a época, o que responderia o fato de que o anteprojeto fora apenas parcialmente realizado pelo IPHAN através da criação de museus regionais dedicados à preservação de bens móveis nas localidades onde se voltavam as preocupações institucionais, como Minas Gerais – estado que concentrou grande parte desses equipamentos. Dos museus regionais criados pelo órgão podemos citar: o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul; o Museu da Inconfidência, localizado em Minas Gerais; o Museu do Ouro, em Minas Gerais; o Museu Regional de São João Del-Rei, em Minas Gerais; o Museu do Diamante, em Minas Gerais; e o Museu de Arqueologia e Artes Populares, no Paraná.

O objetivo do diálogo com as populações locais não se executou na prática, conforme destaca Julião (2008), e a dinâmica imputada pelo IPHAN confirmou a lógica de imposição dos valores atribuídos por especialistas aos bens culturais. Segundo a autora, à exemplo da experiência francesa o Instituto conduziu as mediações com as comunidades locais por meio predominantemente dos especialistas do patrimônio, em geral arquitetos, os quais atuavam em favor da tutela dos monumentos na perspectiva do Estado. A dinâmica reforçava uma lógica de autoridade do saber que apartava as populações locais das decisões sobre a memória a ser preservada. E essa relação se fazia legitimada na posição dos técnicos “como especialistas da razão”, investidos de uma missão pedagógica para “[...] disseminar a norma em uma sociedade concebida como desprovida de conhecimentos e sensibilidade necessários à salvaguarda de seus bens culturais” (JULIÃO, 2008, p. 123).

Sobre o anteprojeto, o documento já limitava a participação popular na construção dos patrimônios históricos e artísticos à constituição de museus locais, delegando aos instrumentos disciplinares e aos círculos intelectuais a constituição de interpretações identitárias em nível nacional e regional:

A participação popular seria limitada à organização dos museus municipais, cuja leitura só faria pleno sentido para os habitantes locais. Deste modo, o anteprojeto de Mário define com clareza (embora essa não fosse uma questão relevante na época) o alcance e os limites da participação social na construção dos patrimônios históricos e artísticos, apontando as diferenças e as peculiaridades dos níveis nacional e local e caracterizando a função social do intelectual como mediador entre os interesses populares e o Estado. Chama a atenção, mesmo atualmente, sua sensibilidade para a função e a importância dos museus municipais, que são hoje, com frequência, objeto de crítica por não se adequarem aos padrões rigorosos e modernos de uma ‘ciência museológica’ (FONSECA, 2009, p. 102).

Em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) começou a funcionar sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo oficialmente incorporado à estrutura do Ministério da Educação e Saúde por meio da lei nº378 de 13 de janeiro de 1937 (BRASIL, 1937). Para que a atuação do IPHAN abrangesse o território nacional, foram criados distritos regionais e recrutados agentes locais no auxílio a levantamentos e identificações de bens e documentos. E enfim foram designados à sua responsabilidade os museus regionais, instituídos a partir de 1938. A agência materializou uma rede de alianças e trocas que, nacionalmente, levaram à difusão de valores civilizatórios sob o signo do “patrimônio nacional”. Seria, portanto, um “[...] elo de integração do Brasil ao mundo civilizado, o que se processou por meio da identificação de valores universais [...]” (CHUVA, 2009, p. 32).

Mas de acordo com Fonseca (2009), somente com o Decreto-lei nº25 de 1937 foi de fato regulamentada a proteção dos bens culturais no Brasil. Tal instrumento exerceu um papel simbólico na estrutura oficial de preservação, não obstante haja reflexões que atentam sobre sua (des)atualidade conceitual ou jurídica (TELLES, 2010b). Aqui é preciso destacar que a figura do *Decreto-lei*, conforme lembrança de Telles (2010b), não mais se revela existente nos dias de hoje. Equivalente ao que atualmente denominamos como Medida Provisória, o Decreto-lei referia-se a um ato do Presidente da República que não passava pelo Congresso Nacional, o que indicaria o caráter autoritário do primeiro instrumento legal dedicado ao tema da preservação⁹⁷.

⁹⁷ Telles faz um apanhado de iniciativas legais por parte da Câmara e do Senado que antecederam o Decreto-lei nº25. Segundo o autor, este último acabou sendo uma compilação das discussões que já vinham sendo travadas nas casas legislativas antes da dissolução do

Inspirado no pré-projeto de Mário de Andrade, o Decreto estabelecia um contraponto político em relação às correntes interpretativas do patrimônio trabalhadas por alguns museus e por outras instituições, correntes essas que celebravam grandes vultos e feitos de indivíduos na História. O instrumento normatizou a instalação do IPHAN e articulou a existência da agência estatal a uma definição jurídica de patrimônio:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pelo indústria humana.

[...]Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei [...]98. (BRASIL, 1937)

O Brasil adentrava, então, ao conjunto das nações civilizadas que possuíam instrumentos para preservar seu patrimônio pela via da Modernidade. Mas essa inserção à civilização também se deu por reconhecimento da legitimidade “dos povos cultos”, “zeladores da civilização”⁹⁹ e daquilo que os mesmos considerariam como relevante enquanto trato ao patrimônio da humanidade. Nesse sentido, Silvana Rubino (1993) destaca a inspiração do IPHAN à “Carta de Atenas” (1933)¹⁰⁰, cuja construção contou com expoentes da arquitetura como Le Corbusier, os quais depositaram ali seus princípios sobre urbanismo numa dialética entre localismo e cosmopolitismo¹⁰¹. De um lado via-se a tarefa de construir uma

Congresso Nacional em 1937. Nesse sentido, Telles defende a tese de que o instrumento do Decreto-lei, apesar de ter natureza autoritária, acabou incorporando as discussões que haviam sido travadas durante o período democrático, o que relativizaria a condição unilateral do instrumento.

⁹⁸ Decreto-lei nº25 de 1937.

⁹⁹ Trechos do discurso proferido por Rodrigo Melo Franco de Andrade e transcritos por Silvana Rubino (1993, p. 91.)

¹⁰⁰ Importa destacar que este documento é resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), constituindo-se como uma espécie de manifesto urbanístico assinado por profissionais da área.

¹⁰¹ Interessante referência à Carta de Atenas é feita por Rubino sobre suas influências na patrimonialização de alguns bens que, segundo ela, “nasceram tombados”. A autora destaca o caso da Igreja da Pampulha, construída em 1943 e tombada em 1947 e o Edifício do Ministério da Saúde e Educação, construído em 1937/1944 e tombado em 1948. Tais iniciativas escancararam a natureza discricionária da seleção sobre o que se deve preservar: sobressaem-se os códigos e critérios daqueles que ocupam a ossatura burocrática estatal,

identidade própria, mas equiparando-se ao moderno e internacional: às nações civilizadas.

Inspirado pelo anteprojeto de Mário de Andrade¹⁰², o Decreto-lei nº 25, sob autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, oficializou as políticas patrimoniais em nível federal. Além de discorrer sobre as atividades da agência responsável pelo patrimônio - o SPHAN¹⁰³, pensado a partir do SPAN - o documento instituiu o tombamento, instrumento que serve como suporte jurídico para as políticas de preservação ainda nos dias de hoje¹⁰⁴. Sobre os efeitos desse novo dispositivo de ação estatal sobre o patrimônio, destaca:

O Decreto-lei nº 25/1937 constituiu um extenso conjunto de procedimentos administrativos, determinando os “efeitos do tombamento”, não previstos no texto de Mário de Andrade, que atingiram diretamente o direito de propriedade, então submetido aos preceitos constitucionais de “função social da propriedade” e de “interesse público”. A subjetividade de tais preceitos deu sustentação à ação estatal relativa à temática patrimonial. A suposta oposição entre público e privado ficava garantida por lei, essas rejeições foram melhor desvendadas a partir da rotinização das práticas do Sphan que teve nesse aparato jurídico seu suporte de legitimidade (CHUVA, 2009, p. 167).

Tal instrumento tratou de garantir os meios legais para a atuação da nova agência e o estabelecimento das condições jurídicas para se preservar um passado eleito como representativo da nacionalidade brasileira. Mas mais que uma preocupação conceitual acerca do entendimento do que seria ou não identidades locais, regionais ou nacionais, autores referenciados em

fazendo parecer universal o que é produto de uma escolha localizada no tempo e no espaço. “Projetado por uma comissão de arquitetos modernos a partir de estudos do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, o edifício é uma celebração do funcionalismo moderno em arquitetura, ao mesmo tempo que retoma e relê nossa arquitetura e arte tradicionais” (RUBINO, 1993, p. 138).

¹⁰²Alguns autores afirmam que o Decreto-lei nº25 em muito se distanciou das pretensões de Mário de Andrade consideradas, à época, “progressistas” ou refratárias à autonomia dos museus. Segundo tais perspectivas, a proposta de Mário e a visão democratizante de cultura representaria perigo ao Estado Novo e sua construção de um projeto nacional. “Afinal, o trabalho de Mário foi tão ineficaz quanto qualquer outro da proto-história da instituição. Contudo, permanece no horizonte da prática preservacionista como aquilo que o IPHAN deveria ter se tornado não fossem as circunstâncias externas - Estado Novo, Getúlio Vargas, etc.” (RUBINO, 1993, p.66). A respeito do tema, ver Rubino (1993) e Sala (1990).

¹⁰³ Chuva (2009) recorda que a criação dessa entidade administrativa se deu com a reestruturação do Ministério da Educação e Saúde através da lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, sendo sua diretoria designada à Rodrigo Melo Franco de Andrade.

¹⁰⁴ Importa destacar que outros instrumentos jurídicos elaborados posteriormente trataram de especificar a matéria da proteção sobre bens culturais específicos ou sobre a limitação do direito de propriedade. Algumas dessas leis se referiram às jazidas arqueológicas ou pré-históricas, bens descobertos de maneira fortuita, entre outros; ou trataram sobre a circulação e exportação dos bens culturais. A respeito desses temas mencionados, pode-se citar, como exemplos, a lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 ou a lei nº 4.845 de 19 de novembro de 1965.

pesquisas no assunto apontam as possibilidades de entraves institucionais no âmbito da preservação devido às questões relacionadas ao direito à propriedade (GONÇALVES, 2003; FONSECA, 2009; CHUVA, 2009; RUBINO, 1993). A recusa do Congresso a projetos anteriores que procuraram estabelecer meios de preservação para o patrimônio já anunciara a complexidade do tema. Sendo assim, o instrumento do tombamento acabou por servir como estratégia para equacionar a problemática do direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pelo patrimônio, dispensando, portanto, a figura da desapropriação; e “essa solução se tornou possível na medida em que a Constituição de 1934 estabeleceu limites ao direito de propriedade” (FONSECA, 2009).

3.5 - O IPHAN em sua Fase “Heroica” e a Constituição de uma Dinâmica de Atuação

A história do IPHAN pode ser interpretada em diferentes fases. José Reginaldo Gonçalves (2003) destaca que as narrativas sobre a agência comumente definem três momentos marcantes de gestão: o primeiro estaria datado entre 1937 e 1967, período de gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade; o segundo faria referência aos anos de 1967 a 1979, quando se seguiu a gestão de Renato Soeiro - considerada por Gonçalves como a continuidade das orientações traçadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade -; e por fim o momento que caracteriza a gestão de Aloísio Magalhães na presidência do IPHAN, entre os anos de 1979 e 1982¹⁰⁵. Aparentemente, a literatura a qual Gonçalves se refere trata esses momentos como paradigmáticos na história da agência, com destaque para o que é chamado de “fase heroica” por alguns autores - período de gestão do Rodrigo Melo Franco de Andrade - que se constitui o momento de criação e consolidação do Instituto: um marco referencial de uma lógica de atuação que parece ter reverberado em outras agências criadas, posteriormente, para atuação em nível estadual, cujas práticas em muito se assemelharam à organização federal.

¹⁰⁵ Optou-se na presente tese abordar historicamente o período de formação do IPHAN até a gestão de Aloísio Magalhães para fins de contextualização da criação do IEPHA na década de 1970. Nesse caso, a perspectiva assumida na pesquisa compreende que, no período em questão, a fase de gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade aparenta ter construído as bases referenciais de atuação do IEPHA.

Mas importa destacar que o IPHAN teve diferentes gestores e gestoras após a passagem de Aloísio Magalhães, sendo eles: Irapoan Cavalcanti de Lyra (1981-1984); Ângelo Oswaldo de Araújo (1985-1987); Augusto Carlos da Silva Telles (1988-1989); Lélia Gontijo Soares (1990); Jayme Zettel (1991-1993); Francisco Manuel de Mello Franco (1993-1994); Glauco Campello (1994-1999); Carlos Henrique Heck (1999-2002); Maria Elisa Guimarães Costa (2003-2004); Antônio Augusto Arantes (2004-2005); Luiz Fernando de Almeida (2006-2012); Jurema Machado (2012-2016)¹⁰⁶ e Kátia Bogéa (2016-em exercício)¹⁰⁷. Dos gestores e gestoras do Instituto, observa-se nessa relação o predomínio de figuras masculinas presidindo as atividades institucionais, com formações que variaram entre Direito, Administração, Museologia, Antropologia, Jornalismo, História e Arquitetura – com o predomínio deste último a partir da década de 1990.

Recorremos à Miceli (1987) para tratar esse referido período subsequente à gestão de Aloísio Magalhães. Segundo o autor, a dinâmica do IPHAN aparentemente chegou à década de 1980 marcada pelo ideário modernista, numa espécie de ‘refrigério’ que ostentava a marca de classe de um trabalho especializado e herdeiro de práticas excludentes dos processos de patrimonialização: observa-se a hierarquização das representações através dos bens de “[...] todas as frações da classe dirigente brasileira em seus ramos público e privado, leigo, eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente. O reverso desse tesouro tão apreciado é a amnésia da experiência dos grupos populares” (MICELI, 1987, p. 44). Isso significou, portanto, que as práticas da patrimonialização ainda exibiam o mesmo *modus operandi* consagrados pela fase denominada como “heroica” por Gonçalves (2003).

Sobre o período que se segue após a década de 1980 indo até o ano de 2010, Paulo Cesar G. Marins (2016), por sua vez, interpreta a existência de uma certa continuidade na dinâmica de trabalho da agência, a partir de uma análise sobre os tombamentos e registros efetuados pelo IPHAN desde então – apesar do alargamento conceitual das práticas preservacionistas e de eventuais fissuras na engenharia patrimonial em relação à escuta da sociedade nas práticas estatais. Segundo o autor, até 2010 ainda se

¹⁰⁶ Importa destacar que Jurema Machado presidiu o IEPHA nos anos de 1994 a 1998.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

observava a centralidade de tombamentos e registros nos estados do Nordeste e do Sudeste, o que apontaria para uma reiterada interpretação do país na qual ambas as regiões seriam a “[...] base geográfica inicial da colonização portuguesa e *locus* simbólico da mestiçagem entre brancos e negros [...]” (MARINS, 2016, p. 18).

Nessa perspectiva, Marins aponta para uma espécie de autopropetuação dos herdeiros da geração formadora do IPHAN no que diz respeito à ausência de uma expressiva renovação da metodologia de trabalho, ainda que se percebesse algum esforço no engajamento do cidadão referente às proposições de registro, por exemplo. Houve, de acordo com o autor, um estímulo normativo de escuta à sociedade que deslocou, de certa forma, a centralidade do IPHAN e dos seus agentes na valoração dos bens e no apontamento sobre o legado cultural da nação. Contudo, os ritos processuais permaneceram fundamentados em complexos dossiês justificativos que reiteravam essa mesma centralidade na figura dos técnicos [especialistas] e consultores do Instituto. Ou seja, evocou-se novamente a mão-de-obra especializada para atender às demandas das diversas tipologias de fontes documentais que dependiam - e ainda dependem - de procedimentos eminentemente técnicos para se efetuar o rito jurídico da patrimonialização (MARINS, 2016).

A partir das análises e pesquisas realizadas a respeito desse período de existência do IPHAN, entre os anos de 1930 e a primeira década do século XXI (CHUVA, 2009; FONSECA, 2009; GONÇALVES, 2003; MICELI, 1987; MARINS, 2016; RUBINO, 1993), percebe-se um padrão de trabalho institucional que se fundamenta na autoridade e legitimidade, ambas articuladas à ideia de uma mão-de-obra especializada, associada a determinadas disciplinas. A autoridade técnica do especialista parece ser requisitada não apenas no IPHAN, mas também em outras instituições de prestígio, como o IHGB, o MHN e a Escola Nacional de Belas Artes. Nesse território dos saberes legitimados, importa destacar a perspectiva de Fonseca (2009) sobre a permanência de tal dinâmica ao longo do tempo:

É lícito, até, supor que o prestígio alcançado pelo SPHAN durante o Estado Novo - prestígio esse que se manteve também nas décadas seguintes - se deveu não tanto ao reconhecimento do trabalho realizado, conhecido e valorizado por poucos, mas sobretudo ao fato de a instituição e seu diretor terem se tornado símbolos de um padrão ético

de trabalho dentro do serviço público brasileiro. Esse padrão assentava, de um lado, em uma ética do saber: o compromisso irrestrito com a autenticidade dos objetos e a verdade do conhecimento produzido sobre eles (FONSECA, 2009, p. 126).

Na construção de um campo do patrimônio, o IPHAN tornou-se uma referência no que diz respeito às narrativas construídas – ou à produção de um pretense consenso – sobre um passado nacional e acerca da legitimidade de ação sobre os bens culturais na construção de uma “verdade” sobre a memória. Nesse sentido, importa destacar a presença de conhecidos intelectuais que se associaram às políticas de preservação orbitando em torno do IPHAN: Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Afonso Arinos de Melo Franco, Aníbal Machado, entre outros (JULIÃO, 2008).

No processo de constituição da agência e ao longo do período que aparentemente a consagrou enquanto modelo de atuação na preservação do patrimônio, Minas Gerais assumiu papel preponderante: para além do grupo de intelectuais mineiros envolvidos no processo de formação do IPHAN havia também a ideia de que a região seria o ícone máximo da brasilidade, conforme discorre Chuva:

Essa centralidade mineira configurou-se também, e sobretudo, nas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional, em que a produção artística e arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais não somente foi consagrada, como considerada paradigmática e modelar para o restante do Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz do patrimônio mineiro (CHUVA, 2009, p. 63).

Ainda segundo a autora, o processo de construção de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990), uma memória nacional, acentuava o reforço à coesão social através do patrimônio, tendo como referência Minas Gerais. Esse juízo sobre o que se constituiria, “naturalmente”, uma representação do passado nacional, legitimada pela posição dos agentes e das agências no campo, pode ser compreendido enquanto exercício de violência simbólica, conforme destaca Chuva, na medida em que naturalizava aquilo que era produto de escolhas fundamentado em valores tratados como universais. Trata-se, portanto, de um campo dotado de instrumentos e legitimidade

para definir os termos de preservação daquilo que representaria um passado nacional.

Nesse processo, Minas Gerais acabou se tornando polo catalisador e irradiador de ideias, na medida em que despertou a atenção de intelectuais modernistas sobre a arte e arquitetura colonial para dali tomarem a iniciativa de construir estratégias voltadas à proteção do que entendiam como monumentos históricos e artísticos. Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, após uma viagem a Diamantina, empreenderam o projeto político voltado à preservação do barroco – este então compreendido enquanto manifestação cultural “tipicamente brasileira” –, o que orientaria as políticas de preservação na fase de consolidação da atuação do IPHAN, a conhecida “fase heroica” (FONSECA, 2009).

Mas a proteção também precisava se fundamentar em critérios socialmente aceitáveis, o que levou a se inserir na tradição europeia de constituição de patrimônio nacionais a partir de valores inseridos nas categorias *História* e *Arte*, possibilitando, portanto, a introdução do Brasil no grupo de nações civilizadas do ponto de vista cultural e simbólico. Os tombamentos do IPHAN acabaram priorizando os remanescentes da arte colonial brasileira, associados aos comerciantes imigrantes e aos portugueses, o que parece ter contribuído com a ideia de *civilização* numa espécie de “aproximação” do Brasil com os países europeus.

A maior parte das pesquisas desenvolvidas pelo órgão voltou-se, portanto, para a arquitetura religiosa dos séculos XVI, XVII e XVIII, o que acabou colocando em segundo plano, ou mesmo silenciando, outras existências e saberes, como a dos indígenas e dos escravizados, sob o argumento de carência de “vestígios materiais significativos”. Fonseca (2009) destaca, por exemplo, a prioridade dada aos vestígios luso-espanhóis por parte de Rodrigo Melo Franco de Andrade, enquanto interpretação discricionária – ainda que fundamentada em estudos e pesquisas – que balizou decisões institucionais e acabou por configurar uma noção de autoridade intelectual e moral na atribuição de valor. Essa prática institucional produziu o que Fonseca chama de “jurisprudência”, ou seja, serviu como orientação para o trabalho do IPHAN durante muitas décadas, sendo consideradas tão importantes quanto os próprios tombamentos, pois

produziram conhecimentos que fundamentaram as práticas do órgão e influenciaram outros institutos.

Nessa perspectiva, a autora destaca a importância do IPHAN na produção de conhecimento sobre História da Arte no Brasil, na medida em que a universidade brasileira, nos anos de 1930, limitava-se aos cursos de Direito, Engenharia, e Medicina, sendo criados os cursos voltados às Ciências Humanas somente no decorrer desta referida década. Fonseca menciona, por exemplo, que foram funcionários do IPHAN que introduziram nos cursos de Arquitetura a cadeira de Arquitetura do Brasil. E aqui importa destacar que os arquitetos que compuseram a equipe fundadora do IPHAN haviam se formado na Escola Nacional de Belas Artes¹⁰⁸, e mantinham, por sua vez, atividades artísticas influenciadas pelas cadeiras de Artes Plásticas e História da Arte.

O foco nos edifícios e monumentos – os bens imóveis – pode ser interpretado através do predomínio de arquitetos que compuseram o quadro técnico do IPHAN até o final da década de 1940 (CHUVA, 2009), o que levou igualmente a um predomínio dos códigos da Arquitetura sobre as políticas desempenhadas pela agência que via neste profissional uma mão-de-obra especializada. Enquanto Chuva destaca a relação entre o IPHAN e a regulamentação da profissão do arquiteto, Peixoto (2000) realiza uma breve leitura sobre a criação das universidades no Brasil e a expansão do racionalismo iluminista, sendo a figura do arquiteto um produto dessa relação: uma mão-de-obra especializada, com diploma oficial, conhecimento específico e jargão profissional.

¹⁰⁸ A Escola Nacional de Belas Artes foi criada no Rio de Janeiro em 1890 a partir de uma cisão conceitual no interior da Academia Imperial de Belas Artes e a partir da proclamação da República. A influência do modernismo na Escola se tornou expressivo com a nomeação de Lúcio Costa ao cargo de direção em 1930, o qual passaria a articular contatos institucionais com artistas modernos, tais como Anita Malfatti, Cândido Portinari, Manuel Bandeira entre outros. Desde então inicia-se um movimento de reformulação da Escola a partir do qual se cria o Museu Nacional de Belas Artes (1937) – que passa a abrigar o acervo da Instituição de ensino – e se separam a Belas-Artes da Arquitetura. Desse período inicia-se a criação de escolas específicas de Arquitetura no Brasil, conforme aponta Chuva (2003): “A Faculdade Nacional de Arquitetura, oriunda da Escola Nacional de Belas Artes, foi criada em 1945; a Faculdade de Arquitetura Mackenzie, separada da Escola de Engenharia Mackenzie, surgiu em 1947; a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, separada da Escola Politécnica, em 1948; a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, oriunda do Instituto de Belas Artes, em 1952; a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, originária da Escola de Belas Artes da Bahia, em 1959, juntamente com a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco” (CHUVA, 2003, p. 19). Para maiores informações sobre a Escola Nacional de Belas Artes, ver em:

<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao245863/escola-nacional-de-belas-artes-enba>>. Acesso em 29 de dez. de 2017.

Chuva (2008) ainda aponta para a peculiaridade dessa dinâmica brasileira em relação a outros países. Segundo a autora, no Brasil, a presença do arquiteto nas políticas de Estado relacionadas ao patrimônio é concomitante à sua profissionalização, o que levou a uma lógica onde tal profissional “[...] que indica o que deve ser preservado é aquele que vai formular as bases da nova Arquitetura – a Arquitetura moderna e seus princípios estéticos e políticos, que marcarão profundamente os currículos das escolas de Arquitetura no Brasil” (CHUVA, 2008, p. 33).

Ou seja, as relações de parceria entre as agências de patrimônio, universidades e outras instituições que reivindicavam à sua produção o *status* de ciência/pensamento, apontam para a dinâmica de um campo no qual as demandas históricas pela qualificação ou pela formação técnica do especialista parecem ter reforçado e legitimado mutuamente suas existências, assim como construíram condições para a sua reprodução: a prática do patrimônio que se fundamenta em conhecimentos, mas igualmente produz novos conhecimentos a serem compartilhados a partir do contato com as particularidades nacionais, regionais ou locais proporcionadas pelo exercício prático. Nesse sentido, é possível dimensionar a importância do Instituto na construção de conhecimentos nas diversas disciplinas: “Havia também a preocupação de qualificar essa produção de conhecimento como objetiva, científica, visando a subsidiar o trabalho de proteção” (FONSECA, 2009, p. 112).

A criação do IPHAN compreendeu o Conselho Consultivo como, em tese, a última instância decisória sobre os tombamentos. Percebe-se aí a força simbólica dos conselheiros na configuração conceitual sobre o patrimônio. Conforme Rubino (1993), tais agentes revelavam-se especialistas em disciplinas como História, Arquitetura, Etnografia, Geologia, Direito, etc., e referendavam as propostas e pareceres técnicos. A composição heterogênea do Conselho abarcava cadeiras ocupadas por representantes de diferentes instituições culturais, tais como museus nacionais, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Academia Brasileira de Letras e Conselho Federal de Cultura. Tal dado aponta a composição de um campo em nível federal, e indica relações entre outros agentes que contribuíram na configuração de forças, na circulação de ideias, na reprodução de estruturas que fazem valer discursos e práticas sobre bens culturais.

Nesse processo interessa retomar a importância dos museus na constituição de um campo que, voltado à preservação de bens culturais, em muito orientou a construção de narrativas sobre a nação e a identidade nacional, e aparentemente contribuiu na construção de disciplinas a partir de práticas institucionais. Mas cabe ressaltar também a importância dessas instituições na própria construção do que se validava como patrimônio no âmbito do IPHAN, considerando que os diretores dos museus nacionais ocupavam cadeiras no Conselho Consultivo em mandatos vitalícios – a última instância decisória acerca da patrimonialização. Fonseca (2009) destaca a sintonia entre as decisões do Conselho e os pareceres técnicos, o que indica a semelhança de princípios e critérios entre os agentes, e destes com as instâncias decisórias superiores.

Sendo assim, a fase de gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade e sua assinatura institucional parece ter sido um marco paradigmático na construção da instituição, capaz de desenvolver padrões de trabalho reconhecidos e legitimados no Brasil e no exterior. Segundo Fonseca:

Essa legitimação [social] foi alcançada, sobretudo, através da fixação de um padrão ético de trabalho e, para isso, Rodrigo M. F. de Andrade lançou mão de vários recursos: o desenvolvimento de um trabalho dentro dos mais rigorosos e modernos critérios científicos; o cuidado na escolha de seus colaboradores; a imagem de uma instituição coesa, desvinculada de interesses político-partidários e totalmente voltada para o “interesse público”; e, sobretudo, a defesa encarniçada do Decreto-lei nº25, de 30.11.37, em batalhas judiciais memoráveis [...] (FONSECA, 2009, p. 105).

A autora destaca a convicção que se construiu sobre a legitimidade do exercício da intelectualidade como intérprete e guardião dos valores culturais da nação.

Rubino (1993), por sua vez, destaca o papel de Rodrigo Melo Franco de Andrade nesse processo de construção da legitimidade pela via intelectual, recorrendo a declarações de Lucio Costa e outros colaboradores do IPHAN em que se afirma o “clima universitário” da instituição, fomentador de “atividades intelectuais” (RUBINO, 1993). Provavelmente essa seria uma das razões pelas quais “[...] o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas” (FONSECA, 2009, p. 116). Ao longo do tempo, essa autoridade intelectual foi sendo substituída pelos trabalhos

de inventário e de pesquisa, em especial pelas instruções históricas que passaram a basear os dossiês de tombamento, servindo como orientação de pretensão científica para as práticas institucionais ao longo dos anos.

A gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade prolongou-se até o final da década de 1960, o que nos permite deduzir que a força da dinâmica ali construída e publicizada, associada gradualmente ao conhecimento científico - objetivo e consensual -, reverberou e ainda reverbera em instituições dedicadas ao patrimônio na esfera estadual. Tal “solidez” institucional, ainda que não fosse sinônimo de autonomia, garantiu o poder de reprodução da lógica de atuação sobre bens culturais associadas a projetos políticos que se diferenciaram ao longo do tempo: da construção de uma identidade nacional ao desenvolvimento sustentável.

Importa destacar que, ao longo desse tempo, o IPHAN recebeu diferentes nomenclaturas - conforme sua estrutura regimental. Criado inicialmente como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (SPHAN) transformou-se em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em 1946; posteriormente tornou-se Instituto (IPHAN) no ano de 1970. Em 1980, foi designado novamente como SPHAN até que em 1990 virou Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Somente em 1994 transformou-se novamente em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse processo, para além das denominações institucionais, revelou mudanças sensíveis nas políticas de preservação, principalmente a partir da década de 1970, e provavelmente receberam influências das lutas referentes aos direitos civis no Brasil e no exterior, dos processos de descolonização, das discussões sobre Democracia e exercício da cidadania, das lutas sobre o reconhecimento das identidades coletivas, enfim, e de um conjunto variado de questões que ajudaram a modificar os rumos da preservação do patrimônio no país.

Durante o regime militar, o caráter nacional da política de patrimônio foi amplamente contestado. Coube novamente à intelectualidade ligada ao corpo burocrático do Estado - dessa vez com um novo perfil, associado a outras especialidades como as Ciências Sociais - definir novos valores e novos interesses que conduzissem as práticas preservacionistas. Ainda assim, não se esgotaram os valores da Modernidade - mesmo que a concepção de civilização tenha sofrido intensas investidas da crítica à

dominação eurocêntrica - houve, todavia, uma rearticulação entre o universal e o particular a partir do diálogo, cada vez maior, com a Antropologia¹⁰⁹.

Numa outra perspectiva voltada à gestão institucional de Aloísio Magalhaes, Fonseca (2009) analisa as atividades do IPHAN a partir de 1979 e remete às experiências do Centro Nacional de Referências Culturais (CRNC) e da Fundação Nacional pró-Memória (FNpM) para tratar a expansão da ideia de patrimônio e sua operacionalização pelo Estado. De acordo com a autora, a sensibilidade de Aloísio e dos técnicos desses dois organismos estatais sobre as manifestações populares ajudaram a expandir o olhar do Instituto para além da “pedra e cal”, num movimento que a autora chama de “dinamização da memória nacional” (FONSECA, 2009, p. 157). Fonseca relaciona as experiências do CNRC e da FNpM com a retomada da atenção às expressões culturais anteriormente mencionadas por Mário de Andrade em 1936. Daí a autora menciona as experiências institucionais com comunidades e com segmentos sociais a partir da década de 1970 - em especial as etnias indígenas e os grupos afrodescendentes - para sugerir a contribuição das mesmas na ampliação das formas de proteção.

De acordo com Chuva (2009), foi nesse período que a agência criou novas sedes regionais juntamente com a ampliação da atuação dos estados e municípios através de institutos e conselhos. Há nesse contexto, por parte dos poderes político-administrativos e por parte de organizações da sociedade civil, iniciativas de enfrentamento à especulação imobiliária e às transformações dos espaços urbanos por meio da preservação do patrimônio. É nessa perspectiva que o próximo capítulo abordará o processo de criação do IEPHA enquanto agência designada a desempenhar ações regionais de preservação à imagem e semelhança do IPHAN, ora voltando-se à produção de “unidades” identitárias, ora concentrando-se na lógica desenvolvimentista na qual poderia se inserir a preservação do patrimônio.

O período é marcado pela retomada do projeto de institucionalização da cultura a partir de uma política nacional para o setor. Registra-se a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) através do Decreto nº74 de novembro de 1966 - enquanto órgão de caráter normativo e de assessoramento - e a instituição do Departamento de Assuntos Culturais do

¹⁰⁹ Destaque para os trabalhos desempenhados pela Fundação Nacional Pró-Memória em 1979 sob gestão de Aloísio Magalhães.

Ministério da Educação (MEC), o qual se tornou, ao final do regime, Secretaria de Assuntos Culturais¹¹⁰. O CFC tinha como responsabilidade a recuperação de instituições culturais e o apoio à institucionalização da cultura na esfera estadual. Foi inicialmente composto por 24 membros, todos intelectuais de reconhecida importância e projeção nacional – ou, para Ortiz (1985), intelectuais “tradicionais” e “conservadores” – escolhidos pelo Presidente da República.

Jéssica Luzes (2013) destaca que o Conselho era composto por quatro câmaras: Artes, Letras, Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esta última – a CPHAN – contou inicialmente com a participação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o que nos parece ser um indicativo da força de sua gestão à frente do IPHAN, o qual encontrava-se sob a gestão de Renato Soeiro a partir de 1968. De acordo com Luzes (2013), os anos iniciais de atividade do Conselho contaram com 12 personalidades da intelectualidade brasileira, sendo 5 conselheiros ligados ao IHGB e um predomínio significativo de figuras com formação em História, Direito e Jornalismo. Sobre os membros do Conselho, 4 eram naturais de Minas Gerais, 2 da Bahia, 2 do Rio de Janeiro, 1 do Amazonas, 1 do Rio Grande do Sul, 1 do Maranhão e 1 procedente da França. O predomínio de figuras de Minas Gerais – Affonso Arinos, Dom Marcos Barbosa, Hélio Viana, Rodrigo Melo Franco de Andrade – parece indicar a força adquirida pelo IPHAN de Rodrigo em sua interpretação sobre o passado nacional. É nessa perspectiva que Luzes conclui que o modelo de preservação e os códigos que embasaram o pensamento e as ações do antigo IPHAN se fizeram presentes nos discursos e nas avaliações do CFC, orientados por uma elite intelectual que foi responsável pelo direcionamento das políticas públicas no Brasil ao longo de algumas décadas.

Nesse sentido, é possível pensar que a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do IPHAN consolidou seu nome como a própria representação de um modelo de preservação paradigmático, modelo esse que ainda reverbera nos dias atuais sobre equipamentos dedicados à patrimonialização – o que parece ser o caso do IEPHA.

¹¹⁰ Tal estrutura se fortaleceu e ganhou importância nesse período, até que 1981 foi transformada em Secretaria de Cultura ligada diretamente à Presidência da República, passando a se constituir como uma estrutura pública com recursos para atuar nas vertentes na produção, circulação, consumo e preservação da cultura (CALABRE, 2008).

Ainda assim é preciso destacar a atuação de Aloísio Magalhães entre 1979 e 1982 no corpo diretivo do IPHAN, não apenas como uma figura expoente que introduz as bases conceituais e discursivas para se forjar a institucionalidade sobre a categoria do patrimônio intangível, mas também como agente que possibilitou maiores interlocuções com reflexões travadas em âmbito internacional. A década de 1970 foi marcada por uma profusão de debates acerca de direitos civis, das liberdades individuais, das políticas latino-americanas, das guerras de independência, da descolonização do pensamento, enfim, debates que atravessaram as instituições, as artes, as estéticas, e que possivelmente influenciaram figuras como Aloísio Magalhaes.

Se por um lado alguns autores creditam a Aloísio mudanças estruturais na condução de políticas de preservação no Brasil, outros observam continuidades do modelo preservacionista de Rodrigo com algumas roupagens discursivas. É o caso de Gonçalves (2003) e Ortiz (1985), cujas percepções sobre a gestão recaem nos parâmetros ideológicos que fundamentam a ação. O primeiro concentra sua análise na ideia da perda enquanto parte da estratégia discursiva de apropriação da cultura nacional. Para Gonçalves, a gestão de Aloísio, tal qual a de Rodrigo, pressupõe a defesa de uma situação de integridade do bem cultural, e a perda representa o risco a valores incorporados pela nação: ora valores civilizatórios, ora valores desenvolvimentistas. Mas o que se percebe, segundo o autor, é que o discurso dá cabo ao sentido de urgência de defesa de um patrimônio identificado pelo corpo técnico.

Para Ortiz (1985) Aloísio reproduzia a lógica da harmonia observada em Gilberto Freyre, no qual o Brasil mestiço, marcado pela pluralidade, formava um todo harmônico que acabava por encobrir os antagonismos e divergências. Ao contrário de Gonçalves (2003), o autor interpreta que o sentido de diversidade evocado nessa gestão do IPHAN acabou por instrumentalizá-la em função de uma continuidade harmônica favorável à ideologia do desenvolvimento – ideologia essa que igualmente se inseria nos esquemas econômicos globais e se fundamentava no discurso especializado.

Todavia, aqui é preciso destacar que o argumento da diversidade cultural presente na gestão de Aloísio parece dialogar com debates

relacionados a discussões decoloniais. Recorrendo ao trabalho de Gonçalves (2003) em suas referências sobre essa gestão do IPHAN, é necessário ressaltar as críticas abertas feitas por Aloísio ao que considerava como política cultural voltada à permanência de uma “herança latina” – o que seria, em outras palavras, uma busca por uma continuidade europeia. Sua defesa era sobre a preservação da “autêntica cultura brasileira” pela pluralidade, levava “[...] em consideração as condições econômicas da população de modo que não venham a se constituir em meros instrumentos de reprodução de desigualdade” (GONÇALVES, 2003, p. 102). Nesse sentido, é possível perceber a existência de uma preocupação de Aloísio com a instrumentalização do patrimônio nos esquemas sistêmicos de poder simbólico e material.

Aqui interessa destacar que independente das mudanças de rumo tomadas pelo IPHAN, significativas ou não, a agência construiu um lugar no campo a partir do qual desenvolveu o poder de nomear e orientar o que seria representativo do passado. O poder de decidir, de batizar o que é patrimônio, parece, portanto, como o próprio poder de fazê-lo existir. Retomando o trabalho de Rubino (1993), na perspectiva da autora o olhar que a agência lança a um bem seria, portanto, o ato próprio de batismo:

[...] uma cidade não existe se ninguém passa por ela. Do mesmo modo, um patrimônio nacional não existe sem que alguém o veja, registre, nomeie. O SPHAN fez isso, e ao retirar a casa baiana do anonimato, deu ao Brasil um passado. Um passado do país e um passado intelectual (RUBINO, 1993, p. 201).

Quem teria, portanto, autoridade, legitimidade, para falar o que é patrimônio? E como falar sobre ele? Distingue-se a linguagem técnica da vernacular? A linguagem autorizada e de autoridade tem como propriedade a segurança, a certeza, de ser não só *escutada*, mas *ouvida*. Trata-se de um mercado linguístico (BOURDIEU, 2004): mercado onde se trocam palavras e que se joga o valor daquela fala. Enquanto mercado, possui leis e possui estruturas de controle, manutenção e reprodução dessas leis que dizem respeito à competência do locutor e as condições de recepção. Observa-se a autoridade naquele que diz como falar e que dá autoridade e autorização para falar (Idem). No processo comunicacional, numa situação de autoridade, os receptores precisam estar predispostos a reconhecer autoridade dos emissores; é preciso que haja uma relação entre emissor-

autorizado e receptor pronto a receber o que lhe foi dito e crer naquilo que foi dito. Pressupõe, portanto, emissores legítimos e uma linguagem legítima – esta que usa não apenas palavras gramaticalmente corretas, mas também as palavras socialmente admissíveis (BOURDIEU, 1983). Na perspectiva trabalhada pela presente tese, a linguagem legítima se baseia numa relação de dominação que tem no colonialismo a dimensão constitutiva da experiência histórica, a partir da qual subordinou-se territórios, recursos e saberes (LANDER, 2005) e que se manifesta na linguagem, na autoridade da fala sobre o patrimônio, na interlocução (im)possível.

Importa, portanto, pensar no papel das palavras na construção do sistema de representações que seria o patrimônio, sistema esse ativado pelo discurso (PRATTS, 2005). Os agentes, a partir de suas disposições formadas por uma realidade social, constroem, por meio das palavras, representações que produzem essa realidade social. Ou seja, o mundo social seria também uma construção pelas palavras, um lugar de lutas a propósito de palavras; e sua transformação se deve, em grande medida, pela mudança das palavras: mudar as palavras já é mudar as coisas. Nesse sentido, a gramática é condição simbólica do pensamento, uma vez que os símbolos seriam instrumentos de conhecimento e comunicação que tornam possível a integração social por meio de um consenso sobre o sentido do mundo social: codificar, significa atribuir uma forma e colocar numa forma, possibilitando uma comunicação, um consenso controlado sobre o sentido (BOURDIEU, 2004). Portanto, há luta pelo poder simbólico, pelo poder de nomear, pelo poder de, através das palavras, fazer existir:

As palavras, dizia Sartre, podem causar estragos. Isso é o que ocorre, por exemplo, quando elas fazem existir publicamente, logo, abertamente, oficialmente, quando fazem com que sejam vistas ou previstas coisas que só existiam no estado implícito, confuso, quando não recalcado. Representar, trazer à luz, produzir, isso não é pouca coisa (BOURDIEU, 2004, p. 180).

O técnico especialista, nesse sentido, não apenas encontra-se numa situação de autoridade como também domina as palavras socialmente admissíveis, seja no contexto do laboratório, do museu, de um instituto ou outros. O especialista transita, portanto, pelo legado epistemológico do eurocentrismo (PORTO-GONÇALVES, 2005). Provido de uma linguagem

legítima, esse agente dispõe de recursos para se firmar num mercado que sobrevive às dinâmicas excludentes do capitalismo globalizado; e assim, dotado de autoridade para dar a última palavra na disputa de discursos sobre o passado, configura um nicho de atuação que igualmente se forja num quadro de culturas subalternizadas ou silenciadas pelas relações de poder sexuais, raciais, espirituais, linguísticas, de gênero e de classe (GROSFÓGUEL, 2007; 2008; 2016).

CAPÍTULO 4
O CAMPO DO PATRIMÔNIO EM
MINAS GERAIS E O IEPHA

4. O CAMPO DO PATRIMÔNIO EM MINAS GERAIS E O IEPHA

4.1 - Introdução

Abordar o campo do patrimônio em Minas Gerais implica em recorrer à operacionalização da noção de “campo” enquanto estratégia analítica para a abordagem da cadeia de elementos que parecem compor as políticas de preservação do patrimônio em Minas Gerais em diálogo com a esfera nacional. O objetivo desse capítulo foi analisar a atuação do IEPHA enquanto referência estatal numa rede de agentes e agências que se cruzam na execução de políticas em torno do patrimônio. Não se afirma aqui a exclusividade de atuação do Instituto na preservação de bens culturais, mas se considera a expressividade de seu papel dentro do aparato estatal, agregador de sujeitos que fizeram circular ideias de civilidade e racionalidade a partir de dinâmicas de preservação.

Considerando que a criação do IEPHA ocorreu com o processo de descentralização das ações do IPHAN, e que sua configuração parece se revelar à imagem e semelhança deste último, o papel assumido pelo Instituto estadual pode apontar certas regularidades objetivas no trato de bens culturais patrimonializados: desde códigos de conduta que aparentemente funcionam numa perspectiva *dóxica*, até um espectro de forças distribuídas entre institutos de pesquisa, universidades e outras agências de preservação. Estas agências parecem compartilhar de uma cadeia de elementos e parecem orientar comportamentos que primam por uma base de conhecimento fundamentada no eurocentrismo – seja pela projeção de uma ideia de civilidade compartilhada pela intelectualidade, seja pelo conhecimento técnico-científico baseado nas disciplinas acadêmicas. O *campo do patrimônio*, portanto, seria uma espécie de agrupamento abstrato – porque não se refere a uma junção formal, normatizada, mas é produto das interpretações de um pesquisador – referente, contudo, a agentes e agências reais cujas práticas e as representações possibilitam a utilização da noção de “campo” como estratégia analítica para a reflexão crítica sobre o trato com o patrimônio em suas possíveis relações de colonialidade.

Não significa que haja a intenção de defender a ideia de que o IEPHA ocupa posição central nesse agrupamento abstrato, uma vez que a pesquisa não abarcou um recorte temporal amplo e não compreendeu elementos

materiais que pudessem indicar o posicionamento das demais agências dedicadas à preservação na estrutura de forças deste espectro. Mas coube, sim, a identificação de uma relação entre agentes e agências para se pensar a configuração de uma estrutura que se assemelha a uma “*doxa de campo*”, no que diz respeito à legitimidade de atuação do “especialista” sobre a preservação. Nessa perspectiva, a presente tese parte do elemento “consensual” que parece atravessar os discursos da Instituição em suas publicações e relatórios: a afirmação de um conhecimento ou formação especializada que sugere as ideias de autoridade e legitimidade no trato do patrimônio. Para tanto, a pesquisa de campo levantou documentos da década de 1970, 1980 e 1990, mas se focou nos primeiros anos de atuação institucional, até 1988, quando a nova Constituição Federal instituiu a municipalização das políticas públicas – processo que reverberou direta e indiretamente nas políticas de patrimônio, levando a agência a construir estratégias para descentralizar sua atuação e divulgar normas de conduta aos municípios.

4.2 - Os Encontros dos Governadores em Brasília e Salvador

O IEPHA inicia sua atuação em 1971 num contexto de descentralização das responsabilidades sobre o patrimônio cultural até então concentradas na figura do IPHAN, cuja centralidade havia permitido consolidar cânones intelectuais e acadêmicos, tornando-os predominantes em termos sociais e geográficos. Nesse sentido, a agência nacional servira de referência às agências estaduais de preservação criadas na segunda metade do século XX, as quais aparentemente preferiram fazer “[...] coro ao discurso vigente do que convertê-lo em eco polifônico das variações e matizes da cultura brasileira” (JULIÃO, 2008, p. 131).

O IEPHA surgiu nesse processo, e parece ter se constituído à imagem e semelhança da agência federal. Seu contexto de criação remete à década de 1970, momento em que se discutia a atribuição de valor a bens culturais, relacionando-os às especificidades regionais em âmbito econômico, político e social. Nessa conjuntura debatiam-se projetos e propostas sobre a descentralização das ações do Estado na esfera federal e o compartilhamento das responsabilidades políticas entre os entes federativos. Essa foi a tônica das discussões travadas no I e II Encontro dos

Governadores - ocorridos nos anos de 1970 (Compromisso de Brasília) e 1971 (Compromisso de Salvador), confirmando a necessidade da ação supletiva dos estados e dos municípios à atuação federal, assim como descreve Fonseca no que diz respeito à tendência descentralizadora em relação às ações de preservação:

[...] Essas iniciativas partiam do pressuposto de que a estrutura e a experiência de trabalho do Iphan, mesmo com a colaboração da Unesco, era insuficiente para atender às novas necessidades da preservação. Os encontros de governadores realizados em 1970 e 1971 foram sugestão do ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho (...). O ministro considerava que a responsabilidade pela preservação do patrimônio nacional devia ser partilhada com os governos estaduais, que poderiam, inclusive, se beneficiar dessa atividade (FONSECA, 2009, p. 142).

Observa-se, a partir de então, uma progressiva preocupação em formular políticas de preservação conformadas às realidades regionais, tornando-as políticas públicas localizadas, articuladas às preocupações com a gestão urbana.

O I Encontro dos Governadores, ocorrido em Brasília, mencionava a possibilidade de criação de Institutos estaduais de preservação, prevendo a cooperação dos estados na tutela e na obtenção de recursos financeiros voltados ao patrimônio. A orientação voltou-se também à criação de legislações estaduais específicas e à ampliação da dotação orçamentária no âmbito cultural. O documento ressalta ser “inadiável a ação supletiva dos Estados e Municípios à atuação federal” (BRASIL, 1970, p.1)¹¹¹ a partir de uma orientação técnica do IPHAN. Nesse sentido, destaca-se a função basilar da agência federal em relação aos institutos estaduais que seriam criados a partir dali.

Chama a atenção neste referido documento a declaração de Lúcio Costa na qual o IPHAN é mencionado como “obra da vida de Rodrigo Melo Franco de Andrade”, obra “penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do que somos - e seremos” (BRASIL, 1970, p. 5). Merece destaque ainda a constante menção à especialização da mão-de-obra nas agências de patrimônio. Para essa estrutura institucional o evento orientava a criação de quadros técnicos

111

Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2017.

compostos por especialistas de diferentes disciplinas, entre elas, em destaque, a de Museologia – dada a importância atribuída pelo Encontro aos museus e centros culturais como agências de proteção e pesquisa sobre o patrimônio. As referências a vínculos entre as universidades e os serviços de proteção dão o tom do documento no sentido de remediar uma suposta carência de mão-de-obra especializada no campo. Sendo assim, o ensino superior é mencionado como via indispensável à formação de profissionais de “sensibilidade artística” e com “conhecimentos históricos”, capazes de executarem os inventários, o estudo e o recolhimento de documentação, as investigações, os restauros, enfim, todo o trabalho técnico “qualificado”:

Para remediar a carência de mão-de-obra especializada, nos níveis superiores, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pelo DPHAN e pelo Arquivo Nacional nos cursos de nível superior.

Não só a União, mas também os Estados e municípios se dispõem a manter os demais cursos, devidamente estruturados, segundo a orientação geral do DPHAN, atendidas as peculiaridades regionais.

Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe nos cursos de Arquitetura com a disciplina de Arquitetura no Brasil, a introdução, no currículo das escolas de Arte, de disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos especializados, a de Estudos Brasileiros, parte destes consagrados aos bens culturais ligados à tradição nacional (BRASÍLIA, 1970, p. 2)¹¹².

O trecho indica não apenas a necessidade de constituição de uma rede de relações entre sistemas de ensino e as agências de patrimônio, como igualmente uma articulação entre a formação de uma estrutura curricular com base nas atividades de preservação: ao mesmo tempo em

¹¹² Importa destacar que o termo “disciplina” foi usado pelo documento para caracterizar uma especialidade dentro do curso de Arquitetura, sendo ela “a Arquitetura no Brasil”. O curso de Arquitetura é um exemplo, entre muitos outros, cuja grade curricular compreende diferentes especialidades oriundas de outras disciplinas, como a História, a Engenharia, a Matemática, entre outros. O uso do termo aparece com a mesma conotação em algumas outras referências documentais consultadas e mencionadas na presente tese.

que a especialidade “Arquitetura no Brasil” toma como referência os bens identificados como patrimônio, os “Estudos Brasileiros” indicariam elementos de uma tradição nacional que “consagraria” os bens culturais patrimonializados. Ou seja, havia a previsão de uma correlação entre preservação e ensino na conformação de uma leitura comum sobre o passado, uma leitura que fazia parecer consensual a consagração daquilo que seria selecionado por especialistas como “tradição nacional”.

Importa lembrar, conforme mencionado no capítulo anterior, que a cadeira de Arquitetura do Brasil foi introduzida nos cursos de Arquitetura por funcionários do IPHAN (FONSECA, 2009) e que os arquitetos que compuseram a equipe fundadora do Instituto haviam se formado na Escola Nacional de Belas Artes e passaram a compor o quadro docente de faculdades de Arquitetura¹¹³ (CHUVA, 2003), onde mantinham, por sua vez, atividades influenciadas pelas cadeiras de Artes Plásticas e História da Arte. Trata-se de uma possível circularidade de ideias que culminava em ações de patrimonialização e em políticas de preservação orientadas, portanto, por um quadro técnico predominantemente formado por arquitetos cujo foco da preservação até o final da década de 1940 foram os edifícios e monumentos (Idem, 2009).

Sobre a importância adquirida pelo IPHAN sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade enquanto modelo paradigmático para a ação regional sobre o patrimônio, a pesquisa de Tatyana de Amaral Maia (2010) esclarece o peso adquirido pelo Instituto na própria organização e ampliação do papel do Estado na gestão da cultura. Segundo a autora, até os anos de 1970 o IPHAN – que não era a única agência estatal dedicada ao tema da cultura – foi aquele que respondeu de forma mais eficaz, politicamente, às demandas do Executivo. Isso acabou favorecendo sua centralidade nas ações de preservação e conseqüentemente nas políticas culturais, tendo sido o patrimônio considerado elemento indispensável à construção do Brasil como civilização moderna. Maia argumenta, portanto, que essa importância atribuída ao patrimônio e incorporada às ações do

¹¹³ A Faculdade Nacional de Arquitetura foi criada a partir da Escola Nacional de Belas Artes em 1945. Segundo Chuva (2003), a Arquitetura em sua formação acadêmica revelou um novo profissional – o arquiteto – que paulatinamente se distinguiu do engenheiro por assumir uma formação multifacetada, operando na interface entre a Engenharia, a Arte, a História e a Sociologia – estas últimas ainda processo de constituição disciplinar neste contexto em questão.

Conselho Federal de Cultura (CFC) entre 1965 e 1975 reverberaram nas discussões travadas no Encontro dos Governadores realizado em Brasília.

Na análise de Maia sobre a composição da coordenação do evento, a autora aponta para um conjunto de forças que articulavam o andamento das políticas culturais na ocasião. Segundo ela, a iniciativa recaiu sobre a figura de Jarbas Passarinho, então ministro da Educação e Cultura, e a organização central ficou à cargo de Arthur Cezar Ferreira Reis, presidente do CFC, e Pedro Calmon, presidente da Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN) do CFC. Maia ressalta que o discurso inaugural de Passarinho reafirmou a importância da preservação no sentido do “culto aos monumentos”, de “valorização da história da Nação”, a partir da organização de estratégias por parte das autoridades públicas. Mas coube a Renato Soeiro – então diretor do IPHAN – apresentar os pontos centrais daquele Encontro de Governadores, o qual destacou a tradição de associação da figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade com a preservação do patrimônio no Brasil. Soeiro evocou, então, a participação dos estados e dos municípios a criarem órgãos semelhantes ao IPHAN, e discursou em favor de uma articulação entre a preservação e o desenvolvimento através do investimento em turismo. Segundo Maia:

A associação preservação-turismo foi a resposta encontrada pelos órgãos de defesa do patrimônio cultural contra o discurso daqueles setores que sob a égide do crescimento econômico e ampliação da infraestrutura do país pressionavam o governo federal a autorizar intervenções drásticas nos conjuntos arquitetônicos e reservas naturais já preservados. A relação entre “preservação e desenvolvimento” identificada através do turismo, obrigou a redefinição do uso dos espaços preservados, necessariamente ressignificados ao adquirirem uma nova função social, tornando-os novamente úteis à sociedade moderna, sem com isso deixar de registrar a sua memória. Tratava-se, então, de uma política de proteção e revalorização (MAIA, 2010, p. 76).

A década marca no Brasil, portanto, o fortalecimento da articulação entre as políticas de preservação e o desenvolvimento econômico, voltando-se ao interesse de indústrias, do comércio, e de políticas para a geração de emprego e renda e para a requalificação urbana num sentido de “progresso”. Percebe-se, nesse sentido, que na adesão ao projeto de Modernidade – encarada como uma etapa evolutiva numa perspectiva linear de tempo (DUSSEL, 2005) – o patrimônio, condicionado a uma ordem

legalista e burocrática, serviria para legitimar o próprio avanço do capitalismo. Por essa perspectiva, importa pensar no uso político-econômico da cultura direcionado à contrapartida financeira, a qual ofereceria condições propícias à especulação imobiliária e à consequente gentrificação de espaços urbanos (SOUZA, 2013).

Para pensarmos nos desdobramentos do uso político-econômico do patrimônio nos dias de hoje, recorreremos a Francisco Sá Barreto e Izabella Medeiros (2016) que apontam para o discurso de ganhos culturais a partir de políticas de memória fortemente vinculadas a grandes empreendimentos. Usando como referência a cidade de Recife e as políticas culturais associadas às ações de requalificação urbana, os autores discutem o uso político da cultura para estratégias de produção de experiências na lógica do consumo, tendo o mercado do turismo como um expressivo parâmetro para se mensurar a gestão do patrimônio enquanto traço de uma economia global. Sá Barreto e Medeiros destacam a criação da UNESCO e do ICOM como importantes movimentos para uma burocratização do patrimônio, quando este se torna objeto central de interesse das potências econômicas e inicia-se uma grande expansão do mercado do turismo cultural global. “Os indicadores sugerem o poder econômico fortemente vinculado ao registro de bens culturais que, por sua vez, exercem importante função nas gestões das grandes cidades dos principais países do globo” (SÁ BARRETO & MEDEIROS, 2016, p. 12). O papel do patrimônio nesses processos de mundialização da produção, do consumo, da gestão do conhecimento e da exploração da natureza parece estar articulado, portanto, a um padrão mundial de poder - envolvendo o controle do trabalho, do Estado e de suas instituições - categorizado por Quijano (1988; 2005; 2010) como colonialidade.

É possível pensar que a articulação entre a preservação do patrimônio e o desenvolvimento econômico sugerida no Encontro dos Governadores em Brasília seria mais um produto do “Milagre Econômico” brasileiro projetado a partir de um governo militar que passou a ver nas políticas culturais mais uma possibilidade de “crescimento do bolo”¹¹⁴, numa espécie de expansão do alcance do patrimônio pela disseminação do

¹¹⁴ Referência a Antônio Delfim Netto, considerado o principal mentor da política econômica brasileira durante o período que ficou conhecido como “milagre econômico”, entre os anos de 1968 e 1973.

turismo cultural. Aqui interessa remeter a Poulot (2009) que pontua a transformação do patrimônio em mercadoria cultural no século XX a partir de investimentos de ordem política e financeira nas sociedades contemporâneas ocidentais. Segundo o autor, nestas sociedades marcadas pelo consumo e pela cultura de massa, o patrimônio acabaria instrumentalizado para projetos de desenvolvimento local ou nacional, em função do turismo e das práticas mercantis do saber e do lazer (POULOT, 2009, p. 200). Nesse ponto, vale destacar novamente a pesquisa de Sá Barreto e Medeiros (2016) que elenca dados quantitativos sobre o turismo global para relacionar as patrimonializações ao mercado turístico, pensando a dupla face da cultura enquanto dispositivo político e econômico contemporâneo, potência para novos mercados.

Retomando a perspectiva desenvolvimentista associada à cultura no contexto do ano de 1970, a CFC propôs uma série de medidas como estratégias de envolvimento e articulação entre as esferas federal, estadual e municipal no âmbito dos três Poderes e uma possível relação com as universidades para a criação de mão-de-obra especializada. Segundo Maia (2010), entre o conjunto de propostas estariam: a criação de órgãos regionais dedicados à proteção do patrimônio histórico e artístico, nos moldes da IPHAN; uma dotação orçamentária para esse fim; o auxílio técnico e financeiro aos municípios com conjuntos arquitetônicos tombados; a formação de equipe técnica nos estados; a criação de arquivos, bibliotecas, Casas de Cultura, museus e parques; a restauração dos bens tombados; a elaboração de uma legislação voltada à preservação de bens tombados pelos proprietários; e encontros anuais entre os órgãos estaduais e o IPHAN. Tais sugestões reforçavam a necessidade de uma estrutura descentralizada para a preservação do patrimônio, apontando, portanto, a criação de novas agências que atuassem em consonância com o IPHAN em termos metodológicos e conceituais.

A mesma tônica pode ser observada no II Encontro ocorrido em Salvador em 1971. Na perspectiva de reforço das determinações do evento anterior sobre a criação dos institutos estaduais, a proteção dos bens de valor regional deveria acontecer a partir da descentralização do IPHAN até então responsável pela tutela nas três esferas:

Houvesse da parte de todas as autoridades públicas estaduais e municipais o sentido exato de responsabilidade na preservação desse legado, não teria sido o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional forçado muitas vezes a exorbitar de suas obrigações e a estender desmesuradamente sua proteção, a fim de defender bens de interesse nitidamente regional, ameaçados pelas próprias autoridades dos 2º e 3º escalões do Governo do país (BRASIL, 1973, p. 13).

Segundo o relatório do evento (BRASIL, 1973), as comitivas e representantes dos estados presentes se comprometiam a elaborar instrumentos jurídicos voltados à preservação do patrimônio regional e confirmavam a intenção em constituir órgãos, institutos, conselhos, departamentos ou fundações que se dedicassem à questão. Nesse movimento destacam-se os compromissos assumidos por 21 estados envolvidos, sendo eles o Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, além do Distrito Federal. Aqui importa destacar que até 2010 poucas regiões possuíam institutos dedicados à preservação do patrimônio cultural. Segundo Luciana Souza (2013), a carência de pesquisas acadêmicas que se aprofundem na investigação de estruturas burocráticas regionais centradas no patrimônio dificulta o acesso a dados sobre a existência e funcionamento dessas agências nos 26 estados brasileiros. As informações divulgadas pelos governos estaduais em sites mostram-se vagas ou desconexas, e por vezes não há disponibilidade de dados sobre o tema. Segundo a autora, as referências mais consistentes acerca de agências regionais referem-se ao estado da Bahia (IPAC - criado em 1967), da Paraíba (IPHAEP - sem referência sobre a data de criação), do Rio de Janeiro (INEPAC - 1969), de Minas Gerais (IEPHA - 1971), de Pernambuco (FUNDARPE - 1973), de Roraima (IPPC - 2009) e do Rio Grande do Sul (IPHAE - 1990). Outras regiões apresentam estruturas burocráticas organizadas na forma de superintendências estaduais, fundações, coordenações, diretorias, departamentos e/ou gerências da secretaria de cultura do estado.

Os documentos produzidos em ambos os encontros apontam para uma série de dificuldades enfrentadas pelo IPHAN na centralização das obrigações sobre a preservação do patrimônio: desde problemas relacionados a condições materiais, financeiras e técnicas, até mesmo às

dificuldades dos servidores no atendimento das demandas regionais. Segundo o relatório do evento de 1973, ainda que sua estrutura servisse como modelo de atuação,

[...] a criação dos PHA - Estaduais, preconizada no I Encontro, tornou-se, pois, indispensável, tanto para defender elementos de interesse regional quanto para assegurar, com sua presença, o respeito aos valores reconhecidamente nacionais. O patrimônio dará a orientação inicial baseada na experiência de seus trinta e tantos anos de vivência, estudando uma estrutura básica semelhante à sua, mas com nuances regionais, e estimulando sua articulação com as Universidades localizadas nas respectivas áreas (BRASIL, 1973, p. 48).

Ou seja, concluía-se a necessidade de convocação de mão-de-obra regional a partir de uma articulação com instituições de ensino superior em esquemas que sugeriam a manutenção da dinâmica da especialização como critério de legitimidade para a atuação institucional, tendo como base de referência - paradigmática - o funcionamento do IPHAN¹¹⁵.

De acordo com Flávia Britto do Nascimento (2016), esse segundo encontro, acolhido e financiado, na ocasião, pelo governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, discutiu a formação de quadros profissionais na 5ª Sessão Plenária - Pesquisa, Estudo, Análise e Divulgação dos Bens de Valor Cultural. Nessa sessão, foi apresentada uma análise produzida pelo Conselho Estadual de Cultura da Bahia e pela Faculdade de Arquitetura da Bahia em que se recomendava ao ensino superior a criação de cursos de pós-graduação para a especialização de profissionais de nível universitário dentro dos padrões aceitos pela UNESCO e pelo IPHAN. Tais cursos, segundo Nascimento, deveriam ser realizados em sistemas de rodízio para contemplarem todas as regiões do país onde houvesse universidades e "apreciável acervo de bens culturais", com destaque para as regiões "detentoras de valioso legado cultural".

É importante destacar que o contexto desses referidos Encontros de Governadores estava marcado pela reforma universitária de 1968, conforme mencionado no primeiro capítulo da presente tese. Tal reestruturação das

¹¹⁵ Importa mencionar que Mariza Veloso Motta Santos (1996) interpreta o funcionamento do IPHAN - até 1946 - como "Academia SPHAN". Na perspectiva da autora, a dinâmica interna da agência poderia ser interpretada como análoga à dinâmica acadêmica, onde a institucionalização da preservação permitiu a formulação de uma discursividade específica e especializada - baseada na erudição e no conhecimento técnico. Essa discursividade, segundo a autora, se tornou responsável pela elaboração de um conjunto de representações de pretensão consensual.

instituições universitárias pode ser compreendida como pano de fundo na formação de institutos regionais de patrimônio e na constituição de um campo profissional da preservação diretamente ligado ao Estado. Dentre os diversos desdobramentos da reforma está o investimento nos cursos de pós-graduação no país, viabilizados pelas verbas do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (Funtec) e da Capes a partir do Parecer nº 977 CES/CFE, de 3 de dezembro de 1965, conhecido como “Parecer Newton Sucupira”, a partir do qual viabilizou-se o projeto militar de articulação “educação e desenvolvimento econômico”¹¹⁶.

Nascimento chama a atenção para as primeiras tentativas de realização de um curso de pós-graduação em patrimônio ocorrido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) entre as décadas de 1960 e 1970, do qual teria participado como docente o próprio Renato Soeiro – que na ocasião dirigia o IPHAN. A autora destaca:

Em 1974, ano em que são criados 45 novos cursos de pós-graduação em várias áreas do conhecimento, num total de 403 cursos em todo território nacional, inicia-se o Curso de Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Urbanos, fornecido pela USP, juntamente com Iphan e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. O interesse pela realização de cursos de preservação foi deliberado pelo Ministério da Educação e Cultura desde 1970 e pela USP desde o ano anterior, mas passaram-se quase quatro anos para que pudessem ter início (NASCIMENTO, 2016, p. 213).

Nascimento aponta três experiências executadas após o Encontro de Brasília entre os primeiros cursos de pós-graduação marcantes no processo de especialização da mão-de-obra, estruturados como demanda do Ministério da Educação e Cultura em parceria com universidades a partir do Programa de Cidades Históricas (PCH)¹¹⁷. Seriam eles: o curso de 1974, realizado em São Paulo; o de 1976 em Recife; e o de 1978 em Belo

¹¹⁶ Além da reforma universitária que marca o contexto, há também que se comentar sobre a criação de centros de pesquisa no Brasil desde o final da década de 1940 que reuniam pesquisadores em Economia, Sociologia, Antropologia, entre outras disciplinas, dedicados a pensar o papel do Brasil no capitalismo global a partir do nacional-desenvolvimentismo. Entre essas instituições cabe destacar a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Instituto superior de Estudos Brasileiros (ISEB), de onde se desenvolviam estudos político-sociais a partir da aplicação de categorias e dados das Ciências Sociais na compreensão crítica da realidade brasileira (WASSERMAN, 2017).

¹¹⁷ O Programa de Cidades Históricas (PCH) foi implementado entre 1973 e 1979 pelo Ministério do Planejamento, e tinha como objetivo articular desenvolvimento econômico e a preservação do patrimônio a partir do desenvolvimento urbano e regional e do turismo cultural. De acordo com Sandra Magalhães Correa (2016), o Programa realizou 143 obras em monumentos; 8 cursos de qualificação de mão de obra nos níveis superior, intermediário e operário; 7 planos urbanísticos; e 6 obras em espaços públicos urbanos; entre outras ações.

Horizonte¹¹⁸. Esses cursos, que tinham como referência a experiência prática dos 40 anos de atuação do IPHAN, objetivavam formar novas gerações de técnicos¹¹⁹ para atuação nas regiões Nordeste e Sudeste e suprir a escassez de mão-de-obra que estaria prevista a partir da criação dos institutos de patrimônio regionais. Segundo Nascimento:

O arquiteto Luiz Saia, superintendente do Iphan em São Paulo, que se empenhou em levar o problema da formação de arquitetos ao Encontro de Governadores, em carta ao Ministro da Educação e Cultura, admite que o própria DPHAN sentia falta de especialistas na área e o quadro iria se agravar com a criação de órgãos regionais (NASCIMENTO, 2016, p. 211).

De acordo com a autora, o curso de 1974, em São Paulo, foi fornecido pela USP juntamente com o IPHAN e a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. O programa abarcou noções de Museologia e Arqueologia, ministradas respectivamente por Ulpiano Bezerrade Meneses e Hugues de Varine. O curso de 1976, em Recife, foi coordenado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em convênio com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República - através do PCH - e parceria com a UNESCO, tendo o IPHAN um papel de assistência técnica. O curso de 1978 em Belo Horizonte, por sua vez, foi realizado a partir da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob coordenação da Professora Suzy de Mello - arquiteta urbanista - que, posteriormente, em 1983, assumiria a direção do IEPHA. Em Minas, assim como em Pernambuco, firmou-se convênio com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República através do PCH e do IPHAN.

A experiência de Belo Horizonte fomentou a criação de um curso de conservação e restauração que posteriormente em 1980 deu origem ao Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR),

¹¹⁸ Segundo Sandra Magalhães Correa (2016), o quarto curso foi realizado em Salvador em 1981, vinculado à Universidade Federal da Bahia - através da Faculdade de Arquitetura - e sob apoio do IPHAN. A partir daí passou a ser ofertado bianualmente até 2009, quando se tornou mestrado profissional. Importa destacar que anteriormente, em 1963, Rodrigo Melo Franco de Andrade recebeu o título de professor *honoris causa* naquela faculdade baiana, o que aponta não apenas a aproximação de ideias entre ambas as instituições, como marca simbolicamente a importância do IPHAN na constituição de determinados campos disciplinares no Brasil. Sobre o tema, ver também: ANDRADE, Rodrigo Melo F.. O patrimônio Histórico e Artístico e a Missão da Universidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio, Rio de Janeiro, n. 31 p. 83-87, 2005.

¹¹⁹ As vagas dos cursos foram ocupadas majoritariamente por arquitetos e engenheiros (CORREA, 2016).

vinculado à Escola de Belas Artes da UFMG (EBA), onde se estabeleceram laboratórios e centros de análises especializados. O Centro, que no ano de 2008 implementou a primeira graduação em Conservação e Restauração no Brasil, foi recentemente considerado pela Unesco referência na América do Sul (CORREA, 2016).

Observa-se, portanto, que o contexto de surgimento do IEPHA compreende as mudanças nas estruturas universitárias, intensificação dos debates sobre o nacional-desenvolvimentismo¹²⁰, a configuração de políticas descentralizadas de preservação associadas ao desenvolvimento econômico pelo turismo – objeto de proposição da Unesco desde a década de 1960¹²¹ - e a criação de cursos de pós-graduação em patrimônio em parcerias entre universidades, IPHAN e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Nessa mesma conjuntura, o IPHAN, em parceria com o PCH, mobilizaria forças na recepção de especialistas estrangeiros que se voltassem ao patrimônio cultural brasileiro com foco num plano nacional de turismo cultural, o que veio a favorecer uma série de conexões entre agências nacionais e regionais na formação de um corpo técnico especializado para a atuação no campo do patrimônio, conforme Sandra Magalhães Correa:

Henrique Oswaldo de Andrade [coordenador nacional do Programa de Cidades Históricas] esclarece que fez um acordo com o CNPq e a Capes para viabilizar a formação em cursos internacionais, especialmente com o Iccrom¹²², atentando-se às especificidades do patrimônio brasileiro [...]. A intensa cooperação técnica internacional estabelecida com a Unesco também viabilizou a vinda ao Brasil de consultores especialistas em missões de curta duração (de um a três meses), para seminários organizados pelo programa, além do fornecimento de equipamentos e bibliografia específica. Desses encontros participavam ativamente os técnicos do Iphan e das entidades estaduais (CORREA, 2016, p. 43).

Nessa perspectiva importa destacar o próprio discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1963, na ocasião em que recebera o título de

¹²⁰ Os debates acerca do nacional-desenvolvimentismo perpassam o século XX, mas tomam o corpo que interessa à perspectiva da colonialidade com a Teoria da Dependência.

¹²¹ Sobre a articulação entre preservação e desenvolvimento econômico através do turismo a partir de uma agenda internacional da Unesco, ver: Correa (2016), Sá Barreto & Medeiros (2016) e Peixoto (2002).

¹²² Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração da Propriedade Cultural (*Iccrom*, sigla em inglês).

Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia¹²³. Sua fala remete à ideia de um “acervo monumental” que seria “testemunho” significativo da história do Brasil e cujo trato demandaria uma preparação adequada dos técnicos que somente a universidade seria capaz de oferecer. Tomando os museus com referência no processo de conservação e valorização do patrimônio da nação, Rodrigo cita os exemplos de três universidades norte-americanas – Harvard, Yale e Princeton – cujos museus seriam representativos “integrantes de universidades das grandes nações”. Nesse sentido, o arquiteto menciona que uma das atribuições universitárias seria a de formação de “museologistas” no sentido de responder à “magnitude do papel reclamado aos museus na vida contemporânea das nações civilizadas” (ANDRADE, 2005, p. 86). Para ele, não seria mais pertinente que as ações de preservação se guiassem pela “improvisação de capacidades” e nem por “empirismo de técnicas”, mas necessitaria de técnicos de nível superior cuja formação abarcasse especialidades ministradas nas disciplinas de Arquitetura, História, Sociologia, entre outras acrescidas das especialidades “novas” no âmbito da museografia em caráter universitário. E assim ele conclui sobre a formação dos especialistas dedicados a museus:

E, se na administração federal, desde a década de 1930, foi criado um curso de museus no Museu Histórico Nacional, por iniciativa e sob a direção do ilustre Dr. Gustavo Barroso, curso esse que se ampliou apreciavelmente e se considera de extensão universitária, ele não pode, todavia, *data venia*, bastar às necessidades do país. Por mais dedicada e esclarecida que seja sua superintendência, por mais proficientes e zelosos que sejam os respectivos professores e por muito melhoradas que tenham sido as instalações do curso, não há possibilidade de o currículo comportar as disciplinas fundamentais e auxiliares indispensáveis à formação de especialistas para as diversas modalidades de museus modernos. Somente as universidades têm condições para corresponder aos reclamos da preparação adequada dos museologistas de que o Brasil precisará, não apenas em futuro remoto, mas em futuro próximo (Idem, p. 86).

4.3 - Minas Gerais e o Patrimônio

Aparentemente a criação do IEPHA se deu num contexto de efervescência de iniciativas referentes à especialização da mão-de-obra

¹²³ Discurso pronunciado em 1963 por ocasião da cerimônia, publicado originalmente no livro Rodrigo e o SPHAN. Rio de Janeiro: MINC/SPHAN, 1987. Ver: ANDRADE, 2005.

voltada ao patrimônio. Com base na literatura analisada, é possível interpretar que os centros de ensino superior exerceram papel fundamental na construção da legitimação desse mundo institucional desde a década de 1930, centros esses que se transformaram na década de 1960 a partir da reforma universitária. O conhecimento especializado, nesse sentido, se revelaria via de mão dupla: ao mesmo tempo que seria produzido pelos agentes da área e reivindicado como referência à prática profissional, forjaria igualmente esquemas de consagração e legitimação entre os pares (BOURDIEU, 1987), a partir dos quais o arcabouço especializado se tornaria pré-requisito ao exercício profissional dentro do campo do patrimônio.

Pensar a construção do IEPHA a partir desse cenário, implica considerar nas possíveis relações de colonialidade reproduzidas a partir de um sistema de referências institucionais fundamentadas na lógica moderno-colonial. É nessa perspectiva que o patrimônio seria identificado - ou revelado (CHUVA, 2009) - pelo especialista: a herança de relações sociais estabelecidas em outros momentos da história, mas passíveis de serem identificadas como representativas de uma identidade nacional por aqueles que detivessem as ferramentas “necessárias” para valorá-las.

Ainda que parte significativa da literatura e das pesquisas acerca da história das políticas de preservação foquem nas ações dos arquitetos, é preciso considerar o papel dos historiadores, conservadores, antropólogos, juristas, entre outros, na *invenção* do patrimônio nacional (CHUVA, 2012a; CHUVA & AGUIAR, 2014), e na mesma importância assumida pelo museólogo, considerando que museus e institutos de patrimônio atuaram concomitantemente, em reciprocidade, produzindo narrativas que contribuíram na fabricação do patrimônio e orientaram em leituras sobre o mundo.

Aparentemente os bens culturais foram se tornando capitais simbólicos selecionados pelos especialistas do Estado como representantes de um projeto nacional, sendo Minas Gerais a expressão-síntese da origem da nacionalidade (CHUVA, 2009). Aqui, recorre-se à Chuva (2003; 2009; 2012b) e Fonseca (2009) para destacar o papel da região mineira na configuração dos “critérios de ancestralidade” atribuídos pelos então arquitetos da memória (CHUVA, 2009). A viagem a Diamantina empreendida por Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade serviu

como referência para se compreender a arte barroca enquanto manifestação cultural “tipicamente brasileira”. Nessa perspectiva, os tombamentos executados pelo IPHAN na primeira metade do século XX reafirmaram as raízes portuguesas como formadoras do “povo brasileiro”, herdeiras dos valores morais e espirituais que nos aproximavam das “nações civilizadas” (Idem).

Segundo Rubino (1996), Minas Gerais revelou-se o local da proto-história da preservação aos olhos do mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade¹²⁴. De acordo com a autora, para o então diretor do IPHAN a região mineira reunia o acervo lusitano mais rico do país, do qual não se observava impressões da mão-de-obra escrava na sua arquitetura e bens móveis, não se percebiam sinais das influências africanas e ameríndias, não havia conflitos ou contrastes. O passado eleito sugeria uma espécie de continuidade ibérica, representado por bens que seriam “[...] a melhor contribuição que poderíamos dar ao patrimônio mundial” (Idem, p. 101). Esse conjunto identificado e patrimonializado revelaria a perspectiva de uma história nacional que se iniciava com a colonização, a formação de um país católico “[...] guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, habitado por personagens ilustres que caminham entre pontes e chafarizes” (Idem, p. 98).

De acordo com Rubino, entre 1938 e 1967, dentre os 165 bens tombados, 123 faziam parte da região de Minas Gerais e pertenciam ao século XVIII, “[...] o século mais preservado pela ação do SPHAN” (Idem, p. 102). A autora continua:

Nesse estado se concentra o maior número de conjuntos urbanos preservados em sua integridade: Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional em 1933 e inscrita no livro de Belas-Artes em 1945. São João Del Rei (a primeira inscrição no livro de Belas-Artes), Tiradentes, Mariana (declarada Monumento Nacional em 1945), Serro e Diamantina foram tombadas em 1938, Congonhas em 1939 e Sabará em 1965 (RUBINO, 1996, p. 102).

Essa visão especializada selecionou Minas Gerais como um referencial de “origem”, o berço de uma sociabilidade “inteiramente brasileira” a partir do barroco, polo irradiador da cultura, lugar de civilização (SANTOS, 1996).

¹²⁴ Vale destacar que Gustavo Capanema, que exerceu o cargo de Ministro da Educação entre 1934 e 1945, era igualmente natural de Minas Gerais, o que aponta a influência da região sobre a política estatal naquele período.

A arte colonial mineira e o século XVIII foram eleitos símbolos da nação brasileira pelos especialistas dedicados ao patrimônio, “daí o grande apelo para salvar o passado da sua ruína. Era preciso transformá-lo em tradição [...]” (SANTOS, 1996, p. 91). Minas e o patrimônio mineiro seriam, portanto, o paradigma para as políticas de preservação no restante do Brasil (CHUVA, 2009), numa associação inédita entre as formas e princípios do barroco e a arquitetura moderna, associação essa fundamentada na noção de universalidade da arte (Idem, 2003)¹²⁵.

De acordo com Julião (2008), muitos foram os intelectuais investidos de argumentos para justificar a importância de Minas Gerais na narrativa histórica civilizatória. Entre eles, o advogado e professor Affonso Arinos de Melo Franco, para quem Minas do século XVIII “[...] dera origem a uma civilização, na qual a arte e a história haviam alcançado a dimensão do universal” (Idem, p. 162). Erudito, Affonso Arinos, primo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, compôs o grupo de modernistas mineiros a participar do Conselho Consultivo do IPHAN, tendo sido convidado em 1941 a ministrar um curso técnico naquela instituição. Arinos também ocupou a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN) dentro do Conselho Federal de Cultura (CFC)¹²⁶ e ocupou a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade do Distrito Federal. Em sua vida intelectual desenvolveu o que ficou conhecido como o “conceito de civilização brasileira”, que articulava as ideias de civilização e cultura na história do Brasil a partir da colonização portuguesa, assumindo uma perspectiva evolucionista (Idem) que associava os ciclos econômicos a uma espécie de marcha civilizatória. Nesse sentido, Arinos destacava a importância da mineração para o surgimento das cidades, elemento fundamental no processo civilizatório, propício ao cultivo da arte universal. “Uma história cujo sentido se projetava para além das fronteiras particulares, concorrendo para o curso de acontecimentos cujas repercussões alcançavam a esfera global” (Idem, p. 163).

¹²⁵ De acordo com Chuva (2003), comparava-se Aleijadinho e Oscar Niemayer – Ouro Preto e Brasília – traçando-os como vínculos de pertencimento à civilização ocidental a partir da noção de universalidade da arte brasileira.

¹²⁶ Importa destacar que o CFC tinha como uma de suas responsabilidades a recuperação de instituições culturais e o apoio à institucionalização da cultura na esfera estadual. Conforme mencionado no capítulo anterior da tese, foi inicialmente composto por 24 intelectuais de reconhecida importância no campo e projeção nacional escolhidos pelo Presidente da República.

A história profissional de Affonso Arinos nos oferece indícios - entre outros já mencionados no decorrer da tese - para a existência de um campo do patrimônio no Brasil com diferentes instâncias decisórias, em nível nacional e regional, mas cuja circulação de ideias aponta para um padrão de referências que parecem ter sido fundamentais na construção de dinâmicas preservacionistas¹²⁷. Para além da ligação de Arinos com o IPHAN e com Rodrigo Melo Franco de Andrade, ele igualmente foi um dos fundadores do Arquivo Público Mineiro (APM) e participou da composição histórica do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) - duas das instituições que antecederam o IEPHA na preservação de bens de valor cultural. Portanto, percebe-se uma reprodução em escala regional da dinâmica estabelecida em âmbito nacional com o IHGB e o Arquivo Nacional.

Affonso Arinos, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Renato Soeiro, entre outros mencionados na presente tese, podem ser encarados como intelectuais que contribuíram na formação da figura do especialista como aquele dotado de legitimidade - pela via do conhecimento especializado - de fala e decisão sobre o que poderia representar o legado da nação, poderia identificar os bens passíveis de aproximação do Brasil com a civilização moderna, considerando que a mesma - tendo a Europa como referência - desenvolveu-se como um projeto "superior" a ser seguido pelos povos considerados "primitivos" (DUSSEL, 2005). Essa articulação entre o conhecimento ocidental e a organização do poder - poder de discursar e selecionar, além do poder institucional do Estado - no campo do patrimônio se manifesta como uma espécie de continuidade das relações coloniais constitutivas do mundo moderno em seus instrumentos jurídico-burocráticos, conforme discutido no primeiro capítulo desta tese. A partir das considerações de Lander (2005) a respeito da manifestação da autoconsciência europeia sobre o continente americano e a conformação colonial do mundo, o patrimônio possivelmente expressaria o projeto

¹²⁷ Julião (2008) ressalta sobre a presença de outros intelectuais que formavam a *intelligentsia* do IPHAN no período de gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, e suas possíveis influências em alguns processos de patrimonialização. Para a autora, os ensaios histórico-sociológicos produzidos nesse período possibilitaram a complexificação da interpretação da realidade brasileira, ampliando o espectro de questões sociais a serem considerados no campo do patrimônio. Sendo assim, Julião considera possível dizer que um ou outro bem patrimonializado se desenhou a partir de obras clássicas como Casa Grande e Senzala (1933) e Sobrados e Mocambos (1936), de Gilberto Freyre, e Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda.

civilizatório marcando a relação de distinção entre o europeu, avançado, e os “outros”, primitivos, por meio da memória.

Outra instituição referente ao campo do patrimônio em Minas Gerais foi o Arquivo Público Mineiro, criado em Ouro Preto em 1895 – e transferido para a Cidade de Minas, atual Belo Horizonte, em 1901 – com a atribuição de receber, conservar e classificar os documentos relacionados à história, geografia e ao direito do Estado de Minas Gerais, incluindo objetos referentes às manifestações científicas, literárias e artísticas da região, como pinturas, esculturas e mobiliário - considerados de valor artístico ou histórico¹²⁸. Atualmente, se constitui de

[...] documentos manuscritos, impressos, mapas, plantas, fotografias, gravuras, filmes, livros, folhetos e periódicos. São documentos de origem pública referentes à Administração Pública de Minas Gerais produzidos desde o século XVIII, período colonial brasileiro até o século XXI e de documentos de origem privada de interesse público e social¹²⁹.

Percebe-se que o século XVIII foi tratado como a referência primordial nas dinâmicas de preservação e de construção de uma história nacional a partir de Minas Gerais. Maria do Carmo A. A. Gomes (1994) destaca o papel disciplinador do Arquivo no século XIX, num contexto de surgimento da Escola Positivista, em que o *status* científico disputado pela História serviu à seleção e institucionalização de uma memória mineira. Essa memória, para Cláudia Regina Callari (2001), seria a de um glorioso passado regional, no qual o Estado de Minas Gerais teria sido combativo à tirania metropolitana e que projetaria, desde então, um importante papel a desempenhar na Federação. “Nada mais lógico, portanto, que Minas recuperasse o posto proeminente que ocupava no século XVIII” (CALLARI, 2001, p. 76).

O Arquivo Público Mineiro foi instalado inicialmente na parte térrea da casa do seu primeiro diretor, o político e jornalista José Pedro Xavier da Veiga. Segundo Rubem Damião Soares Nogueira (2016), A lei de criação do Arquivo e o decreto que o regulamentava previam a guarda e a classificação de quadros e estátuas, mobílias, gravuras, mapas, armas, livros, objetos de ourivesaria, medalhas, moedas, figurinos, entre outros

¹²⁸ Informações disponíveis na página virtual do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4>> Acesso em: 29 dez. 2017.

¹²⁹ Texto retirado da página virtual do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4>> Acesso em: 29 dez. 2017.

bens móveis além de “desenhos representativos do trajar e uso da população civilizada ou selvagem do estado de Minas Gerais em qualquer época, quer das vestimentas e fardas dos funcionários civis ou militares, antigos e modernos” (Decreto nº 860, 19 de setembro de 1895, artigo 7º). Conforme Nogueira, alguns desses bens seriam catalogados e distribuídos futuramente em um museu e uma biblioteca dedicados à história de Minas.

Pode ser daí a iniciativa de se criar o Museu Mineiro em 1910, o que seria, naquela ocasião, um centro de coleta, estudo e armazenamento de bens representativos de uma determinada versão da História de Minas que se pretendia narrar. O Museu foi juridicamente consolidado em 1910, com a lei estadual nº 528, a qual também o incumbiu de zelar pelos monumentos e edifícios históricos existentes no estado; mas sua instalação se efetivou apenas em 1977 em Belo Horizonte, quando foi oficialmente separado do Arquivo Público Mineiro, readquirindo o referido acervo e passando a ser coordenado pelo IEPHA. Por essa razão, manteve-se instalado inicialmente no casarão onde funcionava o Instituto. Durante esse intervalo entre a sua criação e a efetiva instalação, as peças patrimonializadas ficaram sob a guarda do Arquivo Público Mineiro¹³⁰, cuja coleção foi em grande parte formada na primeira metade do século XX, numa perspectiva enciclopédica¹³¹. Na década de 1980, parte desse acervo foi deslocado, portanto, para o Museu que ganhava na ocasião uma sede própria.

¹³⁰ Importa mencionar que o Arquivo Público Mineiro, ao longo de mais de 120 anos, reuniu parte da coleção referente à Comissão Construtora da Nova Capital em suas atividades técnicas e rotinas administrativas para a concepção, planejamento e construção do que se tornaria a nova capital de Minas Gerais: a cidade de Belo Horizonte. Esse conjunto de bens - que incluía fotografias, documentos textuais e mapas gerados e datados de 1890 até 1903 - foi reconhecido em 2015 como patrimônio da humanidade pelo Unesco a partir do “Programa Memória do Mundo” (*Memory of the World* - MOW), o qual seleciona acervos em diferentes partes do globo que considera representativos da história mundial. Outras coleções já haviam sido contempladas com o título - uma delas referente à Câmara Municipal de Ouro Preto e a outra relacionada à Polícia Política (DOPS-MG) -, considerando os critérios de conservação, acondicionamento e acesso público. Esses conjuntos de bens encontram-se divididos entre outras instituições de preservação, tais como o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e o Museu Abílio Barreto, mas revelam, em comum, uma memória regional de modernização, ou mesmo de adesão - de diferentes formas - a um projeto de Modernidade. Por essa perspectiva, o título de reconhecimento supranacional contribui na reflexão sobre a relação entre a patrimonialização e a construção de uma narrativa sobre o Brasil que toma como referência as relações e influências da colonização. O “Programa Memória do Mundo” foi criado em 1992, mas a adesão brasileira somente ocorreu em 2004 a partir da representação do Comitê Nacional do Brasil.

Disponível em:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=212025&chPlc=212025>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/acervo-do-arquivo-publico-mineiro-sobre-a-historia-de-belo-horizonte-vira-patrimonio-da-humanidade>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

¹³¹ Disponível em: <<http://www.museumineiro.mg.gov.br/historico/>>. Acesso em: 30 de dez. de 2017.

Criado em 1907¹³², o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) foi outra agência dedicada à preservação de documentos, imbuída dos mesmos ideais que forjaram o IHGB no século XIX. Ainda que sem o mesmo prestígio do instituto nacional, a observar pela ausência de sede até o final da década de 1920, os objetivos do IHGMG se assemelhavam “[...] aos dos outros Institutos Históricos locais. Mais do que nunca, sob a República Federativa – e com relativo atraso –, buscava-se legitimar, pela via do passado, o papel desempenhado pelo Estado no presente” (CALLARI, 2001, p. 79). O Instituto mineiro foi composto por indivíduos responsáveis por tarefas técnicas e pelo exercício da erudição, aos moldes iluministas, conforme se vê registrado em sua página virtual oficial. Vários de seus componentes eram também filiados ao Arquivo Público Mineiro, e em comum, se empenhavam em justificar o predomínio econômico e político de Minas Gerais na Primeira República (Idem). O estatuto científico da história narrada e divulgada em seus periódicos servia, portanto, à representação e à legitimação simbólica do poder mineiro frente à Nação. A escrita da história e as narrativas sobre a memória mineira, aparentemente, se inter cruzaram na constituição de um discurso sobre o passado, servindo reciprocamente como referência para a construção da ideia de patrimônio.

Nesse processo de formação do Estado nacional moderno, ainda se destacam os museus mineiros que, tal qual os nacionais, como discorre Julião (2008), foram apropriados como espaços de projeção de um projeto de civilidade, na formação do corpo de cidadãos inscritos em relações de poder e saber referendados nas dinâmicas de preservação. Fazendo uma articulação entre a formação de alguns museus mineiros e a tradição cultural europeia, as ideias de Julião podem ser estendidas às demais agências de preservação acima citadas. Para Callari (2001) e Nogueira (2016), é possível perceber o engendramento das atividades dos arquivos, museus e institutos em âmbito nacional e regional, sendo que para este último autor, haveria uma relação intrínseca entre os três na constituição do

¹³² Segundo a página oficial do Instituto, no final do Império e nos anos iniciais da República inúmeros estados criaram Institutos Históricos e Geográficos, inspirados na estrutura e missão do IHGB. Em Minas Gerais, o Instituto dedicou-se a “preservar, produzir e divulgar registros históricos” enquanto “repositório dos mapas e das descobertas geográficas do vasto território”, “destacando-se como tribunal da História e depositário das tradições de Minas Gerais”.

Disponível em: <<http://www.ihgmg.org.br/?dummy=1514661032961>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

exercício profissional técnico, uma conectividade que teria favorecido a constituição de políticas e estratégias de colaboração institucional. Ao reivindicarem para si a tarefa de formação de uma identidade coletiva e de construção da narrativa histórica, eles produzem, no plano regional as referências geradoras do sentimento de pertencimento à comunidade mineira, mas principalmente brasileira. Especificamente sobre os museus, Julião destaca a mobilização de expedientes da narrativa museográfica na articulação de “[...] histórias locais à história unitária e coesa da nação, concorrendo, ao lado dos grandes museus, para tornar hegemônica uma mesma percepção e atitude em relação ao passado” (JULIÃO, 2008, p. 41).

Também importa destacar as reflexões de Schwarcz (1993; 2012) que, por sua vez, ressalta o papel não apenas dos museus e institutos geográficos, mas igualmente menciona o das faculdades de medicina, faculdades de direito, a Academia Imperial de Belas Artes e outras instituições que, segundo ela, teriam sido capazes de moldar as imaginações e criar realidades unificadas, comunidades imaginadas que conformavam a maneira pela qual o Estado enxergava seus domínios. Portanto, as agências mineiras, à exemplo daquelas instaladas na capital nacional, aparentemente construía sentidos que tornavam possíveis a participação de Minas Gerais naquilo que Schwarcz (2012) chamou de “repertório das nações” e “gramática dos povos” - civilizados.

Não obstante os museus instalados no Rio de Janeiro, então capital federal, Minas seria contemplada com equipamentos sob a centralidade do controle do IPHAN dedicados a preservar o que se entendia como o patrimônio móvel da sociedade setecentista, berço de uma civilização que evoluiria para a Modernidade. Ou seja, essa conformação a uma clivagem estruturante moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2005) se materializaria não somente nos tombamentos executados, mas também nos museus. A Modernidade se incorporava, portanto, na totalidade criada a partir do “choque de culturas” (IGLESIAS, 1992) e da exploração do território, se reproduzindo em narrativas patrimoniais em que imperava um suposto consenso celebratório sobre o processo de acumulação originária de capital - a exploração de matéria-prima no século XVIII em Minas Gerais.

Nesse sentido, vale destacar os apontamentos de Julião (2008) a respeito dos museus criados entre os anos de 1930 e 1950 em núcleos

urbanos preservados - exceto por Diamantina - como os Museus da Inconfidência, do Ouro, do Diamante e o Regional de São João Del Rei, os quais distribuíam-se nas antigas comarcas da Capitania das Minas: Vila Rica, Sabará, Serro do Frio e Rio das Mortes. Segundo a autora, tal configuração poderia ser interpretada como uma possível estratégia para cobrir geograficamente a empreitada colonial na sociedade mineradora. Do acervo, a autora enumera louças, imagens sacras, objetos utilitários do cotidiano doméstico - como candeias e caldeirões - indumentária, joias, instrumentos de trabalho nas lavras, instrumentos musicais, entre outros objetos que representariam a sociedade mineira entre os séculos XVIII e XIX.

Mas interessa destacar os desentendimentos mencionados por Julião entre o IPHAN e as populações locais nesses processos de patrimonialização e preservação - com exceção das ordens eclesiásticas, com as quais Rodrigo Melo Franco de Andrade teria travado bons relacionamentos. De acordo com a autora, as referidas discordâncias não foram raras, e muitas vezes se mostraram virulentas. A autora remonta alguns enfrentamentos e negociações em torno da organização daqueles museus a partir do tombamento de imóveis ameaçados ou condenados. Dos embates entre proprietários, Julião cita como emblemático o caso do sobrado de São João Del Rei em que a Prefeitura e a população local firmaram um movimento de oposição ao tombamento do prédio:

Se, para dirimir desentendimentos com membros da Igreja, Rodrigo contava com o apoio de autoridades da alta hierarquia eclesiástica e de intelectuais católicos influentes, em relação às prefeituras e comunidades locais os embates se desenvolviam, muitas vezes, sem mediações, expondo, com frequência, os funcionários do Serviço em confrontos diretos com autoridades municipais e moradores. [...] É o que se pode apreender na carta, de 1941, enviada por ele a Epaminondas de Macedo, representante do Serviço em Minas, na qual manifesta sua preocupação com a indisposição das autoridades e da população de Diamantina com o DPHAN e solicita ao mesmo que permaneça mais tempo naquela cidade. Um dos conflitos mais sérios ocorreu em 1946, com o Prefeito de São João Del Rei, que se recusou a cooperar com o DPHAN para impedir a demolição de sobrado situado em área tombada. Após trocas de muitos ofícios e telegramas, de tentativas de intervenção malsucedidas do arquiteto do PHAN, Edgard Jacinto, Rodrigo recorreu à Procuradoria Geral da República, solicitando o embargo judicial das obras empreendidas no referido sobrado. O caso se encerrou com a desapropriação do sobrado pelo Governo Federal, tendo sido, então, destinado à sede do Museu Regional de São João Del Rei (JULIÃO, 2008, p. 133-134).

Segundo Julião, não é de surpreender que o IPHAN tenha vivenciado uma série de situações de animosidades ao longo de sua existência, uma vez que aos olhos da população e das autoridades locais a atuação da agência fazia parecer arbitrárias as decisões calcadas em valores acessados apenas ao corpo de especialistas:

Visão que, na prática, se traduziu na crença de que caberia às elites a missão de educar a população, conduzindo-a ao estágio de civilização compatível com a nação que se projetava para o Brasil. Ora, imbuídos dessa percepção, dificilmente os contatos de técnicos e especialistas com as comunidades tomariam um rumo em direção a um diálogo equilibrado, uma vez que, para eles, a massa desinformada e alheia à realidade do presente e aos valores do passado não estaria apta a constituir-se como interlocutora no processo de produção do patrimônio (JULIÃO, 2008, p. 133-134).

É nesse quadro que o IEPHA é criado, sob a perspectiva de continuidade de trabalhos técnicos e procedimentos jurídico-burocráticos considerados adequados e legítimos na preservação do patrimônio; trabalhos esses que tinham como bagagem as décadas de gestão paradigmática de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do IPHAN.

4.4 - O IEPHA e a Atuação Especializada

Em 1971 a criação do IEPHA se deu a partir de um aporte de ideias relacionadas ao passado de Minas Gerais como tradição de uma nação que se pretendia moderna, e uma série de tentativas políticas¹³³ para preservar fragmentos materiais desse passado interpretado por técnicos e eruditos como emblemático no “processo civilizatório” brasileiro. O IEPHA, portanto, foi incumbido de reproduzir esses referenciais do IPHAN, sua dinâmica especializada, suas ferramentas e sua discursividade.

A narrativa de origem construída pelo próprio Instituto, segundo consta na sua página eletrônica¹³⁴, atribui ao governador Rondon Pacheco as primeiras providências para a criação da agência após o encontro de

¹³³ Tais experiências foram mencionadas no capítulo anterior e no começo do presente capítulo, sendo elas: a ação do presidente de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna, em 1925, de organizar uma comissão que elaborasse um projeto para impedir a dilapidação do patrimônio mineiro; a criação da Inspeção Estadual de Minas Gerais em 1926; e a criação de museus regionais dedicados à preservação de bens móveis nas localidades onde se voltavam as preocupações do IPHAN, como o Museu da Inconfidência, o Museu do Ouro, o Museu Regional de São João Del-Rei e o Museu do Diamante.

¹³⁴ Disponível: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/o-iepha#hist%C3%B3ria>> Acesso em: 23 dez. 2017.

Brasília em 1970. Em 30 de setembro de 1971, a Lei nº 5.775 oficializou a configuração do Instituto sob forma de Fundação – com sede e foro na cidade de Belo Horizonte – ligada à Secretaria de Estado da Cultura.

Sobre o contexto de criação do IEPHA, a arquiteta Jurema Machado¹³⁵, em sua fala no Seminário “Preservação: a ética das intervenções” realizado pelo IEPHA em 1997, destaca o papel atribuído à agência estadual numa conjuntura de grandes transformações urbanas sustentadas pela ampliação da estrutura burocrática estadual (MINAS GERAIS, 1997). Machado ressaltava as mudanças vivenciadas pela urbanização e adensamento demográfico de Belo Horizonte que, segundo ela, colocavam em risco não apenas os bens valorados pelo IPHAN, mas também um patrimônio do ecletismo do século XIX. Ela falava sobre a expansão da máquina tecnoburocrática do Estado, e citava como exemplo a criação da Secretaria de Estado do Planejamento, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), a Fundação João Pinheiro, entre outros que representariam uma espécie de “furor modernizante” da época. Nessa perspectiva, a construção de novos prédios parecia negar a concepção arquitetônica dos antigos edifícios administrativos, culminando na tentativa de demolição do famoso Palácio da Liberdade:

O exemplo extremado dessa postura e com o qual se vincula a decisão de criação do IEPHA/MG foi um grande projeto, concebido entre 1969 e 1970, e que teve, inclusive, sua implantação iniciada de uma reforma radical do conjunto da Praça da Liberdade. Essa reforma substituiria o Palácio por uma torre de vidro projetada por Oscar Niemayer, implantaria uma trincheira ligando a Av. Brasil à Av. Bias Fortes e remodelaria totalmente a praça no estilo calçada de Copacabana, jardim tropical e aquilo que Carlos Drummond de Andrade chamou de *fontes luminosas musicais* (MINAS GERAIS, 1997, p. 17).

Segundo Jurema Machado (MINAS GERAIS, 1997), a criação do Instituto se voltou no primeiro momento, portanto, à proteção de bens que se mostravam ameaçados, entre eles o Palácio da Liberdade, a Fazenda Boa Esperança em Belo Vale, a casa de Alphonsus de Guimarães na cidade de Mariana, a Chácara do Barão do Serro na cidade do Serro, a casa de Guimarães Rosa em Cordisburgo e o antigo prédio do Senado em Belo Horizonte, totalizando, na primeira década, 29 tombamentos, sendo um

¹³⁵ Jurema Machado presidiu o Instituto entre os anos de 1994 a 1998.

terço deles localizados na capital mineira. Tais medidas, de acordo com Machado, procuravam limitar ou controlar o “imperialismo tecnológico” de “estilo internacional” que parecia suprimir as identidades culturais brasileiras. Nesse sentido, as atividades de preservação foram sendo integradas ao planejamento urbano e territorial, seguindo uma tendência que já se observava na esfera federal e anunciada nos Encontros de Governadores em 1971 e 1973.

É preciso destacar o contexto de governos militares, especificamente a gestão de Emílio Garrastazu Médici que impulsionava uma série de programas políticos na área de transportes, energia, construção civil, siderurgia e petroquímica sob a bandeira do “Milagre Econômico” brasileiro. A fala de Jurema Machado sobre esse tema, enquanto representante do IEPHA, nos indica o que seria a “ética da preservação” a guiar as atividades da agência e dos profissionais dedicados ao patrimônio em risco pela expansão urbana e industrial dentro desse referido contexto:

E o IEPHA nasce no meio dessa crise radical de Modernidade, no meio de um cenário de constante dissolução e reformulação, gerador de um sentimento geral de ausência de valores vitais da cultura. E, quando se fala de cidades, essa fragilidade de valores e essa ideia de uma sucessão incontrolável de imagens é ainda mais gritante. E se Moderno é o último, é o novo, é a oposição, então ele não tem identidade - sua identidade fica condenada à referência do passado. Tremenda responsabilidade para quem pretende cuidar do patrimônio! (MINAS GERAIS, 1997, p. 21)

A partir da fala de Machado no evento, é possível perceber a preocupação em se preservar os elementos materiais até então eleitos como representativos da cultura brasileira a partir dos critérios estabelecidos pelos agentes legitimados. A Modernidade, naquele momento, aparece como ideia de “modernização” que estaria por ameaçar “os valores vitais da cultura” brasileira e a tradição - aquela que teria sido identificada em Minas Gerais com a colonização, especialmente a partir dos ciclos da mineração e do surgimento das cidades, da arte e da arquitetura ali desenvolvidas.

Não apenas a literatura dedicada à reflexão sobre o patrimônio mineiro, mas as fontes oficiais do IEPHA - relatórios e publicações - apontam que as políticas preservacionistas acabaram por se alinhar às diretrizes urbanísticas, articulando o nacional-desenvolvimentismo à

proteção de bens culturais das cidades. Nesse quadro, o técnico do patrimônio, o especialista, seria, portanto, aquele agente capaz – e com legitimidade – de estabelecer essa nova relação com a Modernidade a partir de um diálogo entre modernização e tradição a propósito da manutenção do projeto civilizatório.

Com uma estrutura operacional de pequeno porte, o IEPHA foi inicialmente instalado no casarão onde seria alocado o Museu Mineiro¹³⁶ alguns anos depois, enquanto as atividades burocráticas eram realizadas em outro imóvel localizado à Rua da Bahia¹³⁷. A edificação agregou a agência de patrimônio à instituição museológica, conjugando ações que tinham como objetivo a proteção de bens culturais. Assim, as políticas de preservação se articularam à constituição do acervo do museu, forjando um repertório comum na consolidação de uma estrutura burocrática dedicada ao trato com bens culturais patrimonializados, mas se voltou principalmente às ações de tombamento e restauração.

Por atribuição legal, a agência mineira ficou encarregada de proteger, gerenciar, fiscalizar, pesquisar e conservar o patrimônio mineiro. Suas funções em muito se assemelhavam ao IPHAN em proporções regionais, tendo como referência os quatro Livros de Tombo que guiariam suas atividades de proteção: Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro de Tombo da Belas Artes; Livro de Tombo Histórico e Livro de Tombo de Artes Aplicadas. A lei de criação do IEPHA - Lei nº 5.775 de 1971 -, no seu artigo 4º, instituiu que os livros de tomo seriam os mesmos definidos pelo Decreto-lei nº25 e que o tombamento se concluiria após deliberação¹³⁸ do setor de “Assessoria de Estudo e Projetos”, do

¹³⁶ O imóvel foi construído no final do século XIX em estilo neoclássico, destinado a ser a residência do Secretário de Agricultura do Estado. Acabou por abrigar o Senado mineiro no início do século XX; posteriormente abrigou a Inspeção Geral de Finanças, e por fim o museu na década de 1980. Foi um dos primeiros edifícios restaurados pelo IEPHA.

¹³⁷ Sobre as locações do IEPHA ao longo do tempo, importa mencionar que num primeiro momento o Instituto funcionou no próprio Gabinete do Secretário de Governo do Estado, quando em 1973 foi transferido para uma casa na Rua da Bahia. Em 1985 o Instituto foi deslocado para um prédio alugado na Rua dos Inconfidentes, onde permaneceu até a década de 1990, quando se mudou para outro edifício na Rua Timbiras. Em 1998 a agência estadual foi transferida para o imóvel que abrigava a antiga Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas, localizado na Praça da Liberdade e tombado pelo IEPHA em 1977. Em 2013, a maior parte de sua estrutura técnica foi transferida para outro edifício localizado na Rua Aimorés, onde então funcionava a sede da Companhia de Desenvolvimento Econômico (CODEMIG).

¹³⁸ Posteriormente, em 1972, através do Decreto nº 14.366, os tombamentos e as inscrições nos livros de tomo passaram a ser determinados por Decreto do Governador do Estado, sob proposta do Conselho Curador proferida após decisão da Assessoria de Estudos e Projetos e aprovada pelo Diretor do IEPHA.

presidente do IEPHA e do Conselho Curador¹³⁹. Tais decisões, segundo aquela lei, deveriam ser comunicadas ao IPHAN, ainda que fossem independentes de tombamentos em nível federal. Sobre elas, cabe destacar o texto legal que esclarece a legitimidade das esferas decisórias no corpo burocrático do Instituto:

[...] Art.6º O Instituto será administrado por um Conselho Curador composto de 5 (cinco) membros e respectivos suplentes com mandato de 2 (dois) anos, escolhidos pelo Governador do Estado entre pessoas de ilibada reputação e notória competência em assuntos compreendidos nos objetivos da entidade.

Parágrafo 1º - O Governador do Estado designara, mediante proposta do Secretário de Estado da Educação, dentre os membros efetivos do Conselho Curador, o Presidente, o Vice-Presidente e o Diretor Executivo do Instituto, devendo, para esse último, recair a escolha em engenheiro, arquiteto ou especialista em assuntos de arte e história de reconhecido conceito e experiência administrativa.

[...] Art. 9º - O Conselho Curador do Instituto será assistido, no exame, planejamento e execução de serviços ou obras ligados ao patrimônio histórico e artístico, por uma Assessoria de Estudos e Projetos, que poderá contratar a colaboração eventual ou permanente, de técnicos e especialistas de alto nível (MINAS GERAIS, 1971).

Percebe-se nesse trecho que as decisões tomadas seriam, portanto, de natureza técnica e política, considerando o especialista como aquele oriundo de determinadas áreas do conhecimento já legitimadas no campo do patrimônio – principalmente Arquitetura, Engenharia e História.

Uma das publicações comemorativas dos 20 anos de criação do IEPHA/MG – “Suplemento Especial: IEPHA 20 anos” – reuniu uma série de artigos sobre o desenvolvimento do Instituto onde se aponta que a criação da agência teria ocorrido em “sintonia com o IPHAN”. Sua primeira formação teria contado com figuras emblemáticas no campo do patrimônio em Minas Gerais, encarregadas de constituir as bases para a posterior expansão do órgão. Essa perspectiva condiz com a formação que inaugura

¹³⁹ O Conselho Curador do IEPHA inicialmente foi formado por 5 membros designados pelo Governador do Estado dentre pessoas de “ilibada reputação e notória competência em assuntos compreendidos nos objetivos do Instituto” (Decreto n.14.374 de 10 de março de 1972). Funcionou até 1986, quando houve paralisação das suas atividades, as quais foram reestabelecidas somente em 1995. Nesse período não foram encontrados documentos que apontassem outros processos de deliberação de tombamentos que suplantassem o papel decisório do Conselho. Exatamente em 1986 o Estatuto do IEPHA modificou a sua composição, ampliando para 7 membros, dentre os quais estariam o Presidente do IEPHA, um representante da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e 5 membros de “notório saber em assuntos compreendidos nos objetivos da Fundação”, indicados pelo Secretários de Estado da Cultura (Decreto n. 26.193 de 24 de setembro de 1986).

os trabalhos de direção, presidência e vice-presidência: Luciano Amedée Péret, arquiteto nomeado como diretor executivo até 1979; José Joaquim Carneiro de Mendonça, engenheiro que ocupou a presidência até 1975; e Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana como vice-presidente. Cabe destacar que Luciano Amedée Péret foi professor e diretor da Escola de Arquitetura da UFMG e publicou um dos trabalhos considerados referência nos estudos de modelagem sobre Aleijadinho (PÉRET, 1964). A respeito de José Joaquim Carneiro de Mendonça, contudo, não há informações precisas. Indícios apontam que tenha sido engenheiro, empresário e colecionador de arte. Mas seu nome é mencionado com mais precisão na área da Arte Contemporânea, entre críticos renomados no cenário nacional, como nos Anais do Salão Nacional de Arte Contemporânea de 1973 e nos salões municipais de belas artes de Belo Horizonte¹⁴⁰. Dom Oscar de Oliveira, por fim, iria integrar, ao longo de sua vida, a Academia Mineira de Letras, o IHGB e IHGMG, estabelecendo interfaces entre a atividade intelectual e as questões religiosas na narrativa sobre o passado mineiro (SILVEIRA, 2009)

Retomando as informações contidas na publicação do Instituto, em sessão destinada a um relato de Abílio Machado Filho¹⁴¹, as decisões sobre os tombamentos passavam em última instância pelo Conselho Curador, formado por 5 membros dentre os quais deveriam contar “um administrador experiente que, além da capacidade executiva, tivesse o espírito ligado ao nosso patrimônio”, um representante da Igreja Católica, “detentora da maior parte dos bens tombados de Minas”, “um historiador, um pesquisador de barroco e um engenheiro, arquiteto ou especialista em assuntos de arte e história” (MINAS GERAIS, 1991a, p. 5).

Segundo o relato publicado, as primeiras nomeações para o Conselho foram de José Joaquim Carneiro de Mendonça, Luciano Amedée Péret, Dom Oscar de Oliveira, Francisco Iglesias e Affonso Ávila. Iglesias era titular da cadeira de História Econômica do Brasil na Faculdade de Ciências

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa580680/jose-joaquim-carneiro-de-mendonca>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

Ver também: ANDRADE, Rodrigo Vivas. Os salões municipais de belas artes e emergência da arte contemporânea em Belo Horizonte: 1960-1969. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: Nelson Alfredo Aguilar. Campinas, SP, 2008.

¹⁴¹ Abílio Machado Filho era Secretário de Governo de Rondon Pacheco - governador do Estado de Minas Gerais - na ocasião da criação do IEPHA em 1971.

Econômicas da UFMG¹⁴². E Affonso Ávila, por sua vez, dedicava-se à pesquisa sobre o Barroco¹⁴³, dirigia o Centro de Estudos Mineiros (CEM) da UFMG e a Revista Barroco publicada na mesma universidade¹⁴⁴. O perfil dessa primeira composição do Conselho Curador já anunciava a tônica das políticas institucionais e a base conceitual que fundamentaria a missão institucional: a preservação de um patrimônio considerado a expressão-síntese da nacionalidade a partir da região de Minas Gerais.

Esse quadro nos remete à análise realizada por Fonseca acerca das composições do Conselho Consultivo do IPHAN na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Segundo a autora:

O Conselho Consultivo, enquanto representação da sociedade junto ao SPHAN teoricamente vinha legitimar a orientação imprimida pelos técnicos do órgão à proteção do patrimônio nacional. Na prática, porém, dada a sua composição – restrita ao meio intelectual e, especificamente, à área de humanidades e às disciplinas que eram então relacionadas com a proteção de bens culturais, a Arqueologia, a Museologia e a Etnologia, por exemplo – e à forma como eram selecionados os seus membros, o alcance dessa forma de legitimação ficou bastante limitado (FONSECA, 2009, p. 118)

É possível estender a fala de Fonseca ao próprio funcionamento do IEPHA, conforme revela o editorial do “Suplemento Especial: IEPHA 20 anos” no seu pronunciamento institucional acerca do distanciamento entre as decisões da agência e as comunidades:

Reconhecemos que houve, em certas circunstâncias, um cuidado excessivo, até mesmo uma certa intolerância por parte do IEPHA, na interpretação da legislação protetora do patrimônio e em suas relações com a comunidade, excesso justificável pela pressão gananciosa da especulação urbana e pela necessidade do trabalho pedagógico gradativo de sensibilização do indivíduo para a importância de seu

¹⁴² Disponível em: <<https://ims.com.br/2017/06/01/sobre-francisco-iglesias/>>. Acesso em: 3 dez. 2018

¹⁴³ Chuva (2003) assim sintetiza as ideias de Affonso Ávila a partir de um evento sobre o Barroco realizado em Minas Gerais na década de 1980: “Na conferência de abertura do ‘Congresso do Barroco no Brasil – Arquitetura e Artes Plásticas’, realizado em Ouro Preto, em 1981, Affonso Ávila reconhecia o barroco brasileiro como um ‘vínculo de civilização que nos irmana aos povos do Ocidente’. Com isso, atualizava as concepções que fundamentaram as práticas de preservação cultural do Brasil, comparando Aleijadinho e Oscar Niemeyer – Ouro Preto e Brasília – como ‘algumas das grandes pontes que, ligando passado e presente, igualmente comunicam ao mundo, sem perda da individualidade nacional, uma perene universalidade de nossa arte, de nossa cultura’. Dentre essas concepções, a questão do pertencimento à civilização ocidental foi talvez a mais significativa na configuração que tomou o processo de invenção de um ‘patrimônio nacional’ no Brasil (Idem, p. 313)

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/busca?q=affonso+%C3%A1vila>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

comprometimento com a preservação do passado comum (IEPHA, 1991, p. 2).

A mesma publicação aponta o predomínio expressivo de tombamentos de edificações religiosas (catedrais, capelas, igrejas, mosteiros), fazendas e edifícios públicos de significação institucional (Palácio da Justiça, prédio do Senado, prédio do Fórum, Palácio da Liberdade) realizados pelo IEPHA até 1980. Nessa relação de tombamentos, encontrava-se o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade que compreendia jardins, alamedas, lagos, fontes e monumentos, bem como prédios públicos que abrigavam secretarias de estado e cuja proteção incluiu as fachadas e seus interiores - as decorações, as escadarias, pinturas e vitrais. O tombamento datado de 1977 se referia à proteção do espaço que compreendeu as festividades de inauguração da nova capital mineira, uma esplanada para o Palácio da Liberdade - sede do Governo do Estado então tombado em 1975 -, e centro administrativo da primeira cidade planejada do Brasil. É possível interpretar que a relação entre preservação e modernização seria resignificada pelo Instituto no sentido de uma cidade organizada racionalmente, onde o projeto civilizatório se alinharia a uma urbanização controlada. A articulação da preservação do patrimônio com as mudanças urbanas e a expansão industrial numa perspectiva nacional-desenvolvimentista se apresentava desde a década de 1960, como se percebe em alguns documentos internacionais como a Norma de Quito (1967) e a Recomendação de Paris (1968).

A carência de documentos produzidos pelo Instituto referentes ao seu funcionamento na década de 1970 limitam a presente análise no que diz respeito a dados discursivos acerca das operações e posicionamentos institucionais. A ausência de relatórios ou publicações do IEPHA produzidos nesse período para circulação interna ou externa reduz nosso campo de reflexão, o que nos faz crer que a agência se dedicou em grande parte às restaurações e tombamentos, aproveitando sua parceria com o Programa Cidades Históricas e com o Programa de Obras Urgentes em articulações que se estabeleceram entre o IEPHA, o IPHAN, o Governo do Estado e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, conforme relatório elaborado pela Superintendência de Pesquisa, Tombamento e Divulgação em 1981 (IEPHA, 1981). O documento comenta ainda sobre convênios estabelecidos com a Fundação Roberto Marinho na execução de algumas

obras na região e menciona projetos de restauração “completa”, abrangendo um número significativo de edifícios religiosos e de bens móveis associados.

Para pensar os agentes e equipamentos que aos poucos foram compondo o campo do patrimônio em Minas Gerais, cabe destacar a figura de Jair Afonso Inácio, restaurador formado no interior do IPHAN, considerado uma referência na preservação e restauração de Bens Móveis e Integrados no Brasil¹⁴⁵, especialista em arte barroca e responsável pela restauração de parte significativa do acervo de Minas Gerais identificado pelo então IPHAN. Inácio se tornou conhecido também por tornar científica a restauração no Brasil, usando técnicas aprendidas na Europa e nos Estados Unidos adaptadas às condições climáticas e materiais brasileiras (NÓBREGA, 1997). O referido profissional fundou em 1971 o curso técnico de Conservação e Restauro na Escola Rodrigo Melo Franco de Andrade, da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Tal dado nos aponta mais exemplos de relações estabelecidas entre os Institutos de Patrimônio e instituições de ensino na circulação de ideias sobre preservação de bens culturais, indicando que tais agências conformavam áreas de saber a partir das experiências de tombamentos e restaurações. Esse conhecimento aos poucos se formaliza em cursos técnicos, em disciplinas do ensino superior, ou mesmo em centros de estudo e pesquisa que posteriormente se transformariam em cursos de graduação - à exemplo do CECOR vinculado à Escola de Belas Artes da UFMG.

A partir dos exemplos de alguns indivíduos que se fizeram presentes na constituição do IEPHA em seus primórdios, é possível perceber significativas semelhanças com a dinâmica apontada por Fonseca (2009) em relação ao IPHAN: a existência de uma rede de influências que compartilhava ideias e projeções acerca do que se entendia como cultura brasileira. E assim como aponta a autora, essa rede tinha como ponto de convergência a poesia, a literatura, as artes plásticas e o folclore e transitavam por conselhos, cargos públicos, por instituições de ensino e pesquisa. Esses indivíduos não se referiam necessariamente como

¹⁴⁵ Ver: NOBREGA, Isabel Cristina. Jair Afonso Inácio, um pioneiro na preservação do patrimônio artístico brasileiro. 1997. 362 f. *Dissertação* (mestrado), Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 1997.

acadêmicos, mas circulavam nos meios intelectualizados e envolviam-se no debate acerca da identidade nacional. Com o tempo, a legitimidade desse projeto cunhado por intelectuais foi assentando em critérios científicos e academicistas: os tombamentos e medidas de preservação, caso a caso, passaram a ter como sustentáculo a autoridade do avaliador a partir de conhecimentos balizados principalmente por disciplinas universitárias.

Uma análise dos relatórios de gestão internos, datados de 1981, 1983-1987 e 1987-1990 indicam que um dos objetivos da Instituição seria promover cursos de extensão ou de “formação de pessoal especializado”, estudos, pesquisas e publicações relacionados aos conhecimentos necessários para a execução dos trabalhos de preservação. Aparentemente existia uma projeção do Instituto em ampliar o mercado de trabalho do patrimônio a partir de contratação de profissionais autônomos. Nesse sentido, o trabalho especializado se voltaria não apenas para a pesquisa sobre bens culturais a fundamentar dossiês e inventários, mas se mobilizaria igualmente na divulgação de informações para a “conscientização” da população sobre as seleções institucionais acerca dos bens passíveis de patrimonialização. Tal processo é apontado no relatório da Superintendência de Pesquisa, Tombamento e Divulgação de 1981, conforme se observa:

Vem sendo igualmente dinamizado o trabalho de pesquisa, visando primordialmente a dois objetivos principais, quais sejam o cadastramento e o tombamento de bens culturais, salientando-se que o tombamento é hoje exigência preliminar, segundo as normas do SPHAN, para que os monumentos possam ser objeto de restauração em qualquer nível de intervenção. O IEPHA/MG já procedeu, desde sua criação, a 43 tombamentos de conjuntos ou, isoladamente, de edificações civis e religiosas, incluindo diversas no Vale d Jequitinhonha. O trabalho de pesquisa tem, por outro lado, a finalidade de subsidiar a divulgação cultural, notadamente quanto ao esforço de conscientização das comunidades para o imperativo cívico da preservação e valorização dos bens culturais. Nesse sentido, vem sendo regularmente editado pelo IEPHA/MG o informativo ACERVO, estando programadas novas linhas de publicações, dentre as quais uma coleção de Manuais Técnicos, que virá a representar valiosa contribuição na bibliografia especializada (IEPHA, 1981, p. 12).

A partir do trecho acima é possível depreender, portanto, que o processo de aceitação da comunidade sobre as escolhas do IEPHA qualificava o reconhecimento da autoridade do saber como um imperativo cívico.

Dentre os documentos mencionados no trecho acima, o arquivo do Instituto localizou apenas oito números da publicação *Acervo* datados entre 1980 e 1981. O segundo número, datado de setembro de 1980 aponta a existência de 3 manuais técnicos produzidos pela Superintendência de Conservação e Restauração, sob coordenação e supervisão dos arquitetos Mauro Cavalcanti Marques e Galileu Reis, respectivamente superintendente e diretor executivo do IEPHA na ocasião. Os manuais, intitulados “Normas de Projetos”, “Normas de Orçamentos” e “Roteiros de Vistorias”, segundo consta na Revista, estariam direcionados a “todos os profissionais e entidades que atuam no campo do patrimônio histórico e artístico” e teriam como objetivo abordar aspectos metodológicos do trabalho do instituto na área de projetos, obras, restaurações, museus, cadastramentos de bens culturais, tombamentos e legislação, orientando procedimentos técnicos a partir de “[...] conhecimentos testados, assimilados e codificados pela equipe IEPHA/MG, de modo a contribuir para o enriquecimento de uma bibliografia especializada” (IEPHA, 1980, p. 3).

Não é possível afirmar que esses manuais e cartilhas foram distribuídos aos municípios no período em questão, uma vez que não foram localizados no arquivo do Instituto. Contudo, a análise das revistas nos aponta a tentativa da agência de estabelecer normas comuns, ou “critérios básicos” de atuação – como é colocado pela Revista. Esses critérios seriam, portanto, ensinados a outros profissionais e passados à comunidade enquanto “ação conscientizadora”. Ou seja, a educação patrimonial aí aparece como transmissão de valores acerca de uma determinada interpretação sobre o passado eleita como a memória legítima da região, digna de ser preservada. Tal leitura parece se comprovar na Revista *Acervo* nº6 de 1981 que afirma a

[...] necessidade de consolidação de um programa de conscientização das comunidades perante os valores do patrimônio histórico e artístico do nosso Estado, condição básica para sua permanência como uma das grandes heranças espirituais do País e até para que se resguarde a própria responsabilidade pela história de Minas Gerais. [...] Pelo fato de Minas Gerais possuir o maior número de cidades históricas do País, de contar com um dos mais significativos acervos barrocos e por Ouro Preto ter sido declarada Cidade Monumento Universal pela UNESCO, o IEPHA/MG, dentro de suas atribuições e voltado para um trabalho cada vez mais integrado com as comunidades, vem estudando a definição de um programa educativo capaz de contribuir com acerto

para a formação da desejada consciência coletiva diante dos valores históricos e artísticos do Estado (IEPHA, 1981, p. 3).

Essa tarefa de conscientização, segundo a publicação, se daria através, entre outras coisas, de uma articulação entre o Instituto e as instituições de ensino básico e superior. As primeiras contariam com projetos de exibição de filmes documentários, conferências, palestras, exposições fotográficas e programação regular de visitas ao Museu Mineiro¹⁴⁶; e no “ensino universitário” o IEPHA incentivaria núcleos de pesquisa a partir de consultas ao seu próprio acervo documental.

Aqui interessa destacar a importância atribuída à pesquisa como ferramenta para a especialização da mão-de-obra – algo que vai se tornando imperativo profissional nas políticas de preservação. A Revista nº7 de 1981 atribuía a relevância institucional ao “inteiro domínio” do especialista sobre um “conhecimento teórico e científico”, alcançado através da compreensão dos elementos históricos, dos estilos artísticos e arquitetônicos, dos materiais, das técnicas ornamentais e construtivas, da terminologia científica, etc. Somente assim “o profissional de preservação do patrimônio histórico e artístico logrará conhecer afinal a sua verdadeira linguagem” (Idem, p. 3). Esse técnico, segundo a publicação, seria um “arquiteto, historiador, engenheiro, restaurador, etc.”, a aprofundar cientificamente seu trabalho a partir da pesquisa em fontes bibliográficas, fontes arquivísticas e fontes iconográficas (Ibidem).

Contudo, é possível crer que o IEPHA não tenha conseguido absorver a quantidade de profissionais compatível à sua demanda – devido a questões de ordem financeira e trabalhista, como será mencionado à frente. Nessa perspectiva, a Revista nº8 de 1981 aponta algumas reformulações operacionais feitas no Instituto para que o mesmo assumisse mais atividades de “programação, supervisão e fiscalização, na tentativa de terceirizar para profissionais liberais especializados uma série de atividades de projetos e execução direta de obras e restaurações.

¹⁴⁶A Revista nº1 de 1980 dedica a página 2 a falar da inauguração do museu no edifício do antigo Senado Estadual, restaurado pelo IEPHA a partir de recursos oriundos de convênio estabelecido entre o Governo do Estado e a Secretaria do Planejamento da Presidência da República. Segundo a publicação, o principal acervo a ser exposto no Museu Mineiro seria referente à Arte Sacra do século XVIII da Coleção Geraldo Parreiras: mais de 200 peças adquiridas pelo Estado de Minas Gerais em 1978.

O Relatório de 1981 aponta uma concentração de atividades de conservação e restauração relacionadas a vistorias e levantamentos, elaboração de projetos, elaboração de orçamentos e realização de obras executados através, principalmente, de convênios com o IPHAN e a Fundação Roberto Marinho, por meio do Programa Cidades Históricas e do Programa Obras Urgentes.

Um levantamento do total de processos de tombamento trabalhados na ocasião indica que dentre os 42 processos executados, 22 eram referentes a edificações religiosas de matriz cristã, 4 fazendas e 8 referentes a criação da capital e a edifícios públicos. A lista aponta que desses respectivos tombamentos em 1981, 8 haviam sido aprovados por decreto, dentre os quais apenas 1 referia-se a uma residência, enquanto os demais eram construções religiosas de matriz cristã (capelas, igreja matriz e romarias). Dos 10 processos concluídos, todos eram referentes a edificações religiosas de matriz cristã (capelas e igrejas matriz). E dos 15 processos em andamento, apenas dois aparecem como imóveis civis, sendo os demais a respeito de edificações religiosas de matriz cristã (capelas, igrejas e igreja matriz). Nesse ano de 1981 o relatório indica a existência de outros dois processos em análise: um referente a um antigo prédio de cadeia e outro referente à Estrada Real. Esses números apontam, portanto, uma continuidade na perspectiva conceitual do Instituto sobre a importância da colonização do território após 10 anos de funcionamento.

Naquele período ainda estava em processo de estruturação e implantação a Superintendência de Pesquisa, Tombamento e Divulgação, no sentido de se complexificar os estudos para a elaboração de uma Política de Preservação e de Cadastramento de Bens Culturais do Estado. Um estudo apurado do organograma do IEPHA aponta que a agência fora criada com 5 setores técnicos: setor de pesquisa e divulgação; setor de obras e unidades regionais; setor de contadoria; setor administrativo; e Museu do Ferro. No organograma que vigorou de outubro de 1979 a maio de 1984, o setor dedicado aos estudos para elaboração dos dossiês de tombamento foi a Superintendência de Pesquisa, Tombamento e Divulgação – que reuniu o escopo do Setor de Pesquisas e Divulgação e a Assessoria de Estudos e Projetos. Entre maio de 1984 a 1990, passou a se chamar Superintendência de Pesquisa e Tombamento – à exceção do período de 1985-1986, quando foi denominada Diretoria de Pesquisa e Tombamento – e em 1990 se tornou

Superintendência de Pesquisa e Proteção. Essa mudança de nomes refletia a expansão do Instituto e a setorização de suas atividades, já não mais concentradas em poucos setores e num quadro de funcionários limitado. Sendo assim, tarefas como identificação e pesquisa – para a produção de dossiês em processos de tombamento –, restauração e divulgação passam gradualmente a ser alocadas em superintendências distintas.

Aparentemente a década de 1980 foi um marco na introdução de alguns perfis técnicos no corpo de funcionários do Instituto a partir desse referido setor, como é o caso da inserção das atividades de historiadores nos processos de pesquisa da agência. Tal conclusão pode ser tirada a partir da declaração de Jurema Machado em 1997 e a partir do “Suplemento Especial: IEPHA 20 anos” publicado em 1991, uma vez que ambos mencionam o início da década de 1980 como um período de aumento no quadro de funcionários e diversificação do corpo técnico para além dos engenheiros e arquitetos. Segundo o relato de Machado:

[...] a estrutura organizacional tornou-se mais complexa com a expansão do quadro técnico (o IEPHA chegou a ter, nessa época, mais de 200 funcionários, ou seja, mais de duas vezes o que tem hoje) e com a subdivisão de atribuições dentro da área de Conservação e Restauração. É relevante, nessa fase, o reconhecimento do profissional historiador, que começa a deixar de ser um mero parecerista para assumir um papel ativo, de parceiro, na concepção dos projetos. Reflexo dessa postura é a individualização, na estrutura, do Setor de Tombamentos e Pesquisa, além dos de Áudio Visual e Divulgação (IEPHA, 1997, p. 22).

Ainda assim é preciso destacar que o Relatório de Gestão referente aos anos de 1983 a 1987 aponta que a Superintendência de Pesquisa e Proteção operou somente com os seguintes técnicos: 3 arquitetos, 1 arqueólogo, 1 espeleólogo, 4 auxiliares técnicos, 2 auxiliares administrativos. Além da historiadora Ruth Vilamarin Soares que coordenava a superintendência na ocasião, não há apontamento de outros historiadores no setor. Ou seja, não há informações que nos indiquem com precisão quem seriam os técnicos que desempenhavam o trabalho de pesquisa historiográfica nos processos de tombamento executados pelo Instituto, o que nos leva a conjecturar a possibilidade de que os arquitetos, o arqueólogo ou o espeleólogo desempenhavam tal tarefa com colaboração de auxiliares e da figura do coordenador do setor.

Ainda assim a referida publicação do Instituto relata a existência de historiadores na agência. Na última parte da publicação, dedicada a depoimentos de técnicos especialistas sobre os trabalhos do Instituto desde a sua criação, é apontada a presença de outros profissionais em 1991, como desenhistas. No Relatório de Atividades que compreende os anos de 1987 a 1990, indica-se a existência de 90 técnicos na composição da Instituição; mas o Relatório referente aos anos de 1991 a 1994 indica que do efetivo técnico, o total de 70 – num universo de 140 funcionários – possuía ensino superior completo. No setor responsável pelas pesquisas dos processos de tombamento – a elaboração de dossiês – observou-se que a coordenação foi majoritariamente assumida por arquitetos até o princípio da década de 1980, quando historiadores passaram a coordenar as atividades, com destaque para Ruth Vilamarin Soares (que assume o cargo até 1994).

Ainda no “Suplemento Especial: IEPHA 20 anos”, a sessão intitulada “O que pensam os funcionários” apresenta declarações do arquiteto Aluísio Rassilan, do historiador Pedro Gaeta Neto, da restauradora Maria Ângela Pinheiro, do engenheiro-civil Wilson Chaves Junior, do desenhista Tarcísio Guadalupe de Sá Ferreira, da arquiteta Delmari Ângela Ribeiro, da arqueóloga Maria Elisa Castellanos e do restaurador Ailton Batista da Silva. Tais depoimentos parecem ser tratados pela publicação como uma síntese representativa do que teria sido ao longo dos anos o corpo técnico especializado do Instituto. Esse conjunto de profissionais, segundo o documento, teria como referências “teorias, metodologias, práticas e pesquisas científicas de profissionais nacionais e internacionais” (IEPHA, 1997, p. 16). Em outras passagens vê-se ainda: “Os anos do IEPHA pautaram-se por um estudo aprofundado da história” e também “[...] com o respaldo da ciência que o IEPHA vem sempre atuando nos elementos artísticos ou bens móveis integrados, procurando *resgatar*¹⁴⁷ todos os valores estético-artístico-histórico existentes no rico patrimônio cultural mineiro” (Ibidem).

Cabe retomar a reflexão de Chuva (2012a) sobre o papel do historiador na invenção do patrimônio nacional. Mas a partir das colocações da autora é possível pensar na mesma importância assumida pelo arquiteto, museólogo, restaurador e outros técnicos-especialistas, considerando nesta

¹⁴⁷ Importa destacar a palavra “resgatar” cujo sentido nos remete à ideia de “salvamento” ou de algo a ser acessado.

tese que museus e institutos de patrimônio foram criados, em muitos casos, de forma concomitante, em esquemas de influência recíproca que interferiram na gerência e criação de categorias e leituras sobre o mundo. Parafraseando Chuva, é possível pensar o técnico-especialista como aquele capaz de inventar/definir o bem cultural a ser patrimonializado ou não, atribuindo valor e significados a práticas culturais que circunscrevem os limites do campo; seu trabalho em fabricar um patrimônio está integrado a um projeto de construção de um campo. Nesse sentido, os constrangimentos, o enquadramento e a disciplinarização que delinea o lugar de fala desse profissional se aplica igualmente ao historiador, arquiteto, ao museólogo, e outros que também encontram-se limitados por questões de diversas naturezas, tais quais: financiamento de estudos, postos a julgamentos sobre suas finalidades e objetivos por comissões de alto nível; regras que regem a oferta de trabalho, considerando o perfil, a política e a dinâmica das instituições e empresas inseridos num mercado; e as demandas de elaboração de documentos técnicos e jurídicos que atestam as estratégias de reprodução de códigos e discursos (CHUVA, 2012a, p. 11).

4.5 - O IEPHA e as Relações Disciplinares

No campo do patrimônio, no Brasil, agentes específicos aparentemente têm detido o monopólio da construção narrativa sobre o passado (FONSECA 2009), considerando as políticas de preservação enquanto extensões de ligações entre instituições de ensino, instituições religiosas, museus e agências de pesquisa que parecem apresentar padrões históricos de funcionamento em nível federal e regional. Tomando como referência as colocações de Chuva e Aguiar (2014) e o caso do IPHAN, a preservação em Minas nos primeiros 20 anos de existência do IEPHA - corte temporal da presente tese - se fundamentou na tutela jurídica do instituto do tombamento enquanto ferramenta exclusiva do Estado através da qual o saber disciplinar - na perspectiva de uma formação especializada, de pretensão e legitimidade científica - foi pouco a pouco sendo colocado como critério de verdade.

As decisões sobre os tombamentos seguiam, assim como o IPHAN, um movimento político-burocrático que passava por diferentes instâncias. Após a seleção/identificação do bem a ser tutelado pela equipe técnica, seguia-se a elaboração do dossiê. O material recebia o parecer do presidente do IEPHA, que enviava o processo ao Conselho Curador para a deliberação final; e a partir de 1985, a homologação do tombamento se efetivaria pelo Secretário de Estado da Cultura. Sendo assim, importa considerar o perfil predominante dos sujeitos que ocuparam as principais instâncias decisórias e que possivelmente deram a tônica na condução dos trabalhos do Instituto. Uma análise da relação de presidentes e diretores executivos do IEPHA - cargos de função deliberativa que representavam o programa político do Instituto - e sua respectiva formação acadêmica, (Quadros 1 e 2) parece indicar a predominância da Arquitetura no direcionamento institucional, uma vez que os mesmos ocupavam, ainda, cadeiras no Conselho.

Quadro 1 - Relação dos Presidentes do IEPHA, entre 1971 e 1989, e sua respectiva área de formação acadêmica

PERÍODO	PRESIDENTES IEPHA	FORMAÇÃO ACADÊMICA
1971-1975	José Joaquim Carneiro de Mendonça	Engenharia
1975-1979	José Geraldo de Faria	Arquitetura
1979-1983	Luciano Amédee Péret	Arquitetura
1983-1984	Suzy Pimenta Mello	Arquitetura
1984-1987	Rodrigo Ferreira de Andrade	Engenharia
1987-1988	Anna Marina Vianna Siqueira	Comunicação Social/Jornalismo
1988-1989	Maria Christina Araújo Campos	Direito

Quadro 2 - Relação de Diretores Executivos do IEPHA, entre 1971 e 1989, e suas respectivas áreas de formação acadêmica

PERÍODO	DIRETORES EXECUTIVOS DO IEPHA	FORMAÇÃO ACADÊMICA
1971-1975	Luciano Amédee Péret	Arquitetura
1975-1979	Luciano Amédee Péret	Arquitetura
1979-1983	Galileu Reis	Arquitetura
1983-1984	Rodrigo Ferreira de Andrade	Engenharia
1984-1987	Mário de Lima Belfort	Arquitetura
1987-1988	Marcus Vinícius Franco Soares	Arquitetura
1988-	Aluísio Rassillan Braga	Arquitetura

Nessa perspectiva, ressalta-se a relação da disciplina Arquitetura com as políticas de preservação na região mineira. De acordo com Leonardo Barci Castriota (2013), a Escola de Arquitetura da UFMG foi a primeira escola autônoma de Arquitetura no Brasil, que nasceu entre as décadas de 1930 e 1940 fora do âmbito das Academias de Belas Artes ou das escolas politécnicas – à exemplo do Rio de Janeiro e de São Paulo. O autor menciona que nas considerações de um dos seus fundadores – João Kubitschek – sobre o perfil do profissional a ser formado na instituição, o arquiteto se revelava um trabalhador que deveria ser, ao mesmo tempo, “um homem da ciência”, um “sociólogo e historiador”, e um “economista e artista”, ou seja, alguém versátil o suficiente para examinar as “necessidades das populações” (CASTRIOTA, 2013).

Aparentemente o tradicional papel hegemônico dos arquitetos no envolvimento das políticas públicas de preservação se manteve em Minas Gerais, onde diferentes docentes da Escola de Arquitetura assumiram cargos de direção, de presidência e cadeiras no Conselho Curador do IEPHA. Merece destaque a relação com o IPHAN, como foi o caso de Sylvio de Vasconcellos, egresso de uma das primeiras turmas formadas em Arquitetura pela UFMG, se tornou docente na matéria “Arquitetura Brasileira” na referida Instituição e, a partir da década de 1940, se tornou chefe da diretoria regional do IPHAN em Minas Gerais – cargo que ocupou por 40 anos (Idem). Sua produção intelectual foi vasta e certamente repercutiu nos trabalhos desempenhados no órgão federal de preservação, através dos quais o argumento de legitimação da proteção viria do conhecimento acadêmico sobre uma arquitetura autenticamente brasileira:

Sylvio de Vasconcellos produziu uma extensa obra escrita, composta não apenas de importantes livros como Vila Rica e Sistemas Construtivos, mas também de inúmeros artigos científicos e textos publicados em revistas e jornais da época. [...] Neste sentido, vale a pena acompanhar seu raciocínio numa série de artigos denominada “Contribuição para o estudo da Arquitetura Civil em Minas Gerais”, onde traça um retrato da evolução da arquitetura mineira, que vem se consolidar como a versão hegemônica. É interessante perceber como naquela série – cujas ideias básicas são retomadas em muitos trabalhos posteriores – há um interesse explícito em recuperar o nosso passado colonial, a nossa arquitetura tradicional, a partir de uma perspectiva

pragmática: afinal, naquele período, haveria uma série de lições a serem aprendidas pelos arquitetos modernos (CASTRIOTA, 2013, p. 79).

Mas foram muitos os nomes emblemáticos que circularam entre a Escola de Arquitetura, instituições de ensino e agências de preservação, como Aníbal Pinto Mattos, que foi presidente do IHGMG e dirigiu a Escola de Belas Artes de Minas; e Aristocher Benjamin Meschessi, cuja especialização na restauração lhe possibilitou executar serviços diretamente para o Vaticano. No caso do IEPHA, Suzy Pimenta de Mello e Luciano Amédee Péret são nomes que não apenas passaram por cadeiras no Conselho Curador, mas ocuparam o cargo de presidência do Instituto, e que por essa razão possivelmente trocaram conhecimentos com organizações profissionais, entre elas o Instituto dos Arquitetos do Brasil, departamento de Minas Gerais (IAB-MG), que teve sua sede funcionando na Escola de Arquitetura entre as décadas de 1970 e 1980.

Cabe mencionar também que a Escola de Arquitetura da UFMG constituiu um Museu próprio, o Museu da Escola de Arquitetura (MEA), criado oficialmente em 1966 e operado por docentes e estudantes de arquitetura ao longo do tempo. Desde a sua fundação, o Museu foi constituindo acervos de pinturas, de instrumentos antigos ligados à profissão do arquiteto, de obras raras – sobre arquitetura, urbanismo, arte, botânica, entre outros temas –, de móveis de *design*, de réplicas artísticas e uma coleção referente ao Laboratório de Foto documentação Sylvio de Vasconcellos. Sua exposição inaugural envolveu a coleção de réplicas de obras de arte nacionais e internacionais, que incluía reproduções de peças produzidas por Aleijadinho – algumas exibidas atualmente em espaços comuns da Escola. Chama atenção o acervo de fotodocumentação que, por sua vez, foi reunido ainda na década de 1950, a partir de registros fotográficos da arquitetura e da arte mineira, e voltou-se ao auxílio no ensino e na pesquisa de estudantes da Escola, a partir de paisagens urbanas criadas e produzidas em Minas Gerais durante os períodos colonial, imperial e republicano brasileiro¹⁴⁸.

Além da ligação observada entre a Escola de Arquitetura e a Escola de Belas Artes – EBA/CECOR – da UFMG, o IEPHA também desenvolveu oficinas e palestras voltadas ao seu corpo técnico, ministradas por docentes

¹⁴⁸ Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/mea/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

de outras instituições de ensino. De acordo com os relatórios de gestão consultados, foram desenvolvidas parcerias com a Fundação João Pinheiro, com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) e com o Instituto Metodista Izabela Hendrix, a partir das quais realizaram-se oficinas de restauração direcionadas à formação de técnicos para atuarem nas políticas de preservação. No Relatório referente aos anos de 1983 a 1987, o Instituto se assumia como a agência que possuía “o melhor grupo de técnicos especializados nos segredos da restauração” (IEPHA, 1987, p. 11), sendo referência para técnicos de outras partes do país. Segundo a publicação, tais profissionais das demais regiões brasileiras estariam fazendo estágios e cursos de aprofundamento no Instituto, com historiadores, arquitetos e engenheiros que igualmente aprimoravam sua formação na Universidade Federal de Ouro Preto ou na Universidade Federal de Minas Gerais. Essa inter-relação entre o Instituto e as Universidades provavelmente foi contribuindo na formação de um mercado de trabalho voltado à preservação do patrimônio, reverberando diretamente na organização e formalização de algumas profissões, como no caso dos restauradores e dos arquitetos.

Lembrando Gonçalves (2007), esse mercado parece condicionar a própria existência e valoração do patrimônio, constituindo um esquema de retroalimentação. Nessa perspectiva, a especialização da mão-de-obra revela-se, ao mesmo tempo, condição e efeito do mercado, uma vez que a demanda de um trabalho especializado reverbera na configuração de cursos e disciplinas a formarem especialistas. Estes se tornam uma espécie de autoridade no trato do patrimônio, na medida em que passam a dominar códigos socialmente legitimados na construção de discursos que ativam sistemas de representação sobre o passado.

Sobre o Relatório de Atividades supracitado, observa-se um investimento na formação técnica em nível internacional entre 1983 a 1987, assim mencionada:

Três arquitetos e dois restauradores tiveram oportunidade de fazer cursos de especialização na Bahia, na Espanha e na Itália e patrocinou-se o I e o II Seminário Brasileiro de Restauradores que resultou na criação da Associação Brasileira de Restauradores (IEPHA, 1987, p. 11).

Considerando que o quadro de funcionários do Instituto, segundo esta publicação, compreendia 142 trabalhadores – sendo 90 técnicos, 10 cargos de direção e 42 administrativos – o investimento numa formação nacional e internacional em 5 especialistas, para além das demais parcerias universitárias apontadas pelo documento, surpreende num contexto de contenção de despesas com pessoal e arrocho salarial¹⁴⁹.

Importa destacar a menção feita à Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR) no referido Relatório de Gestão e a extensão da especialização técnica nessa área. Fundada em 1980, os primeiros seminários envolvendo a Associação, voltados à formação e aprimoramento profissional, foram realizados pelo próprio IEPHA nos anos de 1985, 1986 e 1987. Mas os relatórios consultados apontam, de maneira, geral, que a figura do restaurador na agência exemplificava o processo de legitimação da ciência na prática de preservação de bens culturais e no monopólio técnico sobre o trato do patrimônio.

É possível recorrer a Coelho (2015) e à sua reflexão sobre a identidade institucional da Museologia brasileira para pensar igualmente os restauradores e os arquitetos na seara do patrimônio em Minas Gerais e no IEPHA. Esses profissionais, tal qual o museólogo no ponto de vista da autora, encontram-se associados em coletivos – entidades profissionais, tais como o ABRACOR, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a Federação Nacional de Arquitetos (FNA), entre outros – que reúnem normas, valores, significados, práticas e validações no sentido de oferecer uma certa coesão discursiva à prática de trabalho. Nesse quadro, as associações acabam por constituir uma base de reconhecimento social, mobilizada na regulamentação da profissão e no reconhecimento oficial do especialista, contribuindo expressivamente para a construção de uma retórica de defesa da própria área e, conseqüentemente, da constituição de nichos de mercado (COELHO, 2015).

Considerando todo o processo de formação de cursos e seminários – como os cursos de pós-graduação do PCH/IPHAN e os seminários técnicos do

¹⁴⁹ Um relatório de 1990 produzido pela Superintendência de Pesquisa e Promoção sob coordenação de Carlos Henrique Rangel – elaborado em formato de cronologia da organização administrativa do Instituto entre 1971 a 1989 – aponta que entre 1984 e 1989 a agência experienciava uma série de greves e paralisações relacionadas a reposições salariais, planos de cargos e salários, aumento de efetivo e reajuste salarial.

IEPHA e da ABRACOR, à título de exemplo – cabe mencionar a construção de um caminho acadêmico nessa área, envolvendo a Escola de Belas Artes da UFMG através da fundação do CECOR em 1980, que culmina com a criação de um curso de graduação em 2008 – em suas parcerias na restauração do patrimônio mineiro.

Yacy-Ara Froner (2011) discute sobre a formação dos profissionais da restauração e conservação e o aumento da cobrança sobre o seu nível de qualificação, formação e experiência, para fins de critérios condicionantes à participação em editais, à concorrência de vagas em empresas e instituições, à participação em processos licitatórios ou em concursos públicos. Segundo a autora, em muitas dessas situações, cada vez mais avalia-se o currículo não apenas pelo quesito experiência técnica, mas também pela produção intelectual – publicações, apresentações em fóruns, seminários, congressos, colóquios, produção e gestão de pesquisas. Segundo Froner:

Essas cobranças asseguram às instituições um profissional capaz de desenvolver propostas direcionadas às redes de fomento, como as fundações de amparo à pesquisa estaduais – Fapesp, Faperj, Fapemig etc. –, instituições federais – CNPq, Capes, MinC, Funarte etc. –, ou editais desenvolvidos por empresas particulares a partir de leis de incentivo fiscal, bem como a contratação de um conservador/restaurador com perfil de pesquisador e produtor de conhecimento (FRONER, 2011, p. 48).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do prestígio do CECOR levou o Centro a ser considerado um órgão complementar à EBA, voltando-se ao desenvolvimento do ensino, extensão e pesquisa na área de conservação e restauração de obras artísticas e culturais. Tal importância certamente reverberou na construção orçamentária da EBA, tendo conquistado espaço com ateliês e laboratórios preparados para a restauração de documentos, esculturas, fotografias, livros e obras em papel. O Centro passou ainda a apoiar cursos de Pós-Graduação em Artes daquela Escola, contemplando História da Arte e da Conservação, e constituiu grupos de pesquisa registrados no CNPq. Esse quadro é coerente com o que explicita Froner sobre o caráter científico assumido pela área ao longo do tempo, culminando, nos dias de hoje, em perfis acadêmicos:

Não basta mais citar Camille Boito, Brandi ou May Cassar como personagens deslocados de uma linha de pensamento,

nem tampouco as cartas patrimoniais ou a legislação voltada à proteção do patrimônio cultural como fundamentos superficiais. É imprescindível o domínio da epistemologia, saber o lugar do qual emerge o campo teórico do conhecimento científico que sustenta as bases da ciência da conservação (Idem, p. 49).

À título de exemplificação da discussão tratada por Froner, vale destacar o convênio estabelecido ao longo do tempo pelo Centro com o IEPHA e a Arquidiocese de Belo Horizonte para a conservação-restauração de imagens sacras. Esse convênio, atualmente, permite que tais objetos sejam trabalhados nos currículos dos 5º, 6º e 7º períodos da graduação e pesquisados nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Tal cooperação tem possibilitado a intervenção “cientificamente controlada” de obras consideradas patrimônio cultural de Minas Gerais, especialmente aquelas resgatadas pela Polícia Federal e pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico do Ministério Público de Minas Gerais¹⁵⁰. De acordo com o site do LaboRE – Laboratório de Conservação-Restauração de Escultura CECOR/EBA/UFMG – existem projetos que envolvem perícia e análise técnico-científica da estatuária resgatada a partir dos processos de investigação e busca de bens culturais desaparecidos.

Outra parceria estabelecida foi com o Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), a partir do qual os alunos participam de atividades e realizado estágios junto à diretoria em processos de conservação e restauração de obras expressivas do patrimônio mineiro, como algumas esculturas do Aleijadinho. A página virtual do CEIB indica que o Centro de Estudos foi criado em 1996 no Museu Mineiro, enquanto organização de caráter independente e sem fins lucrativos. Uma associação interdisciplinar formada por pesquisadores e docentes de várias partes do país dedicados ao estudo e à análise de imagens sacras pertencentes a igrejas e instituições religiosas, ou que integrem acervos de museus e coleções particulares brasileiras. Uma análise do site do CEIB indica uma predileção do Centro de Estudos pela estatuária religiosa de matriz cristã¹⁵¹. Nesse sentido, a prioridade dada a objetos da imaginária colonial indica a continuidade da narrativa sobre a identidade mineira ligada ao projeto civilizatório da colonização. Essa identidade, representada no patrimônio selecionado, conservado e restaurado, parece legitimada ou reforçada pela

¹⁵⁰ Disponível em: <<https://www.eba.ufmg.br/cecor/cecor.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

¹⁵¹ Disponível em: <<http://www.ceib.org.br/apresenta.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

prática acadêmica - de pretensão científica - e retroalimentada pelo mercado de trabalho a partir da figura do IEPHA.

4.6 - A Superintendência de Museus

Os documentos consultados apontam que já em 1980 havia uma parte significativa dos esforços voltados à estruturação e implementação de uma Superintendência de Museus e outros acervos (SUM)¹⁵² independente ao IEPHA, com integração das unidades Museu Casa de Guimarães Rosa, em Cordisburgo, e Museu Casa de Alphonsus de Guimaraens, em Mariana, além de estruturação do Museu Mineiro. Este último estava, na ocasião, em processo de elaboração de seu anteprojeto e de registro e catalogação da coleção de objetos que se encontravam sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Havia uma dedicação a pesquisas sobre a arte mineira nos séculos XIX e XX, apesar de parte significativa do setor se dedicar à coleção Geraldo Parreiras que majoritariamente compreendia peças do século XVIII, conforme apontava a Revista Acervo nº1 de 1980:

Duas equipes de pesquisadores desenvolvem levantamentos e análise de documentação relativa à imaginária e prataria mineiras do período colonial, bem como do ambiente artístico de Minas Gerais, compreendido entre a penúltima década do século pesquisado e meados deste século (IEPHA, 1980, p. 2).

Considerando que o Instituto registrou em todos os seus documentos internos a necessidade de efetivo técnico para o desempenho de funções, a mobilização de duas equipes de pesquisadores para o estudo de bens do período colonial nos aponta não apenas a linha de atuação do Instituto, mas também o investimento numa memória concentrada à colonização. Tal interpretação encontra ressonância na leitura que Julião (2008) faz sobre o papel desempenhado pelas coleções na preponderância do século XVIII como matriz histórica da região das Minas privilegiada pelo IPHAN enquanto materialização de um “espírito nacional”, uma civilização que se construía como “[...] metáfora de uma nacionalidade avessa à história e à tradição de diferentes grupos sociais ou regiões, fixando-se à margem do universo cultural complexo e heterogêneo da sociedade brasileira” (Idem, p. 14).

Nesse ponto, cabe a reflexão de Schwarcz (2012) sobre a capacidade dos museus, dos mapas e dos censos em moldar as imaginações da maneira como os Estados coloniais pensavam seus domínios, a natureza

¹⁵² Atualmente o órgão recebe a nomenclatura de Superintendência de Museus e Artes Visuais (SUMAV).

dos seres por eles governados e a geografia dos territórios. Segundo a autora, trata-se da criação de realidades unificadas a partir de instrumentos e instituições dotadas de poder e prestígio. No caso do patrimônio mineiro, portanto, seria possível pensar nessas ferramentas enquanto elementos capazes de reforçar as relações de colonialidade a partir da imaginação sobre um projeto civilizatório, num repertório aparentemente unificado e consensual de símbolos e signos referentes ao passado de Minas Gerais.

Nesse sentido, a prioridade dada à preservação de determinados bens, nos aponta uma predileção acerca da interpretação do passado sobre a perspectiva de uma matriz religiosa específica, por exemplo. A análise da cartilha educativa publicada em 1989 pelo IEPHA aponta a Igreja Católica e as irmandades como agentes fundamentais na preservação do patrimônio mineiro. Segundo o documento, a história da arte sacra seria inseparável da história da região, uma vez que “a maior parte dos bens culturais existentes em Minas Gerais, de considerável valor, pertence à Igreja” (IEPHA, 1989, p. 12). Por essa razão, segundo a cartilha, tal instituição teria a obrigação de participar dos processos decisórios em favor da “valorização do patrimônio”. Esse referido discurso convergia, portanto, com a presença de agentes religiosos na vice-presidência do IEPHA no início dos anos de 1970 ou no Conselho Curador – respectivamente a figura de Dom Oscar de Oliveira, em 1971 e 1981, Dom Geraldo Magela e Padre José Feliciano de Castro Simões em 1984-1985, à título de exemplo. Nessa perspectiva, o caso do Museu Mineiro nos oferece indicativos do papel desse museu enquanto agência dedicada à produção dessa articulação entre o patrimônio e o cristianismo na configuração de uma “imaginação sobre o passado” (SCHWARCZ, 2012).

Até 1984 o IEPHA possuía em seu organograma uma superintendência de museus voltada à preservação de bens móveis. Num primeiro momento de existência do Instituto previa-se a existência do Museu do Ferro¹⁵³ como instrumento dedicado a tal tarefa, situação que se alterou em 1979 com a Portaria nº65 daquele mesmo ano. A partir de então o Instituto abrigou uma Superintendência de Museus e outros acervos, constituída pelo Museu Mineiro, por um setor de implantação de museus e acervos e um setor de coordenação de museus. Essa configuração vigorou

¹⁵³ O projeto do museu aparentemente não saiu do papel naquela ocasião, mas cabe destacar que sua concepção se voltava à preservação e divulgação das atividades e produtos característicos da exploração de jazidas de minério de ferro e da indústria da mineração.

até a Reforma Administrativa de 1984¹⁵⁴ - Decreto nº 23.512 daquele mesmo ano -, a partir da qual foi criada uma Secretaria Estadual de Cultura¹⁵⁵ e ali alocada a Superintendência de Museus (SUM) enquanto órgão subordinado¹⁵⁶.

Segundo a Portaria nº22, a transferência da estrutura - que já operava no Museu Mineiro - abarcou 16 funcionários entre os quais, aparentemente, não haviam muitos museólogos. Segundo os relatórios de 1985 e 1986, a proposta da Superintendência à nova Secretaria seria a de introduzir alguns desses profissionais ao seu organograma, mobilizando-os à organização, conservação e restauração dos acervos museológicos. As Instituições contempladas por tais técnicos seriam, segundo o documento, o Museu Mineiro (no município de Belo Horizonte), o Museu do Ferro (Itabira), Museu Alphonsus de Guimaraens (Mariana), Museu Guimarães Rosa (Cordisburgo), Museu Guignard (Ouro Preto) e o Museu João Pinheiro (Caeté). Para tanto, haveria no organograma da SUM um setor de gestão dos referidos equipamentos e outro setor voltado ao assessoramento¹⁵⁷ de museus públicos ou privados em convênio com a Secretaria de Cultura. Tais equipamentos seriam, à título de exemplo, o Museu Histórico de Divinópolis (Divinópolis), Museu Regional de Campanha (Campanha), Museu do Zebu (Uberaba), Museu Dona Beja (Araxá), Museu Casa de Juscelino (Diamantina), Museu Arquidiocesano (Mariana), Museu Histórico de Pará de Minas (Pará de Minas), entre outros.

Em 1984, a Avaliação Institucional da SUM, produzida pela Assessoria de Planejamento e Coordenação da Secretaria de Estado da Cultura, já anunciava as dificuldades burocráticas e técnicas que seriam

¹⁵⁴A Portaria nº22 de 1984 que extinguiu da estrutura do IEPHA a Superintendência de Museus apontava que a existência da mesma estava condicionada a uma "Estrutura Experimental do IEPHA".

¹⁵⁵ A gestão dos assuntos culturais até então era feita pela Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular (1963) e, posteriormente, pela Secretaria de Estado da Educação (1967) através da Coordenadoria Estadual da Cultura. A secretaria específica para tratar o tema da cultura foi criada em 1983 pelo governo de Tancredo Neves, compreendendo em 1984 a Superintendência de Museus, a qual administra atualmente o Museu Mineiro na cidade de Belo Horizonte, o Museu Casa Guignard na cidade de Ouro Preto, o Museu do Crédito Real na cidade de Juiz de Fora, o Museu Casa Guimarães Rosa na cidade de Cordisburgo, o Museu Casa Alphonsus de Guimarães na cidade de Mariana, o Museu da Cachaça na cidade de Salinas, o Museu dos Militares Mineiros em Belo Horizonte, e o Centro de Arte Popular localizado também em Belo Horizonte.

¹⁵⁶ O IEPHA, todavia, permaneceu como fundação autônoma, ainda que ligada à Secretaria de Estado da Cultura.

¹⁵⁷ De acordo com os documentos, o assessoramento se dava através de apoio técnico, execução de projetos de implantação de museus, conservação de acervo e coordenação das atividades técnicas.

experienciadas pela Superintendência caso não se resolvesse a carência de mão de obra e o quadro de funcionários incompatível com as solicitações para implantação de museus e assessoria técnica nas várias regiões do estado. De acordo com o documento, a Superintendência contava com 1 superintendente, 1 assessor administrativo, 2 museólogos, 6 historiadores, 2 comunicadores visuais, 2 pedagogas e 2 secretárias, o que era considerado insuficiente para as demandas acumuladas ao longo dos anos e aparentemente relegadas a segundo plano nas políticas empreendidas pelo IEPHA.

Não é objetivo da presente tese se focar no desenvolvimento da Superintendência de Museus e na sua história política e burocrática, uma vez que a empreitada demandaria esforços específicos, dedicados às especificidades do órgão e de sua história de autonomia em relação ao IEPHA. Contudo, importa mencionar que no período compreendido pela presente pesquisa, o órgão igualmente solicitava investimentos numa mão-de-obra considerada especializada para o trato do patrimônio musealizado. Essa especialização, conforme se observa, dizia respeito à Museologia, a qual já havia se configurado como disciplina acadêmica no Rio de Janeiro desde 1979, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Numa avaliação feita sobre os recursos humanos do órgão, e registrada no referido documento de 1984, consta o seguinte diagnóstico:

O quadro de pessoal é bastante reduzido. E, como não existe curso de museologia em Minas Gerais é difícil a contratação de profissionais da área para prestação de serviços, além de que muitos não saem do eixo Rio, São Paulo e Salvador por problemas salariais. Os salários em Minas são bastante baixos para atrair este pessoal. Portanto, é necessária a mudança da política de contratação do Estado, para que se contrate pessoal especializado. Necessitamos ainda de sociólogos, historiadores, comunicadores-visuais, estagiários e funcionários de apoio (Secretaria de Estado da Cultura, 1984, s/p).

Percebe-se a articulação entre o saber especializado e o mercado de trabalho que se configurava no campo do patrimônio em Minas Gerais na década de 1980, especificamente, nesse caso, no âmbito dos museus.

A dinâmica de campo também se observa em ligações estabelecidas entre a SUM, o IEPHA e o IPHAN através de convênios e parcerias para a restauração de edifícios a abrigar instituições museológicas, na intervenção

em acervos móveis ou na elaboração de exposições itinerantes no estado. Nesse sentido, a exigência pela contratação de museólogos se faz presente nos relatórios e documentos da SUM de 1985, 1986, 1987 e 1988 como uma necessidade imprescindível aos trabalhos de preservação executados pelo órgão ao longo dos anos. De acordo com esses documentos, sem a referida contratação não seria possível materializar as expectativas de desenvolvimento projetadas pelo órgão num alcance regional.

Mas importa destacar que um relatório produzido em 1985 - intitulado "Sugestões da Superintendência de Museus para as reuniões de trabalho sobre perspectivas de desenvolvimento em MG na Nova República" - apresentava algumas nuances discursivas que articulam o trabalho do técnico-especialista com o desenvolvimento socioeconômico nacional no sentido de uma não subordinação aos "países do primeiro mundo". O texto discorre sobre a especificidade cultural do "terceiro mundo" e a necessidade de metodologias específicas para museus no interior do estado enquanto manifestações de alternativas locais para o desenvolvimento comunitário. Nesse trecho do relatório, há menções a 3 tipologias de museus: museus fluviais (que compreenderiam, segundo o documento, o Vale do Rio São Francisco, o Rio Jequitinhonha e o Rio Grande), ecomuseus e "museus modulares"¹⁵⁸ que serviriam como "laboratórios culturais" para "pesquisa, discussão e planejamento de alternativas culturais locais" ao processo de desenvolvimento do Estado. O museu, portanto, através do patrimônio, possibilitaria alternativas culturais aos processos econômicos experienciados na região de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980 - com destaque às indústrias voltadas à exploração de recursos naturais. Nesse sentido, o relatório comenta:

[...] a cultura pode ser o grande ordenador das ações sociais. Neste caso, a cultura será colocada na condição fundamentalmente nova de subsidiar de forma positiva o planejamento e a consumação do desenvolvimento econômico, político e social, em comunidades de pequeno porte, de poucos recursos, ou em setores periféricos das aglomerações urbanas.

Pretende-se, pois, que o Museu, como laboratório da Cultura, seja um operador da realidade em condições de captar as práticas e soluções engendradas pelos diversos segmentos da sociedade, bem como suas carências, anseios e

¹⁵⁸ O documento não discorre sobre o funcionamento dos "museus fluviais" e dos "museus modulares", mas menciona que seriam equipamentos específicos para "manifestações ou memórias isoladas", serviriam como pontos de referência para a "ação social em comunidades pequenas" em "setores periféricos".

possibilidades e, sobre estes conhecimentos - com amplo e real envolvimento das representações sociais efetivas - descobrir vias alternativas para um desenvolvimento coerente e não subordinado (SUM, 1985, s/p).

A perspectiva desenvolvimentista associada à cultura já trabalhada pela CFC e também sugerida no Encontro dos Governadores em Brasília em 1970, aparentemente aparece na SUM na forma de uma articulação entre a preservação do patrimônio e o uso político-econômico da cultura enquanto estratégia de produção de experiências - e resistências capitaneadas pelo saber técnico - a partir do desenvolvimento. Nesse sentido, é possível interpretar que o passado colonial preservado ia sendo instrumentalizado pelo processo de modernização urbana e industrial. O patrimônio musealizado seria, portanto, a referência de uma história evolutiva na qual a Modernidade - encarada como “modernização” - estaria projetada como algo a ser alcançado.

Mas tal tarefa demandava um estofo técnico que, segundo os relatórios, a SUM não possuía. Para o exercício daquilo que chamavam em seus relatórios como “operação das realidades”, por parte dos museus implementados ou reestruturados pela SUM, no sentido de se fazerem capazes de “captar as práticas e soluções engendradas pela sociedade”, seria preciso um corpo de especialistas na superintendência, conforme apontamento de diferentes documentos até 1989¹⁵⁹. Sobre esse período a Superintendência elaborou uma pasta de documentos avulsos categorizados como “Proposta de Realinhamento dos Servidores Celetistas da SEC [MG] de 1989”, onde se aponta o quadro de funcionários existentes até então e as exigências para um aprimoramento das atividades do órgão. Encontra-se nesta pasta ofícios à Secretaria de Cultura apontando desvio de função de diversos cargos, entre os quais: o cargo de auxiliar administrativo, ocupado por restauradores ou auxiliares de Museologia; o cargo de pesquisador, ocupado por Historiadores; o cargo de secretária, ocupado por uma Pedagoga; entre outros casos. Sendo assim, percebe-se que possivelmente uma das estratégias encontradas pela Superintendência para suprir a demanda técnica foi utilizar os cargos administrativos para ocupação de especialistas.

¹⁵⁹ Ainda que o corte da presente tese se limite ao ano de 1988 devido ao processo de municipalização das políticas públicas oficializado pela Constituinte, a menção a documentos produzidos em 1989 nos permite apontar o quadro técnico vivenciado pelo órgão no ano anterior.

Outro ofício encaminhado ao Secretário de Estado da Cultura, Fernando Soares Paz, pelo então Superintendente de Museus, Maurício Elias Caldas, em 1989, aponta que em 1987 a SUM sofria uma carência de técnicos-especialistas que comprometia a política de ação para os museus no Estado de Minas Gerais. De acordo com o superintendente, o corpo de funcionários carecia principalmente de museólogos, o que, segundo ele, desrespeitava a Lei Federal¹⁶⁰ que regulamentava a referida profissão. No documento, Mauricio Elias Caldas relata que na ocasião que assumira a Superintendência existia somente uma museóloga integrando a equipe do órgão, sendo que as duas diretorias existentes no organograma da SUM - a de gestão e de assessoria - estavam ocupadas por advogadas. Ele prossegue o ofício afirmando que nenhuma das três pessoas que o antecederam no cargo de superintendente possuíam “sequer especialização na área museológica”. O documento, portanto, fazia inúmeras menções à necessidade da presença desse profissional específico para a preservação do patrimônio musealizado, como se vê em alguns trechos:

[...] nunca foi possível definir um perfil para a Museologia em Minas Gerais, principalmente pela ausência de profissionais graduados na área assumindo o comando do órgão, suas diretorias e divisões específicas.

[...] Existem ainda muitos obstáculos a serem vencidos no sentido de que a Museologia ocupe em Minas Gerais a sua devida posição. Infelizmente, no Brasil, não se encara a Museologia como ciência. Montar museus, dirigir museus, dinamizar museus é considerado como coisa corriqueira que qualquer um pode fazer e faz. Só que, quando o resultado surge de modo drástico e aí, recorre-se ao especialista para reparar os erros.

[...] Uma Superintendência de Museus, seja ela subordinada à Secretaria da Cultura, Educação ou qualquer outra, deve tratar somente de Museologia. Deve lidar somente com Museus e, o mais importante, deve ter como base de sustentação uma equipe de técnicos e diretores em sua grande maioria, composta de profissionais graduados em Museologia.

Sei que existe muita resistência em relação a essa questão. Muitos não aceitam perder um cargo por não ser especialista numa determinada área mas não consigo conceber um museu sem ser dirigido por museólogo. Da mesma forma que não concebo um hospital sem médicos (SUM, 1989).

¹⁶⁰ A Lei nº 7287 de 1984 estipula as atribuições do profissional, dentre as quais define-se no Art. 3º, § 10, “dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de museologia nas instituições governamentais da Administração Direta e Indireta, bem como em órgãos particulares de idêntica finalidade”.

Depreende-se desse trecho que a legitimidade científica da formação do museólogo atribuía não apenas a autoridade no trato com bens musealizados, mas a exclusividade no referido trabalho.

Esse documento da SUM exemplifica a discussão travada no segundo capítulo da presente tese sobre a ideia de preservação como prática social produtiva, executada por agentes autorizados, especialistas, ligados a determinadas áreas do saber – disciplinas de pretensão científica. Prática constituída historicamente, mostra-se sujeita às demandas econômicas, culturais e políticas. Daí observa-se a formação de nichos de atuação profissional voltados à qualificação do patrimônio a partir de um conjunto de agentes que se entendem autorizados a falar sobre os bens culturais e que por vezes reivindicam, para si, a exclusividade do discurso, ainda que haja uma retórica a respeito da interdisciplinaridade e da necessidade da participação das comunidades. Essa microeconomia discursiva, portanto, revela que não é autônoma em relação às leis macroeconômicas. E por essa razão tais profissionais acionam vários dispositivos que referendam uma dinâmica de campo voltada à formação de reservas de mercado.

A carência de especialistas apontada pelo documento supracitado, e aparentemente experienciada desde a criação da SUM em 1983, foi provavelmente a motivação para a elaboração de um projeto de especialização *lato-sensu* no ano 1988 a partir de um convênio estabelecido com o Ministério da Cultura. De acordo com o projeto do curso, datado de 1987, a justificativa para a sua realização estaria na “carência de cursos de formação e conseqüentemente de profissionais da área museológica em Minas Gerais”. O documento afirma a existência de poucos profissionais “capazes” de atuar de forma “eficiente” na preservação do patrimônio de Minas Gerais, sendo assim, o curso teria como objetivo, segundo os documentos, “formar pesquisadores-especialistas da ciência museológica”, aptos a “conscientizar a população”, “sensibilizar a comunidade”, e “desenvolver a consciência crítica para a valorização do patrimônio cultural”. O projeto discorre sobre o patrimônio mineiro caracterizando-o como o maior conjunto histórico-cultural do Brasil, no qual ressalta-se as coleções de imaginária e ourivesaria dos séculos XVII, XVIII e XIX, e as edificações coloniais e barrocas, “constituindo o Barroco Mineiro uma das identidades culturais mais específicas do país” (SUM, 1987, s/p).

Nos arquivos da SUM não foram encontrados os documentos que atestam a realização do curso, apenas seu descritivo caracterizado como “Especialização em Museologia: curso de pós-graduação”. Na grade curricular constavam as seguintes especialidades disciplinares: Museologia Geral, Museologia Especial, Museologia Aplicada, Antropologia Cultural, Cultura Brasileira, Planejamento de Ação Cultural, Metodologia da Pesquisa Científica, e Metodologia do Ensino Superior. O corpo docente contava com professores ligados à Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo, à *International Academy of Letters of England*, e à Associação Profissional dos Desenhistas Industriais de Minas Gerais, sendo todos os professores portadores de diplomas de doutorado ou mestrado. Cabe destacar que o corpo docente do curso contava com a participação de Waldisa Russio C. Guarnieri, a qual já se configurava como uma figura expoente no campo da Museologia nacional.

Sendo assim, a partir da década de 1980 o patrimônio musealizado em Minas Gerais toma novos rumos de gestão ao sair da estrutura do IEPHA, mas aparentemente permanece seguindo a mesma lógica de atuação do Instituto ao associar a preservação ao desenvolvimento urbano e industrial. Nesse quadro, o uso do argumento científico como expediente de legitimidade técnica e política vai se fazendo mais presente ao longo dos anos, o que nos aponta uma proximidade maior com as disciplinas acadêmicas.

O patrimônio, portanto, não parece se dissociar das relações econômicas que envolvem, entre outras coisas, a ciência: o lugar que a mão-de-obra especializada assume nas políticas preservacionistas, sob o ponto de vista da centralidade do trabalho e dos conhecimentos requeridos ao seu exercício, interferem nos processos de escolha e na atribuição de valor dos bens culturais. Nessa perspectiva é possível pensar no patrimônio como algo movido pela cultura letrada – produtora de distinções – enquanto parte da estrutura do colonialismo em sua relação com correntes disciplinares e modas acadêmicas do Norte com seus equivalentes no Sul global (CUSICANQUI, 2010).

4.7 - O IEPHA, o Desenvolvimentismo e o Processo de Municipalização da Preservação

O período da década de 1980 é marcado na história do IEPHA/MG pela sanção da primeira lei federal de incentivo à cultura: a lei nº 7.505 de 1986, conhecida como Lei Sarney. De acordo com as publicações do Instituto, os incentivos fiscais proporcionados por esse instrumento permitiram que a iniciativa privada disponibilizasse mais recursos para as atividades do IEPHA/MG, impulsionando o funcionamento daquela agência e de seus projetos e programas:

No período que vigorou a lei 7.505 - Lei Sarney - houve manifestação crescente de interesses de empresas em participar da recuperação do patrimônio cultural. O IEPHA/MG convenciou-se com muitas empresas nesta época, o que viabilizou o enorme trabalho de recuperação do nosso acervo. [...] O maior aporte de recursos e o maior volume de obras - resultado de doações - até hoje destinaram-se à restauração do Colégio do Caraça. Doaram recursos a Fiat, a Fundação Roberto Marinho, a Cenibra, a Companhia Vale do Rio Doce e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG (IEPHA, 1991, p. 13).

O “Suplemento Especial: IEPHA 20 anos” aponta para o aumento do número de empresas que realizaram doações ou estabeleceram convênios, promoções e parcerias com o IEPHA entre 1986 e 1989 - período em que vigorou a Lei Sarney, considerando que em 1990 foi revogada pelo Governo Collor. Mas importa destacar o perfil dos mesmos nesse corte de tempo: a partir de 1986 aumentam expressivamente o número de empresas ligadas à extração de minério e de outros recursos naturais. O Quadro 3, apresentado a seguir, aponta essa relação, conforme a publicação de 1991.

Quadro 3 - Relação de empresas que estabeleceram convênios, promoções e parcerias com o IEPHA entre 1986 e 1989 (IEPHA, 1991, p.13)

ANO	EMPRESAS	RECURSOS PARA
1986	<ul style="list-style-type: none"> - Metal Leve S/A Indústria e Comércio; - Mannesmann S/A - Cia. Vale do Rio Doce - Alcan - Alumínio do Brasil S/A 	<ul style="list-style-type: none"> - Capela Sr. Bom Jesus do Matosinhos (Serro) - Matriz da Boa Viagem (Belo Horizonte) - Colégio Caraça (Santa Bárbara) - Casa Guignard (Ouro Preto)
1987	<ul style="list-style-type: none"> - Minerações Brasileiras Reunidas S/A - Celulose Nipo Brasileira S/A - Cia Vale do Rio Doce - Cia Siderúrgica Belgo Mineira 	<ul style="list-style-type: none"> - Capela S. Sebastião das Águas Claras (Nova Lima) - Colégio Caraça (Santa Bárbara) - Colégio Caraça (Santa Bárbara) - Passo do Carmo (Sabará)
1988	<ul style="list-style-type: none"> - Mineração Morro Velho - Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração S/A - Celulose Nipo Brasileira S/A - Cia. Vale do Rio Doce - Banco Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) - Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração S/A - Cia Industrial de Estamparia - Cia Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro - Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração S/A 	<ul style="list-style-type: none"> - Igreja N. Sra. Da Conceição (Raposos) - Colégio Caraça (Santa Bárbara) - Igreja Matriz de Santa Luzia (Santa Luzia) - Colégio N. Sra. Das Dores (Diamantina) - Igreja Nossa Sra. Do Carmo (Sabará) - Casa do Fórum (Diamantina)
1989	<ul style="list-style-type: none"> - Banco Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) - Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE) - Mineração Morro Velho - Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração S/A - Cia. Vale do Rio Doce 	<ul style="list-style-type: none"> - Colégio Caraça (Santa Bárbara) - Agência Praça Sete de Setembro (Belo Horizonte) - Igreja N. Sra. Da Conceição (Raposos) - Colégio Caraça (Santa Bárbara) - Colégio Caraça (Santa Bárbara)

A relação acima nos permite refletir sobre uma possível instrumentalização da preservação para fins de contrapartida sobre a exploração de recursos naturais pela via de incentivos fiscais. Os mesmos

setores empresariais mobilizados na exploração de territórios - com desdobramentos diretos e indiretos sobre bens culturais e sobre a memória de comunidades - estiveram isentos de determinados tributos se fazendo “parceiros” do IEPHA na conservação e restauração pontual de alguns bens patrimonializados¹⁶¹. A partir desse quadro importa problematizar o desempenho dos institutos de preservação (e, claro, dos técnicos que fazem a agência existir) no quadro do nacional-desenvolvimentismo. Qual o papel do conhecimento especializado no campo do patrimônio nesse processo de exploração de recursos naturais?

A reflexão sobre a relação entre o campo do patrimônio e a modernização do Brasil permite enlaces com debates travados numa longa trajetória do pensamento social brasileiro envolvendo diferentes perspectivas intelectuais - otimistas ou pessimistas - sobre o capitalismo nacional e a suposição de possibilidade de superação da condição periférica do Brasil (WASSERMAN, 2017)¹⁶². Nesse sentido, a discussão da colonialidade nos oferece subsídios para pensar a mundialização dos modos de produzir, dos estilos de consumir, dos instrumentos de conhecimento e da exploração da natureza que tomam como referencial paradigmas eurocêntricos de uma “modernização exitosa” (QUIJANO, 1988). E é desse ponto que o discurso da preservação associado ao desenvolvimentismo como estratégia “sustentável” nos leva novamente a Japiassu (1977) em suas colocações sobre a relação entre pesquisa, ciência e desenvolvimento econômico enquanto elementos articulados pelas forças produtivas, constituintes da dialética do saber e do poder. É possível, inclusive, relacionar essa dialética com a possibilidade de instrumentalização da ciência na manutenção ou reprodução de relações econômicas de exploração no mercado global, onde a fragmentação disciplinar - em oposição à interdisciplinaridade -, conforme Japiassu, se alimenta e se legitima nas dinâmicas de financiamento de pesquisas, publicações, bolsas, congressos e outros elementos que constituem o modelo acadêmico de produção científica.

¹⁶¹ De acordo com a publicação de 1991, parte significativa dos recursos privados foram destinados à Superintendência de Conservação e Restauração.

¹⁶² Entre as diferentes correntes de pensamento dedicadas à reflexão sobre o nacional-desenvolvimentismo no Brasil havia a perspectiva de se pensar a dialética da situação econômica brasileira entre o avanço do capitalismo e a manutenção de estruturas econômicas desiguais, excludentes e subordinadas aos centros hegemônicos (WASSERMAN, 2017) - o que nesta tese denominamos como Norte Global.

Nos dias de hoje, revela-se fundamental relacionarmos essas reflexões acima com as discussões realizadas no Capítulo 2 da presente tese a respeito das “zonas de sacrifício”. O patrimônio não se dissocia dos contextos de disputas por direitos ambientais e direitos civis, e atravessa, de forma material e/ou simbólica, os conflitos socioambientais no meio rural de Minas Gerais, os quais envolvem, entre outras coisas, os licenciamentos de mineradoras e hidrelétricas.

Existem vários estudos que se aprofundam no descumprimento de normas técnicas e normas ambientais por parte dessas empresas, nos embates com comunidades, na precarização do trabalho, na participação popular em conselhos de meio-ambiente, na flexibilização do perímetro de unidades de preservação, e outros tantos temas estudados atualmente, por exemplo, pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da UFMG, sediado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Importa lembrar o rompimento da barragem da Samarco Mineração S/A no município de Mariana no ano de 2015, um desastre socioambiental emblemático amplamente divulgado pela mídia. Houve perdas humanas e materiais, e o território do então subdistrito Bento Rodrigues foi devastado. Tal situação ilustra com propriedade o risco que essas empresas oferecem às comunidades do entorno desses empreendimentos empresariais e nos leva a refletir sobre a possibilidade de o patrimônio ser instrumentalizado para a flexibilização da proteção ambiental através das isenções tributárias, favorecendo, portanto, interesses econômicos predatórios.

Retomando a publicação do IEPHA/MG a respeito do contexto da década de 1980, o discurso veiculado aponta que a iniciativa privada passou a se interessar pela “causa” do patrimônio, o que teria incentivado a participação de outros agentes na “cadeia motivacional da preservação”, incluindo aí comunidades, a Igreja, associações e outros. Conforme o texto:

Ainda recentemente cabia ao Estado toda a liderança do processo de estímulo à preservação do patrimônio, situação que mudou quando a iniciativa privada passou a se interessar de maneira mais efetiva por esta **causa**. [...] Para o IEPHA, os recursos advindos das empresas, na maioria dos casos, foram ininterruptos e em grande volume. Uma melhoria em nosso desempenho proporcionou respostas rápidas às empresas, fator essencial para o retorno institucional com que estas contam. Devemos salientar também o aprimoramento técnico, as trocas de tecnologia e

como tudo isso atuou mais abrangentemente em nossa organização (IEPHA, 1991, p. 13).

As colocações do documento acima nos permitem pensar que o patrimônio, ali, não parece uma mercadoria turística, mas algo que deveria dar retornos políticos e econômicos para o social, legitimado, portanto, pela atribuição de valor no ato de vontade de especialistas.

É possível pensar que os recursos provenientes da iniciativa privada através da Lei Sarney exerceram um papel compensatório sobre a diminuição dos recursos públicos empregados no Instituto nesse mesmo período. As fontes apontam que as questões de ordem financeira afetaram as atividades e o quadro técnico do IEPHA, repercutindo no campo da preservação. Outro Relatório de Gestão, relativo aos anos de 1991 a 1994, constata esses referidos desdobramentos:

Devido a fatores de ordem política e econômica, **nos últimos oito anos** o IEPHA/MG teve sua atuação reduzida. No entanto, as dificuldades econômicas, falta de recursos para o desenvolvimento de projetos de restauração e fiscalização e a diminuição dos quadros devido aos baixos salários, não impediram o órgão de cumprir seu papel de zelador do patrimônio cultural mineiro. Nestes anos de **crise e sobrevivência** muito se fez. Em condições favoráveis, muito mais poderia ter sido feito (IEPHA, 1994, s/n).

Ou seja, o quadro de insuficiência financeira, de fragilidade trabalhista e enxugamento estrutural aparentemente beneficiaria as empresas dispostas a ações compensatórias num esquema de isenção tributária, o que tornaria as agências de patrimônio dependentes do investimento privado e, conseqüentemente, sujeitas - e instrumentalizadas - aos interesses empresariais.

O fim da Lei Sarney e a retomada do quadro de diminuição de recursos produziu dificuldades no IEPHA relacionadas aos serviços técnicos de maneira geral, aos deslocamentos dos funcionários pela extensão territorial do estado, às despesas de viagem ou mesmo ao número de funcionários disponíveis para realizar as demandas burocráticas do Instituto. Tal quadro dificultou a execução, por exemplo, do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC) - instrumento que havia se estabelecido como alternativa ao tombamento para os municípios mineiros. O IPAC foi iniciado nos primeiros anos da década de 1980 e tinha como

objetivo inventariar bens culturais em diferentes regiões do Estado. A complexidade do programa, juntamente com os empecilhos relacionados ao seu desenvolvimento prático, resultou, contudo, no inventário¹⁶³ de apenas 40 dos 720 municípios existentes na ocasião em Minas Gerais em cerca de 20 anos, fato que atestou a urgência da descentralização das atividades do Instituto.

Nessa perspectiva, confirma-se que a escassez de verbas - que provavelmente atingiu o quadro de funcionários efetivos - restringiu a atuação do Instituto, levando o mesmo a assumir uma postura cada vez mais normativa e de assessoria. Tal tendência, de acordo com a fala de Jurema Machado em 1997, esteve diretamente articulada à redução da atuação direta do IEPHA/MG em obras e projetos, apontando para o incentivo à atuação das prefeituras e de empresas especializadas no trato com o patrimônio.

Essa conjuntura abarca a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Constituição Estadual de 1989, as quais fizeram prevalecer princípios municipalistas, delegando aos municípios responsabilidades outrora concentradas nos entes federal e estadual. Cabe destacar que a Carta Magna de 1988 atribuiu aos estados a tarefa de legislar sobre o patrimônio - em concorrência com a União - mas encarregou aos três entes federativos a promoção de ações de preservação. Sobre o tema da descentralização, Fernando Abrucio (2006) nos oferece subsídios para pensar a distribuição de responsabilidades e o desenvolvimento de ações coordenadas na configuração de políticas públicas. O autor discorre sobre a carência de estratégias e instrumentos à atuação de governos locais que na ocasião da Constituinte contribuíssem para a execução de ações coordenadas entre entes.

O resultado desse movimento de descentralização foi a insuficiência municipal para o trato de questões que exigiam algum grau de complexidade técnica e financeira para serem atendidas (Idem). Nesse caso, as políticas municipais de preservação, quando planejadas a partir da descentralização, esbarravam em realidades de contenção financeira que refletiam a precariedade da institucionalização do setor cultural em nível

¹⁶³ O relato de Jurema Machado em 1997 aponta que as ações do IPAC se restringiram à identificação e ao registro documental de bens culturais, não compreendendo políticas de preservação.

local. Tal situação se seguiu até a primeira década do século XXI em grande parte do território nacional, devido aos desenhos institucionais onde predominaram a gestão da cultura associada com outras áreas de políticas públicas (BIONDINI & SOUZA & STARLING, 2010; SOUZA & MORAES, 2013, 2014; STARLING, 2009).

Importa pensar que esse quadro de municipalização das políticas culturais é seguido à conjuntura de encolhimento da atuação do Estado (em suas três instâncias federativas: municipal, estadual e federal) na década de 1990. Vivenciava-se, na ocasião, a retomada do fomento cultural através da iniciativa privada por meio de leis de incentivo. Nesse sentido, priorizava-se as alianças privadas a partir de uma lógica de entretenimento, tendo os recursos orçamentários “[...] compromissos no mercado, obedecendo à lógica empresarial, fundamentalmente de marketing, que visava garantir o retorno financeiro e uma imagem positiva para a empresa ou instituição [...]” (MORAES, 2009, p. 58).

É na tentativa de criar estratégias de existência (e resistência) a esse quadro nacional de supressão do Estado – tensionado com mais intensidade no setor da cultura – que o IEPHA se envolve na formulação da Lei nº 12.040 em 1995 – conhecida popularmente como Lei Robin Hood – a partir da qual o Estado passaria a incentivar a execução de políticas municipais de preservação através de contrapartidas de recursos de origem tributária, tema trabalhado anteriormente por Souza (2013).

Para lidar com os trabalhos executados a partir da Lei Robin Hood, o IEPHA sofreu algumas reestruturações internas ao longo do tempo. Nesse processo, importa destacar que o Instituto realizou em 2006 seu primeiro concurso público para provimento de cargos efetivos da agência¹⁶⁴. De acordo com as informações fornecidas pelo setor de Recursos Humanos, as vagas abertas nesse suposto primeiro concurso foram preenchidas de acordo com os Quadros 4 e 5, a seguir.

Quadro 4 - Quadro de vagas do edital IEPHA/MG nº 001/2006 para cargos de provimento efetivo de cargos das carreiras de Técnico de Gestão, Proteção e Restauro e Analista de Gestão, Proteção e Restauro

¹⁶⁴ Até então o corpo de funcionários aparentemente era formado por contratos celetistas – em cargos comissionados de recrutamento amplo – e por funcionários transferidos de outros órgãos ou autarquias estaduais.

CARGO: TÉCNICO DE GESTÃO, PROTEÇÃO E RESTAURO				
Nível de Escolaridade - Ensino Médio / Técnico	Nº DE VAGAS			SETOR UNIDADE ADMINISTRATIVA
	Ampla concorrência	Reservado a Portadores Deficiência	Total	
Técnico Administrativo	11	2	13	Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
Técnico de Contabilidade	3	-	3	Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
Técnico de Informática	2	1	3	Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
Técnico em Biblioteconomia	1	-	1	Diretoria de Promoção
Técnico Edificação/Desenhista	6	1	7	Diretoria de Proteção e Memória
Técnico Edificação/Orçamentista	2	-	2	Diretoria de Conservação e Restauração
Técnico Edificação/Eletricista	1	-	1	Diretoria de Conservação e Restauração
Técnico/Restauração	6	1	7	Diretoria de Conservação e Restauração
TOTAL	32	5	37	

Quadro 5 - Quadro de vagas do edital IEPHA/MG n° 001/2006 para cargos de provimento efetivo de cargos das carreiras de Técnico de Gestão, Proteção e Restauro e Analista de Gestão, Proteção e Restauro

CARGO: ANALISTA DE GESTÃO, PROTEÇÃO E RESTAURO				
Nível de Escolaridade: Superior	Nº DE VAGAS			SETOR UNIDADE ADMINISTRATIVA
	Ampla concorrência	Reservado a Portadores Deficiência.	Total	
Administrador	1	1	2	Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
Contador	1	-	1	Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
Economista	1	-	1	Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
Informática	1	-	1	Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
Relações Públicas	1	-	1	Assessoria de Comunicação Social
Advogado	1	-	1	Procuradoria Jurídica
Bibliotecário	1	-	1	Diretoria de Promoção
Pedagogo	1	-	1	Diretoria de Promoção
Sociólogo	1	-	1	Diretoria de Proteção e Memória
Engenheiro Civil	1	-	1	Diretoria de Conservação e Restauração
Engenheiro Elétrico	1	-	1	Diretoria de Conservação e Restauração
Artística Plástico/Museógrafo	1	-	1	Diretoria de Conservação e Restauração
Artística Plástico/Restaurador	3	-	3	Diretoria de Conservação e Restauração
Arquiteto	10	1	11	Diretoria de Proteção e Memória/Diretoria de Conservação e Restauração
Geólogo	1	-	1	Diretoria de Proteção e Memória
Geógrafo	1	-	1	Diretoria de Proteção e

				Memória
Historiador	5	-	5	Diretoria de Proteção e Memória
TOTAL	32	2	34	

Dos quadros acima observa-se que o Instituto conservou uma estrutura muito focada na Arquitetura e História - áreas que aparentemente predominaram ao longo dos anos de construção e consolidação da agência - apesar de uma maior diversificação de áreas acadêmicas para o trato do patrimônio. Em decorrência da complexidade e falta de dados precisos sobre o perfil acadêmico dos funcionários da Diretoria de Proteção e Memória desde a fundação em 1971 - designados a elaborar pareceres e dossiês de tombamento - foi possível obter do setor de Recursos Humanos do IEPHA apenas o levantamento da formação acadêmica dos técnicos da Diretoria de Proteção e Memória no período de 2006 a 2017, ou seja, a partir da data do concurso mencionado acima. De acordo com o Instituto, o quadro da Diretoria (Quadro 6) nos possibilita interpretar que tal tendência apontada pelo concurso permanece até 2017 no setor designado à seleção e avaliação de bens culturais para o processo de patrimonialização.

Quadro 6 - Composição do efetivo da Diretoria de Proteção e Memória de 2006 a 2017

FORMAÇÃO ACADÊMICA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Arqueologia	-	-	1	1	-	1	1	-	1	1	1	1
Antropologia	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Arquitetura	2	2	3	4	5	7	7	7	6	6	6	7
Belas artes	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1
Ciências sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Comunicação	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1
Educação artística	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	2	2
Geografia	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1
Geologia	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
História	6	5	5	5	5	8	7	7	8	9	7	5
Letras	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Paisagismo	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-
Química	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Restauração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Sociologia	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-

Tal setor igualmente se dedicou à assessoria dos municípios, à produção de normativas e à análise da documentação enviada pelas prefeituras no atendimento aos requisitos da Lei Robin Hood. O trabalho contemplou a apresentação de diretrizes para a atuação municipal a partir de roteiros, textos, cartilhas, seminários, encontros oficiais, e mesmo a apresentação de manuais produzidos por outros órgãos ligados à preservação do patrimônio (SOUZA,2013).

Sendo assim, a Constituição de 1988 marca oficialmente a tomada de novos rumos para as políticas públicas de maneira geral, descentralizando responsabilidades através de novas estratégias estatais. É desse contexto, portanto, que o IEPHA assume oficialmente o papel de orientar os municípios em suas ações preservacionistas, elaborando modelos de atuação local que serviram (e ainda servem) como referências conceituais das ações relacionadas a bens culturais patrimonializados. A competência atribuída aos municípios de promover a proteção acabou por gerar um descompasso entre as demandas e as efetivas possibilidades de atuação local sobre a preservação patrimonial. Esse tema foi amplamente discutido em Souza (2013) e certamente merece outros e novos olhares que agreguem à discussão decolonial.

O quadro acrescenta contornos a partir da entrada de outros agentes e agências no campo do patrimônio - como, à título de exemplo, as empresas de consultoria, as secretarias municipais de cultura, organizações não governamentais, os conselhos municipais de patrimônios, etc. - estabelecendo nuances econômicas, culturais e políticas não abarcadas pela presente tese. Inicia-se daí um novo processo de divulgação de valores e códigos disciplinares a partir de resoluções e deliberações normativas, o que nos leva, portanto, a outras possibilidades de discussões a respeito das instituições que, através de seus especialistas, detêm o poder de orientar, criar ou eliminar valores e compor forças sociais, forjando contradições e paradoxos no campo do patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PATRIMÔNIOS POSSÍVEIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PATRIMÔNIOS POSSÍVEIS

A presente tese procurou refletir sobre dinâmicas de preservação do patrimônio no Brasil à luz dos desafios reflexivos decoloniais: uma empreitada interdisciplinar que se voltou à possibilidade de fazer críticas sistêmicas ao patrimônio, sem dissociar elementos econômicos, culturais e políticos nas reflexões sobre relações de poder forjadas numa estrutura moderno-colonial. Interessou pensar, portanto, que o poder de nomear e orientar o que seria representativo do passado, de decidir, de batizar o que é patrimônio – enquanto o próprio poder de fazê-lo existir pelas vias jurídico-burocráticas – envolveria um conjunto de agentes e agências cujas relações estariam atravessadas pela ideia de “atuação especializada”.

Tomando como ponto de partida as ações do IPHAN, foi possível verificar a constituição de um padrão de dinâmicas a partir do qual se engendram atividades de arquivos, museus e institutos em âmbito nacional e regional, agências/instituições por onde passaram determinados agentes que fizeram circular ideias e concepções acerca de um suposto passado comum relacionado ao Estado-nação. Esse engendramento, interpretado como uma dinâmica de campo, produziu, no plano regional de Minas Gerais, as referências geradoras do sentimento de pertencimento à comunidade mineira, mas principalmente brasileira. O IPHAN, o IHGB, o Arquivo Nacional, a Escola Nacional de Belas Artes, o Museu Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu Histórico Nacional, são alguns exemplos de agências/instituições que estabeleceram relações preservacionistas paradigmáticas na constituição de um campo de ação oficial no Brasil. Suas dinâmicas reverberaram em outras regiões como no caso de Minas Gerais, onde o apelo sobre uma identidade então encarada como “autenticamente nacional” desdobrou-se em ações e articulações entre o IEPHA, o IHGMG, o Arquivo Público Mineiro, o Museu Mineiro, o Museu da Inconfidência, a Faculdade de Arquitetura, a Faculdade de Belas Artes, a Arquidiocese de Minas, entre outros.

Nesse conjunto de forças, percebemos esquemas de construção de legitimidade da ação do especialista no campo do patrimônio: aquele “capaz” de apontar e identificar o passado brasileiro ou mineiro a ser preservado. Num primeiro momento, a mão de obra dedicada ao trato do

patrimônio esteve relacionada ao mundo da intelectualidade brasileira – no âmbito das artes, da arquitetura, da economia, entre outros – mas aos poucos, em especial a partir da década de 1940, foi assumindo um perfil acadêmico, ligado a determinadas disciplinas que começavam a ser formadas no Brasil em espaços universitários. Esses agentes especializados – ora intelectuais, ora técnicos de formação acadêmica – aparentemente atuaram no sentido de (re)produzir consensos sobre as representações de um passado a partir de uma suposta universalidade de códigos e critérios. Numa perspectiva *bourdieuana*, teriam o *habitus* – as disposições em relação ao mundo e suas formas de construção da realidade (estética, científica, simbólica, entre outros) – e a *doxa* – as leis que regem e regulam o campo formando uma espécie de “senso comum”, ou um conjunto de crenças naturalizadas, portanto, inquestionáveis – como elementos preponderantes na sua dinâmica de construção, manutenção e reprodução desse campo do patrimônio.

A pesquisa não se voltou à história das instituições ou das profissões, mas pontuou relações e articulações entre instituições culturais, universidades, centros de pesquisa, arquivos, agências de preservação, organizações internacionais, conselhos nacionais ou supranacionais e conselhos profissionais na tentativa de se pensar a dinâmica de forças dentro de um possível campo do patrimônio onde se compartilham normas, valores, significados, práticas e validações nas práticas de preservação nos moldes ocidentais. Sendo assim, diferentes agências trabalharam com o tema e reivindicaram a dedicação dos “especialistas” para o trato dos bens culturais.

Nesse sentido, fala-se sobre a construção da autoridade discursiva pela figura do especialista ao longo do tempo no Brasil, no que diz respeito à preservação do patrimônio a partir do IPHAN e, posteriormente, do IEPHA. O tema compreendeu a produção de discursos institucionais ajustados a situações de poder, o que é perceptível com alguma clareza nos documentos e publicações do Instituto mineiro e também nos relatórios da Superintendência de Museus. Configura-se daí uma espécie de operação de distinções a partir de práticas distintas e distintivas que separaram, por exemplo, as decisões tomadas pelo IEPHA dos atos de vontade exercidos por prefeituras e comunidades nos processos de patrimonialização em Minas Gerais. Movimentos de oposição e animosidades marcaram a

existência de agências de patrimônio que aparentemente atuaram através das figuras de especialistas, sujeitos supostamente capazes de acessar valores e mobilizar códigos inacessíveis ao resto da população. Esta se limitaria, portanto, à aceitação e à sujeição a processos “educativos” de “conscientização” sobre a importância da preservação e suas metodologias.

O agente especialista revelou-se historicamente como o profissional que ganhou ascendência sobre as políticas culturais e importância nos processos decisórios do campo do patrimônio. Em geral, ficou caracterizado como aquele envolvido com a identificação, o tombamento, o restauro, a documentação, a conservação e a exposição; com as pesquisas e a “publicização” dos bens; com os projetos e medidas burocráticas cabíveis; enfim, nos processos jurídicos nos quais o patrimônio era evocado a partir da chancela institucional. Portanto, lhes foram historicamente atribuídas exigências específicas, associadas a competências acadêmicas e experiências profissionais. Tornou-se a figura que teria a “fala legítima” ou tacitamente reconhecida, capaz de influenciar e fundamentar a prática técnica no campo do patrimônio.

Nesse espectro, o modelo de ação do IPHAN – construído na primeira metade do século XX durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade – parece ter se tornado paradigmático no país, representando a política oficial sobre o patrimônio da nação a ser seguido por outras agências, entre elas o IEPHA. Através do IPHAN o Brasil compartilhou da retórica civilizatória das nações que possuíam instrumentos para preservar seu patrimônio pela via da Modernidade. Esse modelo, aparentemente marcado pelo trabalho especializado e herdeiro de práticas excludentes nos processos de patrimonialização, acabou sendo capaz de hierarquizar representações através de determinados bens, forjando uma memória que priorizou o passado colonial como uma espécie de projeção de uma “marcha civilizatória” que teria a Europa como modelo a ser seguido.

Nesse processo, Minas Gerais se tornou polo catalisador e irradiador de ideias, de onde se constituíram importantes estratégias políticas voltadas à proteção do que se entendia como monumentos históricos e artísticos “autenticamente brasileiros”. O processo de construção de uma memória nacional serviu como argamassa para uma espécie de coesão social através do patrimônio, tendo como referência Minas Gerais, que ganhou expressiva

importância na narrativa civilizatória do Brasil. E aqui importa destacar o papel desempenhado pela preservação de um patrimônio representativo da acumulação de capital pela mineração no século XVIII, com destaque ao desempenho dos museus criados entre os anos de 1930 e 1950 em núcleos urbanos preservados pelo IPHAN, os quais faziam referência às antigas comarcas da Capitania das Minas: Vila Rica, Sabará, Serro do Frio e Rio das Mortes. Nesse contexto, a formação de coleções que recorriam ao século XVIII como o paradigma civilizatório da região das Minas acabou por contribuir fortemente na criação de uma identidade que tomava como referência a colonização europeia.

O juízo sobre bens culturais selecionados como patrimônio estaria forjado, portanto, numa dinâmica em que o colonialismo e a perspectiva evolucionista da humanidade – no projeto civilizatório eurocêntrico – seria a dimensão constitutiva das experiências históricas, fundamentado no conhecimento universalizante, objetivo, (re)produzido pelos especialistas treinados na tradição ocidental de pensamento. Não nos parece coincidência que grande parte dos bens patrimonializados em nível nacional na primeira metade do século XX, e em Minas Gerais até a década de 1980, privilegiaram as influências europeias na constituição do Estado-nação, fixando-se à margem do universo cultural heterogêneo da sociedade brasileira.

Se partirmos da perspectiva de Llorenç Pratts (2005) sobre o patrimônio como sistema ocidental de representação que obedece a construções sociais, ativado principalmente pela via do discurso – este proferido por atores políticos que detêm o poder de discursar sobre o tema e assim definir as regras de atuação na seara das relações de trabalho –, é possível visualizar uma dinâmica de distinção que se forma sob demandas do capitalismo globalizado. Essa distinção parece ser engrenagem para a produção e manutenção de reservas de mercado, na qual a mão de obra especializada é ao mesmo tempo condição e efeito do mercado: é condição para a existência de um grupo distinto de profissionais e é, ao mesmo tempo, efeito desse grupo – na medida em que a demanda de um trabalho especializado reverbera na configuração de cursos autônomos e de disciplinas acadêmicas, nas dinâmicas de agências de financiamento ou em sistemas de elaboração e circulação da produção intelectual de pretensão científica.

Assim, o patrimônio não parece se descolar das relações de produção – sendo a preservação uma prática social produtiva – a partir de atividades institucionais criadoras de valores e de sistemas de representação, num contexto em que a realidade territorial é atravessada pela experiência da colonização – e consequentemente pelo caráter exploratório do capitalismo no Sul-global. Trata-se de uma discussão levantada nos debates decoloniais de Aníbal Quijano, Ramon Grosfóguel e Walter Mignolo, e que se soma à reflexão de Gayatri Spivak no que diz respeito ao poder de fala, mas que se foca na especificidade da América do Sul e na colonização como fundamento para a emergência do capitalismo na sua lógica mundial. Aqui se configura uma divisão entre os países na posição de investimento capital e os países que ofertam mão de obra “mal protegida” ou precarizada nos direitos e garantias de dignidade humana, visados na exploração de recursos naturais e imersos nos debates sobre o nacional-desenvolvimentismo como estratégia de inserção na Modernidade.

O sistema-mundo-moderno-colonial seria, então, o pano de fundo do campo do patrimônio: no capitalismo globalizado, a formação de uma mão de obra marcada pela especialização dentro de uma ordem epistêmica pretensamente universal – com conceitos e instituições de paternidade europeia – reproduz a exclusão de sujeitos não possuidores das ferramentas materiais ou dos códigos acadêmicos forjados a partir de uma geopolítica do saber. Portanto, a colonialidade aparece, no recorte temporal da tese, como elemento indissociável à prática da preservação, servindo o patrimônio como ferramenta para sua manutenção.

No caso de Minas Gerais, vimos ainda o papel desempenhado pelo patrimônio na lógica do nacional-desenvolvimentismo e do incentivo à iniciativa privada impulsionado primeiro pelo “milagre econômico” dos anos de 1970 e, posteriormente na década de 1980, quando ocorria a diminuição gradual do papel do Estado, motivado pela implementação de um projeto neoliberal nacional. Nesse caso, observou-se o envolvimento de setores empresariais voltados à exploração de recursos naturais e o uso da preservação do patrimônio para a isenção tributária, empreitada narrada pelo próprio IEPHA como algo positivo, travestido de mobilização à “causa da preservação”. Esse quadro sugere uma aparente instrumentalização do patrimônio para interesses econômicos globais que devem ser pensados à luz das reflexões travadas por diferentes movimentos sociais sul-

americanos acerca das contingências do trabalho escravo, da violência no campo, da luta por terra e moradia, pela demarcação de territórios quilombolas e indígenas, ou mesmo sobre desastres socioambientais, os quais envolvem, entre outras coisas, os licenciamentos de mineradoras e hidrelétricas, a título de exemplo.

E por essa razão a reflexão sobre um possível campo do patrimônio a partir de debates travados entre autores da rede Modernidade/Colonialidade em muito parecem contribuir para a reflexão sobre as dinâmicas de preservação no Brasil em uma possível reprodução das relações de colonialidade. Partindo das ideias de Quijano, considera-se a capacidade de grupos hegemônicos de obter ou gerar condições para se impor sobre outros e articular seu controle numa estrutura societal com histórias heterogêneas, onde há a produção de autoridade, não apenas a partir da força ou coerção, mas também a partir da produção de falsos consensos – o que levaria os indivíduos a submeterem-se a relações e a ideias sobre um suposto passado comum. Para o autor peruano, essa relação entre saber e poder estaria direta e indiretamente articulada à recepção plena dos modos de produzir, dos estilos de consumir, da cultura e dos sistemas de organização social e política dos países capitalistas. Nessa perspectiva, o papel do patrimônio nos processos de mundialização da produção, do consumo, do conhecimento, da exploração da natureza, enfim, nesse padrão mundial de poder – categorizado por Quijano como colonialidade – pode reverberar na narrativa de passados onde falsos consensos produziram silenciamentos de determinados grupos sociais, especialmente aqueles historicamente marginalizados.

Se somarmos ambas as visões – bourdieuana e a decolonial –, é possível apreender desta reflexão que a construção da figura do especialista utiliza-se do caráter de distinção como estratégia de perpetuação. Mecanismos que hierarquizam percepções e legitimam a retórica da especialização. É partindo dessa soma de perspectivas que consideramos os juízos em articulação às condições sociais dos agentes: ao lugar que ocupam no espaço social, sul-americano, particularmente no Brasil, e suas disposições duradouras. O juízo, portanto, pode ser interpretado como algo previamente condicionado às estruturas subjacentes aos indivíduos. Somam-se a essa visão as reflexões da rede Modernidade/Colonialidade que colocam em cheque a pretensão de

universalidade de teorias e métodos elaborados a partir de realidades ocidentais moderno-coloniais, de onde se forjam os conhecimentos acadêmicos de pretensão científica. Partindo dessa seara que se considera a existência de uma relação de superioridade dos conhecimentos da sociedade ocidental moderna sobre os demais conhecimentos produzidos em outros territórios como face oculta dessa Modernidade sul-americana, camuflada em práticas e instituições seculares que ignoram as dinâmicas de força instauradas pelo colonialismo, conforme vimos nas reflexões de Ramon Grosfóguel.

Nessa perspectiva, o patrimônio pode ser analisado como um elemento produto e produtor da colonialidade, considerando sua relação intrínseca com o Estado-nação e sua instrumentalização jurídico-burocrática para o funcionamento de dinâmicas materiais e simbólicas que não contemplariam a diversidade de povos e de saberes nas variadas formas de existência. Partindo do ponto de vista decolonial sobre a capacidade da colonialidade afetar diretamente a maneira como se organiza o Estado nos países periféricos, tal qual o próprio exercício da cidadania – atravessados por relações de poder que se articulam direta e indiretamente às condições de negociação sobre a existência/resistência de comunidades e territórios – pensa-se nas possibilidades de desvio dessa ordem preservacionista: possibilidades de uma outra apropriação do patrimônio que sirva como resistência à colonialidade.

Mas cabe nos perguntarmos se seriam os agentes, individuais, os únicos responsáveis pelas mudanças e pelo destino de suas existências. Não estariam eles submetidos a uma determinada história conjuntural e estrutural mais ampla que orienta ou define decisões que reverberam no universo do simbólico, das tradições, da memória? Quais os limites desses agentes no que diz respeito às decisões que tomam no âmbito dos museus, nas reservas técnicas, nas exposições, nas instituições de patrimônio, entre outros? Quais os limites da ação individual? Se as relações de preservação se veem em grande medida mediadas pelo Estado, que concepção de Estado defenderíamos como forma de resistir à colonialidade? Há quem remeta à abordagem “pluralista” do Estado, na qual o mesmo seria produzido pela sociedade, sendo as políticas produtos das pressões exercidas por diferentes grupos sociais – inseridos ou não no corpo estatal. Nessa concepção, compreendem-se diferentes ferramentas que em tese

aprofundariam a Democracia, tais como os conselhos setoriais, os fóruns e as conferências de cultura, o orçamento participativo, ferramentas de consulta popular, indicadores sociais, planos municipais setoriais construídos coletivamente, entre outros. Tais instrumentos poderiam suplantar a condição da abordagem “estatal”, na qual a sociedade moderna seria produzida pelo Estado – este enquanto o próprio marco institucional das relações de poder coloniais, um modelo organizacional eurocêntrico, classista, com o qual operamos na América do Sul.

Como estratégia de reflexão sobre esse panorama, vale remetermos às sugestões de Letícia Julião quando a autora destaca a necessidade de se colocar em pauta novas perspectivas para as pesquisas que se referem à preservação, questionando as dinâmicas estabelecidas para superar a narrativa hegemônica que identifica a Europa como detentora exclusiva da origem da ideia e das práticas nos museus. Para a autora isso implicaria em reconhecer outras expressões de preservação do patrimônio diferenciadas das formas convencionais consagradas pelo mundo ocidental. E para tanto, a autoridade de fala de agências ligadas ao patrimônio poderia ser instrumentalizada para a construção de novas narrativas e outras práticas capazes de superar, quem sabe, a própria crença na ciência como única forma de conhecimento válido para a preservação de bens culturais. Mas nesse movimento, atenta-se, contudo, para não se incorrer a um *anticientificismo* romântico e regressivo sobre o qual comenta Bourdieu, e sim investir na produção de condições de novas existências políticas e libertárias *transmodernas*.

Ou seja, “patrimônios possíveis” que não desprezem as heranças do projeto moderno, mas que as instrumentalizem no esforço para a autonomia e para o fortalecimento de algumas das ferramentas potencialmente capazes de combater mazelas produzidas pelo próprio projeto de Modernidade. Não se trata, aqui, de colocar em questão a recusa da ciência ou do estatuto científico, naquilo que diz respeito às disciplinas e à formação de uma mão de obra especializada. Se trata de criticar a histórica instrumentalização dessa ciência e da sua hegemonia sobre outras formas de conhecimento como uma dimensão da colonialidade.

É nessa perspectiva que se pensa em “patrimônios possíveis”. A expressão revela a existência de dúvidas ou inexatidão em relação ao que

denominamos e trabalhamos como patrimônio - um termo que oferece diferentes e tensas possibilidades. O possível é sinônimo de provável, do que talvez exista ou vá existir. E aqui apontamos algumas possibilidades do patrimônio, como os casos do Museu da Parteira e o Museu da Beira da Linha do Coque, em Pernambuco; o Museu das Remoções, no Rio de Janeiro; as “casas de memória” construídas por trabalhadores e sindicalistas rurais no interior do estado do Pará; entre tantos outros exemplos espalhados Brasil afora cuja potência de resistência a diferentes formas de violência material e simbólica se materializa principalmente em perspectivas críticas sobre os processos de preservação.

Nessa perspectiva, o debate remete a reflexões como as do cubano José Martí e da peruana Silvia Cusicanqui a respeito da apropriação da herança moderna e a sua resignificação como estratégia de libertação. Reconhecendo que essa herança já faz parte da formação cultural sul-americana, que um suposto essencialismo cultural - isento de influências coloniais - não apenas seria utópico como irreal, e considerando o contexto capitalista global, para os referidos autores (incluindo a autora da presente tese) haveria, portanto, a necessidade de apropriação das ferramentas modernas como estratégia de luta por uma vivência digna e libertária. Nessa perspectiva, inspiramos pensar o patrimônio como uma dessas ferramentas possíveis. Considerar que as influências coloniais de fato são parte da nossa herança, mas não as enquadrar como representativas de uma “civilidade” - um “estágio” a ser alcançado enquanto etapa evolutiva. Esse poderia ser o projeto de *transmodernidade* enquanto possibilidade para produzir patrimônios onde a pluralidade de heranças se faça presente. *Transmodernidade*, a partir da qual a Modernidade e sua alteridade se co-realizem na solidariedade, e não na negação. Sendo assim, um patrimônio que, apesar de ter historicamente se configurado como um sistema de representações inserido na expansão do modo de produção capitalista, seja, num movimento paradoxal, apropriado para barrar ou limitar a colonialidade.

Até que esse movimento aconteça, consideramos que a figura do especialista ainda representa relações de privilégio social - tomando como referência o fato de que no Brasil uma parcela pequena da população tem acesso ao Ensino Superior, e essa parcela, em grande medida, é constituída por segmentos de maior poder aquisitivo. Nessa perspectiva, é possível pensar a preservação do patrimônio como algo movido pela cultura

letrada - produtora de distinções - enquanto parte da estrutura do colonialismo interno em sua relação com correntes disciplinares. Portanto, a possibilidade de fala nas arenas políticas de decisão sobre o patrimônio acaba por revelar-se ainda mais reduzida quando falamos, então, dos segmentos mais marginalizados, como mulheres negras e indígenas, por exemplo.

Uma epistemologia calcada no conhecimento disciplinar de pretensão científica, que se pretenda universal, parece apresentar resistências às demais epistemes, o que dificulta diálogos com diferentes sujeitos detentores de outros saberes e outras práticas, tais como as parteiras, benzedadeiras, erveiras, brincantes, e outras mulheres que não compõem o universo das instituições de herança colonial, à título de exemplo. No campo do patrimônio, é possível interpretar esses processos como empreitada de “desautorização epistêmica”, reverberando em formas de silenciamento de determinados grupos sociais em benefício do fortalecimento de outros.

Nesse caso, cabem algumas perguntas que não se encerram na presente tese, mas convidam a novos e outros debates: é possível que a população na sua diversidade se aproprie das instituições, escolha por si o passado que deseja preservar, sem modulação do especialista? À título de provocação acadêmica para o campo do patrimônio, é possível, portanto, pensar/aceitar a existência de práticas de preservação que não necessitem da chancela da figura do especialista e dos conhecimentos disciplinares, configurando-se daí estratégias populares de resistência às dinâmicas de colonialidade? Toma-se então a ideia de que se não mudarmos nossas operações de preservação, o patrimônio permanecerá um dispositivo da colonialidade naturalizada e legitimada. Introduzir essa discussão no campo do patrimônio parece fundamental para a reflexão crítica sobre a capacidade de ação individual e coletiva num mundo onde diferenças econômicas, sociais e culturais produzem uma organização geopolítica do poder e do saber promotora de silenciamentos de memórias.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Museus, patrimônios e diferenças culturais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário S.; SANTOS, Myrian S.. **Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p.114-125.
- ABRUCIO, Fernando. **Metrópole: território, sociedade e política - o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008.
- ACSELRAD, Henri. Apresentação: De “bota foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.07-18.
- AITH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006. p.232.
- ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**. Brasília, n.1, v.31, p.129-143, 2016.
- ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. **Soc. estado**. [online], v.25, n.3, p.539-560, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 21 fev. 2018.
- ANASTASSAKIS, Zoy. Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. 2007. 156f. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ Rio de Janeiro, 2007. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983].
- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- ANDRADE, Rodrigo Melo. O patrimônio Histórico e Artístico e a Missão da Universidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio, Rio de Janeiro, n.31, p.83-87, 2005 [1963].
- ANDRADE, Rodrigo Vivas. Os salões municipais de belas artes e emergência da arte contemporânea em Belo Horizonte: 1960-1969. 2008. 165f. **Tese** (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia

e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008. Orientador: Nelson Alfredo Aguilar.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ARAÚJO, Marta Araújo; MAESO, Silvia Rodríguez. Explorando o Eurocentrismo nos manuais portugueses de História. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, p.239-270, 2010.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial. **Revista de História**, São Paulo, n.115, p.167-174, 1983.

BALLESTRIN, Luciana. América do Sul e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11, p. 89-117, 2013.

_____. Colonialidade e Democracia. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.191-209, 2014.

BERMAN, Marshal. **Tudo o que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BIONDINI, Isabela; SOUZA, Níca; STARLING, Mônica. A descentralização das ações na área do patrimônio cultural: o impacto da Lei Robin Hood nos municípios mineiros. In: Seminário sobre a Economia Mineira, XVI., 2010, Diamantina. **Anais...** Diamantina: UFMG, 2010.

BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Unb, 5ª edição 1993.

BORGES, Luiz Carlos; CAMPOS, Marcio D'Olne. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: SCHEINER, Teresa C.M.; GRANATO, Marcus; REIS, Maria Amélia G. de Souza; BARRIOS AMBROCY, Gladis (Orgs.). **Termos e conceitos da museologia**: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. 1ed. Rio de Janeiro: MAST/UNIRIO, 2012. p.112-123.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO; Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p.109-132.

BOTELHO, Tarcísio. R. Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: uma análise da Lei ICMS Cultural de Minas Gerais. **Revista Habitus**, Goiânia, v.4, n.1, p.471-492, jan/jun 2006.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: _____. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 79-181.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983 [1980].

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1987].

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004 [1997].

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007 [1979].

BRANDI, Cesare. **Teoria de la restauración.** Madri: Alianza Ed., 2000.

BRUNO, Cristina. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. In:BRUNO, Cristina. Museologia e comunicação. **Cadernos de Sociomuseologia**, n.9, p.09-38, 2009.

_____. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v.9, n.9, june 2009.

BURKE, Peter. **História e Teoria social.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável.** RJ: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

_____. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas.** ENECULT, Salvador, 2007.

_____. Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil: 1967-1970. In: ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, IV., 2008, Salvador. **Anais...**, Salvador: UFBA, 2008. p.63-77.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v.21, n.40, p.59-82, 2001.

CAPLE, Chris. **Conservation Skills** - judgement, method and decision making. London: Routledge, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.19-51.

CARNEIRO LEÃO, E. Pour une critique de l'interdisciplinarité. In: PORTELLA, Edourado (Ed.). **Entre savoirs: l'interdisciplinarité en actes: enjeux, obstacles, résultats.** Toulouse: Èrès: Unesco, 1992. p.333-347.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Os alvos da história da arquitetura: João Boltshauser e Sylvio de Vasconcellos. **Arquiteturarevista**, v.9, n.2, p.73-81, jul/dez 2013.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas.** Argentina: Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. p.80-87.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p.115-132.

CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHOAY, François. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. **As questões do Patrimônio** – Antologia para um combate. Lisboa: Edições 70 Arte & Comunicação, 2011.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.4, n.7, p.313-333, 2003.

_____. O ofício do Historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: Copedoc (Org.). **A pesquisa histórica no IPHAN**. 1ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. p.27-43.

_____. **Os arquitetos da memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Introdução: História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. História e Patrimônio, n.34, p.11-26, 2012a.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v.34, p.1-15, 2012b.

CHUVA, Márcia; AGUIAR, Leila Bianchi. Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas. **Antíteses** (Londrina), v.7, p.45-67-67, 2014.

COELHO, Priscilla Arigoni. **Metáforas em Rede no Processo de Institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)**. 2015. 360f. **Tese** (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Orientador: Mário Chagas.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.27, n.80, p.09-20, 2012.

CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.24, n.1, p.15-58, 2016.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus**. Monografia contemplada com o Prêmio Mário Barata, instituído pelo ICOM-BR como parte das comemorações dos 60 anos de fundação do Comitê Brasileiro do ICOM, 2008. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/Monografia%20Era%20uma%20vez,%20h%C3%A1%2060%20anos%20atr%C3%A1s.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM / Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2013.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas**. Argentina: Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. p.24-32.

FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.139-188.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p.17-36, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

_____. A Reconstrução da realidade nas Ciências Sociais. **Revista Mediações**, Londrina, v.2, n.1, p.47-56, jan./jun. 1997.

_____. Reforma universitária e mudança social. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.73, n.175, p.523-546, 1992.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Seminário Internacional de Políticas Culturais: teoria e práxis, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. p.1-14. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2017.

FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. In: DANTE, Maria Amélia M. (Org.). **Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p.87-98.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo** - trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FRONER, Yacy-Ara. Conservação e restauração: a legitimação da ciência. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v.23, n.2, p.47-56, ago. 2011.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCIA, Eugênio V. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Brasília: FUNAG, 2000.

GARGALLO, Francesca. **Ideias feministas latino-americanas**. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2014.

GELL, Alfred. **Art and agency**: an anthropological theory. Oxford: Clarendon, 1998.

GOMES, Maria do Carmo Alvarenga Andrade. A produção do conhecimento histórico e o documento: estudo da relação entre a historiografia mineira e as fontes. 1979/1990. 1994. 199f. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, UFMG, Belo Horizonte, 1994. Orientador: José Carlos Reis.

GONÇALVES, Alcindo. Políticas públicas e a Ciência Política. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas Públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. p.75-96.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v.11, n.23, p.15-36. June, 2005.

_____. Os limites do patrimônio. FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane (Orgs). In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane. **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra/ABA, 2007.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, p.223-244, 1984.

GROFOGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Revista Cienc. Cult.**, São Paulo, v.59, n.2, p.32-35, 2007.

_____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.80, p.115-147, 2008.

_____. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios / epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.31, n.1, p.25-49, 2016.

GROFOGUEL, Ramón; BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n.1, p.15-24, 2016.

GUSDORF, Georges. Present, passé avenir de la recherche interdisciplinaire. In: l'Organisation des Nations Unies. **Interdisciplinarité et sciences humaines**. França: Unesco, 1983. p.31-50.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1989.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. **Vértice/Revista dos Tribunais**, São Paulo, [1950] 1990.

HAMLIN, Cynthia; VANDENBERGHE, Frédéric. Vozes do Sul: entrevista com Raewyn Connell. **Caderno Pagu**, Campinas, n.40, p.345-358, 2013.

HEITOR, Gleyce Kelly. O museu como estratégia na luta por moradia no bairro do Coque (Recife-PE): a experiência do Museu da Beira da Linha do Coque. In: Simpósio Nacional de História, XXIX., 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: Anpuh, 2017. p.1-15.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IGLESIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. **Estud. Av.**, São Paulo, v.6, n.14, p.23-37, 1992.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. As Máscaras da Ciência. **Revista Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.13-15, 1977.

_____. **Nem tudo é relativo**: A Questão da Verdade. São Paulo: Editora Letras & Letras, 2000.

JESUS, Alexandro S.. Políticas da Cultura e Espaços Decoloniais: elementos para uma teoria sobre o Museu Inclusivo. **Realis Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**, v.3, p.138-155, 2012.

JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JULIÃO, Letícia. Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil. 2008. 271f. **Tese** (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2008. Orientadora: Eliana Regina de Freitas Dutra.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade; BONIN, Anamaria Aimoré. Para pensar os museus, ou 'Quem deve controlar a representação do significado dos outros?'. **Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, n.3, p.115-128, 2007.

LAGROU, Els. **Arte indígena no Brasil**: agência, alteridade, relação. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2009.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. p.8-23.

LAVINAS, Lais Villela. Um Animal Político Na Cultura Brasileira: Aloísio Magalhães e o Campo do Patrimônio Cultural No Brasil (ANOS 1966-1982). 2014. 223f. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, UNIRIO. Orientador: Márcia Regina Romeiro Chuva.

LIMA, Nísia Trindade. Antropologia, raça e questão nacional: notas sobre as contribuições de Edgard Roquette-Pinto e um possível diálogo com Franz Boas. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e República nos Trópicos**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010. p.255-275

LOMBARDI, José Claudinei. Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels. **Tese** (livre docência), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo, 2010.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial **Revista Estudos Feministas**, v.22, n.3, p.935-952, 2014.

MAESO, Silvia Rodríguez. O turismo e a academia da “idade dos descobrimentos” em Portugal: o silenciamento/reprodução do racismo no loop pós-colonial. **Revista Política e Trabalho**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v.1, Ano 33, n.44, João Pessoa, 2016, p. 27-50.

MAIA, João Marcelo E. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. **Soc. estado.**, Brasília, v.26, n.2, p.71-94, 2011.

MAIA, Tatyana de Amaral. O patrimônio cultural brasileiro em debate: a ação do Conselho Federal de Cultura (1967-1975). **Revista CPC**, São Paulo, n.11, p.60-86, nov. 2010.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.29, n.57, p.9-28, 2016.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v.30, n.106, p.15-35, 2009.

MENDONÇA, José Joaquim Carneiro de. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa580680/jose-joaquim-carneiro-de-mendonca>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.21, p.89-103, 1998.

MICELI, Sérgio. Sphan: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.44-47, 1987

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas**

latino americanas. Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. p.33-49.

_____. Desobediência Epistêmica: A Opção Descolonial e o significado de Identidade em Política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niteroi, n.34, p.287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter; PABLO GOMEZ, Pedro. **Estéticas Decoloniais**. Bogotá: Universidade Distrital Francisco José de Caldas, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?. **Revista Saúde Soc.**, São Paulo, v.3, n.2, p.42-63, 1994.

MORAES, Nilson Alves de. Políticas Públicas, políticas culturais e museu no Brasil. **Museologia e Patrimônio**, v.2, n.1, p.54-69, 2009. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/46/26>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

MORIN, Edgard. **O Método: 1 - A Natureza da Natureza**. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1977.

MORSE, Richard M. **O Espelho do Prospero: Cultura e Ideias na América do Sul**. São Paulo: Schwarcz, 1988.

_____. A Miopia de Schwartzman. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, n. 24, p.166-178, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier Ltd. ed. 2005.

NASCIMENTO, Flávia Britto. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, N. Sér. v.24, n.1, p.205-236. jan.- abr. 2016.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p.667-700.

NETTO, José Paulo. **Globalização e pós-modernidade: novas contextualidades para o Serviço Social**. 1995.

NOBREGA, Isabel Cristina. Jair Afonso Inácio, um pioneiro na preservação do patrimônio artístico brasileiro. 1997. 362f. **Dissertação** (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Artes, Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, 1997. Orientador: Percival Tirapeli.

NOGUEIRA, Rubem Damião Soares. Conexões entre Arquivo, Biblioteca e Museu: similaridade das atividades profissionais e colaboração entre instituições - o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e o Museu Mineiro. 2016. 189f. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação,

Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo

NOGUEIRA, Sônia Aparecida. Patrimônio Cultural e formação humana na pós-modernidade: contradições e desafios na perspectiva do materialismo histórico-dialético. 2012. 306f. **Tese** (Doutorado), Programa Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Brasil. 2012. Orientador: Ronaldo Rosas Reis.

_____. A preservação dos bens culturais no contexto do capitalismo tardio. **Revista Conhecimento e Diversidade**. Niterói, n.9, p.107-117, jan/jun. 2013.

NOGUEIRA, Sônia Aparecida; REIS, Ronaldo Rosas. Contradições e possibilidades do patrimônio cultural no mundo das mercadorias. In: Colóquio Internacional Marx e Engels, VII., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2012. p.1-11.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. O significado da Academia. In: Seminário Internacional – D. João VI, um Rei aclamado na América. Ministério da Cultura, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000. p.330-336.

_____. As ciências sociais e a cultura. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v.14, n.1, p.19-32, Maio 2002.

PEIXOTO, Paulo. A Corrida ao Status de Patrimônio Mundial e o Mercado Urbano de Lazer e Turismo. **Veredas** - Revista Científica de Turismo, Ano I, n.1, p.23-45, 2002.

PÉRET, Luciano Amédée. **Aleijadinho na Escola de Arquitetura**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 1964.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista RISCO**, EESC-USP, São Paulo, p.4-14, 2006.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade: ambições e limites**. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. Enciclopédia Einaudi, v.1. **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p.51-86.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas**. Argentina: Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. p.3-5.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

_____. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuad. antropol. soc.**, Buenos Aires, n. 21, p.17-35, jul. 2005

QUIJANO, Anibal. **Modernidad, Identidad y utopia en América do Sul.** Lima: Sociedad & Política Ediciones, 1988.

_____. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Peru Indígena.** v.13, n. 9, Lima, p.11-20, 1992.

_____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos,** ano 17, n.37, p.4-28, 2002.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América do Sul. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas.** Argentina: Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. p.107-130.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p.73-119.

RANGEL, Marcio Ferreira. Políticas públicas e museus no Brasil. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus (Orgs.). Série MAST Colloquia, v. 12. **O Caráter Político dos Museus.** Rio de Janeiro: MAST, 2010. p.119-135.

_____. A cidade, o museu e a coleção. **Liinc em Revista,** v.7, p.301-310, 2011.

RESENDE, José Armando Zema de. A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938): dinâmicas de um processo. 2013. 136f. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Orientador: Albene Míriam Menezes Klemi.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RUBIM, Albino. Políticas Culturais no Brasil. Tristes tradições, enormes desafios. In.: RUBIM, Albino (org). Políticas Culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007.

RUBINO, Silvana. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 1937/1968. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 1993. Orientador: Antonio Augusto Arantes Neto.

_____. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Rio de Janeiro, n.24, p.97-105, 1996.

RUSSIO, Waldisa. A interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1. São Paulo: Pinacoteca do

Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010a. p.123-126.

SÁ BARRETO, Francisco; MEDEIROS, Izabella M. S.. Culturas do Passado Presente: um estudo sobre o discurso da novidade e as políticas patrimoniais em uma Recife de três tempos. In: Encontro Nacional da ANPOCS, 40., 2016, Caxambu - MG. **Anais...** Caxambu - MG: ANPOCS, 2016.

SAID, Edward, **Orientalism**. New York: Vintage Books, 1979.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista Inst. Est. Bras.**, SP, v.31, p.19-26, 1990.

SANTOS, Boaventura. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-119

SANTOS, Mariza Veloso Motta. O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil. 1992. **Tese** (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1992. Orientador: Roberto Cardoso de Oliveira.

_____. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.24, p.77-95, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A Escrita do Passado nos Museus Históricos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond/Minc, Iphan, Demu, 2006.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Sociedade, Cultura, Patrimônio e Museus num país chamado Brasil. **Apontamentos Memória e Cultura**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.14-34, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

_____. Nacionalidade e patrimônio. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.34, p.337-359, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. O Espelho de Morse. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, n.22, p.185-192, 1988.

_____. O Gato de Cortazar. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, n. 25, p.191-203, 1989.

_____. O sentido da interdisciplinaridade. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, n.32, p.191-198, 1992.

_____. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

SILVA, Jerônimo da Silva e; MOREIRA, Edma S.. Sob a Fronteira. **Confronteiras**, v.1, p.01-11, 2017.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da. Território: Uma revisão teórico-conceitual. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2015

SILVEIRA, Diego Omar. Sacerdos Magnus: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988). 2009. 207f. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto 2009. Orientador: Ivan Antonio de Almeida.

SIQUEIRA, Graciele Karine; GRANATO, Marcus; SA, Ivan Coelho de. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. **Rev. CPC**[online], n.6, p.142-169, 2008.

SOUZA, Letícia Pumar Alves de. Por uma ciência universal: a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 a 1940). In: Simpósio Nacional de História, XXVI., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, julho 2011. p.1-15.

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. Caminhos de Minas: A Lei Robin Hood e as políticas municipais de preservação do patrimônio mineiro. 2013. 113f. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2013. Orientador: Nilson Alves de Moraes.

_____. Patrimônios possíveis: modernidade e colonialidade no campo do patrimônio. **Revista Transversos**, v 9, p.326-348, 2017

SOUZA, Luciana Christina Cruz e; MORAES, Nilson Alves. Patrimônio, Políticas de Preservação e os Circuitos Turísticos em Minas Gerais. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, III., 2012, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012. p.1-10.

_____. A preservação do patrimônio em Minas Gerais: a Lei Robin Hood e os conselhos municipais de patrimônio. **Revista Sociais e Humanas**, v.27, p.128-144, 2014.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STARLING, Mônica Barros de Lima. Patrimônio, participação local e democracia: o papel dos conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais. **Políticas Culturais em Revista**, Belo Horizonte, v.1, p.140-156, 2009.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Proteção ao patrimônio cultural brasileiro: análise da articulação entre tombamento e registro. 2010. 115f. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2010a. Orientador: Marcio D'Oliveira Campos.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio & CAMPOS, Marcio D'Oliveira. Entre a Lei e as Salsichas: Análise dos Antecedentes do Decreto-lei no. 25/1937. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, v.27, p.83, 2010b.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.621-633.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Nova Iorque: Academic Press). E-book Panitch, The Socialist Register. London: The Merlin Press, 1991 [1974].

_____. **Unthinking Social Science**. Cambridge: Polity Press. 1992.

_____. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p.447-470.

WASSERMAN, Cláudia. **A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Anais do II Encontro de Governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil**. Salvador, Bahia: IPHAN, 1973.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Compromisso de Salvador**. IPHAN, 1971. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Compromisso de Brasília**. IPHAN, 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2017.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **Anais do Seminário Preservação: a ética das intervenções**. Belo Horizonte: IEPHA/MG, Fapemig, 1997.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **Suplemento Especial - IEPHA/MG 20 anos**. Belo Horizonte, nov. 1991.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. A Proteção do Patrimônio em Minas e a presença do IEPHA/MG. **Relatório elaborado pela Superintendência de Pesquisa, Tombamento e divulgação**, 1981.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. A Proteção do Patrimônio em Minas e a presença do IEPHA/MG. **Relatório elaborado pela Superintendência de Pesquisa, Tombamento e divulgação**, 1990.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Minas Gerais, 1980. **Revista Acervo**. Ano 1, n.1, julho de 1980.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Minas Gerais, 1980. **Revista Acervo**. Ano 1, n.2, setembro de 1980.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Minas Gerais, 1980. **Revista Acervo**. Ano 1, n.3, novembro de 1980.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Minas Gerais, 1980. **Revista Acervo**. Ano 1, n.4, janeiro de 1981.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Minas Gerais, 1980. **Revista Acervo**. Ano 1, n.5, março de 1981.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Minas Gerais, 1980. **Revista Acervo**. Ano 1, n.6, maio de 1981.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Minas Gerais, 1980. **Revista Acervo**. Ano 2, n.7, julho de 1981.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Minas Gerais, 1980. **Revista Acervo. Edição Especial: 10 anos de Fundação**. Ano 2, n.8, 1981.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **ABC Cartilha do Patrimônio - Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1989.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **Relatório de Atividades 1981**. Superintendência de Pesquisa, Tombamento e Divulgação. Minas Gerais, 1987.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **Relatório de Atividades 1983-1987**. Minas Gerais, 1987.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **Relatório de Atividades 1987-1990**. Minas Gerais, 1991b.

MINAS GERAIS, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **Relatório de Atividades 1991-1994**. Minas Gerais, 1994.

MINAS GERAIS, Superintendência de Museus. Secretaria de Estado da Cultura. **Sugestões da SUM para perspectivas de desenvolvimento econômico do Estado de MG**. Minas Gerais, 1983.

MINAS GERAIS, Assessoria de Planejamento e Coordenação. Secretaria de Estado da Cultura. **Avaliação Institucional**. Minas Gerais, 1984.

MINAS GERAIS, Superintendência de Museus. Secretaria de Estado da Cultura. **Sugestões da Superintendência de Museus para as reuniões de trabalho sobre “Perspectivas de Desenvolvimento em MG, na Nova República”**. Minas Gerais, 1985.

MINAS GERAIS, Superintendência de Museus. Secretaria de Estado da Cultura. **Proposta da Superintendência de Museus da SEC para sua reforma administrativa**. Minas Gerais, 1985.

MINAS GERAIS, Superintendência de Museus. Secretaria de Estado da Cultura. **Relatório da Superintendência de Museus - maio de 1985 a maio de 1986**. Minas Gerais, 1986.

MINAS GERAIS, Superintendência de Museus. Secretaria de Estado da Cultura. **Diretrizes Básicas de Filosofia de Ação e Planejamento Operacional**. Minas Gerais, 1987.

MINAS GERAIS, Superintendência de Museus. Secretaria de Estado da Cultura. **Projeto Curso de Museologia Nova - Especialização Lato-Sensu**. Minas Gerais, 1988.

MINAS GERAIS, Superintendência de Museus. Secretaria de Estado da Cultura. **Revista Museu Notícia**. Minas Gerais. Ano 1, n.0, 1988.

MINAS GERAIS, Superintendência de Museus. Secretaria de Estado da Cultura. **Ofício do Superintendente de Museus, Maurício Elias Caldas, ao Secretário de Estado da Cultura, Fernando Soares Paz**. Minas Gerais, 1989.

MINAS GERAIS, Superintendência de Museus. Secretaria de Estado da Cultura. **Proposta de realinhamento dos servidores celetistas**. Minas Gerais, 1989.

MINAS GERAIS, Superintendência de Museus. Secretaria de Estado da Cultura. **Relatório Anual da Superintendência de Museus**. Minas Gerais, 1990.

NORMAS DE QUITO, 1967. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quitto%201967.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1968. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

LEIS E INSTRUMENTOS NORMATIVOS

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 22.928**, de 12 de julho de 1933. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 24.735**, de 14 de julho de 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 7287**, de 18 de dezembro de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7287.htm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MINAS GERAIS. **Lei nº 528**, de 20 de setembro de 1910. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=528&comp=&ano=1910>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MINAS GERAIS. **Lei nº 5.775**, de 30 de setembro de 1971. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=5775&ano=1971&tipo=LEI>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 14.374**, de 10 de março de 1972.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 23.512**, de 06 de abril de 1984. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Dec&num=23512&comp=&ano=1984>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 26.193**, de 24 de setembro de 1986. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=26193&ano=1986&tipo=DEC> Acesso em: 15 jan. 2012.

MINAS GERAIS. **Lei nº 12.040**, de 1995. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/robinhood/index.php/leirobinhood/legislacao/lei1204095> Acesso em: 16 jan. 2018.

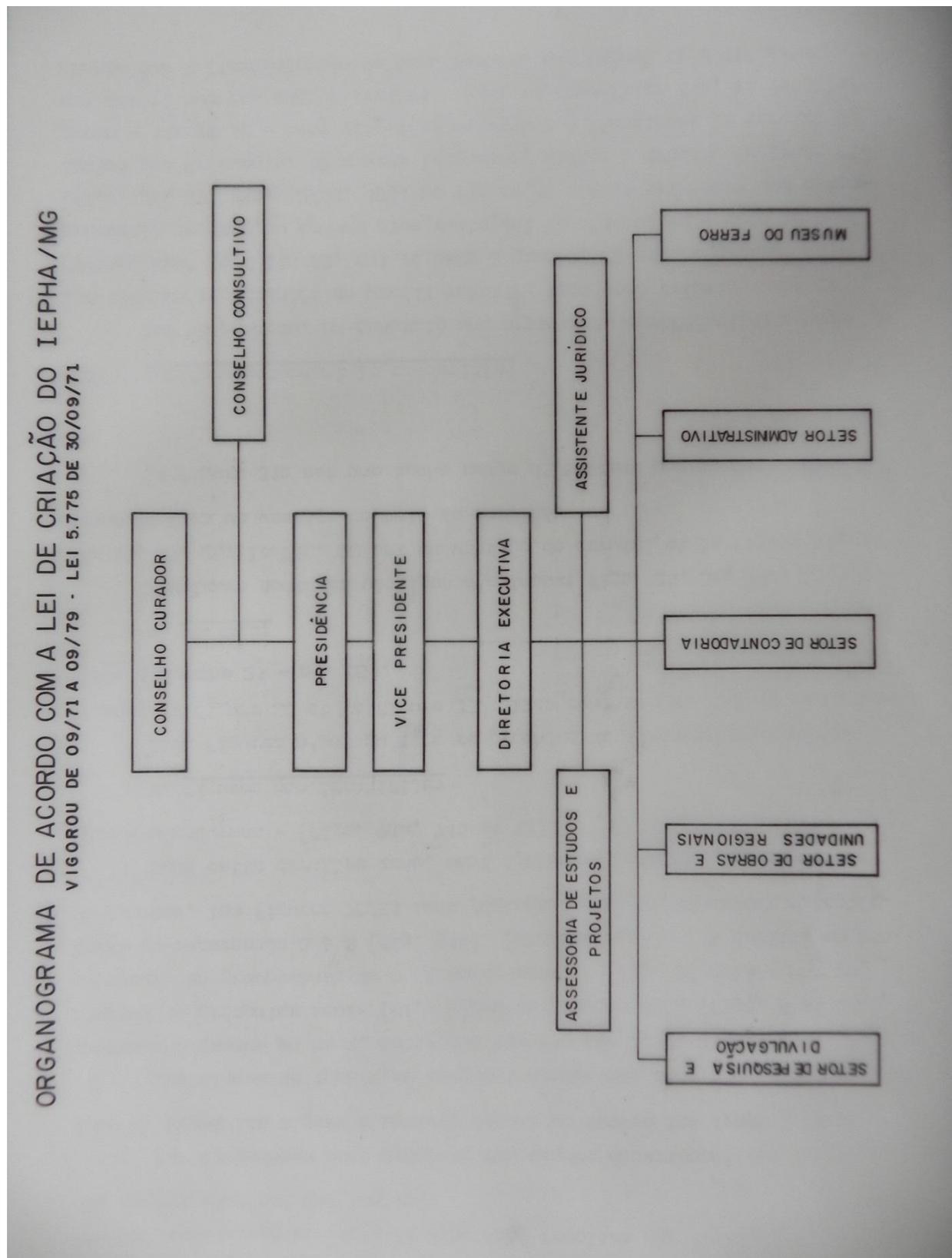
MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**, 1989. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>. Acesso em: 10 janeiro 2018.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Portaria nº 22**, de 29 de junho de 1984.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Portaria nº 65**, de 1979.

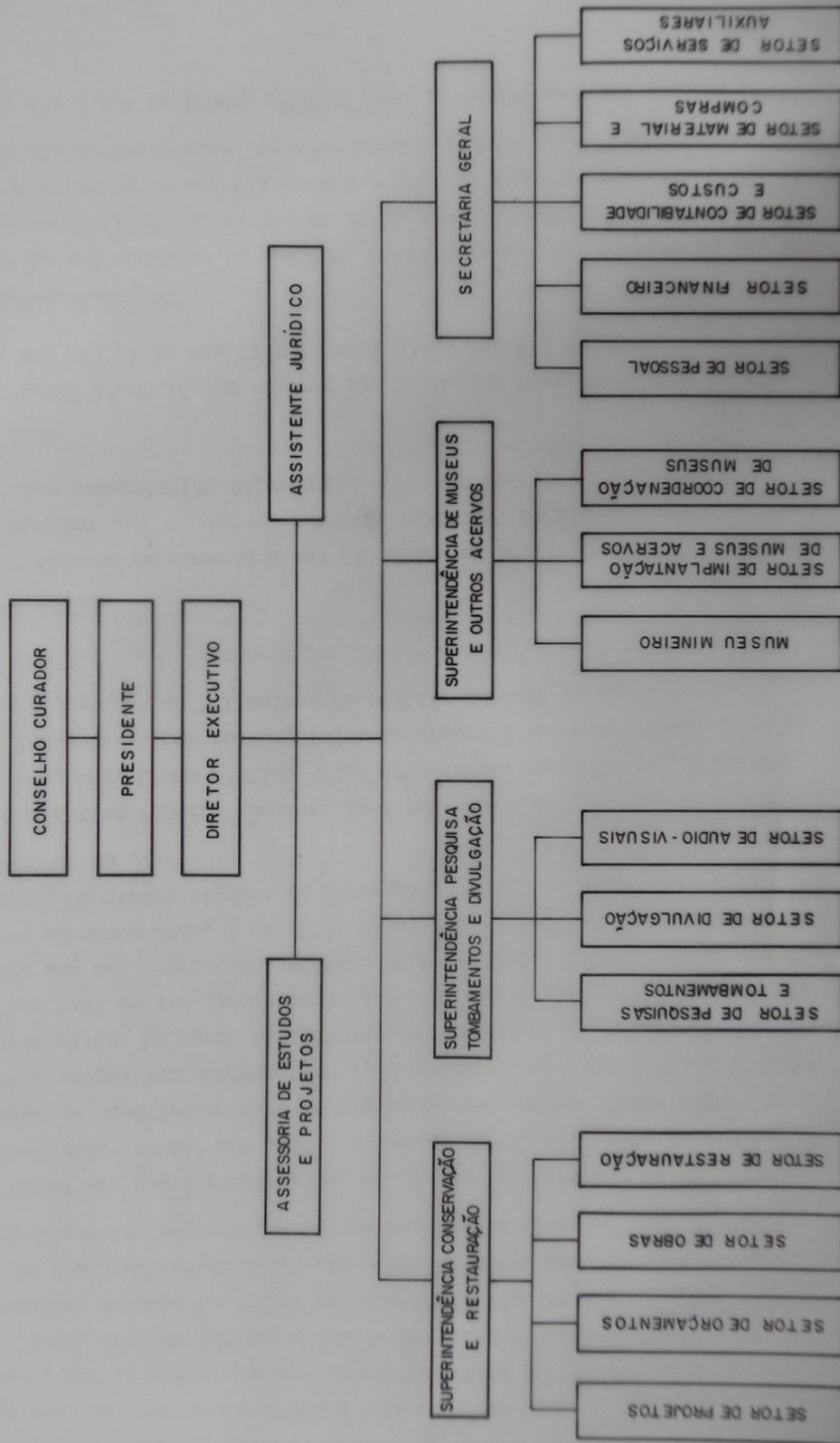
ANEXOS

ANEXO I: Estrutura Organizacional do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais entre 1971 a 1979.
Fonte: IEPHA/MG, s/d.



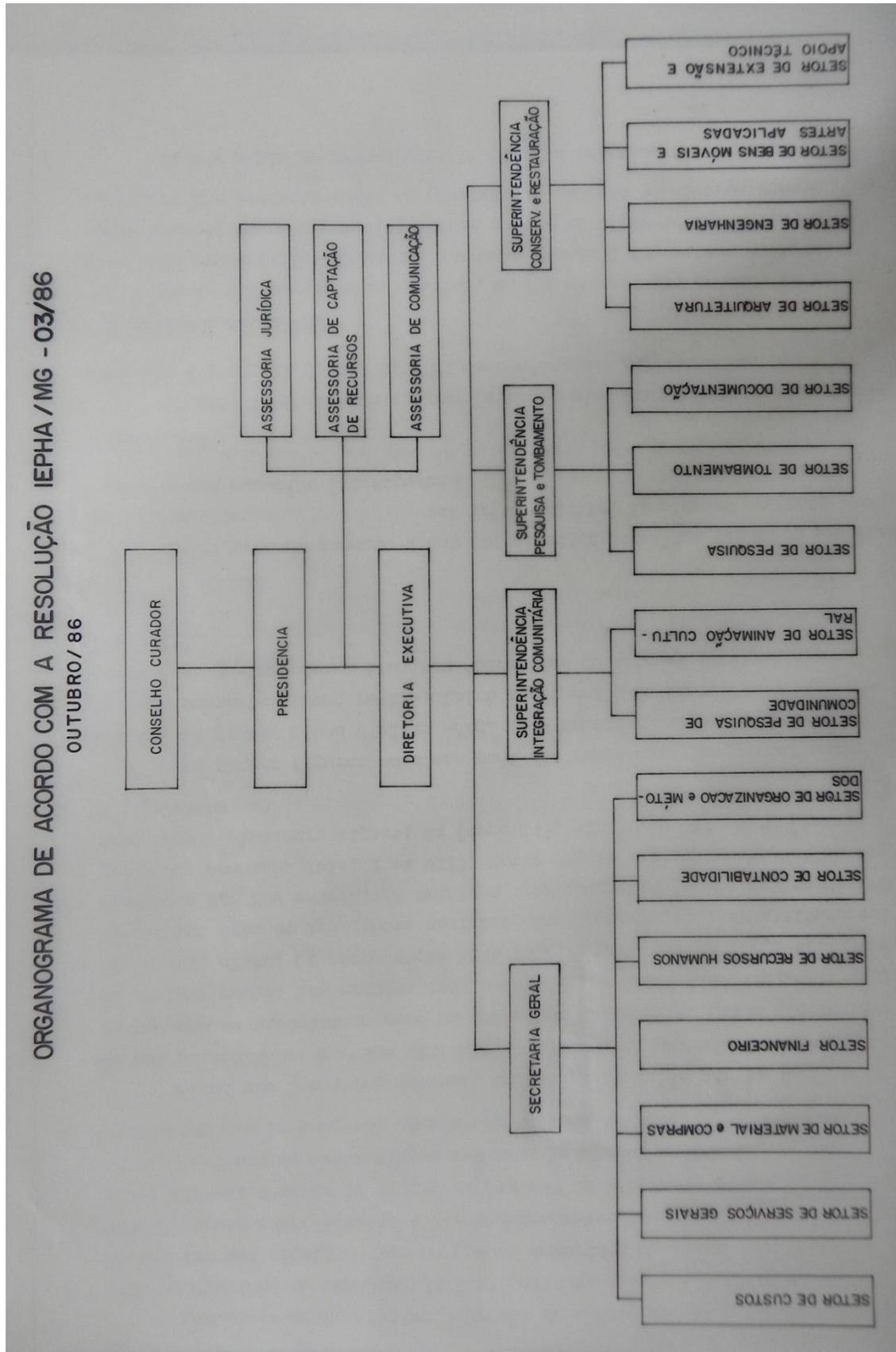
**ANEXO II: Estrutura Organizacional do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais entre 1979 a 1984.
Fonte: IEPHA/MG, s/d.**

ORGANOGRAMA DE ACORDO COM A PORTARIA IEPHA/MG - 65/79
 VIGOROU DE 10/79 A 05/84

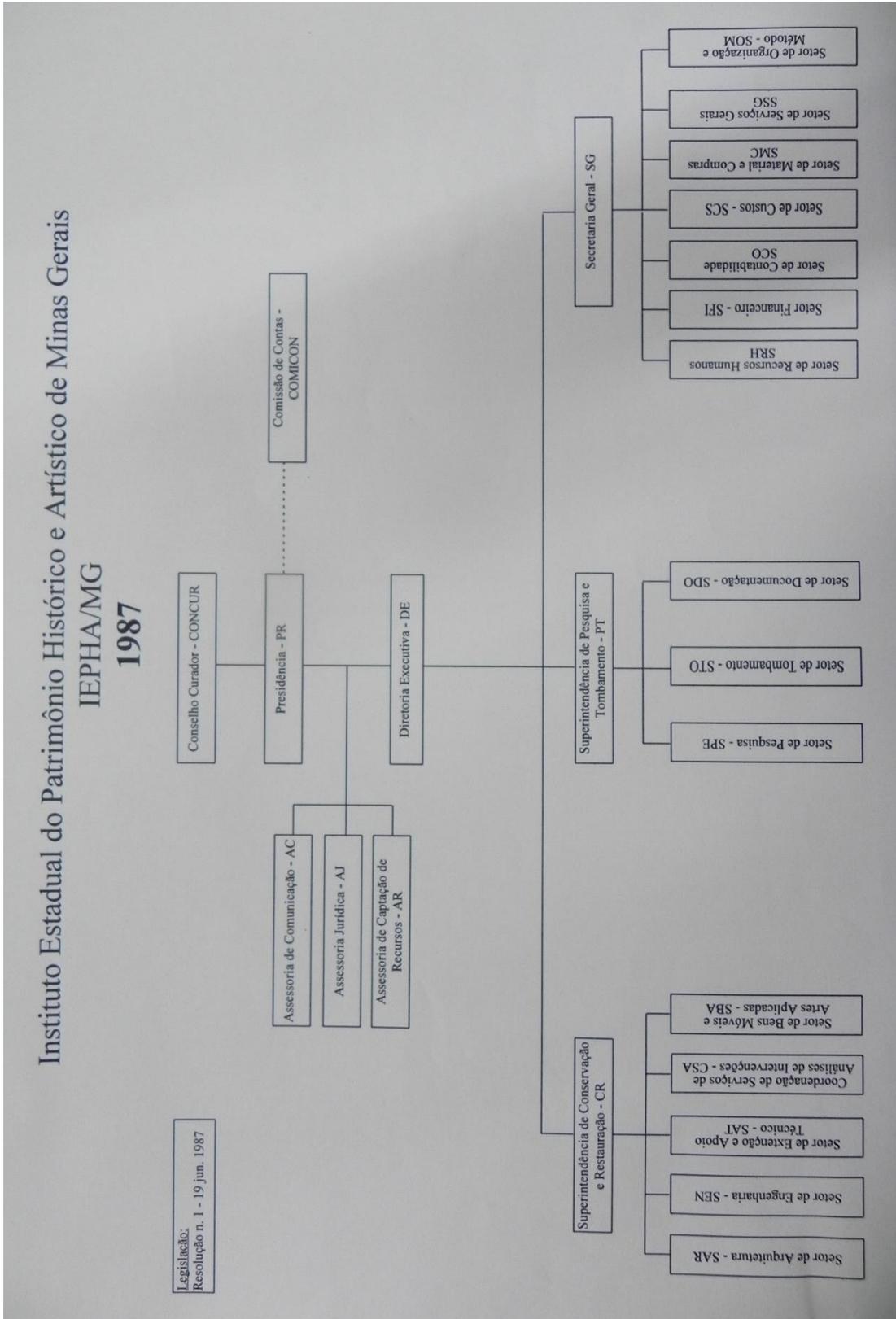


**ANEXO III: Estrutura Organizacional do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais entre 1984 a 1986.
Fonte: IEPHA/MG, s/d.**

ANEXO IV: Estrutura Organizacional do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais em 1986. Fonte: IEPHA/MG, s/d.



ANEXO V: Estrutura Organizacional do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais em 1987. Fonte: IEPHA/MG, s/d.



**ANEXO VI: Estrutura Organizacional do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais entre 1988 e 1989.
Fonte: IEPHA/MG, s/d.**

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais IEPHA/MG 1988 - 1989

Legislação:
 Decreto n. 12 - 10 fev. 1988
 Resolução n. 1 - 24 jan. 1988
 Portaria n. 40 - 01 ago. 1988

